FOLHA DE S.PAULO

DESDE 1921 ★★★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

INÊS249

ANO 103 ★ Nº 34.343 QUINTA-FEIRA, 13 DE ABRIL DE 2023 R$ 6,00

ilustrada C1 a C4

É Tudo Verdade

Festival abre com filme que debate questão ética em documentários

guia C7

Confira 11 destaques na programação do evento, que exibe 72 filmes em São Paulo

turismo C8

Cuidados para evitar golpes em aeroporto vão de etiquetas ao uso de rastreadores

Dólar atinge valor mais baixo desde junho de 2022

Após chegar a R$ 4,91, o dólar comercial à vista caiu 1,31% e fechou a R$ 4,941, câmbio mais baixo desde o dia 9 de junho de 2022. A queda na cotação reflete perspectiva de esfriamento da economia americana, o que beneficia a vinda de recursos para países emergentes, como o Brasil, cujos investidores avaliam cenário otimista ante o novo arcabouço fiscal. Mercado A15

M. Hermínia Tavares

O resgate da diplomacia

Os valores, interesses e projetos da boa tradição da diplomacia brasileira voltaram a prevalecer neste início de governo. Destoa, porém, a pretensão de alçar o país a mediador da Guerra da Ucrânia, para o que não dispõe de mínimo cacife. Opinião A2

Guarda da GCM faz segurança armada em escola municipal de Cajamar (SP) Rubens Cavallari/Folhapress

Plataformas que permitam incitar ataques serão multadas

Punição pode chegar a R$ 12 milhões e a suspensão em casos extremos; PF inicia identificação de perfis violentos

O governo vai multar em até R$ 12 milhões plataformas que descumpram pedidos da Polícia Federal para derrubar perfis que incentivem violência, e, em casos extremos, tirar do ar redes que ignorem as solicitações.

As medidas estão em portaria do Ministério da Justiça e Segurança Pública publicada ontem, dias após a morte de uma professora por um adolescente em sala de aula em São Paulo e o assassinato de quatro crianças por um homem que invadiu uma creche em Blumenau (SC). Os crimes suscitaram reunião com as plataformas na segunda-feira (10).

Na ocasião, a negativa do Twitter a remover publicações que incitem violência em escolas preocupou a gestão Lula (PT), que quer obrigar as empresas a moderarem o conteúdo divulgado por seus usuários.

Como parte dessa ofensiva, a Polícia Federal criou um grupo para identificar e pedir a suspensão desses perfis em redes sociais, além de abrir investigações e colocar na rua operações para conter eventuais ataques. Cotidiano B1

Flávia Boggio

Twitter, doce passarinho, morreu de cólera C6

Polícia apreende adolescentes por ameaça e até bomba junina

O aumento de ameaças a escolas já levou a polícia a identificar e ouvir ao menos 44 adolescentes em sete estados na última semana. Órgãos de segurança estaduais dizem estar em alerta, mas destacam que a maioria dos casos é de alarmes falsos, com o objetivo de disseminar pânico.

O clima de tensão fez com que até a explosão de uma bombinha de festa junina resultasse em pânico em um colégio em Cuiabá — três estudantes de 15, 16 e 17 anos foram apreendidos.

Em São Paulo, o governo deve anunciar hoje pacote de prevenção à violência na rede pública. Cotidiano B1

Faculdades que teriam fraudado Fies são alvo de operação da PF

Cotidiano B4

Governo mobiliza influenciadores para explicar taxação de compra internacional

Mercado A26

Suposto cartel no Pinheiros separa pais e filhos, dizem sócios

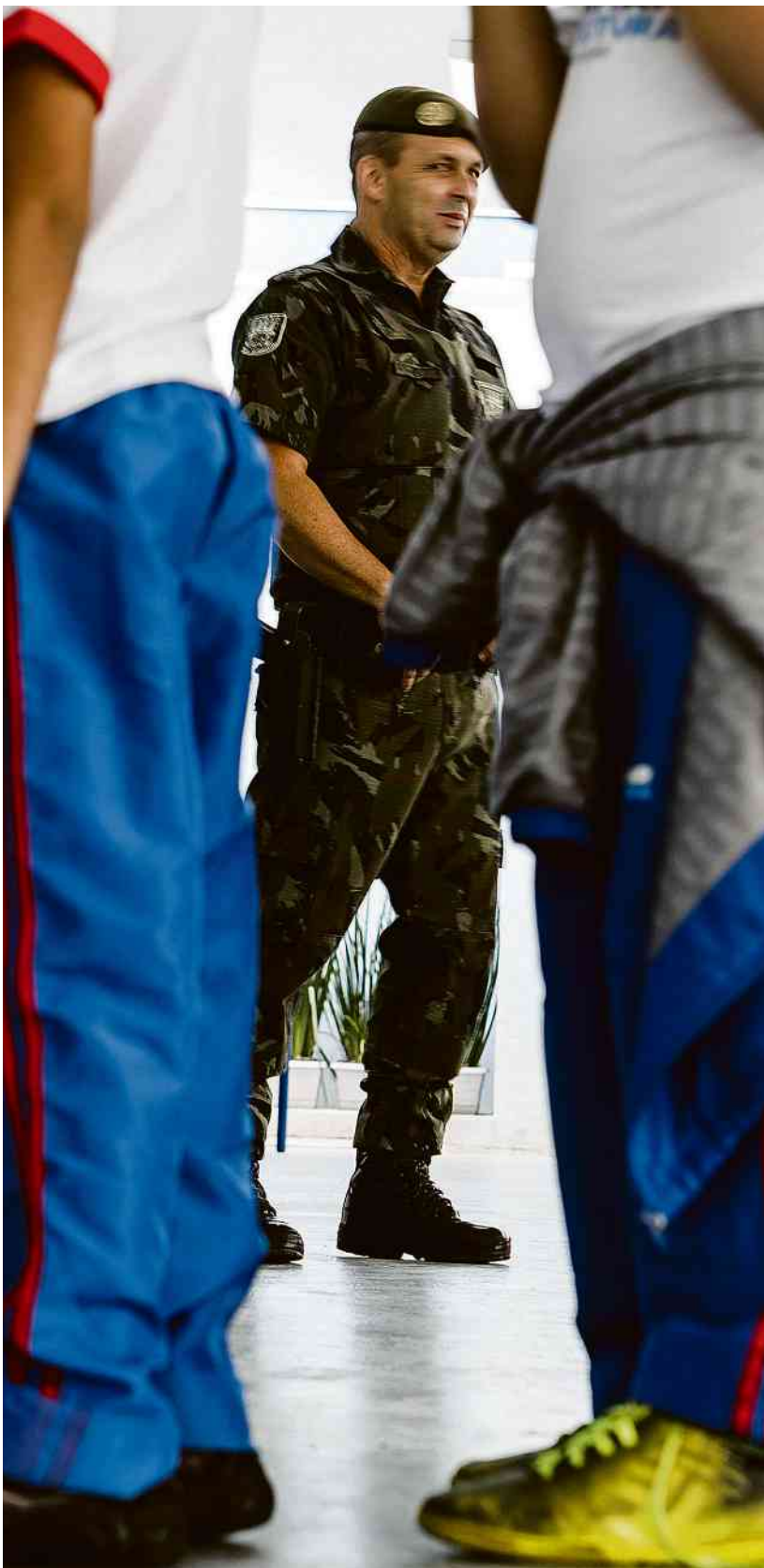
Um grupo de sócios do clube Pinheiros, em São Paulo, denuncia alta artificial do preço dos títulos de outros associados, o que estaria dividindo famílias —pais precisam adquirir à parte o direito dos filhos de usarem o local. A diretoria não respondeu. Cotidiano B4

EDITORIAIS A2

Mais compostura

Sobre comportamento inaceitável de deputados.

Medindo forças

Acerca de tensão elevada entre Israel e Palestina.

Ricardo Stuckert/Divulgação

LULA É RECEBIDO POR DILMA E INICIA VISITA À CHINA

O petista e a primeira-dama, Janja, com o vice-ministro chinês das Relações Exteriores, Xie Feng, além de Dilma Rousseff e o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, ao chegarem a Xangai; Lula vai à posse da ex-presidente na chefia do Banco do Brics e, amanhã, reúne-se com Xi Jinping A13

Lira atrai direita e esquerda e forma maior bloco da Câmara

Arthur Lira (PP-AL) reuniu PP, União Brasil, PSB, PDT, PSDB-Cidadania, Solidariedade, Patriota e Avante para criar bloco com 173 deputados, o maior da Câmara, em reação a grupo que havia rachado o centrão, ameaçando seu poder. A4

MÔNICA BERGAMO

Deputada do PL acusa colega do PC do B de assédio

Ilustrada C2

@juliazanattasc no Instagram

Júlia Zanatta (SC) é abordada por Márcio Jerry (MA); ele diz que não a assediou

PAINEL

São Paulo planeja empregar morador de rua no campo

Programa paulista a ser lançado em breve deve firmar convênios com agricultores, comprometendo-se a adquirir colheita para servir de alimentação em equipamentos públicos. Em troca, produtores empregariam um ou mais moradores de rua. Política A4

ISSN 1414-5723

9 771414 572056 34343

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

Publicado desde 1921 – Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER Luiz Frias
DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila
SUPERINTENDENTES Carlos Ponce de Leon e Judith Brito
CONSELHO EDITORIAL Fernanda Diamant, Hélio Schwartsman, Joel Pinheiro da Fonseca, José Vicente, Luiza Helena Trajano, Patricia Blanco, Patrícia Campos Mello, Persio Arida, Ronaldo Lemos, Thiago Amparo, Luiz Frias e Sérgio Dávila *(secretário)*
DIRETOR DE OPINIÃO Gustavo Patu
DIRETORIA-EXECUTIVA Alexandre Bonacio *(financeiro, planejamento e novos negócios)*, Anderson Demian *(mercado leitor e estratégias digitais)*, Everton Fonseca *(tecnologia)* e Marcelo Benez *(comercial)*

Laerte

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Mais compostura

Deputados em audiência com ministro violam decoro parlamentar com bate-boca lastimável

O presidente da Comissão de Segurança e Justiça da Câmara dos Deputados bem que tentou zelar pelo tom solene e cordial da audiência com Flávio Dino, ministro da Justiça do governo Lula.

"Se lá na CCJ foi aquela pantomima, aqui não vai ser", anunciou Sanderson (PL-RS), tão logo notou sinais de desrespeito e perturbação da ordem no colegiado que dirige.

Queria evitar a repetição da descompostura verificada no dia 28 de março, quando audiência com o mesmo ministro, só que na Comissão de Constituição e Justiça, terminou em vexatório bate-boca em tudo incompatível com a dignidade do Parlamento brasileiro.

Se a intenção de Sanderson era boa, o que lhe sobrava de nobreza carecia de firmeza —não por culpa dele, mas de alguns deputados que, ignorando os apelos que se acumulavam, agiram como se civilidade e sensatez fossem palavras destituídas de sentido prático.

Engalfinhando-se numa refrega infértil, interminável e descortês, conseguiram o que talvez fosse seu objetivo: aniquilaram o ambiente de trabalho a tal ponto que, menos de duas horas depois de ter começado, a sessão terminou de forma abrupta e melancólica.

Não satisfeitos, deputados de oposição entregaram-se a um pastelão nonsense ao gritar "fujão" para Dino, que lá estava como convidado para prestar esclarecimentos a respeito de sua pasta e que não teve nenhuma participação no desfecho lastimável da audiência.

Seria um eufemismo sustentar que certos membros da comissão romperam com o decoro parlamentar; o que eles fizeram foi mandar às favas o código de ética que rege o comportamento na Câmara.

Em vez de zelar pelo prestígio do Parlamento como instituição representativa, jogaram-no no lixo; em vez de tratar com respeito os colegas e as autoridades, entregaram-lhes escárnio. De uma tacada, perturbaram a ordem da sessão, violaram as regras de boa conduta e desferiram ofensas morais onde elas são proibidas.

Agindo assim, rasgaram o propósito do convite a Dino ou a qualquer outro ministro: ao Congresso compete não só propor leis, mas também controlar e acompanhar os atos do Executivo, numa função fiscalizadora que se soma à legislativa no equilíbrio entre os Poderes.

Alguns deputados, infelizmente, dão de ombros para isso. Estão menos interessados no bom funcionamento das instituições do que em repercutir nas redes sociais. Para tal propósito a intolerância vale mais que a pluralidade, a intimidação mais que o diálogo, a mentira mais que a busca da verdade.

Não são essas as condutas que se esperam dos representantes do povo. Com a palavra, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

Medindo forças

Tensão aumenta entre Israel e Palestina, mas novo contexto regional desencoraja movimento brusco

Após violenta operação policial contra palestinos na semana passada, Israel enfrentou foguetes que partiram de Gaza, Líbano e Síria. Ataques de Gaza são relativamente comuns, enquanto a fronteira norte do país tende a ser mais calma.

O governo do primeiro-ministro Binyamin Netanyahu retaliou, mas evitou uma escalada, e os vizinhos também mostraram alguma contenção. Um conflito de maior magnitude parece não ser do interesse de nenhuma das partes.

Os principais atores testam a disposição de aliados e inimigos num momento em que a região passa por realinhamento geopolítico.

Sob os auspícios da China, Arábia Saudita e Irã retomaram relações diplomáticas, rompidas desde 2016. O acerto não interrompe, mas tira a intensidade de um outro movimento de redefinição do panorama regional.

Apoiado pelos EUA, Israel vinha estabelecendo relações diplomáticas com alguns Estados do Golfo Pérsico para juntar forças contra o Irã, visto como um inimigo comum. Havia expectativa de adesão da Arábia Saudita.

A volta de Netanyahu ao poder muito mais à direita também contribuiu para atrasar a normalização do país. Alguns de seus novos parceiros têm um discurso hostil aos palestinos e aos árabes em geral.

Ademais, o radicalismo da nova coalizão não fez vítimas apenas no âmbito externo. O governo tenta emplacar uma reforma do Judiciário que rachou a sociedade de modo sem precedentes, gerando protestos com milhares de pessoas.

A proposta, que esvazia a Suprema Corte a ponto de ameaçar o equilíbrio entre os Poderes, causou tanta controvérsia que Netanyahu se viu obrigado a suspendê-la, mas sem desistir dela.

O governo está enfraquecido. Pelas pesquisas, se houvesse um novo pleito hoje, ele não seria vitorioso.

No outro lado, o panorama não é muito melhor. A Autoridade Nacional Palestina tem cada vez menos relevância. Boa parte dos palestinos já não acreditava que a ANP lhes traria um Estado soberano, porém ainda a via como uma espécie de prefeitura, que ofertava serviços como educação e saúde.

Recentemente, até isso está posto em dúvida, dada a deterioração desses serviços. O espaço deixado pela ANP tende a ser ocupado por lideranças mais radicais do Hamas.

Com jogo tão movimentado em cenário complexo, não surpreende que os principais atores evitem ações bruscas e sem volta.

Twitter apoia massacres

Thiago Amparo

Em reunião com o Ministério da Justiça na última segunda-feira (10), um representante do Twitter afirmou que não restringirá fotos e nomes de autores de ataques a escolas. Para o espanto até de emissários de outras redes sociais, a empresa comprada por Elon Musk se esconde por trás dos chamados termos de uso —que não estão acima da lei e não admitem violência— para permitir imagens, áudios e textos que estimulam massacres em escolas.

A suposta liberdade de expressão irrestrita da plataforma de Musk nem é liberdade, nem é irrestrita: tal como não há liberdade para gritar "fogo" num teatro lotado, na famosa metáfora, igualmente não há liberdade para gritar "matem as crianças" numa plataforma cheia de usuários violentos. Aos amigos, o Twitter garante a violação da lei que, no país, protege crianças e adolescentes com absoluta prioridade; aos inimigos, no caso os que denunciam que desta forma a plataforma apoia massacres, retira magicamente da lista de assuntos mais comentados a hashtag que é título desta coluna.

A resposta do governo federal veio, no entanto, numa canetada às pressas do ministro da Justiça. Flávio Dino colocou as secretarias nacionais de Consumidor e de Segurança Pública para fiscalizar plataformas, impondo dever de monitoramento prévio por tipo de conteúdo —os mesmos órgãos que até ontem estavam com Anderson Torres, um precedente problemático. Manda instituir um "banco de dados de conteúdos ilegais", sem precisar o que é.

Faria melhor o governo se investigasse via inquérito da Polícia Federal e solicitasse no Judiciário a retirada cautelar dos conteúdos ilegais de apologia da violência; se propusesse lei revisando a regulação de plataformas; se focasse em impor procedimento claro de moderação a plataformas e fortalecesse independência de órgãos como a Autoridade Nacional de Proteção de Dados. Apologia da violência em escolas não é uma zona cinzenta: é ilegal e, ao permiti-la, apoiam-se os massacres. Combatê-la requer mais que uma norma ambígua.

Um souvenir chinês para os EUA

Bruno Boghossian

Lula deve voltar da China com uma lembrancinha para os EUA na bagagem. Ainda que a programação do presidente no país asiático tenha sido montada com base no pragmatismo e no princípio da neutralidade da política externa, o governo também gostaria de exibir um contraste com a recepção oferecida pelos americanos em fevereiro.

O petista explorou com satisfação a ida à Casa Branca no segundo mês de mandato. Construiu vínculos com Joe Biden, reforçou a promessa de uma pauta ambiental comum e exibiu a foto oficial como um pacto contra a extrema direita. Mas Lula e seus auxiliares entenderam que os EUA não estavam dispostos a apresentar uma visão estratégica e econômica na relação com o Brasil.

O governo tentou demonstrar que a conversa na China seria diferente, apesar da agenda enxuta. Além de reuniões diplomáticas, Lula marcou encontros com a Huawei (alvo dos americanos no processo de implantação do 5G brasileiro), a empreiteira CCCC, a montadora BYD e a empresa de energia State Grid.

Os brasileiros querem obter novos investimentos, mas também alguns efeitos simbólicos. Na tensão entre Pequim e Washington, o governo indica uma abertura generosa ao país asiático em sua política externa e busca extrair dividendos econômicos do interesse chinês em ampliar seu peso na América Latina.

A sinalização inevitável nesse contexto é o reforço de um processo de perda de influência dos EUA na região. Integrantes da comitiva brasileira apontam que, se a Casa Branca não estiver disposta a rever sua forma de engajamento na América Latina, a perda de espaço e o avanço da China se tornarão irreversíveis.

O posicionamento do governo Lula nesse jogo será um teste para a doutrina de equilíbrio da diplomacia brasileira. Movido por interesses políticos e econômicos (além de uma dose de ideologia), o país deixaria de lado a ilusão de uma equidistância entre EUA e China. Terá que evitar, no entanto, a armadilha de virar uma peça dessa guerra fria.

A chegada do fentanil

Ruy Castro

Lá vamos nós de novo. Chega ao Brasil uma nova e perigosíssima droga, o fentanil, e os médicos temem que se repita com ela o erro cometido com o crack nos anos 90. Na época, por tudo que se sabia do crack nas ruas de Nova York, sua implantação entre nós parecia questão de tempo. Era essencial uma ação preventiva. Mas os então ministros e secretários da saúde o ignoraram. Quando se deram conta, o crack já se instalara e se irradiara pelo país.

Com o fentanil, não teremos as cenas de sempre, em que a polícia invade uma cracolândia, dispersa os infelizes, destrói as barracas, recolhe o lixo, esguicha o território, vai embora e, em horas, a cena se recompõe. Não haverá uma fentanilândia —os usuários morrerão em casa mesmo ou onde consumirem o produto. O fentanil é um opioide 50 vezes mais potente que a heroína e 100 vezes mais que a morfina. Uma dose de 2 miligramas pode provocar parada respiratória quase imediata. Nos EUA, já se morre mais de fentanil do que em acidentes de trânsito.

O fentanil existe há décadas como anestésico em salas de cirurgia e sob controle médico. A importação de seus componentes é fiscalizada pela Anvisa, e o Brasil o fabrica em laboratórios também controlados. Seu itinerário do laboratório para os fornecedores e, destes, para os hospitais é feito sob vigilância, assim como o descarte do excedente na ampola. Mas agora temos sua fabricação em laboratórios clandestinos, o desvio de estoques legais e sua venda pelo tráfico. Há duas semanas, a polícia fez a primeira apreensão do produto no Brasil: 31 ampolas, no Espírito Santo. É pouco? Não, é só o começo.

A história das drogas mostra como o tempo exigido para a instauração das dependências está encurtando. O álcool, a maconha e a cocaína podem levar anos; os remédios tarja preta, a morfina e a heroína, muito menos.

O fentanil pode nem criar dependência. Mata antes.

O resgate da diplomacia

Maria Hermínia Tavares

Pesquisadora do Cebrap e professora aposentada da USP. Escreve às quintas

O Brasil vai voltando ao mundo sob a condução de dois diplomatas experientes —um, chanceler; outro, assessor internacional da Presidência— e de um mandatário com apetite para assuntos externos.

O desempenho de um país na cena internacional sempre consiste em delicada mescla de afirmação de valores e da intenção de promover seus interesses, uma coisa e outra sujeitas aos recursos de poder de que a nação dispõe.

Os valores definem a roupagem com a qual o país se apresenta. Já os interesses nacionais, seja lá como venham a ser entendidos a cada ciclo histórico, requerem condutas que garantam segurança contra ameaças e ampliação de oportunidades econômicas —notadamente via comércio, atração de investimentos, cooperação científica ou técnica— ,dando voz ao país nos foros mundiais.

Nem sempre valores e interesses se harmonizam. Quando destoam, os últimos se impõem. A efetivação de ambos é ainda caudatária da disponibilidade de recursos econômicos e militares.

A paz, a primazia dada a soluções negociadas em conflitos e o respeito ao direito internacional são valores inseparáveis da ação externa do Brasil —tão longevos quanto a República. Com o passar das décadas, a defesa da democracia veio se juntar a eles.

Antigos também são a aposta no multilateralismo e na capacidade das organizações que lhe dão vida, o universalismo nas relações diplomáticas, a prudente autonomia em relação às potências do planeta e a diversificação de parceiros econômicos.

Finalmente, desde os tempos do Barão do Rio Branco, chanceler de 1902 a 1912, a ambição da política externa do país é ir além da esfera regional.

Ao longo da centena de dias do novo governo, os valores, interesses e projetos da boa tradição da diplomacia brasileira voltaram a prevalecer, orientando os primeiros movimentos da gestão chamada de Lula 3. Mas, hoje como no passado, a ação internacional requer dosagem equilibrada entre aqueles e a capacidade real de influir nas decisões. A política externa está bem servida com iniciativas do Itamaraty para reconstruir pontes rompidas e com as visitas do presidente a nossos principais parceiros.

Disso destoa a pretensão de alçar o país a mediador da Guerra da Ucrânia, para o que não dispõe de mínimo cacife.

Muito piores foram os achegos ao autocrata russo Vladimir Putin, cuja prisão acaba de ser decretada pelo TPI (Tribunal Penal Internacional), ontem tramita denúncia contra Jair Bolsonaro.

Nem a defesa da paz e da democracia, nem a expectativa de ganhos econômicos —muito menos a ambição legítima de protagonismo internacional— justificam a iniciativa.

TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias debates@grupofolha.com.br
Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

Islamofobia naturalizada ou ignorância?

Muniz Sodré deveria pausar e refletir antes de falar sobre Islã e muçulmanos

Salem Nasser
Professor de direito internacional da FGV Direito SP

Lamento não ter lido, ainda, o livro "A Sociedade Incivil", do professor e colunista da **Folha** Muniz Sodré. Mas entendo que, como eu, ele deseja uma sociedade mais civil. Li com gosto sua entrevista no caderno Ilustríssima ("Aceito a expressão, mas racismo não é estrutural no Brasil, diz Muniz Sodré", 18/3). Apreciei sua defesa do "pensamento de aproximação" como estratégia para combater o racismo. E sorri diante da menção aos "professores razoáveis" que temem o candomblé.

Já enquanto lia dois de seus artigos recentes —"A mão que não se estende" (25/2) e "Uma jihad tabajara" (26/3)— ocorreu-me que Muniz Sodré deveria pausar em reflexão quando, numa próxima ocasião, sentir a urgência de falar sobre o Islã e os muçulmanos. Penso que a causa da civilidade estaria mais bem servida assim.

Algum medo do professor razoável em relação ao Islã, um Islã imaginado, talvez fantasmado, se insinua nos dois textos. Não há neles sequer indício de um pensamento de aproximação.

No primeiro dos artigos, um incidente ocorrido durante a posse do presidente Lula —uma descortesia diplomática decorrente de mau julgamento por parte da primeira-dama e/ou de falha do cerimonial— serve como gatilho para uma diatribe contra o Irã, os "mulás" e os seus "paus-mandados", partes de "um aparelho de Estado regido pelo ódio à condição feminina". Imagina-se um Irã, e um mundo islâmico, mais amplo, em que a mulher é colocada na posição do inimigo em "termos ontológico-existenciais".

Já no segundo artigo, o tema central diz respeito ao radicalismo de algumas igrejas evangélicas, que teriam vestido "a fantasia golpista de retorno do inominável" e que estão especialmente motivadas pela isenção fiscal. O texto contém, no entanto, duas referências ao Islã que, desnecessárias, voltam a revelar o medo, e o preconceito, do professor razoável em relação àquilo que não conhece.

Primeiro, diz-se que aquelas igrejas fazem "como suas contrapartes islâmicas, pregam jihad ou guerra santa". Não se sabe se essas contrapartes atuariam no Brasil ou em outro lugar do mundo, se elas também esperariam a volta do inominável, se elas seriam a totalidade dos muçulmanos... Não há, para quem queira entender o argumento, qualquer utilidade na frase. O efeito pretendido é retórico: remete-se o radicalismo a um paradigma imaginado como consensual entre os leitores, aquele islâmico, em guerra contra tudo o que não for islâmico. Dá-se potência à ideia recorrendo a um preconceito e, sabendo ou não, reforça-se o preconceito.

A segunda passagem diz que "a jihad tabajara", quando crê que o Senhor castigará o novo governo, o faz "a exemplo do Alá violento para com infiéis". Aqui também é impossível saber o que quer dizer o autor: a frase não tem função explicativa, apenas reforça o preconceito que já se tem por compartilhado.

Ao mesmo tempo em que denunciava, neste mesmo texto, a possibilidade da crença em perigos imaginários, Muniz Sodré não se deu conta de estar alimentando os fantasmas dos perigos "islâmico", "iraniano", "oriental".

> **[...]**
> O que faz o autor, defensor sincero da aproximação e da convivência entre os diferentes, genuíno progressista, é incorporar e aceitar para si o preconceito que recebe inteiro da representação do mundo que fazem os Estados Unidos e a grande mídia

Digo "oriental" porque o discurso, nos dois artigos, tem ecos orientalistas claros. O mais evidente evoca a mulher oriental que o Ocidente resgatará do despotismo dos homens orientais, que teriam preservado apenas "a urgência reprodutiva com as injunções do estupro caseiro".

Em síntese, o que faz o autor, defensor sincero da aproximação e da convivência entre os diferentes, genuíno progressista, é incorporar e aceitar para si o preconceito que recebe inteiro da representação do mundo que fazem os Estados Unidos e a grande mídia. Ele incorporou um ponto cego que vem acoplado aos discursos de igualdade, de diversidade e de combate ao preconceito. É um ponto cego que parece dizer: em árabe e muçulmano, pode bater.

A esse respeito, faço menção ao fato de ter a **Folha** adotado a bandeira da pluralidade como estratégia de marketing. Eu proporia, ou melhor, desafiaria a **Folha** a fazer das temáticas relacionadas ao mundo árabe, ao mundo muçulmano e ao Oriente Médio o seu teste de ouro e fazer a prova de que suas ações correspondem ao seu discurso.

O professor parece apreciar as escrituras. Na entrevista para a Ilustríssima, fez referência a Davi e Golias e, no artigo sobre as igrejas evangélicas, citou o Evangelho de Marcos: "(...) O que sai de dentro de uma pessoa é o que a torna impura".

Vou ao encontro do professor, e do evangelista, primeiramente, com um conselho cuja autoria é creditada ao imã Ali Ibn Abi Talib: "Fale apenas se suas palavras forem mais belas que o silêncio". Em seguida, com um versículo do Alcorão: "(...) Responda ao mal que te fazem com o bem e, veja, o seu inimigo será agora um amigo íntimo (41:36)".

Venezuela, desafios e oportunidades

Ajustes econômicos já atraem o interesse de grandes empresas brasileiras

Zeca Dirceu
Deputado federal (PT-PR), é líder da bancada do partido na Câmara

É elogiável a decisão do governo Lula de normalizar as relações diplomáticas com a Venezuela. São otimistas as expectativas de ativação do intercâmbio comercial e da cooperação bilateral. A economia da Venezuela foi ajustada e começa a atrair interesses de investidores estrangeiros. Cresceu 7% em 2022 e projeta-se 11% em 2023. Empresas brasileiras de grande porte estão de olho nas possibilidades comerciais.

Por razões exclusivamente políticas e ideológicas, a ruptura das relações com o governo Maduro, decidida por Jair Bolsonaro, provocou danos colossais ao comércio bilateral e ao relacionamento histórico. O comércio bilateral, que já foi superior a US$ 6 bilhões anuais, caiu para menos de US$ 1 bilhão nos últimos quatro anos —redução de mais de 80%.

Ainda que boa parte dessa desaceleração seja consequência da crise venezuelana política e econômica, é inegável que o distanciamento entre os dois países provocou vultosos prejuízos a ambos.

Em 2012, a Venezuela chegou a ser o oitavo maior destino de exportações brasileiras, com pauta ampla de bens manufaturados de médio e alto valor agregado, que impulsionam a geração de emprego e renda.

A reabertura da embaixada do Brasil em Caracas é, portanto, o ponto de partida de um processo de reaproximação bilateral que terá como meta, no plano econômico, a recomposição do importante fluxo de comércio que já existiu entre os dois países.

Do lado venezuelano, há otimismo com a retomada do comércio com o Brasil, cujas vendas poderão resultar em queda de preços ao consumo no país vizinho, contribuindo para controlar a inflação.

Exportadores brasileiros já cogitam enviar missão empresarial àquele país para a retomada dos negócios. No nível político, prevê-se, para os próximos meses, reunião entre os presidentes Lula e Maduro, durante a qual poderá ser assinado acordo sobre investimentos para garantir segurança jurídica a investidores.

> **[...]**
> A reabertura da embaixada do Brasil em Caracas é, portanto, o ponto de partida de um processo de reaproximação bilateral que terá como meta, no plano econômico, a recomposição do importante fluxo de comércio que já existiu entre os dois países

Costumeiramente, há informações distorcidas sobre a dívida da Venezuela com o Brasil. Ela é real, porém nada tem de "impagável" ou desmesurada: até dezembro de 2022, o total era de US$ 658 milhões. Os dois países sinalizam disposição de efetuar o saneamento das bases financeiras do relacionamento bilateral, necessário para sua reativação.

A propósito, nos últimos 20 anos, a balança comercial com a Venezuela manteve-se sempre extremamente favorável ao Brasil: o país acumulou superávit de US$ 41,4 bilhões, cerca de 60 vezes maior do que o total da dívida venezuelana.

O país vizinho sai de uma das piores crises econômicas de sua história e negocia para resgatar recursos congelados por EUA e União Europeia, via sanções e bloqueio financeiro. O momento é promissor para qualquer país que "saia na frente" como provedor do mercado venezuelano em reativação.

A Venezuela é um país amazônico de quase 30 milhões de habitantes, abriga 25 mil brasileiros, tem fronteira com o Brasil de 2.200 quilômetros e dispõe das maiores reservas de petróleo mundiais. Não pode ser negligenciada por nossa política externa e pelas empresas nacionais. É tempo de corrigir um erro histórico.

PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor leitor@grupofolha.com.br
Cartas para al. Barão de Limeira, 425, São Paulo, CEP 01202-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos das mensagens. Informe seu nome completo e endereço

A ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro durante posse do cargo de presidente do PL Mulher, em cerimônia em Brasília Gabriela Biló/Folhapress

Cachê

"Michelle Bolsonaro terá aumento salarial e receberá R$ 41,6 mil mensais do PL" (Mônica Bergamo, 10/4). Direita e esquerda se lambuzando com o nosso dinheiro. Todos se refestelando com o que não lhes pertence. São apoiados por bandos e mais bandos de gente anestesiada. Gente que briga com pai, mãe, filhos e amigos para defender essa gente nefasta. São todos iguais.
José Filho (Belo Horizonte, MG)

*

Depois o casalzinho vai comer pastel na feira e esbanjar simplicidade com um salário conjunto de mais de R$ 120 mil por mês pago por nós, os idiotas do povo que se matam de trabalhar e os ignorantes adoradores de políticos!
Sueli Iossi (Ribeirão Preto, SP)

Móveis

"Governo gasta R$ 65 mil com sofá e R$ 42 mil com cama para Lula e Janja no Alvorada" (Política, 11/4). Trocar a cama tudo bem, mas seria preciso um gasto tão elevado? Acho um desrespeito ao cidadão que é quem paga esta conta e outras mordomias.
Maria Aparecida Araujo Pinto (Campinas, SP)

*

Um escalabro. Pode até ser "legal", mas não é moral.
Rodrigo Torres Costa (Jaguariúna, SP)

Exigências

"Bancada evangélica põe na mira atos de Lula sobre igualdade de gênero e raça" (Política, 11/4). A tal bancada evangélica reúne o que há de mais retrógrado na sociedade brasileira e ainda tenta conseguir para seus pastores e igrejas isenções tributárias. Deviam se ocupar mais da religião e pensar em seus semelhantes com mais carinho...
Rubens Vinicius Rocha (Belo Horizonte, MG)

*

Esses profissionais incompetentes da fé deveriam cuidar de sua própria prole como lhes aprouver, ao invés de ficarem buscando o telhado dos outros. Provavelmente o seus vidros estão mais sujos do que os vigiados.
Regina Célia Baldin (Ribeirão Preto, SP)

Saída

"Lewandowski deixa ações sensíveis ao Planalto sem garantia de emplacar sucessor no STF" (Política, 10/4). Precisamos de mudança na Constituição acabando com a prerrogativa de o Executivo indicar os cargos na Justiça e PGR. Chega de influência política nos órgãos técnicos. Sai esse e com certeza vem outro a defender quem o indicou.
José Speridião Jr. (São Paulo, SP)

*

Raposa velha deixando a guarda do galinheiro. Se entrar Zanin a desmoralização será total. Um presente de Lula a quem o livrou das grades. Mas de qualquer forma entrará alguém alinhado com os políticos, vide André Mendonça e Nunes. Isso precisa mudar. É vergonhoso.
Helio Marcengo (Curitiba, PR)

*

Nas democracias, o papel do juiz é julgar, não condenar. Mas aqui é uma democracia mais moderna: o TSE não quer julgar, mas condenar. E se não for garantida a condenação, adia-se o julgamento. Vamos bem.
Miro Costa (Brasília, DF)

Rede social

"Twitter se recusa a tirar do ar posts com apologia da violência nas escolas e causa mal-estar em reunião" (Cotidiano, 11/4). Esse sujeito que é o suposto dono do Twitter nada mais é que um laranjão representante de toda a cúpula da extrema direita fascista no mundo. As pessoas idiotas que são influenciadas por essas imundícies continuarão a ser, não adianta. Façam campanhas inteligentes estimulando as pessoas que interessam a não frequentarem esses esgotos.
Eduardo Oliveira (Ariquemes, RO)

*

Penso que o mundo tem mais a perder do que a ganhar com o domínio das big techs. Esse "trade-off" entre benefícios da comunicação instantânea e global versus o mal que ela mesma dissemina é bem pouco favorável para a humanidade.
Karina Kanazawa Rienzo (São Paulo, SP)

Racismo

"Mulher é presa sob suspeita de chamar garçonete de macaca em bar no Rio" (Cotidiano, 11/4). Psiquiatria parece religião no sentido de que pode ser responsabilizado por tudo. Saudade quando a culpa era do demônio, não do médico.
Emanuel Mello (Belo Horizonte, MG)

*

Transtorno bipolar não é desculpa para esses atos de ódio asquerosos. Nem cachaça na cabeça. Eu gostaria que a imprensa colocasse um adendo ao final dessas reportagens para explicar o que é realmente o transtorno para que não haja estigma.
Ivna Baracho (São Paulo, SP)

*

Já está na hora de aplicarem a pena máxima para esses racistas. Não conheço nenhum racista preso. E olha que as manchetes nos jornais sempre estão mostrando comportamento inadequado. Estas pessoas acham que estão acima da lei.
Alexander Barbierato (São Paulo, SP)

Centro

"Com cracolândia na porta, shopping das motos no centro de SP vê público sumir" (Cotidiano, 11/4). E pensar que vivi dos 19 aos meus 50 anos no centro. Hoje tenho escritório no Tatuapé e do centro só ficou saudade.
Luiz Rufino Marciano (São Paulo, SP)

Cynara

"Morre Cynara, do Quarteto em Cy, grupo formado por irmãs cantoras, aos 78" (Ilustrada, 11/4). Cynara fez história, linda história na MPB. Me lembro do Quarteto em Cy e do MPB4 cantando e encantando desde minha infância.
Carlos Campos (São Paulo, SP)

*

Para quem se interessar, descubram o álbum "Antologia do Samba Canção". Com certeza um dos melhores álbuns de música brasileira em todos os tempos.
Paulo Franco (Taubaté, SP)

ERRAMOS

erramos@grupofolha.com.br

FOLHACORRIDA (12.ABR., PÁG. B8) O pensador e escritor francês Voltaire nasceu em 1694, não em 1964, como publicado na coluna "A matemática nas humanas".

política

PAINEL

Fábio Zanini
painel@grupofolha.com.br

Na roça

O governo Tarcísio de Freitas (Republicanos) finaliza um novo programa para moradores de rua de SP, que inclui a mudança das pessoas para o meio rural. A ideia do projeto Saindo das Ruas seria firmar convênios com agricultores, pelos quais o governo adquire a produção para fornecimento de alimentação em escolas, hospitais, presídios e unidades da rede Bom Prato. Em troca, o agricultor se compromete a empregar ao menos um morador para trabalhar na propriedade.

CADA ENXADADA... O programa ainda tem pontos em aberto, como o custeio do transporte para o interior, fiscalização do trabalho no campo e forma de lidar com famílias inteiras que vivem nas ruas. O governo calcula que existam 187 mil famílias agricultoras no estado e 50 mil moradores de rua na capital.

...UMA MINHOCA "Muita gente que hoje mora nas ruas de SP veio da roça e adoraria ter uma oportunidade de viver no campo, caso isso fosse oferecido de forma digna", diz o secretário-executivo de Desenvolvimento Social, Filipe Sabará.

GARFO... O ex-governador de SP João Doria diz que apoia a reeleição do prefeito da capital, Ricardo Nunes (MDB). "Somos amigos. Eu gosto muito dele e sim, vou apoiá-lo para a reeleição", diz. Os dois jantaram na terça (11), acompanhados das esposas.

...E FACA Nunes tem intensificado as articulações com vistas ao pleito. No domingo (9), jantou com o ex-presidente Michel Temer (MDB) e os presidentes nacionais do MDB, Baleia Rossi, e do PSD, Gilberto Kassab.

DIRETORIA O Lide Justiça, braço jurídico do grupo criado por Doria, terá um "comitê de notáveis" com o número dois da Secretaria da Segurança, Osvaldo Nico, o Defensor Público Geral de SP, Florisvaldo Fiorentino Jr., o desembargador Álvaro Passos, a presidente da Apamagis, Vanessa Mateus, e o advogado Antônio Pitombo. A entidade é presidida pelo ex-secretário de Justiça Fernando José da Costa.

ONDE DÓI Representantes de entidades varejistas sugeriram a um representante do Ministério da Fazenda em café da manhã nesta terça (11) que o governo taxe o faturamento bruto das empresas estrangeiras de comércio eletrônico. Só assim, dizem, será possível acabar com a "concorrência predatória" com as brasileiras.

PLACEBO Participaram entidades como IDV (varejo), Abinee (eletrônicos) e Abit (têxteis) e o secretário da Fazenda Marcos Barbosa. O recado dado foi que retirar a isenção tributária de compras até US$ 50 não resolve o problema da sonegação e ainda penaliza o consumidor.

CALMARIA 1 Em operação desde 2020, a Autoridade Nacional de Proteção de Dados cancelou desde 2021 todas as 23 reuniões do conselho diretor por "ausência de assuntos de pauta". Vinculado ao Ministério da Justiça, o órgão tem orçamento de R$ 40 milhões por ano. Sua função é fiscalizar a lei geral de proteção de dados.

CALMARIA 2 A agência diz que tem priorizado deliberações por canais eletrônicos, que tornam o trabalho mais ágil. Afirma ainda que já recebeu 2.054 requerimentos, entre denúncias e petições, e instaurou 41 processos de fiscalização.

GATILHO A tentativa de filiar o deputado federal Pedro Paulo (PSD) ao União Brasil para ser vice na chapa do prefeito do Rio, Eduardo Paes (PSD), em 2024, foi um dos estopins para a saída de 6 parlamentares. O grupo não aceita o que vê como intervenção da cúpula do União, que teria na filiação um primeiro movimento.

com Guilherme Seto e Carlos Petrocilo

Cláudio

GRUPO FOLHA
FOLHA DE S.PAULO ★★★
UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Redação São Paulo
Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Elíseos | 01202-900 | (11) 3224-3222
Ombudsman ombudsman@grupofolha.com.br | 0800-015-9000
Atendimento ao assinante (11) 3224-3090 | 0800-775-8080
Assine a Folha assine.folha.com.br | 0800-015-8000

EDIÇÃO DIGITAL PLANO MENSAL	Digital Ilimitado	Digital Premium
	R$ 29,90	R$ 39,90

EDIÇÃO IMPRESSA	Venda avulsa seg. a sáb.	dom.	Assinatura semestral* Todos os dias
MG, PR, RJ, SP	R$ 6	R$ 9	R$ 942,90
DF, SC	R$ 7	R$ 10	R$ 1.189,90
ES, GO, MT, MS, RS	R$ 7,50	R$ 11	R$ 1.501,90
AL, BA, PE, SE, TO	R$ 11,50	R$ 14	R$ 1.618,90
Outros estados	R$ 12	R$ 15	R$ 2.008,90

*À vista com entrega domiciliar diária. Carga tributária 3,65%

CIRCULAÇÃO DIÁRIA (IVC)
341.327 exemplares (fevereiro de 2023)

Lira reage, atrai direita e base do governo e forma maior bloco na Câmara

Grupo que inclui PP, União Brasil, PSB e PDT reúne 173 das 513 cadeiras; esquerda terá líderes e fala em governabilidade para Lula

Victoria Azevedo

BRASÍLIA O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), conseguiu atrair partidos de centro, de direita e da base do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para formar um bloco com 173 deputados —tornando-se a maior força da Casa.

O grupo é formado por PP, União Brasil, PSDB-Cidadania, Solidariedade, Patriota e Avante, além das legendas de esquerda PDT e PSB.

A criação do bloco foi selada em reunião na manhã desta quarta-feira (12), segundo líderes afirmaram à **Folha**.

A iniciativa é uma reação do presidente da Casa à criação de um bloco que rachou o centrão e uniu Republicanos, MDB, PSD, Podemos e PSC, com 142 parlamentares, ameaçando o poder interno de Lira.

Em rede social, o presidente da Câmara afirmou que o novo bloco "é a demonstração de compromisso e responsabilidade" com o Brasil.

"Vamos somar, não confrontar. Atuar juntos na construção de políticas em prol da sociedade. Respeitando as opiniões e a diversidade. Esse é o melhor caminho para apreciação dos projetos importantes para o país", disse.

O bloco construído por Lira terá 173 deputados, resultado da soma de cada bancada. Líderes partidários contam ainda com a incorporação de outros dois parlamentares ao bloco.

O pano de fundo dessa movimentação envolve a disputa de poder dentro do Congresso, a força que cada agrupamento terá na relação com o governo federal e a própria sucessão do presidente da Câmara —que ocorrerá em fevereiro de 2025.

No começo do ano, líderes da União Brasil e do PP tentaram costurar uma federação dos dois partidos, mas as articulações fracassaram.

O PT, do presidente Lula, e o PL, do ex-presidente Jair Bolsonaro, não participarão dos blocos. O governo Lula trabalha atualmente alinhado a Lira e tenta montar uma base de apoio sólida, por isso tem buscado não interferir na disputa interna na Câmara dos Deputados com o receio de atrair desafetos em um dos lados.

Segundo líderes ouvidos pela **Folha**, é estratégico para o governo ter partidos da base, como PSB e PDT, próximos de legendas que se consideram independentes. Um dirigente afirma que o Planalto precisará desses partidos para ter governabilidade e que é preciso fazer essa aproximação.

Membros do governo afirmam que estão acompanhando com atenção esses movimentos, mas dizem que não enxergam na formação dos blocos, ao menos no momento, a possibilidade de alterar o quadro da base que o Executivo tenta costurar na Câmara.

A criação do novo bloco foi anunciada por representantes dos partidos na tarde desta quarta-feira.

Em um aceno ao Palácio do Planalto, inicialmente o bloco será liderado por deputados do PSB e PDT, ambos partidos da base de Lula.

O primeiro líder será Felipe Carreras (PSB-PE), seguido de André Figueiredo (PDT-CE).

"Esses partidos têm uma convergência com a pauta democrática e queremos, claro, fazer uma frente ampla que garanta a governabilidade para o governo federal e que tenhamos, aqui dentro do Parlamento, esse tempo de consenso em pautas que sejam importantes para o Brasil", afirmou Figueiredo.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), durante entrevista Gabriela Biló - 27.mar.23/Folhapress

Centrão em blocos

Carreras também reforçou a questão da governabilidade afirmando que é um bloco que vai "procurar ajudar o presidente Lula a pavimentar governabilidade e ter uma base sólida aqui na Câmara".

O deputado Elmar Nascimento (BA), líder da União Brasil, afirmou ainda que o bloco simboliza que não há interesse de criar celeumas com o governo federal.

"Para significar que não há qualquer tipo de interesse de criar, sobretudo com o governo, qualquer tipo de celeuma, nós deputados, que estão aqui representados, compõem um bloco único na Casa que terá nesse colegiado de líderes um foro de discussão e decisões sempre pensando nos superiores interesses da população brasileira", disse.

No anúncio da aliança foi divulgado um manifesto que reconhece as diferenças ideológicas dos partidos, mas defende união em torno de pautas como a reforma tributária e o arcabouço fiscal.

"É preciso encontrar convergência nos diferentes e viabilizar o diálogo para que a Câmara funcione efetivamente como a força motriz de um sistema de engrenagens que possibilite o desenvolvimento do Brasil em todos os seus aspectos. Sem isso, projetos fundamentais para este momento correm o risco de serem bombardeados no Parlamento. Isso vai desde a tão esperada reforma tributária à garantia de verbas para a execução de políticas públicas. Do novo Marco Fiscal ao Bolsa Família", diz o texto.

"Ainda que nossa história passe por divergências ideológicas, estamos nos reunindo para selar um pacto pelo desenvolvimento pleno do Brasil nos âmbitos econômico e social, defendendo as pautas de maior interesse dos brasileiros."

Além do simbolismo político de reunir o maior contingente de cadeiras, a união dos partidos em blocos dá aos maiores grupos um poder de mando na composição das comissões mistas (entre Câmara e Senado) que devem ser retomadas para a análise das medidas provisórias, na Comissão de Orçamento e no dia a dia das votações em plenário.

O tamanho dos blocos partidários também interfere em diversos aspectos do funcionamento do Legislativo: da atuação em plenário e das possibilidades de fala dos congressistas à distribuição de relatorias de projetos importantes.

A sucessão de Lira também está em jogo, embora muita coisa possa mudar até fevereiro de 2025, quando está marcada a próxima eleição para o comando da Casa (Lira não pode disputar a reeleição).

Elmar Nascimento é considerado por vários parlamentares como o candidato de Lira à sua sucessão.

Mas a recente articulação de Republicanos, MDB, PSD, Podemos e PSC colocou em evidência outros possíveis candidatos, como o vice-presidente da Câmara, Marcos Pereira (Republicanos-SP), e o líder do MDB, Isnaldo Bulhões Jr. (AL).

Bancada evangélica diz que Receita faz perseguição ao reavaliar benefícios

Tribunal de contas apura atos de Bolsonaro que tiveram, no Fisco, tramitação considerada atípica

Ranier Bragon

BRASÍLIA Líderes da bancada evangélica no Congresso afirmam que a reavaliação de benefício tributário concedido na gestão Jair Bolsonaro (PL) ao segmento é perseguição política por parte do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Formada em grande parte por integrantes do PL de Bolsonaro, a bancada promete resistir a eventuais mudanças na interpretação do Fisco.

"Tivemos reuniões com a Receita desde o governo Michel Temer [2016-2018] e, depois, na época do governo do presidente Bolsonaro. Tínhamos uma série de pedidos, a Receita aos poucos foi entendendo o que tinha acontecido e chegou ao ponto de a gente conseguir resolver 70% dos problemas", afirma o deputado Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), que presidiu a frente evangélica até fevereiro deste ano.

"A gente tem clareza de que a Receita durante os governos petistas foi usada através de instruções normativas para perseguir o segmento religioso", diz ele.

Como mostrou a **Folha**, a isenção tributária a pastores evangélicos publicada pela Receita às vésperas da campanha eleitoral de 2022 está passando por reavaliação interna do Fisco, sob suspeita de ter ocorrido de forma atípica.

O ADI (Ato Declaratório Interpretativo) nº 1, de 29 de julho de 2022, ampliou o alcance da isenção previdenciária a pastores —forte núcleo de apoio a Bolsonaro, candidato à reeleição— e também está sob investigação do TCU (Tribunal de Contas da União).

Um dos pontos detectados, de acordo com envolvidos na análise, é que a edição do ato não passou pela avaliação técnica da subsecretaria de tributação da Receita.

O ato, que trata da prebenda (valor fixo recebido pelos pastores e líderes religiosos, em geral para sua subsistência), foi o capítulo final de uma longa lista de projetos aprovados pelo Congresso por pressão da bancada evangélica que resultaram em anistia e isenção a igrejas evangélicas.

> Não podemos perder as conquistas, nós queremos ampliá-las. A igreja faz relevante trabalho para a sociedade praticamente a custo zero [...]. Os pastores precisam ser respeitados nessa questão tributária
>
> **Eli Borges**
> deputado federal (PL-TO) e presidente da frente evangélica no Congresso

A lei isenta a prebenda do recolhimento, pelas igrejas, de contribuição previdenciária, desde que ela tenha relação com a atividade religiosa e não seja vinculada a alguma espécie de produtividade.

A Receita Federal, porém, detectou nos últimos anos que algumas igrejas adotavam um sistema similar ao da participação nos lucros de empresas privadas. Ou seja, a distribuição de altas somas de dinheiro que premiavam pastores e líderes religiosos de templos com maior arrecadação de dízimos.

Apesar de reconhecer a contribuição de Bolsonaro, Sóstenes diz considerar injusta a afirmação de que o ex-presidente foi o responsável pelas medidas em prol da bancada evangélica devido ao veto que ele aplicou em 2020 a um artigo que aprovava uma anistia aos religiosos. O próprio Bolsonaro, porém, estimulou o Congresso a derrubar o seu veto.

"Ele não resolveu, nós [Congresso] é que resolvemos por nós mesmos. Ele até contribuiu, ajudou as reuniões, botou o Paulo Guedes [ministro da Economia] e o secretário da Receita em reuniões com a gente, na sala dele, na Presidência, mas na hora que ele teve que sancionar nossa lei, ele vetou [parcialmente]. Ele não tem responsabilidade legal sobre isso."

Atual presidente da frente evangélica, o deputado Eli Borges (PL-TO) afirma concordar com eventual reavaliação do ato da Receita, desde que seja para deixá-lo mais claro no sentido da isenção para o exercício do sacerdócio.

"Não podemos perder as conquistas, nós queremos ampliá-las. A igreja faz relevante trabalho para a sociedade brasileira praticamente a custo zero. Os pastores prestam relevante serviço para a sociedade, com a doação sacerdotal, e precisam ser respeitados nessa questão tributária. Naturalmente existe a questão pessoal de cada um. Aí, fora do sacerdócio, entendemos que a lei tem que alcançar a todos", diz.

O deputado Pastor Marco Feliciano (PL-SP) diz considerar a publicação da Receita de 2022 um ato jurídico perfeito, que só é revisto agora por razões políticas.

"Usam-se lupas para debruçar sobre tudo que envolva as igrejas, a fim de criar factoides, reformando tudo que foi elaborado pelo governo passado", afirma. "No que se refere a assuntos de interesse social dos cristãos, a ampliação do alcance da isenção previdenciária a pastores não pode ser encarada como privilégio, mas questão de justiça."

Segundo ele, a base evangélica no Congresso está em alerta para resistir a eventuais mudanças.

A Receita enviou as informações sobre o caso ao TCU em fevereiro deste ano. O tribunal havia aberto ainda em 2022 um procedimento para investigar possíveis irregularidades na edição do ADI. Ao fim desse procedimento, a normativa poderá ser total ou parcialmente revista.

Imagens postadas pela deputada Júlia Zanatta (PL-SC) em rede social; atrás dela está Márcio Jerry (PC do B-MA), que pede exame do vídeo @juliazanattasc no Instagram

Oposição e base batem boca após acusação de assédio

Victoria Azevedo

BRASÍLIA Parlamentares da base do governo Lula (PT) e da oposição trocaram acusações nesta quarta-feira (12) após a deputada bolsonarista Júlia Zanatta (PL-SC) acusar de assédio o deputado Márcio Jerry (PC do B-MA).

Ela disse que pretende entrar com representação no Conselho de Ética da Câmara contra Jerry. Afirma que o parlamentar a abordou por trás e a intimidou com palavras ao pé do ouvido, além de encostar no seu pescoço, durante a sessão na Comissão de Segurança Pública da Câmara, na terça (11), com o ministro da Justiça, Flávio Dino (PSB).

A parlamentar postou em redes sociais frame de vídeo da cena que, para a oposição, distorce a situação.

Jerry nega a acusação e se diz vítima de fake news. "Peço um exame honesto do vídeo da sessão, e não a apreciação da imagem congelada que gera deturpação e fake news", afirmou o parlamentar à coluna Mônica Bergamo, da **Folha**. Ele disse que no momento ocorria uma discussão acalorada entre Zanatta e a deputada Lídice da Mata (PSB-BA).

"Eu me aproximei dela [Zanatta] respeitosamente. É muito natural nesse ambiente parlamentar você falar um pouco mais próximo. Falei um pouco mais próximo dela e pronunciei a seguinte frase: 'É uma deputada [Lídice] com 40 anos de atuação nesta casa.'"

Nesta quarta, na mesma comissão, o episódio da véspera virou motivo de bate-boca entre o deputado Orlando Silva (PC do B-SP) e parlamentares da oposição.

Parlamentares de oposição falaram em leniência dos governistas com um comportamento machista. Já os deputados de esquerda disseram que o colega do PC do B está sendo vítima de uma distorção.

Os defensores de Jerry apontam que Zanatta compartilhou apenas um recorte do vídeo, o que pode levar a outras interpretações.

O presidente da Comissão de Segurança Pública, Sanderson (PL-RS), teve de intervir. Citando o argumento de imunidade parlamentar, afirmou que era preciso "parar com essa história de querer tolher o que o deputado fala."

Ao que um parlamentar afirmou: "Só não pode assediar". E Orlando rebateu: "Nem fazer denunciação caluniosa, que é o que essa moça fez".

Os deputados Eduardo Bolsonaro (PL-SP) e Marcel Van Hattem (Novo-RS), acusaram Orlando de debochar da situação. "Não posso ouvir calado o deputado Orlando Silva caçoar de uma mulher que está ressentindo o que aconteceu", disse Van Hatten.

"Marcel Van Hattem está certo. Esse deboche com uma mulher que teve uma cheirada no cangote, eu tenho certeza que todo homem casado aqui não gostaria que a sua esposa ou filha fosse vítima do mesmo ato", completou Eduardo.

Ao que Orlando respondeu: "Não foi deboche. Estou afirmando que ela será alvo de denunciação caluniosa, porque quem viu o vídeo percebeu que houve uma manipulação da imagem, uma fotografia para induzir determinada opinião. É inaceitável acusar o deputado Márcio Jerry de assédio, isso é crime. Denunciação caluniosa é o que será imputado à senhora parlamentar. Inaceitável".

Também à coluna Mônica Bergamo, a líder do PC do B, Jandira Feghali (RJ), saiu em defesa do colega de bancada, acusou Zanatta de fake news e afirmou que o partido já estuda medidas para pedir uma investigação contra a deputada da bolsonarista.

"Ela é uma pessoa desequilibrada, que cria problemas em cima de inverdades, é o histórico dela", afirmou Feghali à coluna. "Ela congelou a imagem [do vídeo] em um frame que interessava a ela".

A bancada do PSB na Câmara divulgou nota em solidariedade a Jerry, que "bravamente defendeu Lídice Da Mata de agressões verbais e ataques machistas".

"Julia, com a mão levantada na direção da parlamentar baiana, saiu em defesa dos homens que tentaram intimidar e calar Lídice, e assumiu a posição de ataque à deputada. O deputado Márcio Jerry chamou então a atenção da deputada do PL para que respeitasse a história de Lídice", diz a nota do PSB.

O texto diz que recortar a realidade é "uma prática comum da extrema direita". "Não admitiremos que essa corrente de ódio cale aqueles que estão trabalhando por um Brasil melhor, mais seguro e livre da violência que se espalhou pelo país nos últimos quatro anos", finaliza o texto.

A ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro, presidente do PL Mulher, divulgou nota de repúdio ao ocorrido e solidariedade à deputada. Manifestou sua "completa repulsa pela ação intimidadora desse parlamentar" e disse que Zanatta tem o apoio dela e de toda a bancada feminina da legenda.

"Minha incondicional solidariedade à deputada Julia Zanatta, vítima de assédio pelo deputado Márcio Jerry. O ato dele nitidamente teve o intuito de inibi-la", diz a nota.

Leia mais na pág. C2

Projeto que pune plano de ataque a autoridade avança

BRASÍLIA A Comissão de Segurança Pública do Senado aprovou nesta quarta (12) projeto de lei do senador Sergio Moro (União Brasil-PR) que prevê de 4 a 12 anos de prisão para quem planeja ataque ou ameaça contra autoridades que combatem o crime organizado.

O PL (projeto de lei) estende a proteção pessoal a policiais, magistrados e membros do Ministério Público aposentados sob ameaça do crime. Hoje, a lei prevê medidas de segurança apenas para autoridades que estão na ativa e familiares.

Moro apresentou a proposta no mês passado, depois que a PF (Polícia Federal) deflagrou operação para desarticular um plano da facção criminosa PCC contra ele e outras autoridades, como o promotor Lincoln Gakiya.

Segundo Gakiya, que coordena o principal grupo do MP contra o crime organizado, Moro estaria na mira do PCC por ter impedido visitas íntimas em presídios federais quando ministro da Justiça e Segurança Pública de Jair Bolsonaro (PL).

Relator da matéria, o senador Efraim Filho (União Brasil-PB) disse que o plano contra Moro —repreendido pela PF— e os ataques de facções no Rio Grande do Norte revelam que "a ousadia dos criminosos ultrapassou todos os limites", o que exige "resposta severa" contra o crime organizado.

O senador Omar Aziz (PSD-AM) chegou a pedir tempo para analisar o projeto, mas voltou atrás. Sem citar nomes, criticou a postura midiática de juízes e promotores e disse que é preciso entender quem vai pagar a conta da proteção às autoridades.

O projeto de lei foi aprovado em caráter simbólico —sem a contagem de votos— e segue para a CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) do Senado.

No texto do projeto, Moro cita que dois policiais penitenciários federais e uma psicóloga foram assassinados pelo PCC desde 2016.

Thaísa Oliveira

Válido p/ o dia 13 de abril de 2023

Néctar Carrefour Classic sabores - 1 litro
3,89 cada

Lava-Roupas em Pó Omo Lavagem Perfeita sanitiza & higieniza 2,2kg
29,89 cada
meu Carrefour **27,89** cada

PREÇO ECONÔMICO! NOVO LAVAGEM PERFEITA OMO lavagemperfeita SANITIZA&HIGIENIZA RENDE ATÉ 2,7kg OU 27 LAVAGENS TAMANHO FAMÍLIA

Tira-Manchas em Pó Vanish Oxi Advance tipos - refil - 400g
50% DESCONTO na 2ª unidade
Comprando 1 unid. pague 19,89
a 2ª unidade sai por: **9,95**

REFIL ECONÔMICO PÓ Vanish Oxi Action TIRA MANCHAS 400g

Maionese Heinz pote - 390g
50% DESCONTO na 2ª unidade
Comprando 1 unid. pague 12,59
a 2ª unidade sai por: **6,30**

LUX BOTANICALS ORQUÍDEA NEGRA 200 ml
Dove esfoliação suave sabonete líquido 200 ml

TODOS OS SABONETES LÍQUIDOS LUX OU DOVE COM
60% DESCONTO na 2ª unidade do mesmo produto
Mesma marca, fabricante, tipo e preço de venda.

LG Bluetooth
Caixa Acústica LG XBOOM RN9
À vista: 1.948,50 cada
ou 15x de **129,90*** s/ juros

Bluetooth
Entrada USB
Rádio FM
Caixa de Som Amplificada Polyvox XC-510T
15x de 19,93* s/ juros ou À vista:
299,00 cada

motorola
128GB Memória · bateria 5000mAH · câmera Tripla
Motorola Moto G32
Claro
NO PLANO CLARO CONTROLE
20X DE 54,95* S/ JUROS
OU À VISTA:
1.099,00 cada

SAMSUNG
128GB Memória · bateria 5000mAH · câmera Quádrupla
Samsung A23
Claro
NO PLANO CLARO CONTROLE
20X DE 69,95* S/ JUROS
OU À VISTA:
1.399,00 cada

Consulte disponibilidade dos produtos nas lojas. Os elementos utilizados para as produções das fotos deste impresso são meramente ilustrativos. *As compras parceladas só serão válidas com o Cartão Carrefour. Parcela mínima sem juros de R$ 9,90 (nove reais e noventa centavos) para produtos de todas as categorias, exceto Drogaria e Eletro. Parcela mínima sem juros de R$ 29,90 (vinte e nove reais e noventa centavos) para produtos de toda a categoria Eletro.

Ofertas válidas para o dia 13/4/2023, ou enquanto durarem os estoques, somente para as Lojas Carrefour do Estado de São Paulo, exceto para as Lojas Carrefour Bairro, Carrefour Express e Carrefour Market. Consulte no site carrefour.com.br os telefones, endereços e horário de funcionamento de todas as lojas. Alguns produtos anunciados podem não estar disponíveis em todas as lojas, havendo variações no sortimento de cada loja. Consulte a loja mais próxima.

Para o sortimento disponível em loja, garantimos a quantidade mínima de 10 unidades/kg por loja dos produtos aqui anunciados. As compras parceladas só serão válidas com o Cartão Carrefour. Os elementos utilizados para as produções das fotos deste impresso são meramente ilustrativos. Consulte disponibilidade dos produtos nas lojas.

EV - 169911

"Racismo é crime. Denuncie. Disque 100 ou procure a Delegacia de Polícia Civil mais próxima ou o Ministério Público"

A deputada federal Tabata Amaral (PSB-SP), que já foi do PDT Bruno Spada - 27.mar.23/Divulgação Câmara

Federação com PSB, PDT e Solidariedade trava nos estados

Negociação esbarra na falta de sintonia entre os partidos para as eleições de 2024 devido a disputas regionais

João Pedro Pitombo e José Matheus Santos

SALVADOR E RECIFE A negociação para uma federação entre PSB, PDT e Solidariedade, iniciada em março, esbarra na falta de sintonia entre os partidos para as eleições municipais do próximo ano.

A despeito de serem do mesmo campo político e aliados do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), os três partidos têm interesses conflitantes nas disputas de prefeituras de capitais como São Paulo, Salvador, Fortaleza, Recife, Natal e Curitiba.

Federação partidária é a união de dois ou mais partidos que devem atuar, por ao menos quatro anos, como se fossem um só partido. A regra vale para a atuação nos Legislativos e para as disputas eleitorais durante a vigência.

As eleições municipais são estratégicas para os partidos conseguirem mais prefeitos e vereadores que atuariam como cabos eleitorais de candidatos a deputado em 2026.

Em São Paulo, principal colégio eleitoral em disputa, os interesses são divergentes. O PSB quer lançar a deputada federal Tabata Amaral à prefeitura, o PDT apresentou a pré-candidatura do apresentador José Luiz Datena e o Solidariedade faz parte da base do prefeito Ricardo Nunes (MDB) e tende a apoiar sua reeleição.

> “Estamos em lados diferentes na Bahia. Um dos lados vai ter que ceder, e vou lutar para que não seja o meu
>
> **Lídice da Mata**
> deputada federal, presidente do PSB da Bahia e pré-candidata à Prefeitura de Salvador, sobre o PDT baiano

O conflito faz com que dirigentes partidários apostem em aliança só na eleição de 2026. Presidente estadual do PDT, Antonio Neto defende que a atuação conjunta no Congresso seja um ensaio para a federação: “A ideia é fazer o noivado primeiro para só depois pensar em um casamento”.

Nesta quarta (12), o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), atraiu os três partidos para formar um bloco com outros seis, totalizando 173 deputados e se tornando a maior força da Casa.

Antonio Neto afirma que há resistência no partido a um possível apoio à candidatura de Tabata Amaral, que já foi filiada ao PDT e deixou o partido de forma ruidosa em 2021 em meio a conflitos internos.

Na Bahia, PDT e PSB estão em campos opostos. O PSB é aliado histórico do PT baiano, e o PDT apoiou a candidatura de ACM Neto (União Brasil) ao governo em 2022.

A disputa pela Prefeitura de Salvador em 2024 seria um novo entrave entre as duas siglas.

O PDT é o partido de Ana Paula Matos, vice-prefeita na gestão do prefeito Bruno Reis (União Brasil). Ambos devem concorrer à reeleição. O PSB, por sua vez, lançou a pré-candidatura da deputada federal Lídice da Mata, que já foi prefeita da cidade de 1993 a 1996.

Presidente do PDT na Bahia, o deputado federal Félix Júnior defende que os partidos com mandato no Executivo tenham prioridade na federação. Lídice da Mata, presidente do PSB baiano, antecipa as dificuldades: “Estamos em lados diferentes na Bahia. Um dos lados vai ter que ceder e vou lutar para que não seja o meu”.

Em Curitiba, há ao menos quatro pré-candidatos à prefeitura nos três partidos que negociam a federação: o deputado federal Luciano Ducci (PSB), o senador Flávio Arns (PSB), o deputado estadual Goura (PDT) e o deputado federal Luizão Goulart (Solidariedade).

Presidente do PSB no Paraná, Luciano Ducci defende a federação já em 2024 e diz que o debate não pode ser prejudicado por questões locais: “Todas as pendências são perfeitamente resolvíveis. Basta ter bom senso e seguir critérios objetivos”.

Outro imbróglio está no Rio Grande do Norte, onde os três partidos estão em lados opostos. O mais cotado do PSB para disputar a Prefeitura de Natal é o ex-deputado Rafael Motta, que perdeu a disputa para o Senado em 2022. Um dos rivais foi o ex-prefeito de Natal Carlos Eduardo Alves (PDT), que pode disputar o pleito municipal da capital novamente.

A situação no estado é tida como uma das mais delicadas, em razão das rivalidades acirradas entre PDT e PSB.

No Recife, o PDT é aliado do PSB, partido do prefeito João Campos, influente no comando do partido, que quer disputar a reeleição e é favorável à federação já em 2024.

Já o Solidariedade é comandado pela ex-deputada federal Marília Arraes, derrotada no segundo turno da eleição para o Governo de Pernambuco em 2022.

Uma eventual federação poderia colocar os primos de segundo grau juntos. Adversários em 2020 na eleição para a prefeitura, João Campos e Marília Arraes não são próximos politicamente. A situação ficou menos tensa após o apoio dele à ex-petista no segundo turno da eleição estadual de 2022.

Marília Arraes não tem sinalizado intenção de disputar a prefeitura da capital novamente. Uma parte dos seus aliados defende que ela pleiteie a Prefeitura de Olinda.

Em Fortaleza, o prefeito Sarto Nogueira (PDT) está com relação estremecida com o PSB —dois vereadores do partido romperam com a gestão e migraram para a oposição nas últimas semanas. O vice-prefeito Élcio Batista deixou o PSB e migrou para o PSDB.

PDT e PSB ensaiaram uma aproximação nas eleições municipais de 2020, quando fecharam alianças em 45 cidades com mais de 100 mil habitantes, incluindo dobradinhas em ao menos oito capitais.

A parceria devia ser uma espécie de laboratório para as eleições de 2022, mas os dois partidos seguiram caminhos distintos na eleição presidencial: o PDT lançou a candidatura de Ciro Gomes, enquanto o PSB compôs a chapa vitoriosa de Lula.

As cúpulas de PSB, PDT e Solidariedade têm praticamente um consenso em torno da federação para as eleições de 2026. Para 2024, há divergências internas nas três legendas.

No Solidariedade, o principal defensor é o ex-deputado Paulinho da Força, enquanto a bancada na Câmara resiste ao vínculo já para o próximo ano.

O ministro da Previdência, Carlos Lupi, presidente licenciado do PDT, está cético quanto à federação para o próximo ano, de acordo com integrantes da Executiva do partido. Mas uma ala da bancada na Câmara, encabeçada pelos deputados federais do Ceará, defende a construção.

O objetivo dos partidos com a federação é criar musculatura nas negociações com o governo federal, além de garantir maior robustez para atingir a cláusula de desempenho nas próximas eleições.

Em 2022, o Solidariedade elegeu quatro deputados federais e não conseguiu superar a cláusula. Para alcançar o patamar mínimo, incorporou outra legenda: o Pros.

PSB e PDT, por sua vez, tiveram desempenho aquém do histórico das legendas no Congresso. Os pedetistas elegeram 17 deputados federais, e os pessebistas viram sua bancada cair para 15 parlamentares na Câmara.

Os partidos estão em processo de consultas internas e discutem quais seriam os critérios para escolher quem comandará a federação em cada estado. Um dos critérios seria o maior número de votos na última eleição para deputado federal. Mas haveria prevalência dos partidos nos locais onde eles elegeram o governador ou o prefeito da capital.

Alckmin nega reforma ministerial depois de ministra pedir para deixar a União Brasil

Marianna Holanda

BRASÍLIA O presidente interino, Gerado Alckmin, disse nesta quarta-feira (12) que não há discussão sobre reforma ministerial e que cargo de ministro é da confiança do chefe do Executivo.

Alckmin não mencionou o nome de Daniela Carneiro (Turismo), que anunciou que pretende deixar a União Brasil, mas deu a resposta após ser questionado sobre a manutenção dela no cargo ou sobre a possibilidade de uma reforma ministerial.

“Não tem nenhuma história de reforma ministerial. Cargo de ministro é responsabilidade e, de outro lado, é confiança do presidente da República. Não tem nenhuma discussão de reforma ministerial”, disse.

Alckmin (PSB), presidente interino durante viagem de Lula, em evento de infraestrutura em Brasília Gabriela Biló/Folhapress

A declaração foi dada a jornalistas após fórum da Abdib (Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base). Alckmin ocupa interinamente a Presidência durante viagem de Lula à China.

Daniela pediu desfiliação da União Brasil ao TSE (Tribunal Superior Eleitoral) após disputas internas. O Planalto adotou cautela e quer esperar os desdobramentos da crise no partido para definir seus próximos movimentos.

Daniela já era alvo de fogo amigo de integrantes da União Brasil que tentam ocupar a pasta. Agora, a crise interna do partido elevou a pressão sobre ela. Dentro do governo, a avaliação é que a ministra fica fragilizada, mas ainda há disposição em mantê-la no posto, principalmente pela proximidade com Lula.

A fala de Alckmin está alinhada com a do ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, que afirmou à **Folha** que o governo não age por impulso.

“Vamos analisar com a calma necessária, não ter da nossa parte qualquer medida precipitada”, disse. O ministro também destacou o apreço que Lula tem por Daniela.

> “Não tem nenhuma história de reforma ministerial. Cargo de ministro é responsabilidade e, de outro lado, é confiança do presidente da República. Não tem nenhuma discussão de reforma
>
> **Geraldo Alckmin**
> presidente interino

A União Brasil tem as pastas do Turismo e Comunicações, além da Integração e do Desenvolvimento Regional. Isso não foi suficiente para atrair integralmente a legenda, que se declara independente, para a base do petista.

Esta não é a primeira crise no governo envolvendo a ministra do Turismo. Nos primeiros dias do mandato, a **Folha** mostrou vínculos políticos dela com milicianos no Rio de Janeiro. Daniela, por exemplo, recebia apoio político do ex-vereador Marcio Pagniez, conhecido como Marcinho Bombeiro, preso preventivamente.

A confiança de Lula no trabalho da ministra e a gratidão pelo empenho dela e de seu marido, Waguinho, durante a campanha do petista são alguns dos motivos pelos quais o governo saiu em sua defesa e decidiu pela sua manutenção.

À época, Lula buscou minimizar o elo e, em entrevista à CNN Brasil, tratou o caso apenas como uma “fotografia”, ignorando uma série de vínculos da ministra com a milícia fluminense.

“Ela aparecia num caminhão lá com um cara miliciano. Eu, sinceramente, se for levar em conta pessoas que estão em fotografia ao lado de outras pessoas, a gente não vai conversar com ninguém, porque eu sou o cara que mais tiro fotografia no mundo”, disse o presidente em fevereiro.

“Se for pegar fotografia do Lula com gente que virou meu inimigo, eu estou inteiramente lascado para o resto da vida. Vamos julgar direitinho, não vamos ter pressa”, completou.

TRF-2 reverte sentença de Bretas e livra Pezão de pena de 98 anos

RIO DE JANEIRO O TRF-2 (Tribunal Regional Federal da 2ª Região) absolveu nesta quarta-feira (12) o ex-governador do Rio de Janeiro Luiz Fernando Pezão (MDB) das acusações de corrupção, organização criminosa e lavagem de dinheiro.

Por maioria (2 a 1), a Primeira Turma Especializada do tribunal decidiu reverter a sentença do juiz Marcelo Bretas, que impôs uma condenação de 98 anos e 11 meses de prisão ao ex-governador. Essa é a única ação penal em curso contra Pezão.

Em nota, a defesa do ex-governador afirma que a decisão “resgata a dignidade e honra do ex-governador, que teve seu mandato precocemente interrompido e ficou mais de um ano injustamente preso, com base em especulações rasas e ilações do Ministério Público Federal”.

“Ganham a democracia e o Estado de Direito”, afirmou o escritório Mirza & Malan Advogados, em nota.

Pezão afirmou à **Folha** ter se surpreendido com a decisão do TRF-2. Ele disse que esperava uma redução de pena no tribunal e imaginava uma luta no STJ (Superior Tribunal de Justiça) e STF (Supremo Tribunal Federal) pela absolvição.

“Fui condenado sem provas. Tinha certeza que conseguiria um julgamento justo nos tribunais superiores. Mas me surpreendi em ter caído tudo aqui no tribunal”, disse o ex-governador.

Por essa acusação, Pezão foi preso no Palácio das Laranjeiras, residência oficial do governador do Rio de Janeiro, em novembro de 2018, quando faltavam dois meses para o encerramento de seu mandato. O STJ (Superior Tribunal de Justiça) revogou a prisão preventiva cerca de um ano depois.

Ele era acusado de ter integrado uma organização criminosa comandada pelo ex-governador Sérgio Cabral quando foi vice-governador (2007-2014), e também de dar continuidade às atividades ilícitas durante sua própria gestão (2014-2018).

Em entrevista à **Folha** após a condenação, a maior já imposta por Bretas, o ex-governador negou as acusações.

“Você pega a sentença dele [Bretas] e ele fala oito vezes que eu era uma pessoa gananciosa e que vivia nababescamente. Acho que ele julgou uma outra pessoa”, disse Pezão.

“Não me beneficiei, não peguei dinheiro, não fiz fortuna para deixar para meus filhos e meus netos. Estão todos ralando aí. Estou com um filho desempregado, que é piloto de avião. Deveria ter é um avião para ele pilotar. Aquela pessoa que o Bretas julgou ali não sou eu.”

Pezão foi convidado a integrar o governo Cláudio Castro (PL), reeleito em outubro, como presidente do Instituto Rio Metrópole. Ele recusou o convite, mas planeja voltar à política.

Italo Nogueira

Gripen estará pronto para combate em 2024

Força Aérea Brasileira deverá realizar seu primeiro exercício com novo caça e lançar míssil Meteor, inédito no país

Igor Gielow

RIO DE JANEIRO O Saab Gripen, novo caça da FAB (Força Aérea Brasileira), estará pronto para missões de combate e interceptação no ano que vem, quando participará de seu primeiro exercício militar.

A informação foi dada pelo comandante do GDA (Grupo de Defesa Aérea), baseado em Anápolis (GO), que concentrará a frota de 36 caças encomendados pelo Brasil em 2014 e que começaram a ser entregues em dezembro do ano passado.

Até aqui, há quatro aviões voando, além do primeiro exemplar enviado ao Brasil pela fabricante na Suécia para finalizar a campanha de certificação militar. Dos 36, 15 deverão ser produzidos na linha conjunta da Saab e da Embraer em Gavião Peixoto (SP), a partir do próximo dia 24.

"Deveremos estar no Cruzex em Natal. De fato, a operação armada é essa", disse o comandante, tenente-coronel Gustavo de Oliveira Pascotto. O Cruzex é um exercício multinacional que ocorre cada ano em um país da América do Sul, envolvendo convidados como os Estados Unidos.

Em 2024, será realizado em Natal. Até lá, talvez já haja mais quatro Gripen em ação.

Caça Gripen F-39 da FAB voa em cerimônia de apresentação em base de Anápolis, em Goiás Ueslei Marcelino - 19.dez.22/Reuters

Por ora, estão sendo usados para adaptação dos pilotos, cujo grupo inicial foi treinado na Suécia porque não há Gripen com dois assentos, um deles para o instrutor, no Brasil. Não fazem patrulhas reais ainda.

Na atual geração do caça, a terceira, esse avião se chama modelo F — o E, que já está no Brasil, é para um só piloto. A programação previa que os oito caças de dois lugares da encomenda seriam produzidos na fábrica da Embraer.

O modelo foi desenhado praticamente todo em Gavião Peixoto, por um time de 67 engenheiros, metade brasileiros. Em 2020, a primeira peça específica para a fuselagem foi cortada na fábrica da Saab em São Bernardo do Campo (SP).

Mas atrasos por soluços orçamentários, algo crônico nos programas estratégicos brasileiros, acabaram obrigando a Saab a prever a construção de apenas 4 dos 8 aviões modelo F no Brasil, e a Embraer considerou que a escala não compensava a instalação da linha.

A Saab diz que o primeiro modelo F deverá ser entregue em 2025. No ano passado, o programa teve uma boa execução no orçamento, contudo: do R$ 1,6 bilhão empenhado, R$ 1,4 bilhão foi gasto, segundo o sistema de acompanhamento de gasto federal do Senado.

Assim, agora só serão feitos no país os 15 modelos E. Executivos da Saab consideram que o principal ganho na transferência tecnológica para os brasileiros já foi dado quando participaram do desenho do avião, que precisou readaptar o aparelho da metade para a frente.

A linha de produção, ao fim, é igual a qualquer outra. A inauguração formal não será no dia 24 porque está prevista a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), e o Planalto postergou a ida por motivos de agenda.

O comandante Gustavo, como é chamado na FAB, disse que já está em planejamento o primeiro teste no Brasil de um míssil com capacidade de abate além da linha do horizonte, o europeu Meteor, do MBDA.

O modelo, o mais avançado do tipo, permite que o piloto dispare a 100 km ou 200 km do alvo, podendo atualizar sua rota no caminho. Com um motor ramjet, que injeta combustível no fluxo de ar supersônico, chega até a quase 5.000 km/h.

É um evento raro mesmo na Europa e nos EUA, dado que cada míssil, aí com a carga bélica completa, custa o equivalente a quase R$ 12 milhões. O Gripen também vai operar mísseis de curto alcance Iris-T teuto-italianos, e com isso terá o jogo de armamentos mais sofisticado da América Latina.

Eles fazem parte do pacote total da compra, que saiu em 2014 por um valor financiado por 25 anos que hoje equivaleria a cerca de R$ 28 bilhões. Preços e quantidades não são revelados, embora análise de bases de vendas internacionais indique que foram ao menos 100 Meteor comprados.

A intenção da Saab, que na terça (11) anunciou na LAAD, feira militar no Rio, aprofundamento da parceria com a Embraer, é que o Brasil seja base exportadora para países fora do eixo europeu para o Gripen.

Na América Latina, Colômbia e Peru têm o caça sueco em concorrência para substituir suas frotas antiquadas. No âmbito da Otan, aliança militar ocidental que poderá ter a Suécia em breve, o Gripen perdeu concorrências importantes para o americano F-35 na Finlândia e no Canadá.

Como é um aparelho mais barato e altamente sofisticado, embora não tenha as características furtivas que colocam o F-35 na categoria arbitrária de quinta geração, a Saab espera que ele seja uma alternativa apetitosa. Ele está em disputas na Índia e na Áustria e espera renovar sua presença na Tailândia, que já opera Gripen mais antigos.

Múcio visita maior navio da Marinha e fala em aumento de verba

Leonardo Vieceli

RIO DE JANEIRO Em visita ao maior navio da Marinha, o ministro da Defesa, José Múcio Monteiro, afirmou nesta quarta-feira (12) que o governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) estuda proposta para elevar as verbas das Forças Armadas.

Segundo Múcio, o governo analisa projeto para aumentar gradualmente os recursos a um nível equivalente a 2% do PIB (Produto Interno Bruto). "Hoje nós gastamos 1,3% do nosso PIB nos investimentos das Forças Armadas", disse o ministro.

"Estamos preparando uma proposta combinada com os três comandantes para apresentar primeiro um orçamento de 1,5% [do PIB], depois de 1,8%, depois de 2%, que é o número recomendado pela Otan [Organização do Tratado do Atlântico Norte]", afirmou.

As declarações foram dadas em a visita ao Navio-Aeródromo Multipropósito Atlântico. A embarcação tem cerca de 200 metros de comprimento, com tripulação de aproximadamente mil pessoas em um dia de operação. Construído na Inglaterra, o Atlântico foi incorporado em 2018.

O navio estava posicionado no litoral do Rio de Janeiro, em uma distância equivalente a cerca de 50 km da costa.

Para Múcio, "os países todos estão investindo em defesa" e o governo também pretende estimular uma retomada da construção de embarcações na indústria naval no Brasil, medida que divide opiniões entre economistas.

Vista de janela do Navio-Aeródromo Multipropósito Atlântico, no litoral do Rio de Janeiro Leonardo Vieceli/Folhapress

"Defendo muito isso porque seria uma geração de emprego num curto espaço. Na hora em que você quiser fazer um navio, os estaleiros estão prontos, um submarino, e assim nas outras armas", disse.

O setor naval teve impulso nos governos petistas anteriores, mas amargou uma derrocada nos últimos anos.

A dificuldade para competir com países asiáticos é apontada por parte dos economistas como obstáculo para o desenvolvimento dessa indústria. Estaleiros também foram afetados pela descoberta, na Operação Lava Jato, de irregularidades em contratos.

Na avaliação de Múcio, o governo Lula se concentrou em fazer uma "arrumação" nos cem primeiros dias de mandato e agora pretende "materializar" planos.

Questionado sobre o relacionamento do Executivo com as Forças Armadas, Múcio minimizou as turbulências na troca de governo. Segundo ele, as relações "estão excelentes", e "as coisas têm funcionado muito bem".

A visita de Múcio ao navio nesta quarta foi agendada em meio à realização da feira internacional LAAD 2023, voltada à área de defesa e segurança. O evento, que ocorre nesta semana no Rio de Janeiro, é considerado a maior feira militar da América Latina.

Múcio foi acompanhado na visita ao navio Atlântico pelo comandante da Marinha, Marcos Sampaio Olsen, que afirmou não ver dificuldade de diálogo entre o governo federal e as Forças Armadas.

Corrupção bolsonarista, um epílogo

Falta de denúncia e punição a Bolsonaro evidencia corrupção do sistema de Justiça

Conrado Hübner Mendes
Professor de direito constitucional da USP, é doutor em direito e ciência política e membro do Observatório Pesquisa, Ciência e Liberdade - SBPC.

A corrupção bolsonarista é um modo de vida. De vida em família. Em 2022, narrei essa novela em dez capítulos.

A série passou por "rachadinhas", assessores-fantasma, compra de imóveis com malas de dinheiro, decretação de sigilo irrestrito, apagão de dados, barras de ouro, kits robótica, orçamento secreto, assédio eleitoral, militarismo cleptocrático, milicianismo armamentista, fraude da vacina. Com Augusto Aras e Augusto Heleno de chaveirinhos de bolso. O último capítulo concluiu: "Parece ruína, mas ainda é desconstrução."

Não acabou e não vai acabar. Derrotado nas eleições que buscou suprimir, Jair Bolsonaro voou para um autoexílio em Orlando antes de terminar o mandato. Não passou a faixa, tentou golpe com seus generais e ministro da Justiça.

Voltou, foi submetido a interrogatório policial, obrigado a devolver as joias escondidas no sítio do seu piloto de corrida e a prestar contas sobre as joias de R$ 16 milhões apreendidas. Crime de peculato, mas, segundo seu filho Flávio, "presente de caráter personalíssimo, independentemente do valor".

Vivemos para testemunhar o epílogo patético de um rapineiro. Ou será o primeiro capítulo de nova temporada? Vai depender do sistema de Justiça, cúmplice histórico da corrupção bolsonarista.

A biografia de Jair Bolsonaro não aceita distinções da república: entre o público e o privado; entre Estado, governo e família; entre povo e coro de apoiadores; entre eleição e aclamação, instituições e pessoas. Entre direitos fundamentais e desejos da maioria, entre liberdade e prevalência contingente do mais forte e astuto.

Bolsonaro é sujeito privado que representa somente a si. Tem bloqueio cognitivo a abstrações do Estado de Direito. Não lhe importa a lei, mas quem a aplica. Quem possa ser intimidado, capturado ou absorvido no esquema. O fiscal do Ibama ou da Receita, o chefe da Polícia Federal, o procurador-geral da República, o desembargador, o ministro do STF ou do STJ: não há lei mediando relações, só aliados a premiar e inimigos a combater.

Foram 30 anos de preparação de um político na delinquência, sob o olhar leniente de STF e Câmara dos Deputados. A ocasião histórica fez dele o autocrata que alçou o Brasil à crista da onda global do declínio democrático. Onde ainda estamos, mas com esperança de desacelerar, interromper e reverter o declínio.

A instituição "dizem ministros", essa voz sem rosto, violadora da ética judicial, alimentada pelo jornalismo declaratório em off, revelou que "Bolsonaro ficará inelegível, mas não deve ser preso". Quantos ministros integram a "dizem ministros" não sabemos, mas o recado insinua acordo informal de anistia. Informal e corrupto.

Não duvide que nova irresponsabilização da corrupção bolsonarista, depois dos quatro anos de criminalidade serial e institucional, venha empacotada como conquista da "descriminalização da política". Como foi a nomeação e recondução de Augusto Aras, um pilar indispensável do descalabro.

Porque a redução do mundo da Justiça entre lava-jatistas (por heterodeclaração) e antilava-jatistas (por autodeclaração) tem nos induzido a uma idiotia sectária muito rentável a interesses empresariais e advocatícios. Arapuca que partidos progressistas compraram sem perceber. Tática cínica que o centrão adotou sabendo bem do que se trata.

A "advocacia em festa" adulou Augusto Aras por tudo que ele já não fazia em 2020. Mais tarde, quando o morticínio deliberado e ameaças de golpe eram ignorados pelo seu raio descriminalizador, a advocacia lobista alegou que, "para enfrentar a volta do lava-jatismo, é preciso reconduzir o Dr. Aras". Fabricar sombra do lava-jatismo virou grande negócio.

O esquema jurídico de acomodação dos ilícitos bolsonaristas não envolve, porém, apenas Dr. Aras. Envolve todos os que lhe deram paz de espírito e certeza de que não sofreria consequências pelos deveres jurídicos que não cumpriu. O STF impediu que o Conselho Superior do Ministério Público o processasse.

Teve também uma intrincada tabelinha entre STF, STJ e TJ-RJ para inviabilizar a investigação das "rachadinhas" familiares. Assistimos invalidações monocráticas de demorados esforços de investigação contra Bolsonaro, o não acolhimento de ações de improbidade contra ministros bolsonaristas ou o simples engavetamento.

Depois de tudo, Bolsonaro ainda não sofreu sequer uma denúncia. "Ministros dizem" que é o tempo judicial. Nesse "tempo judicial", estaremos todos mortos.

Flávio resumiu: a nossa corrupção é personalíssima. É contra o comunismo, conservadora dos valores da família armada, pela liberdade de incitar pânico em escolas, afanar joias e enriquecer por meio do crime. Um cidadão locupletado jamais será escravizado.

Mas a nossa corrupção é também magistocratíssima. Não sobreviveria sem a covardia e o beneplácito da magistocracia.

DOM. Elio Gaspari, Celso Rocha de Barros | SEG. Camila Rocha, Angela Alonso | TER. Joel Pinheiro da Fonseca | QUA. Elio Gaspari | QUI. Conrado H. Mendes | **SEX. Reinaldo Azevedo** | SÁB. Demétrio Magnoli

Militares chegam em caminhão do Exército para depor na Academia Nacional de Polícia Federal Pedro Ladeira/Folhapress

General diz à PF que consultou Lula no 8/1 sobre acampamento

Militar alega possível abuso de autoridade caso desmobilizasse golpistas

João Gabriel e Cézar Feitoza

BRASÍLIA O general Gustavo Henrique Dutra de Menezes confirmou nesta quarta (12), em depoimento à Polícia Federal, que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) concordou com sua sugestão de realizar, na manhã de 9 de janeiro, o desmonte do acampamento em frente ao QG do Exército, com a prisão dos golpistas que depredaram as sedes dos três Poderes no dia anterior.

Segundo relatos, Dutra disse que a ligação foi na noite de 8 de janeiro, com os bolsonaristas voltando ao QG horas após invadirem os prédios.

A ligação foi revelada pela **Folha** em janeiro. Dutra, então chefe do Comando Militar do Planalto, havia telefonado para o ministro do GSI (Gabinete de Segurança Institucional), Gonçalves Dias, para obter o apoio do Planalto e desmontar o acampamento golpista na manhã do dia seguinte.

Mas Dias estava ao lado de Lula e passou o telefone a ele. O petista deu o aval para a operação no dia seguinte após Dutra relatar a ele que, se a Polícia Militar entrasse durante a noite no acampamento para efetuar as prisões, poderia haver conflitos e mortes no local.

Auxiliares de Lula disseram à **Folha** que ele queria a prisão dos bolsonaristas já à noite, mas concordou com o adiamento pelo risco de um cenário como descrito pelo militar.

Segundo pessoas com acesso ao depoimento, Dutra estabeleceu sua defesa no fato de não haver decisão judicial determinando desmonte do acampamento golpista durante os mais de dois meses em que bolsonaristas ficaram em frente ao QG do Exército, pedindo um golpe militar contra o resultado eleitoral.

Com isso e como há uma cadeia de comando no Exército, com o chefe da Força responsável pelas decisões finais, o general diz não poder proibir as manifestações na região militar sob risco de ser acusado de cometer abuso de autoridade.

As declarações foram dadas num depoimento que durou cerca de sete horas na Academia Nacional da Polícia Federal, em Brasília.

Outros 80 militares prestaram esclarecimentos nesta quarta, como generais, coronéis, tenentes-coronéis, tenentes e sargentos. A maioria chegou em carros próprios ou de carona com colegas.

No total, 89 militares foram intimados à PF nesta quarta, data em que foi montada uma força-tarefa para colher os depoimentos. Nem todos, no entanto, compareceram. A corporação aguarda decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) para definir como proceder com os casos ausentes.

No total, foram ouvidos três generais: além de Dutra, também Carlos Feitosa Rodrigues, ex-secretário de segurança do Planalto, e Carlos José Russo Assumpção Penteado, ex-número 2 do GSI (Gabinete de Segurança Institucional).

Os militares começaram a chegar à academia da PF pouco depois das 8h. Muitos estavam em carros comuns, mas a reportagem também registrou a entrada de dois micro-ônibus do Exército e um caminhão-baú, com três sargentos, um tenente e um soldado.

O último ônibus deixou o local por volta das 17h40, após os depoimentos serem colhidos.

A exoneração de Dutra do comando do Planalto foi publicada na véspera do depoimento no Diário Oficial da União desta terça (11). Mas sua saída já havia sido decidida pelo Exército antes mesmo do 8 de janeiro — ele foi designado, em fevereiro, para assumir a 5ª Subchefia do Estado-Maior do Exército, responsável por missões de paz e relações internacionais da Força.

As oitivas ocorrem dentro do inquérito aberto pelo STF para apurar a omissão de autoridades no episódio.

O relator do caso no tribunal, ministro Alexandre de Moraes, decidiu em março que os militares também deveriam ser investigados no inquérito do Supremo. Em resposta, a Justiça Militar encaminhou as apurações já abertas pelo Ministério Público Militar para a PGR (Procuradoria-Geral da República) e para a PF.

A decisão de transferir as investigações para a Justiça Comum foi bem recebida no STM (Superior Tribunal Militar) e no comando do Exército. Mas há receio de que se abra precedente para haver buscas e apreensões em áreas militares.

O general Dutra foi quem negociou junto ao então interventor na segurança do Distrito Federal, Ricardo Cappelli, o veto à ação da Polícia Militar no acampamento golpista de Brasília ainda na noite das invasões aos três Poderes.

Dutra e Cappelli se encontraram na Catedral Militar Rainha da Paz, em Brasília, logo após os bolsonaristas radicais serem dispersados da Esplanada dos Ministérios e voltarem ao acampamento.

A reunião começou sem acordo. A Polícia Militar havia recebido ordem do interventor para entrar na área militar e prender os golpistas. O Exército, no entanto, barrou o acesso dos policiais, posicionado três blindados Guarani e uma tropa de soldados em frente ao Setor Militar Urbano.

Procuradoria diz que militares incentivaram atos

A Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão no Rio Grande do Norte propôs à Justiça ação civil pública contra a União por "conduta ativa e dolosa dos então comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica à época das manifestações e acampamentos antidemocráticos". Segundo o documento, a cúpula militar estimulou a manutenção e continuidade dos acampamentos golpistas ao definir os atos dos apoiadores de Jair Bolsonaro (PL) como legítimo exercício de liberdade de expressão e reunião.

Investigação do 8/1 interessa a todos, diz ministro da Defesa

Igor Gielow

RIO DE JANEIRO Em um dia inédito para as Forças Armadas, com 89 militares, 3 deles generais, depondo devido a uma intentona golpista em Brasília, o ministro da Defesa, José Múcio Monteiro, manteve o tom apaziguador de suas relações.

"Interessa a todos a investigação", resumiu o ministro. Não disse nada sobre os depoimentos. Apuração conduzida pelo Supremo Tribunal Federal quer saber se houve leniência ou coparticipação de militares com os golpistas bolsonaristas que invadiram e depredaram as sedes dos três Poderes em 8 de janeiro.

O laconismo coaduna com o trabalho de Múcio desde dezembro, quando foi chamado pelo então presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para tentar refazer pontes entre o petista e os militares. Ele se reuniu com Jair Bolsonaro para desarmar a revolta institucional sugerida pelos então comandantes de Forças, que queriam deixar o cargo antes da indicação de sucessores para não se submeter a Lula. Os chefes militares nem aceitavam falar com Múcio, que por fim achou uma solução salomônica e escolheu os novos comandantes em dezembro.

Múcio passou a ser bombardeado pelo PT, especialmente depois que bolsonaristas em frente ao QG do Exército em Brasília formaram o núcleo da tropa de assalto golpista do 8/1. Até Lula questionou sua postura de apaziguamento.

Até aqui, contudo, Múcio prevaleceu. Colocou Lula para almoçar com o Almirantado e não fez objeções à promoção sugerida de um oficial conhecido pelo bolsonarismo para integrar o colegiado. Agora, o presidente irá se reunir com o Alto-Comando do Exército e, depois, com o da Aeronáutica. Apresentou proposta alternativa à do PT para obrigar fardados a tirarem o uniforme se quiserem entrar na política, sem caminho de volta e estabeleceu prioridade para a criação de mecanismos para custear novos projetos militares, e estimular a indústria de Defesa, que responde por 4,5% do Produto Interno Bruto e depende do governo como cliente primário.

Tarcísio lidera em popularidade nas redes entre governadores

Levantamento mostra dificuldade de Eduardo Leite (RS) como opção ao bolsonarismo

Angela Pinho

SÃO PAULO O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), é o que tem a maior popularidade digital entre os seus pares à frente de gestões estaduais. Isso é o que mostra o IPD (Índice de Popularidade Digital), calculado diariamente pela empresa de pesquisa e consultoria Quaest.

Atrás dele, desponta como destaque em popularidade na internet a governadora de Pernambuco, Raquel Lyra (PSDB), que teve forte subida no indicador entre março e abril, após se encontrar com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Ela ultrapassou o mineiro Romeu Zema (Novo), que até então era o segundo maior IPD entre os gestores estaduais e teve forte queda no índice.

Em quarto lugar, figura Eduardo Leite (PSDB), que demonstra dificuldade em firmar uma posição no ranking.

O índice, que vai de 0 a 100, é calculado por meio de um algoritmo de inteligência artificial que coleta e processa 152 variáveis das plataformas Twitter, Facebook, Instagram, YouTube, Wikipédia e Google.

O governador de São Paulo em evento no Palácio dos Bandeirantes Marcelo S. Camargo/Divulgação

São consideradas na nota final cinco dimensões: fama (número de seguidores), engajamento (comentários e curtidas por postagem), mobilização (compartilhamentos), valência (proporção de reações positivas e negativas) e interesse (volume de buscas).

O peso de cada uma é determinado por um modelo assimilado pela máquina a partir dos resultados reais de eleições anteriores, com milhares de candidaturas monitoradas pela empresa.

Os dados mostram que os quatro governadores da frente são os de maior possibilidade de alcançar projeção nacional.

Eleito com apoio de Jair Bolsonaro (PL), mas tentando se afastar da pecha dos apoiadores mais radicais, Tarcísio vem bem à frente dos demais.

Em cem dias que tiveram desastre no litoral, greve de metroviários e ataque a uma escola estadual, seu IPD oscilou de 73,8 em janeiro a 75,6 em abril.

Ele tentou passar ao largo de grandes polêmicas e teve o momento de maior visibilidade durante o socorro ao litoral em dobradinha com Lula.

Sua exposição no episódio, com colete e pé na lama, foi diagnosticada por seu entorno como positiva para a imagem.

Ao dar marteladas no leilão do Rodoanel, viralizou na internet, mas a cena dividiu opiniões, com acusações de que seria ato de desequilíbrio.

Pesquisa Datafolha mostra que sua gestão é avaliada como ótima ou boa por 44% da população e como regular por 39%; 11% consideram seu desempenho ruim ou péssimo.

Já Raquel Lyra, também tenta se equilibrar entre os diferentes estratos do eleitorado, embora em contexto diferente do de Tarcísio, que tinha ligação direta com Bolsonaro.

Em eleição marcada por uma tragédia pessoal, a morte do marido aos 44 anos, venceu após declarar neutralidade em relação à disputa presidencial.

No governo, a dicotomia se mantém. Ao mesmo tempo em que tem diálogo intenso com o governo petista, a gestora se aliou ao PL de Bolsonaro.

Mas é ao evento conjunto com Lula no Recife em março que Guilherme Russo, diretor de pesquisa da Quaest, atribui sua subida no IPD. No evento, o presidente reagiu às vaias à Lyra e pediu "respeito" à sua convidada. Entre fevereiro e abril, o índice da governadora passou de 34,5 para 44,6.

O bom momento de Raquel coincidiu com um mês de notícia impopular para Zema.

Em março, pediu à Assembleia Legislativa aumento do seu salário e dos de vice-governador, secretários e secretários-adjuntos em até 258%.

Seu IPD, que em fevereiro era de 42,8, foi a 36 em abril.

A situação de Eduardo Leite ilustra a dificuldade de consolidar oposição não bolsonarista a Lula. O gaúcho começou o ano com IPD de 39,6 e chegou aos cem dias com 26,4.

Falando à **Folha** em fevereiro após assumir a presidência do PSDB disse que "o momento não é fácil, mas talvez nunca tenha sido tão importante fortalecermos e termos o PSDB no cenário político nacional."

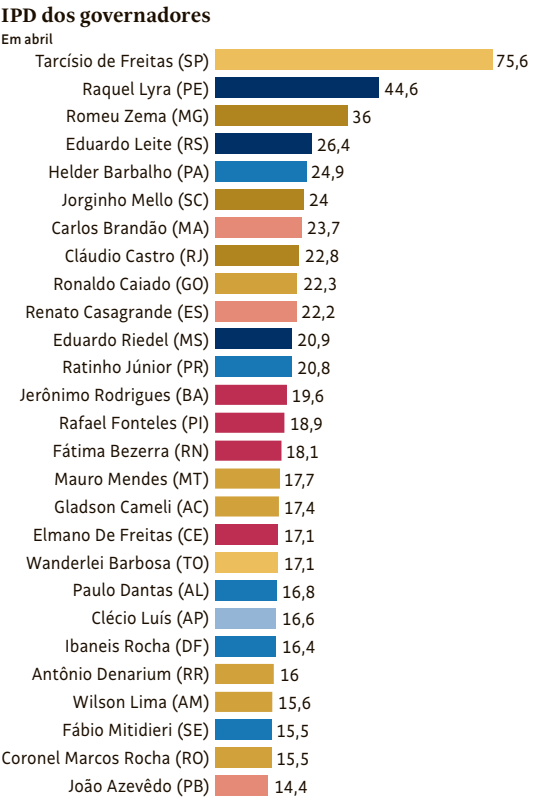
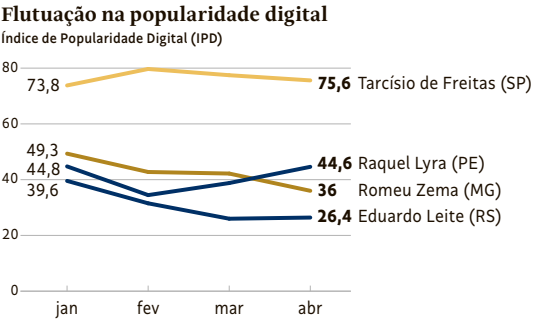
Governador do Pará, Helder Barbalho (MDB) vem com pontuação próxima à de Leite em abril (24,9), mas tem pouca projeção nacional.

Com 24 pontos, o governador de Santa Catarina Jorginho Mello (PL) é outro representante do bolsonarismo na lista.

A maior queda é a da governadora Fátima Bezerra (PT-RN), cujo IPD foi de 25,4 a 18,1.

Tarcísio tem maior popularidade digital entre governadores; Raquel Lyra ganha força

Flutuação na popularidade digital
Índice de Popularidade Digital (IPD)

IPD dos governadores
Em abril

Fonte: Índice de Popularidade Digital (IPD), da Quaest Consultoria e Pesquisa

mundo

O presidente da França, Emmanuel Macron, observa o quadro 'Sindicato dos Alfaiates de Capas' (1662), de Rembrandt, no Rijksmuseum, nesta quarta-feira (12), durante visita oficial de dois dias a Amsterdã, na Holanda Ludovic Marin/AFP

Macron reitera 'autonomia estratégica' e divide Europa

Ideia de se afastar dos EUA em meio à guerra preocupa lideranças na UE

Clara Balbi

SÃO PAULO Quem nunca viu um retrato do presidente da França, Emmanuel Macron, talvez achasse que ele era um pop star se o avistasse na China na semana passada. Vídeos de sua viagem oficial ao país asiático o mostram sendo saudado por multidões e por gritos de "eu te amo".

Coincidência ou não, o chefe de Estado publicou ao final da visita uma espécie de videoclipe intercalando cenas da visita e frases de efeito em uma montagem descolada para as redes sociais.

A viagem até poderia ser logo esquecida em favor dos problemas mais urgentes que Macron enfrenta na França, onde a impopular reforma da Previdência promovida por seu governo continua motivando protestos —a próxima jornada está marcada para esta quinta-feira (13).

Mas seus efeitos ganharam novas dimensões nesta semana, depois da publicação de uma entrevista em que Macron defende uma "autonomia estratégica" da Europa também em relação à disputa crescente entre Estados Unidos e China.

A aceleração de um conflito entre as duas superpotências, disse ele aos veículos Les Échos e Politico, faria com que o continente "se tornasse vassalo quando poderia se tornar uma potência alternativa".

O conceito na verdade é antigo, e propõe uma maior independência do bloco em relação a países de fora dele em âmbitos como energia, defesa, tecnologia e outros.

Mas a declaração de Macron, que se deu horas antes de a China simular um "cerco total" a Taiwan, um dos pontos de maior tensão do regime com os Estados Unidos, causou furor na Europa — que só fortaleceu seus laços com os aliados americanos desde o início da Guerra da Ucrânia, maior conflito em seu território desde a Segunda Guerra Mundial.

> Em vez de construir uma autonomia estratégica em relação aos EUA, proponho uma parceria estratégica
>
> **Mateusz Morawiecki**
> primeiro-ministro da Polônia

É justamente esse contexto que fez muitas lideranças do Leste Europeu expressarem preocupação diante da fala de Macron. Segundo elas, o francês estaria abrindo uma brecha para um desmantelamento da unidade transatlântica no momento em que essa unidade é mais necessária.

"Precisamos enxergar de maneira clara quem é nosso aliado e quem não é" afirmou o ministro das Relações Exteriores da República Tcheca, Jan Lipavsky, à agência de notícias Reuters. "Relações fortes entre a Europa e os EUA são a base da nossa segurança."

Na Polônia, quem se pronunciou foi o primeiro-ministro Mateusz Morawiecki. "Em vez de construir uma autonomia estratégica em relação aos EUA, proponho uma parceria estratégica", disse ele na terça-feira (11) antes de embarcar para uma visita oficial justamente para Washington.

Também na Europa Central diplomatas e analistas se opuseram às falas do presidente francês. Os mais ácidos disseram que Macron foi acometido por um surto de megalomania e que a viagem para a China foi um "golpe de propaganda para Xi Jinping". Outros, mais comedidos, afirmaram que ele não tem condições de falar pelas demais nações do continente ou pela União Europeia.

Ursula von der Leyen, presidente da Comissão Europeia que acompanhou o francês na viagem à China, mostrou-se bem menos disposta quanto aos laços do bloco com Pequim. Ela pressionou o regime por um posicionamento mais duro em relação à Guerra da Ucrânia, criticou o desequilíbrio entre as duas partes na economia e cobrou mais respeito aos direitos humanos.

Nesta quarta, porém, o chefe do Conselho Europeu, Charles Michel, insinuou que as ideias do francês não estão isoladas entre os demais líderes do bloco, que estariam se mostrando cada vez mais abertos à proposta de não se alinhar automaticamente a Washington. "Tem havido um grande avanço no que se refere à autonomia estratégica em comparação aos anos passados", afirmou o belga à TV francesa.

Os EUA ainda não se pronunciaram oficialmente sobre o tema —o que não impediu alguns políticos de pegarem carona no episódio. Foi o caso do senador republicano Marco Rubio, que disse que se a Europa não "escolher lados entre os EUA e a China em relação a Taiwan, então talvez eles não devessem estar escolhendo quem apoiar" na Guerra da Ucrânia.

Enquanto isso, o ex-presidente Donald Trump chamou o presidente francês de "puxa-saco" de Pequim em uma entrevista concedida à Fox News.

Macron, que está em viagem oficial à Holanda, recusou-se a responder ao comentário de Trump ao ser questionado por jornalistas. Em Amsterdã, reiterou seu posicionamento e afirmou que ser "ser um aliado [dos EUA] não significa ser um vassalo, que não temos direito de pensar por nós mesmos".

Ao mesmo tempo, tentou colocar panos quentes na questão de Taiwan. Na entrevista original, ele havia afirmado que não era do interesse dos europeus acelerar a crise na ilha, considerada uma província rebelde pelo regime chinês.

"A posição da França e da Europa continua a mesma. Somos a favor do 'status quo'", disse, em referência à autonomia da ilha, que tem hoje um governo democrático.

"Então não, a França não apoia provocações, não participa de política de mentirinha, e considera o status quo, o respeito e a clareza os melhores aliados da autonomia estratégica da Europa."

Antes, políticos locais se indignaram com as falas do líder centrista. "Liberdade, igualdade e fraternidade saíram de moda?", questionou em uma rede social o presidente do Parlamento de Taiwan, You Si-kun, citando o lema da Revolução Francesa.

O chanceler taiwanês buscou minimizar os comentários de Macron ao agradecer à França "por expressar preocupação com a paz e a estabilidade no Estreito de Taiwan muitas vezes e em muitos eventos internacionais".

Em meio a toda a repercussão, quem não teve motivos para se queixar foi o regime de Xi Jinping. O jornal Global Times, alinhado ao Partido Comunista Chinês, descreveu a entrevista de Macron como o claro "resultado de uma reflexão de longo prazo", e uma representação das "verdadeiras vozes e interesses dos europeus" em comparação com a "falsa Europa" construída pela opinião pública —mesmo que, como escreveu Hu Xijin, ex-chefe de Redação do veículo, seja irreal achar que Paris ficaria do lado de Pequim caso o país asiático entrasse em conflito direto com Washington.

Biden atrela US$ 6 bi a fim de impasse político na Irlanda do Norte

SÃO PAULO Os US$ 2 bilhões (R$ 9,9 bilhões) que já foram injetados por investidores americanos na Irlanda do Norte nos últimos dez anos podem triplicar caso o país europeu resolva a crise política que o impede de formar um governo executivo e colocar a assembleia legislativa em plena operação, afirmou nesta quarta-feira (12) o presidente dos EUA, Joe Biden.

"A verdade simples é que a paz e a oportunidade econômica andam juntas", afirmou o americano em recado ao norte-irlandês Partido Unionista Democrático (DUP).

Pelas regras do histórico acordo de paz da Irlanda do Norte, a sigla —pró-Reino Unido e identificada com os protestantes—, é obrigada a compartilhar o poder com a outra grande força política do país, o nacionalista Sinn Féin, eleito no pleito de maio do ano passado. O DUP, no entanto, recusa-se a cumprir as formalidades acordadas há 25 anos para que o governo assuma e o Legislativo tenha um presidente.

"Levou longos anos de trabalho duro para chegarmos aqui", disse Biden em um discurso na Universidade Ulster, em Belfast. O presidente disse que a capital havia se transformado desde que ele a visitou pela primeira vez como um jovem senador. "A Belfast de hoje é o coração pulsante da Irlanda do Norte e está pronta para gerar oportunidades econômicas sem precedentes. Há dezenas de grandes corporações americanas querendo vir investir", afirmou.

Joe Biden (esq.), presidente dos EUA, e Rishi Sunak, primeiro-ministro britânico, em reunião em Belfast, na Irlanda do Norte, nesta quarta-feira (12) Paul Faith/AFP

Biden chegou à cidade na noite de terça-feira (12), onde se encontrou com o premiê britânico, Rishi Sunak, e viajou ainda nesta quarta para County Louth, onde seu bisavô nasceu —o presidente se encontrará com parentes distantes no condado de Mayo na sexta-feira (14). O tataravô de Biden, Owen Finnegan, um sapateiro de Louth, foi para os Estados Unidos em 1849.

Sunak disse que falou com Biden nesta quarta sobre "oportunidades econômicas incríveis" para a Irlanda do Norte e sobre as expectativas de que o sistema de compartilhamento de poder seja restaurado o mais rápido possível. O britânico descreveu os dois países como "parceiros muito próximos".

As raízes de Biden, no entanto, suscitaram polêmicas entre os norte-irlandeses. Na terça, a ex-líder do DUP e ex-primeira-ministra Arlene Foster afirmou ao canal GB News que o presidente americano "odeia o Reino Unido".

A acusação foi repetida por um correligionário de Foster, o parlamentar Sammy Wilson, que disse nesta quarta a um jornal que Biden era "antibritânico", afirmação negada pela diretora do Conselho de Segurança Nacional dos EUA para a Europa, Amanda Sloat.

"O presidente Biden obviamente é um irlandês-americano muito orgulhoso. Ele tem orgulho de suas raízes irlandesas. Mas também é um forte apoiador de nossa parceria bilateral com o Reino Unido."

Um dos arquitetos do Acordo da Sexta-Feira Santa, o ex-premiê irlandês Bertie Ahern disse que era uma "grande pena" que a assembleia da Irlanda do Norte não estivesse funcionando para receber Biden.

O acordo de paz de 1998 foi apoiado pelos EUA e encerrou 30 anos de derramamento de sangue entre nacionalistas católicos e protestantes sindicalistas partidários do domínio britânico. Mas o progresso político foi prejudicado por uma série de disputas —a mais recente foi a do brexit, a saída do Reino Unido da União Europeia, que também estremeceu as relações entre Londres e Washington.

O elo entre Reino Unido e EUA é conhecido há muito como o "relacionamento especial", mas o fracasso em chegar a um acordo de livre comércio após o brexit decepcionou alguns políticos britânicos.

Biden disse que o sistema de compartilhamento de poder continua sendo fundamental para o futuro da Irlanda do Norte. "Espero que a Assembleia e o Executivo sejam restaurados em breve. Isso é um julgamento para vocês fazerem, não para mim, mas espero que aconteça", disse ele a uma audiência que incluiu os líderes dos cinco principais partidos políticos da Irlanda do Norte.

O DUP se tornou um dos principais focos da viagem devido ao seu boicote político —a sigla diz que não será pressionada a mudar de posição com a visita de um presidente dos Estados Unidos.

Com Reuters

Impunidade e schadenfreude

Julgamento da FoxNews alimenta esperança de ver malfeitores humilhados

Lúcia Guimarães
É jornalista e vive em Nova York desde 1985. Foi correspondente da TV Globo, da TV Cultura e do canal GNT, além de colunista dos jornais O Estado de S. Paulo e O Globo.

Se houver uma corrida para comprar pipoca de micro-ondas na Austrália, no Reino Unido e nos EUA, nos próximos dias, há uma explicação plausível —e não é a transmissão de um campeonato esportivo. Trata-se dos três países mais afetados pela mídia de um inimigo público comum, e a possibilidade de Rupert Murdoch ser forçado a depor num tribunal de Delaware —o estado de Joe Biden!— provoca uma crescente onda de schadenfreude intercontinental.

Os advogados do empresário de comunicação de 92 anos tentaram convencer o juiz num processo de difamação contra a Fox News de que ele estava "enfermo" demais para enfrentar um júri. E ouviram do juiz Eric Davis a resposta "não me façam parecer idiota", notando que Murdoch tinha acabado de anunciar a intenção de se casar pela quinta vez, decisão rapidamente revertida quando emergiram sinais de que a biruta noiva em questão era "Damares Alves" demais até para o dinossauro australiano.

É muito difícil condenar uma empresa de comunicação nos EUA por difamação. A importância do julgamento marcado para começar na próxima segunda-feira (17), em Wilmington, explica-se por testar um caso histórico, dos anos 1960, que consolidou a jurisprudência sobre as proteções à liberdade de expressão garantidas pela Primeira Emenda da Constituição americana.

A ação de US$ 1,6 bilhão movida pela Dominion Voting Systems, de urnas eletrônicas, acusa a Fox News de Murdoch de propagar maliciosamente informações falsas sobre a integridade da eleição presidencial de 2020 que impuseram prejuízos à empresa. No caso de 1964, o New York Times foi absolvido de culpa pela Suprema Corte por imprimir um anúncio que continha alegações incorretas sobre a racista polícia do Alabama, no auge da luta pelos direitos civis no Sul.

O juiz de Delaware impôs algumas derrotas à Fox na fase pré-julgamento: decidiu que Rupert e seu herdeiro Lachlan Murdoch podem ser forçados a testemunhar, junto com a corja de âncoras que ajudaram a agitar o culto trumpista durante a campanha de desinformação eleitoral que culminou na invasão do Capitólio. Mas o juiz não vai deixar a tentativa de golpe ser mencionada pela acusação.

Pelas intimações judiciais que resultaram na coleta de documentos corporativos, emails e mensagens de celular fica abundantemente claro que a Fox News mentiu no ar com o único propósito de não perder a audiência de espectadores radicalizados com a derrota real de Donald Trump.

A satisfação com a possibilidade de punição de criminosos na esfera pública é inegável. Não acredito no papo de quem "não tem prazer" com a ideia de monstros como Jair Bolsonaro ou Vladimir Putin enfrentarem o rigor da Justiça enquanto ainda têm batimento cardíaco.

Salvo um improvável acordo extrajudicial de última hora, tudo indica que, a partir de segunda-feira, uma transmissão em áudio do tribunal de Wilmington —câmeras não serão admitidas— vai oferecer um desfile infame de milionários e bilionários que conspiraram para a mais danosa e lucrativa campanha de erosão democrática do último meio século.

Sim, as chances de vitória para o lado justo da história são pequenas. Mas o fato de que o elenco de poderosos malfeitores vai enfrentar alguma forma de humilhação em praça pública não é desprezível.

| DOM. Sylvia Colombo | SEG. David Wiswell | QUI. Lúcia Guimarães | **SÁB. Igor Patrick**

Dilma Rousseff recebe o presidente Lula e o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), no aeroporto de Xangai Ricardo Stuckert/Divulgação Presidência da República

Após viagem de 30 h, Lula chega a Xangai e é recebido por Dilma

Atual presidente participa de cerimônia de posse da petista na liderança do Banco do Brics, nesta quinta (12)

Nelson de Sá

XANGAI (CHINA) O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) foi recebido pela ex-presidente Dilma Rousseff (PT) ao desembarcar no aeroporto de Xangai, na China, nesta quarta-feira (12), às 22h20 do horário local (11h20 em Brasília).

O líder brasileiro chegou 30 minutos depois ao hotel, no centro da cidade, sem falar com os jornalistas que o esperavam. Entrou de mãos dadas com a primeira-dama, Rosângela Lula da Silva, a Janja, e sorrindo, mas aparentando cansaço após mais de 30 horas de viagem —o avião presidencial tem pouca capacidade de voo e, por isso, precisou fazer três paradas durante o trajeto.

No hotel, Lula voltou a se reunir com Dilma. O presidente participa da posse da petista na chefia do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB, na sigla em inglês), mais conhecido como Banco do Brics, nesta quinta-feira (13).

Cercada por repórteres e câmeras, a ex-presidente evitou falar sobre o banco, prometendo novidades para a entrevista no dia seguinte. Elogiou Xangai, onde já está morando: "É uma cidade muito agradável, com um paisagismo lindo, cheia de árvores, flores".

A cerimônia de posse de Dilma não é o único compromisso de Lula em Xangai. Ele ainda deve se reunir com o CEO do gigante de tecnologia Huawei e, separadamente, com os CEOs da BYD e da CCCC.

Tanto o presidente brasileiro quanto Janja ainda terão que realizar um novo teste de Covid 24 horas antes do encontro com o líder chinês, Xi Jinping, em Pequim, no dia seguinte.

Segundo a Secretaria de Comunicação Social da Presidência, trata-se de um procedimento padrão também aplicado a políticos de outros países. O casal presidencial já havia realizado o teste para a doença antes de embarcar.

Na sexta (14), Lula conversa separadamente com o premiê Li Qiang e o presidente do Congresso Nacional do Povo, Zhao Leji. A reunião com Xi começa às 16h10, no Grande Palácio do Povo, e se estenderá por uma cerimônia de assinaturas de atos e um jantar oferecido pelo líder chinês.

Na pauta, devem estar a adesão do Brasil à Iniciativa Cinturão e Rota, para investimento chinês em infraestrutura, e um acordo da montadora chinesa BYD para adquirir a antiga fábrica da Ford na Bahia.

A entrada do Brasil na BRI (sigla em inglês para a iniciativa) seria a resposta a uma cobrança de Xi Jinping para fazer deslanchar os investimentos que Lula deseja em novos ativos produtivos de infraestrutura, inclusive ferrovias e hidrelétricas.

Integrantes da comitiva brasileira ouvidos pela **Folha** deram sinais tanto na direção de que o presidente brasileiro pode assinar um memorando para entrar no programa chinês, que já abrange 21 países latino-americanos, como pode se limitar a um apoio simbólico, sem adesão formal.

A adesão é uma das pontas soltas para as quais se espera um desfecho durante a estadia de Lula na China. A mídia estatal chinesa tem anotado o desejo brasileiro de maior investimento não só em infraestrutura, mas na "diversificação" econômica.

O ingresso formal brasileiro, por outro lado, preocupa os Estados Unidos, que veem na expansão da Iniciativa Cinturão e Rota uma tentativa de Pequim de ampliar sua influência em um contexto de Guerra Fria 2.0.

Lula também deve colocar em discussão sua proposta de criação de um "clube da paz" para mediar as negociações entre Rússia e Ucrânia. A iniciativa não foi bem recebida por líderes ocidentais, mas o petista se diz convencido de que Moscou e Kiev "estão esperando que alguém diga 'vamos sentar e conversar'".

Para tal, já disse que "está na hora de a China colocar a mão na massa" —Xi é próximo de Vladimir Putin, com quem selou um acordo de "amizade sem limites" dias antes da eclosão da Guerra da Ucrânia.

No primeiro aniversário da guerra, a China apresentou sua proposta de paz para encerrar o conflito no Leste Europeu. O documento em 12 partes inclui medidas como a oposição ao uso de armas nucleares, o fim das sanções impostas a Moscou e a recusa do que chama de "mentalidade de Guerra Fria".

O projeto, no entanto, foi recebido com ceticismo no Ocidente, cujos líderes não compraram a ideia de que Pequim não tem lado na guerra. Lula encerra a viagem oficial à China no sábado, quando vai a Abu Dhabi, nos Emirados Árabes, para encontrar o líder do país, Mohamed bin Zayed.

A agenda de Lula na China

XANGAI - 13.ABR
- Reunião com Dilma Rousseff e os vice-presidentes do Banco do Brics (NDB)
- Cerimônia de posse do NDB
- Lula e Dilma falam à imprensa
- Visita ao centro de pesquisa da Huawei
- Audiência e jantar com o secretário-geral do Partido Comunista em Xangai

PEQUIM - 14.ABR
- Reunião com o líder do Parlamento chinês no Grande Palácio do Povo
- Reunião com o primeiro-ministro chinês e cerimônia de boas-vindas do dirigente Xi Jinping ao presidente Lula
- Lula fala à imprensa na embaixada brasileira em Pequim

Vídeo de suposta degola de soldado da Ucrânia choca até o Kremlin

GUERRA DA UCRÂNIA

SÃO PAULO Dois vídeos que supostamente mostram soldados da Ucrânia degolados e que viralizaram em perfis pró-Rússia nas redes sociais têm sido alvo de condenações pelo mundo —por parte de líderes ucranianos, mas também de autoridades do Kremlin, que chamou um dos registros de "terrível".

Nenhum dos vídeos teve sua autenticidade confirmada. O mais chocante deles, que mostra um homem tendo sua cabeça cortada por outro, não aparenta ser recente, uma vez que tem ao fundo plantas verdes —ou seja, provavelmente não foi filmado nos últimos meses, de inverno no hemisfério norte.

Já o outro exibe o chão coberto de folhagens, o que pode indicar ser mais recente.

O site de jornalismo investigativo The Insider, destrinchou o conteúdo da primeira gravação. O veículo afirma que ela exibe um soldado uniformizado com uma braçadeira amarela, possivelmente um prisioneiro de guerra ucraniano, deitado no chão.

Outro homem, este usando uma braçadeira branca na perna —símbolo associado aos combatentes russos—, então decapita com uma faca o suposto detido, cujos gritos podem ser ouvidos.

Outros homens cercam a dupla. "Vamos ao trabalho, parceiros! Corta isso! Quebra a espinha dele! Você nunca degolou uma pessoa antes? Tem que ir até o final", afirmam, em russo. Eles também exibem para a câmera um colete à prova de balas com uma insígnia ucraniana que pertenceria à vítima.

Quando o homem é degolado, a pessoa que faz a filmagem diz, também em russo: "Agora põe isso numa bolsa e envia para o comandante". O Insider afirma que o vídeo foi postado no canal do Telegram de Vladislav Pozdniakov, fundador do grupo nacionalista Male State, e reproduzido por perfis pró-Rússia.

Já o outro vídeo, de acordo com a CNN, teria sido feito por membros do Grupo Wagner, uma organização mercenária. Nele, corpos do que parecem ser dois soldados ucranianos sem cabeça e mãos estão estirados ao lado de um tanque destruído.

Uma voz por trás da câmera, aparentemente distorcida para impedir sua identificação, então diz que o veículo tinha sido arrasado por uma mina e ri dos mortos.

Ainda segundo a emissora americana, alguns russos afirmam nas redes sociais que o vídeo pode ter sido filmado perto de Bakhmut, no leste da Ucrânia, um dos principais fronts da guerra.

Ambos os governos russo e ucraniano comentaram apenas o primeiro vídeo. Apesar de ter admitido o horror da gravação, o porta-voz do Kremlin, Dmitri Peskov, insistiu que é necessário verificar sua autenticidade em seu encontro regular com a imprensa, nesta quarta-feira.

"É claro que são imagens terríveis. Isso deve ser a razão para checar se são verdadeiras ou não, se isso de fato aconteceu e, em caso afirmativo, onde e por parte de quem", disse ele.

A Rússia nega que suas tropas tenham cometido atrocidades durante a guerra, e alguns perfis pró-Moscou nas redes já sugeriram, sem apresentar evidências, que as forças ucranianas seriam na verdade as responsáveis pelas decapitações, em uma busca por impedir a identificação posterior dos corpos.

A alegação é semelhante à feita pelo fundador do Grupo Wagner, Ievguêni Prigojin, que em janeiro disse que suas tropas haviam encontrado corpos com cabeças e mãos cortadas perto de Bakhmut.

Já o líder da Ucrânia, Volodimir Zelenski, comparou o autor da decapitação a um animal em mensagem em vídeo. "Há algo que ninguém no mundo pode negar: o quão facilmente essas feras matam."

O chanceler ucraniano, Dmitro Kuleba, optou por outra analogia. Afirmou que os russos eram piores que o Estado Islâmico, organização terrorista conhecida por divulgar vídeos degolando prisioneiros no Iraque e na Síria entre 2014 e 2017.

Kuleba também pediu que o Tribunal Penal Internacional —que recentemente emitiu um mandado de prisão para o presidente russo, Vladimir Putin— investigue o caso imediatamente e critícou a suposta contradição de Moscou assumir a presidência do Conselho de Segurança da ONU no mesmo momento em que emergem registros de supostas atrocidades cometidas por suas tropas.

Uma missão do Conselho de Direitos Humanos da ONU que monitora a situação no país invadido afirmou estar em choque diante dos vídeos, descritos como "particularmente macabros". "Infelizmente, este não foi um incidente isolado. Os últimos acontecimentos também precisam ser devidamente investigados, e os agressores, responsabilizados", declarou o órgão em comunicado.

Com Reuters

Brasileiros encaram problemas com residência automática em Portugal

Principal queixa é desconhecimento de empresas e serviços públicos para aceitar nova documentação

ONDE SE FALA PORTUGUÊS

Giuliana Miranda

LISBOA Brasileiros em Portugal beneficiados pela recém-implementada autorização de residência automática para cidadãos da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) têm relatado vários problemas para usufruir da nova permissão.

A principal queixa é o desconhecimento de empresas e até de serviços públicos em relação à credencial, criada para agilizar os milhares de pedidos de regularização pendentes no órgão migratório luso.

Embora o governo português tenha divulgado que o documento confere os mesmos direitos das outras autorizações de residência, estrangeiros enfrentam dificuldades que vão de obstáculos para abrir contas bancárias a negativas de acesso a benefícios sociais, como o número de inscrição no sistema de saúde.

"Fui eliminada de um processo seletivo porque a empresa não reconheceu o documento da CPLP, disse que aquilo não valia. É muito frustrante, passei mais de um ano esperando minha regularização, mas agora que consegui não mudou muita coisa", afirma Kelly Cavalcanti.

Após quase um mês em vigor, o mecanismo já recebeu mais de 114 mil pedidos, com 93.209 autorizações de residência concedidas. Os brasileiros são, de longe, os que mais solicitaram o benefício, respondendo por 86,5% das inscrições —cerca de 80 mil cidadãos brasileiros já obtiveram o documento.

Ao contrário do documento convencional de autorização de residência —um cartão plástico com foto, marca-d'água e outros itens de segurança—, o da CPLP é um papel que não tem esses detalhes. Por essa razão, a permissão automática deve ser sempre apresentada junto ao passaporte.

As dificuldades relacionadas ao título da CPLP têm movimentado grupos de brasileiros nas redes. Em busca de vantagens associadas à inscrição definitiva no Sistema Nacional de Saúde, sobretudo de remédios a preços mais baixos, a capixaba Rosângela Souza conta ter tido dificuldades para obter o número.

"Logo que recebi a autorização fui a dois centros de saúde perto da minha casa, mas disseram que apenas com o papel eu não podia ter o número definitivo de inscrição", afirma. "Voltei uma semana depois, e finalmente o atendente se dispôs a procurar saber sobre o meu documento. Só então eu consegui."

Vice-presidente da Casa do Brasil de Lisboa, ONG que presta auxílio à comunidade brasileira em Portugal, Ana Paula Costa também diz ter recebido queixas de imigrantes relacionadas à autorização via CPLP. Além da desinformação sobre o tema que circula nos grupos de imigrantes e nas redes sociais, a pesquisadora avalia que a falta de comunicação clara do governo é um dos fatores que têm contribuído para a confusão.

"Deveria ter havido uma boa comunicação com as empresas e os empregadores para explicar que isso é uma autorização de residência normal e que com ela se pode celebrar um contrato de trabalho. Ou mesmo com a Segurança Social, para explicar que é possível ter acesso aos benefícios sociais", diz ela.

Costa destaca ainda que mesmo as associações de apoio aos imigrantes têm tido dificuldades em obter informações sobre alguns pontos da autorização, como a utilização do documento fora de Portugal. Ainda que o governo tenha assegurado que os direitos dos portadores do documento da CPLP sejam iguais aos dos que possuem outras autorizações de residência no país, sua utilização em outras nações da União Europeia ainda suscita dúvidas. Questionado, o SEF (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras) não respondeu.

Com uma população envelhecida e baixos índices de natalidade, Portugal depende cada vez mais dos imigrantes para sustentar sua economia e demografia. No último ano, o governo do premiê António Costa (Partido Socialista) investiu em uma série de mecanismos para atrair estrangeiros ao país, como a criação de vistos para nômades digitais e para quem quer procurar emprego em território luso.

Na semana passada, Portugal anunciou formalmente a criação da Agência Portuguesa para Minorias, Migrações e Asilo, entidade que substituirá o SEF, órgão de controle imigratório que acumulou queixas de problemas e denúncias de violência. De acordo com as autoridades lusas, a substituição simboliza um compromisso com uma abordagem mais humanista em relação a quem chega ao país.

DEPUTADO DEMOCRATA EXPULSO DA CÂMARA DO TENNESSEE POR PARTICIPAR DE PROTESTO ANTIARMAS RECUPERA CARGO
Votação de conselho nesta quarta (12) autorizou Justin Pearson, que havia perdido o mandato na Casa de maioria republicana, a retomar sua cadeira no Legislativo estadual Karen Pulfer Focht/Reuters

Jornalista expõe a própria família para discutir passado escravista português em documentário

LISBOA Ao pesquisar a vida de seus antepassados, a jornalista portuguesa Catarina Demony deparou-se com o segredo mais bem guardado de sua família: a participação direta de pelo menos cinco gerações no tráfico transatlântico de pessoas escravizadas. Ao longo mais de um século, seus familiares fizeram fortuna com a comercialização de seres humanos, principalmente na rota entre Angola e Brasil.

Descendente dos poderosos Matoso de Andrade e Câmara, listados por diversos historiadores entre os maiores traficantes de pessoas escravizadas, Catarina descobriu que o local onde hoje funciona o Museu da Escravatura, em Luanda, pertenceu à sua família —um passado nada glorioso que costuma ser ocultado da biografia de seus parentes, onde normalmente eles são mencionados apenas pelos vários cargos políticos e militares que exerceram.

Ciente de que há inúmeros casos similares ao seu, a jornalista decidiu expor a história de sua própria família como forma de chamar a atenção para os efeitos que o passado colonial ainda provoca na sociedade portuguesa.

"Há uma relação direta entre a escravatura e o passado colonial com o racismo que acontece em Portugal hoje. O documentário tenta mostrar também isso", diz Catarina.

Lançado em Lisboa no final de março, "Debaixo do Tapete" usa a história familiar como um ponto de partida para discussões mais amplas, como racismo, violência policial e o crescimento da ultradireita.

"A história dos meus antepassados é também a história de muitos portugueses. Uma pessoa como eu, descendente de comerciantes de pessoas escravizadas, teve benefícios da escravatura. Não é que o dinheiro que esteja na minha conta bancária seja o dinheiro dos meus antepassados, mas o passado do tráfico abriu portas para mim e para vários da minha família."

A decisão de expor o passado escravocrata, aliás, dividiu os parentes da jornalista. Enquanto parte da família se opôs à decisão de falar em público sobre o tema, outros se dispuseram a colaborar ativamente com a produção.

Com cem anos, Maria Clementina, bisavó de Catarina, é uma das entrevistadas. Ela ajuda a contar o passado de privilégios da família em Angola. Já a avó da jornalista, Lurdes Abreu, emociona-se no documentário ao imaginar a dor provocada por seus antepassados.

O filme também entrevista especialistas que ajudam a dimensionar a importância econômica e social da escravidão.

"Praticamente todo brasileiro e todo português que ia para Angola acabava se envolvendo no tráfico", diz a historiadora Vanessa Oliveira.

A produção defende a tese de que, apesar do papel central de Portugal no comércio de pessoas escravizadas, o país ainda discute pouco o tema.

Pesquisas com livros didáticos lusos, por exemplo, indicam que a colonização ainda aparece retratada quase sempre de forma positiva. Inquéritos internacionais mostram também a persistência de ideais discriminatórios. A última edição do European Social Survey, divulgada em 2020, revela que 62% dos portugueses manifestam alguma forma de racismo.

O documentário relembra alguns episódios de violência, com destaque para o assassinato do ator português Bruno Candé.

O artista, um homem negro, foi morto com quatro tiros à queima-roupa em 2020. O autor dos disparos era um vizinho com histórico de ofensas racistas. Ex-combatente da guerra colonial, o assassino, segundo relatos, teria gritado "preto, vai para a tua terra" antes de atirar em Candé.

A população racializada —cuja real dimensão é desconhecida, uma vez que o censo luso não inclui questões sobre raça ou etnia— também aparece como alvo preferencial da violência policial.

"Debaixo do Tapete" explora ainda o crescimento da ultradireita e do discurso discriminatório na política, passando pela perseguição de ativistas que se dedicam a combater a discriminação racial.

Dirigente da ONG SOS Racismo, o luso-senegalês Mamadou Ba é um dos alvos preferenciais. Além das frequentes ameaças, uma petição online que pede sua expulsão de Portugal já reúne mais de 30 mil assinaturas.

Vários brasileiros que estudaram o universo do tráfico de seres humanos foram entrevistados, entre eles Laurentino Gomes, autor da trilogia "Escravidão".

A presença de nomes do Brasil não é aleatória, diz a ativista portuguesa Paula Cardoso, criadora da plataforma Afrolink. "Há historiadores portugueses que trabalham essas questões, mas muitos estão fora de Portugal, porque não conseguiram fazer esse trabalho aqui", afirma.

Desde que as primeiras informações sobre o documentário se tornaram públicas, a própria idealizadora do filme passou a receber ofensas e ameaças. "Não é uma questão sobre eu ter direito ou não de falar sobre esse passado. Eu tenho um dever e uma obrigação de falar sobre esse tema", diz Catarina.

Dirigido por Carlos Costa, "Debaixo do Tapete" ainda não tem data de estreia programada no Brasil, mas começa agora a integrar o circuito internacional de festivais e documentários. GM

Dólar cai para R$ 4,94, valor mais baixo desde junho de 2022

Considerada dura, manifestação do Fed sobre juros nos EUA fez Bolsa perder parte do ímpeto

Renato Carvalho

SÃO PAULO A perspectiva de esfriamento da economia nos Estados Unidos —o que beneficia o fluxo de recursos estrangeiros para países emergentes, como o Brasil— fez a cotação do dólar cair ainda mais nesta quarta (12) e chegar ao menor patamar desde o dia 9 de junho de 2022.

O dólar comercial à vista caiu 1,31% e fechou a R$ 4,941, depois de descer a R$ 4,91.

Também contribuiu para o movimento a avaliação positiva, feita por investidores brasileiros, do arcabouço fiscal —proposta apresentada pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para equilibrar as contas públicas e frear o crescimento da dívida pública como proporção do PIB.

Na avaliação dos agentes do mercado, os dois eventos também teriam potencial de melhorar as condições para que o Banco Central reduza a taxa de juros básica do país, a Selic, hoje no patamar de 13,75%.

Lucca Ramos, assessor de renda variável da One Investimentos, afirma que há uma perspectiva mais clara de que os juros podem começar a cair em breve, o que ajuda setores como bancos, varejo e construção.

"Isso vai elevar a pressão para que o BC comece a cortar os juros aqui no Brasil. Mas é provável que faça isso somente no segundo semestre", afirma Fernando Bento, CEO e sócio da FMB Investimentos.

Com a percepção sobre o comportamento dos juros no Brasil começando a mudar, no mercado futuro as taxas fecharam com altas moderadas. Nos contratos para janeiro de 2024, saíram de 13,12% do fechamento de terça (11) para 13,14%.

Para janeiro de 2025, os juros subiram de 11,76% para 11,81%. No vencimento em janeiro de 2027, as taxas saíram de 11,73% para 11,76%.

A Bolsa de Valores também viu seus preços favorecidos pela boa recepção da nova regra fiscal, já que uma possível redução dos juros aumenta a atratividade de ativos de maior risco, como as ações.

Depois de chegar a superar os 108 mil pontos, a Bolsa só perdeu um pouco do ímpeto depois da divulgação da ata da mais recente reunião do Fed (Federal Reserve, o banco central americano), que definiu a alta de 0,25 ponto percentual na taxa de juros nos EUA.

O Ibovespa fechou esta quinta em alta de 0,64%, a 106.889 pontos. Na máxima do dia, o índice bateu a máxima de 108.277 pontos, pouco antes da divulgação da ata do comitê do Fed.

A maior cautela aconteceu porque analistas classificaram como duro o tom da ata do Fomc (o comitê responsável pela política monetária nos Estados Unidos).

"Em termos de preços, a Bolsa brasileira está barata, quando olhamos a relação entre o valor das ações e os lucros das companhias. Isso ajuda a manter esse bom momento, mesmo após a forte alta de ontem", disse Lucca Ramos, da One Investimentos.

Entre as cinco maiores altas do dia no índice, ficaram as ordinárias do Banco do Brasil (6,96%), as preferenciais do Banco Pan (4,19%) e as ordinárias da Petz (3,68%).

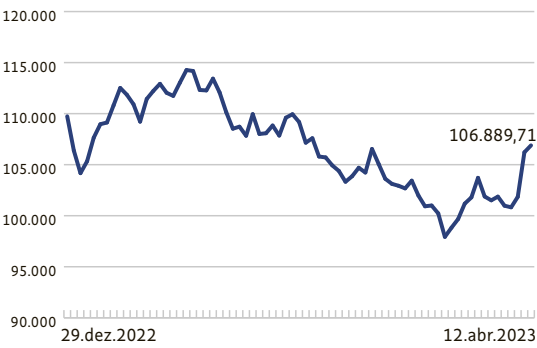
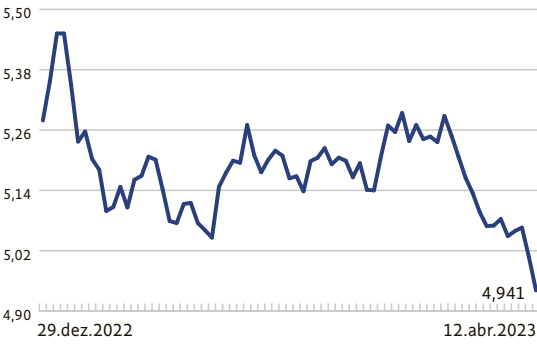
Outro dado de inflação que ajudo o desempenho da Bolsa nesta quarta-feira é a primeira prévia do IGP-M de abril, com deflação de 0,9%, ante queda de 0,2% na mesma prévia de março, como ressalta a equipe da Mirae Asset em relatório.

Uma perda de fôlego da inflação brasileira também joga a favor da redução da taxa de juros pelo Banco Central brasileiro.

Jennie Li, estrategista de ações da XP, enxerga diferenças entre os momentos das Bolsas americanas e a brasileira. "Por lá, os investidores tentam balancear suas decisões olhando para inflação, juros e recessão. Por aqui, o mercado já havia colocado nos preços um cenário bastante pessimista. E depois da inflação de março, essa perspectiva começa a mudar."

Nos EUA, um dos pontos considerados duros na ata do Fomc foi o apoio de alguns membros do comitê a uma alta de 0,50 ponto percentual nos juros.

"Na ata, foi sinalizado que 'nem mesmo uma crise bancária fará o Federal Reserve deixar de procurar cumprir a sua meta'", afirma Lucas Schwarz, analista da VG Research.

Vários membros do Fed consideraram, na reunião sobre juros realizada no mês passado, interromper os aumento da taxa até que ficasse claro que a falência de dois bancos regionais não causaria maior estresse financeiro. Mas mesmo esses diretores acabaram concluindo que a inflação alta ainda era a prioridade.

"Alguns participantes destacaram que teriam considerado um aumento de 0,50 ponto percentual [nos juros], na ausência dos desdobramentos recentes no setor bancário", disse a ata.

Schwarz apontou o termo "recessão" usado na ata, levantando a hipótese de que a atividade econômica americana pode ter uma retração em 2023. "Não descartaria novos aumentos de juros em 2023, a depender dos dados de inflação", disse.

As projeções dos membros do Fed para os juros indicam uma nova alta de 0,25 ponto na reunião de maio. Mas alguns membros do Fed disseram nesta quarta-feira que a desaceleração da economia pode ser suficiente para controlar a inflação.

As avaliações, porém, são dúbias. A presidente do Fed de San Francisco, Mary Daly, disse que, embora a força econômica dos Estados Unidos, o aperto do mercado de trabalho e a inflação muito alta sugiram que há "mais trabalho a fazer" em relação aos aumentos dos juros do Fed, outros fatores, incluindo as condições de crédito, podem exigir uma pausa.

Os preços ao consumidor nos Estados Unidos tiveram leve alta em março com a queda do custo da gasolina, mas os aluguéis altos mantiveram as pressões inflacionárias.

O índice de preços ao consumidor subiu 0,1% no mês passado, após avançar 0,4% em fevereiro, informou o Departamento do Trabalho nesta quarta-feira (12).

Nos 12 meses até março, o índice avançou 5%, o resultado mais fraco desde maio de 2021. Em fevereiro a inflação havia subido. Excluindo os componentes voláteis de alimentos e energia, o índice de preços ao consumidor aumentou 0,4% no mês passado, após alta de 0,5% em fevereiro. Os aluguéis continuaram a impulsionar o chamado núcleo do índice.

Em relatório sobre o indicador, o Bank of America afirma que a maior contribuição para o núcleo da inflação em março foi dos preços de moradia e avaliou que ela vai desacelerar com mais força no segundo semestre.

Ao pesar as informações, os investidores nos EUA decidiram pela cautela. O índice Dow Jones fechou em baixa de 0,11%. O S&P 500 caiu 0,41%, enquanto o Nasdaq, mais sensível às projeções sobre juros e crescimento, caiu 0,85%.

Ao Financial Times Nancy Davis, gerente de portfólio da Quadratic Capital, disse que o alerta de recessão foi a "principal conclusão" da ata e que "a janela de aterrissagem suave parece estar fechando rapidamente". Matt Maley, estrategista-chefe de mercado da Miller Tabak + Co, afirmou que o declínio nas ações se deveu aos comentários de que uma recessão agora era claramente o cenário base do Fed.

Com Reuters

Leia mais na coluna de Vinicius Torres Freire, na pág. A18

> "Isso vai elevar a pressão para que o BC comece a cortar os juros aqui no Brasil. Mas é provável que faça isso somente no segundo semestre
>
> **Fernando Bento**
> CEO e sócio da FMB Investimentos

Bolsa volta a subir e dólar fecha abaixo de R$ 4,95

Ibovespa em 2023
Fechamento diário, em pontos

Dólar comercial em 2023
Fechamento diário, em R$

Fonte: CMA

Dívida bruta volta a crescer em meio a tendência global, diz FMI

Thiago Amâncio

WASHINGTON Após dois anos de queda, a dívida bruta brasileira deve voltar a subir em 2023 e continuará a crescendo pelos próximos cinco anos, seguindo uma tendência global, projeta o FMI (Fundo Monetário Internacional).

Segundo a instituição, a dívida bruta do país vinha em trajetória de crescimento ano a ano até atingir o pico de 96,8% do PIB (Produto Interno Bruto) em 2020, com o início da pandemia de Covid-19, quase nove pontos a mais do que no ano anterior. Nos dois anos seguintes, a proporção baixou até atingir 85,9% do PIB no ano passado.

Neste ano, porém, o FMI prevê que a relação entre a dívida e o PIB aumente para 88,4%, e continue crescendo até atingir 96,2% em 2028. Os dados fazem parte do Monitor Fiscal, relatório do FMI divulgado nesta quarta (12).

A projeção considera o cenário atual, sem o arcabouço fiscal proposto pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que propõe que as despesas do governo cresçam num ritmo de até 70% da arrecadação. O pacote de regras, no entanto, ainda não foi enviado ao Congresso.

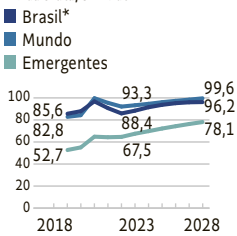
O crescimento da dívida bruta do país segue tendência global, e o Brasil está abaixo da média mundial, que deve ser de dívida bruta de 93,3% em relação ao PIB neste ano, também um aumento após dois anos de queda, segundo o órgão.

Até o ano passado, o mundo viu a queda mais íngreme dos últimos 70 anos na dívida global, após aperto nas condições fiscais e monetárias em cerca de três quartos das nações acompanhadas pelo FMI. No entanto, a dívida ainda está cerca de oito pontos acima das projeções pré-pandemia, diz o relatório.

As finanças públicas no mundo todo melhoraram nos últimos dois anos pelo aumento do PIB após a queda abrupta em 2020 com a pandemia, não apenas pela força da recuperação econômica, mas também pelo aumento inesperado da inflação, que provocou crescimento da arrecadação.

ATIVISTAS PROTESTAM CONTRA COMBUSTÍVEIS FÓSSEIS NA REUNIÃO DO FMI E DO BANCO MUNDIAL
Manifestantes com representação de oleoduto em Washington durante ato em que pediram fim de incentivo à indústria do petróleo Chip Somodevilla/Getty Images/AFP

Projeções do FMI

Dívida pública do Brasil volta a crescer
Dívida bruta, em % do PIB
Brasil*
Mundo
Emergentes

*Pelo critério do fundo, os títulos do Tesouro mantidos em carteira pelo Banco Central fazem parte da dívida bruta. Pelo critério do BC, esses papéis não são considerados

Brasil deve voltar a ter déficit primário
Saldo primário, em % do PIB
Brasil
Emergentes

Fonte: Fundo Monetário Internacional

PAINEL S.A.

Joana Cunha
painelsa@grupofolha.com.br

Quebra-cabeça

A indústria de brinquedos vai aproveitar o debate sobre o imposto de importação das encomendas de US$ 50 para alertar o governo sobre o cumprimento das regras do Inmetro. Segundo Synesio Batista, da Abrinq (associação do setor), além da vantagem arrecadatória, é preciso elevar a cobrança sobre parte dos competidores importados que não obedecem as mesmas regras de qualidade técnica e de segurança estabelecidas pelo Inmetro para o brinquedo fabricado no Brasil.

BONECA O regramento é outro fator preocupante para a competitividade do setor.

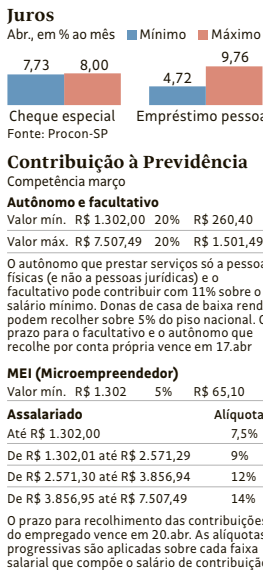
AUTORAMA "Não podemos aceitar a importação de um brinquedo pintado com uma tinta tóxica. A criança pode levar à boca e ficar doente. Tem que testar o produto. A fábrica lá fora que vai vender pela plataforma precisa se credenciar no Brasil e cumprir a regra brasileira", diz o presidente da Abrinq.

CARRINHO Ele afirma que a preocupação já foi levada ao governo e ao Inmetro. "Se nós da indústria brasileira temos que testar os produtos, os brinquedos que entram pelos importadores sem pagar impostos também precisam ser testados. As crianças mais pobres são mais vulneráveis a esse risco. O Brasil não pode fazê-las sofrer para agradar o importador chinês", afirma o presidente da Abrinq.

FIO DESENCAPADO A Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) registrou nova alta nas reclamações relacionadas aos pedidos de ligação de painéis solares não atendidos pelas distribuidoras. O problema com as fontes de energia da microgeração foi o segundo motivo com o maior número de queixas, atrás apenas da falta de energia.

ALTA VOLTAGEM O indicador subiu 34% nos últimos 12 meses na comparação com o período anterior, aponta o novo relatório da ouvidoria da agência. Foram mais de 18 mil reclamações entre abril de 2022 e março deste ano.

GÔNDOLA O volume de vendas dos supermercados e atacarejos caiu em março, de acordo com o monitoramento da Scanntech. Na comparação com o mesmo mês do ano passado, a queda no volume de unidades vendidas foi de 1,2%. Na mesma base de comparação, os preços cresceram mais de 10%, diz a pesquisa.

QUARESMA Excluindo a cesta de Páscoa, que abrange produtos como chocolate, sardinha, azeite e vinho, o tombo nas vendas foi de quase 3%. O mau desempenho é atribuído à queda no poder de compra e na confiança do consumidor, segundo a Scanntech.

VOZ O desarquivamento do projeto que pretende criar a Lei dos Seguros começa a sofrer reação contrária de seguradoras e resseguradores. O texto, escrito em 2004, voltou a tramitar no Senado há três semanas, após o pedido do presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). Nesta quarta, um grupo de representantes do setor divulgou um posicionamento conjunto com críticas ao projeto de lei.

CANETA O documento é assinado por entidades como Abecor (associação das empresas de corretagem de resseguros), Fenaber (federação de resseguradores) e ABGR (gerência de riscos). Elas afirmam que o texto ficou desatualizado. Também dizem haver lacunas, como a possibilidade da contratação de seguros por meios remotos.

TEMPO "Ao desconsiderar essas novas tecnologias, gera aumento da insegurança jurídica e dos custos de regulação, prejudicando o acesso a seguros", afirmam as entidades na crítica. O projeto aborda obrigações e direitos de corretores, seguradoras e clientes. Os temas abrangem desde a formatação dos contratos até o pagamento de indenização. A retomada é apoiada pela Fenacor (federação dos corretores de seguro).

PRATELEIRA O Walmart anunciou o fechamento de quatro de suas lojas em Chicago, nos EUA. A justificativa é que os estabelecimentos na cidade não são lucrativos desde que o primeiro deles foi inaugurado, há 17 anos. "Essas lojas perdem dezenas de milhões de dólares por ano", disse o Walmart em um comunicado.

PALCO Após passar pela reciclagem, as pulseiras usadas nos 11 shows do Coldplay pelo Brasil podem ser transformadas em pigmentos para fogos de artifício, pisos cerâmicos e tintas, segundo a Green Eletron, gestora de logística reversa de eletrônicos, e a Boomerang Soluções Ambientais, que recolhem o material.

GUITARRA Segundo as empresas, há mais de 5 toneladas do produto, que precisam passar por processo de transformação em matérias-primas como sais, óxidos e zinco metálico.

com Paulo Ricardo Martins e Diego Felix

INDICADORES

Juros

Fonte: Procon-SP

Contribuição à Previdência

Competência março

Autônomo e facultativo

Valor mín.	R$ 1.302,00	20%	R$ 260,40
Valor máx.	R$ 7.507,49	20%	R$ 1.501,49

O autônomo que prestar serviços só a pessoas físicas (e não a pessoas jurídicas) e o facultativo pode contribuir com 11% sobre o salário mínimo. Donas de casa de baixa renda podem recolher sobre 5% do piso nacional. O prazo para o facultativo e o autônomo que recolhe por conta própria vence em 17.abr

MEI (Microempreendedor)

Valor mín.	R$ 1.302	5%	R$ 65,10

Assalariado	Alíquota
Até R$ 1.302,00	7,5%
De R$ 1.302,01 até R$ 2.571,29	9%
De R$ 2.571,30 até R$ 3.856,94	12%
De R$ 3.856,95 até R$ 7.507,49	14%

O prazo para recolhimento das contribuições do empregado vence em 20.abr. As alíquotas progressivas são aplicadas sobre cada faixa salarial que compõe o salário de contribuição

Imposto de Renda

Em R$	Alíquota, em %	Deduzir, em R$
Até 1.903,98	Isento	
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,80
De 2.826,66 até 3.751,05	15	354,80
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	636,13
Acima de 4.664,68	27,5	869,36

Empregados domésticos

Considerando o piso na capital e Grande SP

R$ 1.433,73	Valor, em R$
Empregado	109,50
Empregador	286,71

O prazo para o empregador do trabalhador doméstico vence em 5.abr. A guia de pagamento do empregador inclui a contribuição de 8% ao INSS, 8% do FGTS, 3,2% de multa rescisória do FGTS e 0,8% de seguro contra acidente de trabalho. A contribuição ao INSS do doméstico deve ser descontada do salário. Sobre o piso da Grande SP, as alíquotas do empregado são de 7,5% e 9%. Para salário maior, de 7,5% a 14%, aplicadas sobre cada faixa do salário, até o teto do INSS

Inflação cai, mas pressões de demanda permanecem, afirma presidente do BC

Em reunião com investidores em Washington, Campos Neto faz elogios à proposta de regra fiscal apresentada por Haddad

Bernardo Caram e Thiago Amâncio

BRASÍLIA E WASHINGTON O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, afirmou nesta quarta-feira (12) que a inflação no Brasil caiu, mas pressões permanecem em meio a um componente de demanda "relativamente forte".

Em apresentação divulgada pela autarquia, usada em reunião fechada com investidores organizada pela XP em Washington, Campos Neto disse ainda que as expectativas de inflação de longo prazo estavam ancoradas em 2022, mas em novembro se iniciou um processo de deterioração.

O boletim Focus, que capta as projeções de mercado para indicadores econômicos, mostra que as expectativas de inflação seguem piorando, inclusive em horizontes mais longos. A mediana das estimativas para o IPCA em 2024 passou de 4,02% há um mês para 4,14% nesta semana. Para 2025, o dado passou de 3,80% para 4%.

Em meio ao aperto monetário para controlar a inflação, o presidente do BC disse que dados sugerem um arrefecimento do mercado de trabalho. Ele destacou que há desaceleração em novas operações de crédito, com mudança na composição dos empréstimos para categorias de alto custo, elevando índices de inadimplência.

Campos Neto afirmou que entre novembro do ano passado e janeiro deste ano o mercado vinha prevendo novos aumentos na taxa Selic, mas essa visão mudou a partir de fevereiro, com expectativa de corte da taxa básica em um horizonte de seis meses.

Atualmente, a Selic está em 13,75% ao ano, nível mais alto desde o início de 2017.

No evento da XP, Campos Neto voltou a elogiar a proposta do novo arcabouço fiscal, do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, como já havia feito antes, em um processo de apaziguamento após semanas de tensões com o governo Lula em torno das taxas de juros.

Na última semana, ele já havia dito em evento do Bradesco que "o que foi anunciado até agora elimina o risco de cauda, para aqueles que achavam que a dívida poderia ter uma trajetória mais explosiva". Relatório do FMI desta quarta apontou que a dívida bruta brasileira deve voltar a crescer neste ano e atingir 88,4% do PIB.

Em evento na tarde de terça no Council of the Americas, também em Washington, Campos Neto refez os elogios ao marco fiscal. A uma plateia de investidores estrangeiros, o presidente do Banco Central reforçou a autonomia do órgão e se preocupou em mostrar que o Brasil tem uma situação financeira boa para negócios, segundo uma pessoa presente. O encontro foi fechado para a imprensa.

Campos Neto ainda concordou com as projeções do FMI que apontam um cenário global de incerteza, mas foi otimista em relação ao Brasil. Investidores elogiaram a maneira como o banco levou a sério a inflação e o comprometimento com a política monetária.

Um investidor questionou ainda sobre a ideia de uma moeda comum entre Brasil e Argentina, que causou turbulência no debate econômico em janeiro. Campos Neto respondeu que essa é uma ideia da qual se fala há anos e que qualquer esforço para criar uma moeda comum precisa considerar a inflação dos dois países, que está acima de 100% na Argentina, o que torna esse um momento difícil para debater o tema.

Campos Neto está em Washington para participar das reuniões de primavera do FMI e do Banco Mundial, que reúnem autoridades econômicas de todo o mundo em Washington. Paralelamente, há eventos para que essas autoridades se encontrem com investidores estrangeiros.

Haddad não viajou a Washington porque integra a comitiva presidencial que foi à China. Em seu lugar participa o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Guilherme Mello, que foi a reunião com investidores em evento organizado pelo JPMorgan na manhã desta quarta.

Segundo ele, o encontro serviu para "tirar algumas dúvidas que ainda existem nos investidores" sobre o novo arcabouço fiscal e o "mapa de voo" que o governo tem para retomada do crescimento.

Com Reuters

+ TESOURO VÊ RETOMADA DE INTERESSE ESTRANGEIRO POR DÍVIDA PÚBLICA

Os investidores estrangeiros estão voltando com força ao mercado de dívida pública do Brasil, afirmou o secretário do Tesouro, Rogério Ceron, em entrevista à Reuters, na esteira da recuperação dos ativos financeiros locais. Ceron disse que o governo espera dobrar a participação estrangeira na dívida pública interna para cerca de 20% até 2026. Ele citou a demanda que chegou a superar em quatro vezes a oferta da semana passada de US$ 2,25 bilhões em títulos soberanos, a primeira do Brasil desde 2021, como evidência do renovado apetite estrangeiro.

Arcabouço fiscal faz mercado brasileiro mudar de patamar, diz André Esteves

Lucas Bombana

SÃO PAULO Presidente do conselho de administração e sócio sênior do BTG Pactual, André Esteves diz enxergar de maneira positiva a apresentação do arcabouço fiscal pelo governo.

Segundo o banqueiro, a proposta da nova regra fiscal afasta o risco de o país caminhar em direção ao modelo da Argentina, com uma trajetória insustentável da dívida, e tende a contribuir para mudar o patamar do mercado brasileiro em termos de preços dos ativos na Bolsa, no dólar ou nos juros.

"Eu gostei do arcabouço fiscal. E acho que tem algumas sutilezas que, para mim, são mais importantes ainda do que a medida em si", afirmou Esteves, durante evento promovido pelo BTG Pactual nesta quarta-feira (12).

Primeiro, afirmou, é um arcabouço que sugere que o país caminha em direção a um superávit primário moderado, em torno de 1% na sua estabilidade.

"Chegamos lá de uma maneira transitória, mas que cabe dentro dos nossos orçamentos, e talvez com um resultado fiscal para este ano melhor do que o mercado espera", disse o executivo.

"Então, por si só, ele tem um objetivo e a consequência de tirar um risco de cauda de o Brasil andar na direção da Argentina ou coisa parecida."

Esteves prosseguiu dizendo que uma "notícia mais importante ainda" foi o apoio do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ao projeto do arcabouço fiscal.

Na avaliação dele, o lançamento do conjunto de regras fiscais, com a chancela do presidente, é uma "rearrumação em uma direção mais esperada pelos mercados ali no período pré-eleitoral, de disciplina, de juízo."

"Acho que esse apoio explícito do presidente, de dar o sinal verde para o lançamento, e de uma maneira mais explícita, na reunião dos ministros, elogiar o ministro Haddad, eu gostei muito, e eu acho que, na verdade, é o que está por trás das melhoras do mercado ontem [terça-feira, 11] e o mercado do hoje [quarta] vai melhorar de novo no Brasil."

Na terça, a Bolsa avançou 4,29%, e o dólar caiu 1,16%, para R$ 5,007. Nesta quarta, o Ibovespa avançou mais 0,64%, e a moeda dos EUA recuou 1,31%, para R$ 4,941.

Ele citou ainda uma terceira sutileza que enxerga no âmbito do anúncio do arcabouço fiscal, que são as modificações a partir do lançamento, com a equipe econômica se mostrando aberta a ouvir sugestões de melhorias vindas de agentes do mercado. "O Ministério da Fazenda está sabendo ouvir. Isso é uma enorme qualidade."

Segundo ele, a combinação da mitigação do risco de uma trajetória insustentável da dívida, com o apoio do presidente e a receptividade da equipe econômica às críticas ao projeto inicial, vai fazer o mercado mudar de patamar no Brasil.

Esteves abordou também durante a palestra o cenário de crédito no país, pressionado pela alta de juros pelo Banco Central e por questões corporativas como o caso envolvendo a Americanas, que aumentou a postura restritiva dos bancos na oferta aos clientes.

"Eu estou no grupo que [avalia] que o aperto [no crédito] está acima daquilo esperado pelo natural desenvolvimento da política monetária apertada", afirmou.

"Com os juros já em 13,75%, tivemos o episódio da Americanas, que criou uma natural restrição no mercado de capitais", acrescentou o banqueiro, lembrando ainda que, com o desenvolvimento ocorrido no mercado de capitais no país ao longo dos últimos cinco anos e a paralisação das operações em razão do caso envolvendo a varejista, os bancos não foram capazes de absorver toda a demanda vinda das empresas em busca de financiamento.

"O crédito não está sendo restringido dentro do balanço dos bancos. Ele continua se expandindo, os bancos estão preparados para isso, só que não estão preparados para absorver tudo aquilo que vinha sendo feito pelo mercado de capitais. Alguma coisa ficou de fora, e portanto, isso está criando algum aperto adicional à natural consequência creditícia de uma política monetária apertada."

De acordo com o executivo do BTG Pactual, o Banco Central está acompanhando a evolução do cenário, até "porque me parece não ter dúvida sobre esse diagnóstico".

> **Acho que esse apoio explícito do presidente [Lula], de dar o sinal verde para o lançamento [da regra fiscal], e de uma maneira mais explícita, na reunião dos ministros, elogiar o ministro [da Fazenda, Fernando] Haddad, eu gostei muito, e eu acho que, na verdade, é o que está por trás das melhoras do mercado ontem [terça-feira, 11]**
>
> **André Esteves**
> presidente do conselho de administração e sócio sênior do BTG Pactual

Maioria não quer deixar trabalho com app, diz pesquisa

Mais da metade dos motoristas e entregadores atua exclusivamente com plataformas como Uber, 99 e iFood

Fernanda Brigatti

SÃO PAULO A maioria dos entregadores e motoristas que trabalhavam por meio dos aplicativos iFood, 99, Uber e Zé Delivery entre agosto e novembro do ano passado não pensa em trocar de trabalho e não está procurando outro tipo de atividade, diz pesquisa encomendada pela associação que representa essas plataformas.

Entre os motoristas, o percentual dos que não buscavam outra atividade varia, e era de 54% entre os que trabalham só com aplicativos, e de 71% entre os que acumulavam outros tipos de trabalho. Dos entregadores, 66% disseram não procurar nova ocupação e 78% afirmaram querer continuar trabalhando com essas plataformas de tecnologia.

A pesquisa "Mobilidade urbana e logística de entregas: um panorama sobre o trabalho de motoristas e entregadores com aplicativos" foi feita pelo Cebrap (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento) para a Amobitec (Associação Brasileira de Mobilidade e Tecnologia) e combinou entrevistas com entregadores e motoristas com dados fornecidos pelas empresas.

Os dados mostram diferenças no perfil de ganhos e na jornada de trabalho de entregadores e motoristas. No transporte de passageiros, trabalham mais dias por semana, em média, e ganham mais.

Enquanto motoristas têm renda líquida média de R$ 2.925 a R$ 4.756 em jornadas de 40 horas semanais, e de R$ 926 a R$ 1.774 para 20 horas, entregadores recebem de R$ 807 a R$ 1.325 quando trabalham menos horas, e de R$ 1.980 a R$ 3.039, se trabalham mais.

Para chegar ao rendimento médio líquido desses trabalhadores, o Cebrap considerou a remuneração por hora em corrida, definiu custos médios de manutenção, número de semanas do mês e percentuais de ociosidade, ou seja, o tempo em que o trabalhador se mantém ativo no aplicativo, mas não recebe chamados.

André Porto, diretor-executivo da Amobitec, diz que a estimativa de ganhos líquidos dos trabalhadores é o principal diferencial da pesquisa, pois era, tradicionalmente, "uma pergunta difícil de responder".

A partir desse cruzamento, o Cebrap concluiu que, entre entregadores, o rendimento fica concentrado entre um e três salários mínimos —22% recebem entre 2 e 2,5 salários, e 21%, entre 1,5 e 2. No caso dos motoristas, 31% recebem de três a seis salários mínimos.

A pesquisa vê ainda predominância na exclusividade da atividade intermediada por apps, especialmente entre motoristas. No transporte de passageiros, 63% disseram trabalhar somente com eles no momento.

Essa exclusividade aparece também na jornada de trabalho, que é de 4,2 dias por semana, em média, com 22 a 31 horas semanais.

Entre entregadores, o trabalho exclusivo é menor, mas ainda chega à maioria. Segundo a pesquisa, 52% só fazem entregas. A jornada de trabalho fica em 3,3 dias por semana.

Para o executivo da Amobitec, os dados mostram a importância da flexibilidade na relação com os trabalhadores. A pesquisa não perguntou a motoristas e entregadores se essa era questão determinante na continuidade na atividade.

Mas na interpretação da associação, a flexibilidade aparece na possibilidade de o trabalhador acumular corridas e entregas com outras atividades.

O que os trabalhadores desses aplicativos têm em comum, segundo a pesquisa, é a predominância masculina e a escolaridade, uma vez que a maioria tem ensino médio completo (59%, entre os entregadores, e 60%, para os motoristas).

Também se declaram mais pretos e pardos: entre os entregadores, 68%, e 62% dos motoristas.

O número dos que trabalham com essas plataformas é similar ao estimado pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) em fevereiro. Segundo o Cebrap, cerca de 1,660 milhão de trabalhadores atuam via aplicativos.

A maior parte, 1,274 milhão, no transporte de passageiros.

O Cebrap ouviu 1.507 entregadores e 1.518 motoristas por telefone de agosto a novembro passado e a confiança dos dados é de 95% e o erro amostral é de 2,5%.

Os dados da pesquisa encomendada pela Amobitec serão levados ao governo federal, que deve formalizar um grupo de trabalho para discutir a regulamentação dessas atividades. Para as empresas, o mais importante é barrar a obrigação de formalização.

"A pesquisa confirma nossas hipóteses de que esse é um modelo novo e de que a CLT [Consolidação das Leis do Trabalho], como estruturada, não se adequa a esse modelo", diz André Porto, da Amobitec. Os aplicativos pedem que o novo modelo inclua cobertura previdenciária, com direito a benefícios como auxílio, aposentadoria e pensão por morte.

A obrigação de formalização não é consenso entre os trabalhadores —só os sindicatos de motoboys defendem reconhecimento da relação de emprego. Mais do que vínculo, esses trabalhadores têm cobrado aumentos nos valores mínimos e regras mais claras para bloqueios, por exemplo.

O que diz quem trabalha com apps

Perfil dos motoristas e entregadores

Atuando por meio dos aplicativos iFood, 99, Uber e Zé Delivery

A maior parte é homem, é preto ou pardo e tem menos de 40 anos

Mais da metade trabalha só para aplicativos

Maioria quer continuar trabalhando com os aplicativos

Em %

Fonte: pesquisa Mobilidade urbana e logística de entregas: um panorama sobre o trabalho de motoristas e entregadores com aplicativos, do Cebrap para a Amobitec

Lula e o fogo de palha no mercado

Governo tira parte do rebanho de bodes da sala, exterior ajuda e dá para surfar mais esta onda

Vinicius Torres Freire
Jornalista, foi secretário de Redação da **Folha**. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)

Animações e paniquitos em mercados financeiros não raro são fogo de palha. Faz dois dias, a palha que está queimando é de animação, embora as taxas de juros na praça já viessem caindo faz mês e meio. A dúvida é saber se dá para fazer uma fogueirinha mais duradoura com essa breve animação.

Dá, como teria sido possível fazê-lo desde o fim da eleição de 2022, se o governo não tivesse decidido dar murro em ponta de faca e tiro no pé a partir de novembro, deixando no ar a ideia de que poderia não fazer nada a respeito de déficits e dívida pública.

Como era previsível, o anúncio da "Nova Regra Fiscal" (NRF) ou "novo arcabouço fiscal" ajudou, assim como o fato de Luiz Inácio Lula da Silva ter feito um discurso de apoio a Fernando Haddad antes de ir para a China. Os preços estavam em níveis tão ruins no mercado financeiro que a mera retirada de um bode da sala contribuiu para valorizar ações, além de derrubar taxas de juros e, importante, o dólar. Estamos aproveitando uma onda de baixa da moeda americana e a entrada de dinheiro das exportações do agronegócio. Se a coisa ficar por aí ou até com dólar a R$ 4,90, seria um alívio grande para a inflação.

Mas ainda há um rebanho de bodes na sala. Além do mais, repita-se, a animação destes dias pega carona na queda quase geral do dólar pelo mundo, movimento instável e dependente de especulações voláteis sobre a inflação americana.

Por estes dias, voltou a se disseminar a crença de que a inflação americana vai ceder. O Fed, o banco central deles, pois, encerraria a campanha de alta de juros até a metade do ano. Pode ser. E se a queda da inflação estiver associada a uma recessão nos Estados Unidos, pequena que seja? Bom ou ruim?

Por aqui, temos o rebanho na sala para cuidar. A NRF tirou um dos bodes do aposento, mas um irmão dele ficou sentado no sofá, mastigando a almofada. Quer dizer, se aprovado o "novo arcabouço fiscal", a dívida não explode, afora em cenário azarado. Mas vai ficar alta por um tempão, em cenário moderadamente otimista, o que impede que expectativas fiquem mais positivas, mais rápido (juros e dólar mais baixos).

Ainda é preciso aprovar a NRF no Congresso. A turma por lá parece disposta a colaborar, mas ainda não houve nenhum teste da capacidade do governo de arrebanhar votos (e nem se tem medida do que Lula vai ter de dar em troca).

Continuamos a aprender o que significa essa configuração nova do Congresso (direita e extrema direita fortes, partidos negocistas médios do passado no comando etc.). Blocos e blocões se organizam à revelia do governo, que receia intervir e tomar rasteiras. PT e PL ficaram um tanto isolados. Uma geringonça com cara de "semiparlamentarismo" negocista está bem viva.

Depois de aprovar a NRF, é preciso arrumar o dinheiro, impostos, que vai colocá-la em funcionamento. Não é simples, como se pode notar pelo sururu causado pela tentativa do governo de limitar o contrabando no comércio eletrônico.

O governo tem um plano razoável para o ano. Diz que vai apresentar em breve medidas para melhorar as garantias de crédito, outras para facilitar PPPs, e confia na aprovação da reforma tributária. Se conseguir tocar tudo isso, o panorama vai mudar, mesmo que os planos fiscais não sejam lá uma maravilha.

Esse é o Brasilzinho da melhor das hipóteses: não chega nem mesmo a ser devagar e sempre, mas devagar e de vez em quando. Importante também que o governo não dê uma no cravo e outra na testa, com uma ferradura. Fazer bobagem com lei de estatais ou na Petrobras (perdendo receita, entre outros problemas) vai estragar os ganhos pequenos, mas importantes, que conseguiu nestas duas últimas semanas.

vinicius.torres@grupofolha.com.br

Helicóptero H225M da Marinha, fabricado na Helibras, decola no Riocentro com o ministro José Múcio (Defesa) Igor Gielow/Folhapress

Helibras volta a ter presidente brasileiro e mira contrato militar

Dona europeia da fábrica de helicópteros de Minas, Airbus quer reforçar identidade nacional

Igor Gielow

Mercado de defesa no Brasil

Tamanho e perfil

240 empresas | 4,5% do PIB | 2,9 milhões de empregados (1,3 milhão indiretos) | 1/4 das compras governamentais vem de fornecedores nacionais

Fonte: Ministério da Defesa e Abimde

RIO DE JANEIRO Única fábrica de helicópteros do hemisfério Sul, a Helibras chega aos 45 anos buscando uma reorientação de imagem e mirando um novo grande projeto militar com o governo brasileiro para um novo ciclo de expansão.

Controlada integralmente pelo consórcio europeu Airbus, a empresa de Itajubá (MG) voltará a ter um presidente brasileiro após oito anos. O escolhido foi o chefe da área de serviços e apoio ao cliente da Airbus Helicopters na América Latina, Alberto Duek, que já havia passado pela Helibras antes de ir para a França, sede do grupo.

Sete em cada dez helicópteros que voam no país são da Helibras, proporção que sobe a 90% quando se fala de frotas militares e policiais. Nesses 45 anos, entregou 800 aparelhos no Brasil, 680 dos quais ainda voam.

"Somos uma empresa nacional", diz o atual presidente, o francês Jean-Luc Alfonsi. Indisfarçável como o sotaque do executivo é o fato de que, desde o berço, o DNA europeu da Helibras é acentuado: ela foi criada em 1978 como uma colaboração do Brasil com a fabricante de helicópteros francesa Aérospatiale para prover às Forças Armadas locais.

Ao longo dos anos, ela seguiu o ritmo do balé da unificação europeia, que na indústria aeroespacial acompanhou a formação da União Europeia. Com efeito, no mesmo ano em que o bloco foi criado, 1992, a Aérospatiale e a alemã Daimler se uniram como Eurocopter, sendo depois compradas pela Airbus.

Em janeiro deste ano, o grupo europeu finalizou o controle sobre a empresa ao comprar os 15,5% restantes do governo mineiro na Helibras por R$ 95 milhões. Em 2022, a fabricante teve um faturamento de R$ 1,3 bilhão, tendo vendido 23 helicópteros civis e 27, militares.

"Nossa fábrica é a única fora da Alemanha e da França que tem o nível 1 de engenharia, o mais alto, que dispensa validações quando um produto nosso vai para o exterior", afirmou Duek, que havia sido confirmado no cargo pouco antes da conversa com a **Folha**, no fim da tarde de terça-feira (11) na LAAD, feira militar que ocorre no Rio.

Alfonsi, que irá para a Airbus no Japão, afirmou que o futuro da empresa passa por um novo ciclo de contratos governamentais. No escopo do acordo militar Brasil-França de 2009, a Helibras passou a fabricar, com até 50% de nacionalização, 50 modelos militares pesados H225M.

O contrato de € 1,9 bilhão (€ 2,48 bilhões em valores atuais, ou R$ 13,5 bilhões) prevê a entrega do último aparelho em 2025. A partir daí, sem um novo produto, a empresa teme a evasão de cérebros de sua engenharia —um processo que se viu no "cluster" aeroespacial em torno da Embraer, em São José dos Campos (SP).

"Nós precisamos do apoio do governo", afirma Alfonsi. "O projeto [do H225M] gerou muita troca tecnológica, capacitação", diz seu sucessor, que assumirá em julho. Com efeito, a dependência do Estado é uma realidade na indústria militar no mundo todo, os líderes EUA à frente.

Segundo o espanhol Alberto Robles-Sendin, vice-presidente para a região da Airbus Helicopters, a empresa quer priorizar o fornecimento do helicóptero militar médio H160, que preencheria a gama intermediária das Forças Armadas —que operam modelos leves e pesados.

> Ali [Brumadinho], mantivemos 31 helicópteros de nossa frota. E não cobramos nada
>
> **Alberto Duek**
> novo presidente da Helibras, única fábrica de helicópteros do hemisfério Sul

O que vem em troca, além obviamente dos aparelhos, é outro ponto de venda da Helibras. "Nós servimos aqueles que servem o país", diz Duek, repetindo o slogan da fabricante. "Temos uma função social muito importante", continuou, citando o desastre da barragem de resíduos em Brumadinho (MG), que matou 270 pessoas em 2019.

"Ali, mantivemos 31 helicópteros de nossa frota, que chegavam a qualquer lugar, operando 100% durante 45 dias. E não cobramos nada", afirmou o executivo, sobre os esforços de resgate de vítimas.

Além do foco doméstico, há o mercado latino-americano. A empresa tem cerca de 1.400 aparelhos na região, e uma demanda crescente por manutenção e renovação.

"Recentemente, vendemos aparelhos para o Chile e também trouxemos para Itajubá, para manutenção", afirmou. Ele vê, como todos os executivos da área, uma renovação no interesse em produtos militares devido à Guerra da Ucrânia. "É algo cíclico", afirma, "e que não tem coloração ideológica, como nossos negócios com chilenos e colombianos, de esquerda, mostram."

Ele adota uma natural diplomacia ao falar da influência política nas decisões de compra. "Nossa empresa trabalha com países, não governos. Vendemos no Brasil desde 1979", disse, sobre o primeiro contrato, com a Marinha.

Ainda assim, Robles-Sendin afirma que 2023 será um ano lento para os negócios devido ao fato de haver um novo governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

"É um período de transição na área estatal e, no setor privado, há incertezas com os rumos da economia", diz.

Pedido da Light para suspender pagamentos é aceito

SÃO PAULO | REUTERS A 3ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro concedeu nesta quarta-feira (12) medida cautelar pedida pela Light na véspera para suspender temporariamente pagamentos de dívidas financeiras e os efeitos de decretação de vencimentos antecipados ou amortização acelerada já ocorridos.

A decisão suspende as cobranças pelo prazo de 30 dias, prorrogável pelo mesmo período, e também determina a instauração do procedimento de mediação entre as partes, conforme solicitado pela Light.

A empresa recorreu à Justiça depois de ter iniciado, no mês passado, conversas com credores para renegociar dívidas, com o argumento de melhorar a estrutura de capital e preservar o seu caixa.

A Light é responsável pela distribuição de energia em 31 municípios do Rio e enfrenta um grave desequilíbrio econômico-financeiro. O principal problema é o combate aos furtos de energia, que afeta há anos o resultado da empresa.

A situação se agravou neste ano, à medida que se aproxima o vencimento de parte importante das dívidas e permanece sem solução o futuro da concessão de distribuição, que expira em meados de 2026.

Caixa libera R$ 3,9 bi para micro e pequena empresa

SÃO PAULO A Caixa retoma nesta semana a linha de crédito destinada a MEIs (microempreendedores individuais), micro, pequenos e médios empresários. Serão disponibilizados R$ 3,9 bilhões para empresas com renda bruta anual de até R$ 300 milhões.

É possível tomar entre R$ 5.000 e R$ 5 milhões, conforme faturamento e análise de crédito, para pagar em até 60 meses, com possibilidade de até 12 meses de carência.

Essa linha de crédito é isenta de tarifa de contratação e de IOF (Imposto sobre Operações Financeiras). A contratação pode ser solicitada nas agências do banco e por meio dos escritórios da Rede de Atacado da Caixa.

Para empresários que já tenham contratado empréstimo com garantia do FGI (Fundo Garantidor para Investimentos) a partir de 2022, o valor máximo irá considerar as operações anteriores, conforme regras do fundo.

Os recursos são disponibilizados na forma de capital de giro sem destinação específica, podendo ser aplicados em investimentos, aquisição de máquinas e equipamentos, despesas operacionais, pagamento de salário de empregados, compra de matérias-primas, mercadorias, entre outros.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM

CNPJ: 71.832.679-0001-23

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhares de Reais)

Aviso:
As demonstrações contábeis apresentadas a seguir são demonstrações contábeis resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Companhia demanda a leitura das demonstrações contábeis completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.

O Relatório na íntegra, contendo as demonstrações contábeis e o Relatório do Auditor Independente, bem como o Relatório Integrado da Administração - 2022 e Parecer do Conselho Fiscal está disponível no site da CPTM e no site do jornal Folha de São Paulo, conforme links:
a) "https://www.cptm.sp.gov.br/esg-consciente/Governanca/Paginas/RIA-Informacoes-trimestrais.aspx";
b) "https://www.folha.uol.com.br/".

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

Ativo	**2022**	**2021**
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	126.466	104.039
Clientes e outros recebíveis	115.013	11.248
Impostos e encargos a recuperar / compensar	5.055	1.499
Estoques	191.320	169.886
Outros ativos circulantes	9.619	8.932
Total do ativo circulante	**447.473**	**295.604**
Não circulante		
Realizável a longo prazo	**207.772**	**232.338**
Depósitos judiciais e recursais	168.931	183.513
Outros créditos	38.841	48.825
Investimento	**193**	**193**
Imobilizado líquido	**11.641.029**	**11.383.872**
Intangível líquido	**21.174**	**15.773**
Total do ativo não circulante	**11.870.168**	**11.632.176**
Total do ativo	**12.317.641**	**11.927.780**

Passivo e Patrimônio líquido	**2022**	**2021**
Circulante		
Fornecedores	281.579	340.236
Operações de arrendamentos	78.528	75.005
Remunerações, encargos e benefícios a pagar	155.969	109.049
Impostos, taxas e contribuições a recolher	27.942	27.758
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários	14.353	137.917
Outros passivos circulantes	110.125	142.617
Total do passivo circulante	**668.496**	**832.582**
Não circulante		
Operações de arrendamentos	471.344	523.944
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários	249.476	170.349
Provisões para benefícios a empregados pós emprego	748.036	639.755
Outros passivos não circulantes	110.054	120.331
Total do passivo não circulante	**1.578.910**	**1.454.379**
Patrimônio líquido		
Capital social	18.269.418	17.529.178
Reservas de reavaliação	383.669	392.548
Ajustes de avaliação patrimonial	117.188	169.170
Prejuízos acumulados	(9.825.924)	(9.402.035)
	8.944.351	**8.688.861**
Adiantamentos para aumento de capital	**1.125.884**	**951.958**
Total do patrimônio líquido	**10.070.235**	**9.640.819**
Total do passivo e patrimônio líquido	**12.317.641**	**11.927.780**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em milhares de Reais)

	Capital social	Reservas de reavaliação	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Subtotal	Adiantamentos para aumento de capital	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**17.529.178**	**401.467**	**97.309**	**(8.941.572)**	**9.086.382**	**265.543**	**9.351.925**
Resultado abrangente do exercício							
Prejuízo do exercício	–	–	–	(469.383)	**(469.383)**	–	**(469.383)**
Ajustes de avaliação patrimonial	–	–	71.861	–	**71.861**	–	**71.861**
Total do resultado abrangente do exercício	**–**	**–**	**71.861**	**(469.383)**	**(397.522)**	**–**	**(397.522)**
Reservas de reavaliação	–	(8.919)	–	8.919	**–**	–	**–**
Recursos para aumento de capital	–	–	**–**	**–**	**–**	686.415	**686.415**
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**17.529.178**	**392.548**	**169.170**	**(9.402.036)**	**8.688.860**	**951.958**	**9.640.818**
Resultado abrangente do exercício							
Prejuízo do exercício	–	–	–	(432.767)	**(432.767)**	**–**	**(432.767)**
Ajustes de avaliação patrimonial	–	–	(51.982)	**–**	(51.982)	**–**	**(51.982)**
Total do resultado abrangente do exercício	**–**	**–**	**(51.982)**	**(432.767)**	**(484.749)**	**–**	**(484.749)**
Reservas de reavaliação	–	(8.879)	–	8.879	–	–	–
Recursos para aumento de capital							
Recursos para aumento de capital no período	–	–	–	–	–	914.166	**914.166**
Capitalização de recursos antecipados - acionista controlador	740.240	**–**	**–**	–	**740.240**	(740.240)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**18.269.418**	**383.669**	**117.188**	**(9.825.924)**	**8.944.351**	**1.125.884**	**10.070.235**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

	2022	**2021**
Receita líquida	**2.370.339**	**2.768.801**
Custo dos serviços prestados	(2.139.736)	(2.486.089)
Lucro bruto	**230.603**	**282.712**
Despesas administrativas	(460.686)	(424.610)
Outras receitas (despesas) líquidas	(31.870)	(188.456)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	**(261.953)**	**(330.354)**
Resultado financeiro	(170.814)	(139.029)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	**(432.767)**	**(469.383)**
Despesa com imposto de renda e contribuição social	–	–
Prejuízo do exercício	**(432.767)**	**(469.383)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

	2022	**2021**
Resultado líquido do exercício	**(432.767)**	**(469.383)**
Remensurações de benefícios a empregados pós emprego	(51.982)	71.861
Total do resultado abrangente do exercício	**(484.749)**	**(397.522)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

	2022	**2021**
Caixa líquido nas atividades operacionais	(144.441)	(45.662)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(581.238)	(420.843)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	748.106	523.498
Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa	**22.427**	**56.993**
Caixa e equivalente de caixa no início do período	**104.039**	**47.046**
Caixa e equivalente de caixa no fim do período	**126.466**	**104.039**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

	2022	**2021**
Receitas	2.415.542	2.807.898
Insumos adquiridos de terceiros	(1.229.044)	(1.646.226)
Valor adicionado bruto	**1.186.498**	**1.161.672**
Depreciação/amortização	(314.993)	(315.065)
Valor adicionado produzido pela entidade	**871.505**	**846.607**
Valor adicionado recebido em transferência	26.429	35.271
Valor adicionado total a distribuir	**897.934**	**881.878**
Pessoal	1.022.153	1.067.285
Impostos, taxas e contribuições	101.496	101.545
Remuneração de capitais de terceiros	207.052	182.431
Prejuízo do exercício	(432.767)	(469.383)
Valor adicionado distribuído	**897.934**	**881.878**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diversa)

1 Contexto operacional
A COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM ("Companhia" ou "CPTM") é uma empresa pública, criada pela Lei Estadual nº 7.861, de 28 de maio de 1992. Está sediada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, é formada por ações, de capital fechado, e tem como acionista controlador a Fazenda do Estado de São Paulo, com 99,99907% das ações ordinárias.
A Companhia tem por objeto social preponderante a exploração dos serviços de transporte de passageiros, sobre trilhos ou guiados, nas entidades regionais do Estado de São Paulo, abrangendo as regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, na forma do artigo 158 da Constituição do Estado de São Paulo.
Da malha ferroviária, em 24/01/2022, foi efetivada a concessão do serviço público de transporte de passageiros das Linhas 8 Diamante e 9 Esmeralda à iniciativa privada, pelo prazo de 30 (trinta) anos, tendo como premissas o controle e a regulação dos serviços concedidos, considerando serviços, usuários e tarifa, e o controle de qualquer participação residual na infraestrutura no final do prazo da concessão, pelo Poder concedente.
Assim, no final do exercício de 2022, a Companhia operava 05 (cinco) linhas férreas: Linha 7 - Rubi (Brás - Jundiaí); Linha 10 - Turquesa (Brás - Rio Grande da Serra); Linha 11 - Coral (Luz - Estudantes); Linha 12 - Safira (Brás - Calmon Viana) e Linha 13 - Jade (Eng. Goulart - Aeroporto Guarulhos), somando 196 km de extensão, com 57 (cinquenta e sete) estações ao longo do trecho, atendendo, além da Capital, a outros 17 (dezessete) municípios, estando integrada, no aspecto físico e tarifário, às demais linhas de transporte metro-ferroviário e à diversas linhas municipais e intermunicipais de ônibus.
Apoio financeiro
Na condição de empresa pública, integrante da Administração Indireta do Estado de São Paulo, sujeita aos efeitos do Artigo 2º, inciso II da Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal), a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM, é enquadrada como "empresa estatal dependente". Assim, o Governo Estadual subsidia os usuários do sistema ferroviário, repassando à Companhia recursos financeiros para a complementação de suas despesas de custeio, assim como aportes de capital para cobertura de seus investimentos.
Há de se observar que para o exercício de 2022, a Companhia passou a receber recursos financeiros do Estado de São Paulo à título de recomposição da receita tarifária, que se sustentam no Termo de Acordo celebrado entre o Estado de São Paulo, esta Companhia e a Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô em 20 de julho de 2022. Por meio do referido Termo de acordo, o Estado de São Paulo se responsabiliza pela complementação do fluxo financeiro, considerando o direito de recebimento da diferença pecuniária dos valores recebidos efetivamente em caixa em relação ao valor devido das viagens realizadas pela Companhia, especificadamente quanto ao Sistema de Bilhetagem Eletrônica que operacionaliza o bilhete único - BU.
Assim, no exercício findo em 31/12/2022, os repasses do Governo do Estado de São Paulo foram compostos por R$ 962.142 (R$ 1.200.121 em 2021) à título de subvenção econômica; R$ 235.558 (R$ 0 em 2021) à título de recomposição da receita tarifária; R$ 143.340 (R$ 109.532 em 2021) à título de ressarcimento de gratuidades legais, e; por fim, R$ 914.165 (R$ 686.415 em 2021) para investimentos.
Por outro lado, em 2022, foram promovidos 03 leilões de materiais inservíveis que, no acumulado do ano, arrecadaram um total de R$ 29 milhões, o que representa um crescimento de aproximadamente 9% em relação ao arrecadado no ano anterior, na ordem de R$ 26,7 milhões, mantendo-se a tendência de êxito nas vendas desta modalidade, reforçando o caixa da Companhia.
Por fim, até o encerramento destas Demonstrações Contábeis, a Companhia não havia contratado seguros para os bens patrimoniais de sua propriedade e nem de responsabilidade civil relacionada aos serviços de transporte metropolitano por si prestados, seguindo com estudos e ações para contratação em futuro próximo.
2 Apresentação das demonstrações contábeis
2.1 Declaração de conformidade e base de preparação
As demonstrações contábeis foram preparadas e são apresentadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, considerando os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.
As demonstrações contábeis têm como base de valor o custo histórico, com exceção para instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, e no pressuposto da continuidade operacional dos negócios da Companhia.
2.2 Moeda funcional e de apresentação
As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas com base no Real ("R$") como moeda funcional e de apresentação e estão expressas em milhares de Reais. A divulgação em outras moedas, quando aplicável e necessário, também está sendo efetuada em milhares, estando devidamente identificada.
2.3 Demonstração do valor adicionado
A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) não é requerida pelas normas IFRS, apenas pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas, sendo, para esta Companhia, considerada como uma informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.
2.4 Uso de estimativas e premissas contábeis
Para a preparação das demonstrações contábeis foram utilizadas determinadas estimativas contábeis, cuja base foram fatores objetivos e subjetivos, de subsídio ao julgamento da Administração na determinação do valor adequado a ser registrado e divulgado pela Companhia. Sendo as estimativas significativas constituídas conforme segue:
Estimativa para redução ao valor realizável de estoques
Para constituição de estimativa para redução ao valor realizável dos estoques é avaliada a estocagem de itens obsoletos; itens que possam ser específicos para manutenção de sistemas descontinuados; itens que possam ter atingido sua data de validade e, por fim, itens de giro lento, cujo volume de estocagem que não se justifique.
Na identificação de tais itens, ao longo do exercício subsequente, passam a ser avaliadas as possibilidades de seu descarte, considerando as perspectivas de absorção do mercado, inicialmente na condição original e, em sua impossibilidade, na condição de inservível, de forma que haja a recuperação do valor, ao menos parcialmente.
Provisão para perda de valor recuperável dos ativos
Os testes de recuperação - impairment dos ativos são realizados ao menos anualmente ou em períodos menores na ocorrência de indícios / gatilhos internos ou externos que assim o determinem.
Os ativos imobilizados são avaliados na concepção de uma Unidade Geradora de Caixa - UGC única, sendo aplicada a abordagem de custo para a mensuração do valor justo de reposição, ajustado os efeitos do desgaste natural de utilização e da obsolescência, e por meio de avaliadores internos.
Os ativos intangíveis, por se tratar de ativos com vida útil definida ficam fora do alcance dos testes de impairment mas tem a sua capacidade produtiva revisada em final de cada exercício, para ajuste de sua vida útil, se necessário.
Estimativa para perdas esperadas com ativos financeiros
Ativos financeiros consideram as contas a receber de clientes, outros recebíveis e outros créditos. A abordagem consiste na análise da inadimplência histórica, a partir das seguintes evidências: (i) indicadores de dificuldade financeira; (ii) início de cobrança extra ou judicial; (iii) inscrição dos devedores no Cadastro de Inadimplentes - CADIN e, por fim, (iv) dificuldade de localização do devedor.
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários
As provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários são constituídas para fazer frente à riscos decorrentes de ações em andamento, julgadas como de perda provável. A perda é dada como provável quando de ações cujos objetos, apesar de toda a substância das defesas, os tribunais têm entendimento que desfavorece a Companhia.
Como é possível a ocorrência de alterações de classificação em futuro, as provisões são revisadas mensalmente, pelos assessores jurídicos da Companhia, e ajustadas em face da alteração nas circunstâncias e premissas que a determinaram, portanto, alinhadas e aderentes ao período encerrado. Ativos contingentes, por sua vez, não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, haja vista a existência de garantias de sua realização.
2.5 Benefícios a empregados
Benefícios de curto prazo
As obrigações decorrentes de benefícios de curto prazo concedidos aos empregados são reconhecidas como despesas de pessoal considerando sua incorrência no período, em contrapartida em passivo, considerando a obrigação de pagamento, a ser liquidado em até 12 meses do fechamento do exercício. Enquadram-se neste grupamento anuênio e gratificação por tempo de serviço; seguro de vida em grupo; vale refeição e alimentação; programa de participação nos resultados - PPR e benefício rescisório - aviso prévio.
Programa de Participação nos Resultados - PPR
Relativo ao PPR, trata-se de programa implantado pela Companhia desde 2011, cujos critérios são definidos em parceria com as respectivas entidades sindicais, considerando indicadores, pesos e metas previamente definidos, acompanhados quanto ao seu atingimento e aprovados em início do exercício subsequente ao de sua competência, para efetivo pagamento.
Para o exercício findo em 31/12/2022, referido programa foi retomado haja vista o atingimento do tempo de sua suspensão, ou seja, até 31/12/2021, em cumprimento ao disposto no Decreto Estadual nº 65.463 de 12/01/2021 (alterado pelo Decreto nº 65.479, de 20/01/2021).
Benefícios de longo prazo
Nos benefícios de longo prazo concedidos aos empregados, dos quais obrigações são imputadas à Companhia pela possibilidade de serem pagos após o término do vínculo empregatício, enquadram-se o programa de previdência aos empregados oriundos da Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU que dele mantém participação, o plano de saúde (assistência médica e odontológica) e o benefício de desligamento sem justa causa aos empregados oriundos da extinta Ferrovia Paulista S/A - FEPASA, conforme regras concessórias específicas.
Estes benefícios são avaliados na periodicidade anual, cujo método atuarial para a avaliação dos passivos e custos dos benefícios é o da UCP - Unidade de Crédito Projetada, aplicada sobre as obrigações atuariais projetadas, de acordo com o recomendado pelo Pronunciamento CPC nº 33, sendo os efeitos das remensurações reconhecidos em Outros resultados abrangentes - ORA e em resultado do período, quando aplicável.
Neste contexto, excetua-se o plano de assistência odontológica que, embora haja a caracterização de benefício no período pós-emprego, tende a não apresentar passivos de longo prazo, considerando seu comportamento inverso em relação ao plano de assistência médica, sendo a utilização e o custo exponenciais em relação à idade, tanto a utilização como o custo decrescem em relação à idade.
Cabe informar que em 2022, pela necessidade de se conhecer o efeito das amortizações promovidas pela União Federal em face do Acordo assinado com a Fundação que administra o plano de previdência privada, foram realizados estudos atuariais intermediários, datado de 30/06/2022, os quais, pela oportunidade, foram estendidos aos demais benefícios.
3 Principais práticas contábeis
As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações contábeis estão informadas a seguir, as quais foram aplicadas de modo consistente comparativamente ao exercício findo em 31/12/2021.
3.1 Caixa e equivalentes de caixa
A Companhia não mantém recursos financeiros em caixa, sendo os intitulados como Equivalentes de caixa os correspondentes a depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, mantidos para frente apenas à compromissos de custeio de curto prazo.
3.2 Instrumentos financeiros
Reconhecimento inicial e mensuração
Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Companhia deles se torna parte, sendo os ativos ou passivos deles derivados registrados inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos de transação que lhe sejam diretamente atribuídos, quando aplicável, remensurados conforme regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros e, por fim, baixados quando os direitos e obrigações que representam tenham se expirado.
Ativos Financeiros
Os ativos financeiros da Companhia correspondem a aplicações em CDB e fundos de investimentos ancorados em ativos e derivativos de renda fixa de risco conservador, de liquidez diária e remunerados diariamente com base em taxas vinculadas a um percentual da variação do CDI ou Selic, objetivando proporcionar rentabilidade de forma compatível com as variações diárias das taxas de juros, e recebíveis derivados de instrumentos financeiros firmados pela Companhia junto a terceiros, mantidos com o objetivo do recebimento de fluxos de caixa contratuais, gerados em datas específicas, relativos somente ao pagamento do principal e juros sobre o valor do principal em aberto, sendo classificados:
(a) Valor justo por meio do resultado
Nesta categoria estão classificados os Equivalentes de caixa, sendo as variações monetárias, para reconhecimento do valor justo no período, reconhecidas no resultado do período.
(b) Custo Amortizado
Nesta categoria classificam-se Clientes e outros recebíveis e Outros créditos, amortizados pelo método da taxa efetiva de juros.
Redução ao valor de recuperação de ativos financeiros
A Companhia avalia na data do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que possam ser estimados.
Passivos financeiros
Os passivos financeiros da Companhia são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Nessa categoria, estão classificados Fornecedores, Garantias Contratuais e Contas a Pagar.
3.3 Clientes e outros recebíveis
Clientes e outros recebíveis são registrados pelo valor nominal e não incluem juros e, se necessário, deduzidos da provisão para perdas de crédito estimadas considerando o histórico de inadimplência e análise individual de cada devedor, em montante considerado suficiente pela Administração para a cobertura de perdas em sua realização.
3.4 Estoques
Os estoques da Companhia são destinados à manutenção dos sistemas ferroviários, registrados pelo custo médio ponderado de aquisição e ajustado ao valor realizável líquido.
Para aferição da eficácia dos controles internos e o nível de acuracidade do estoque, a Companhia realiza inventários rotativos, com contagem física mensal, contínua e programada, considerando a metodologia da Curva ABC.
3.5 Depósitos judiciais e recursais
Depósitos recursais são desencaixes compulsórios exigidos para a interposição de recursos trabalhistas, cujos valores podem ser descontados do crédito do reclamante ou devolvidos à Companhia no final do processo a depender do desfecho judicial.
Depósitos judiciais são efetuados com o objetivo de garantir a efetividade da decisão judicial, antecipadamente à finalização da respectiva ação, em casos de cumprimento provisório de sentença pela parte vencedora. Também são feitos com a finalidade de garantir o juízo para apresentação de impugnação ao cumprimento de sentença ou de oposição de embargos à execução, sendo acompanhado pela Companhia o referido desdobramento até o final da ação. Em todas as hipóteses, o valor é por ela soerguido, na proporção do êxito obtido.
Os registros contábeis à título de depósitos judiciais e recursais são mantidos em valor original em razão dos rendimentos por si produzidos sujeitarem-se à condição suspensiva, num ambiente de incerteza acerca do fluxo de benefícios econômicos futuros, reconhecidos em resultado quando de possível reversão à Companhia.
3.6 Imobilizado
O Imobilizado é reconhecido pelo custo histórico de sua aquisição e/ou construção, acrescido dos custos de melhorias e/ou reformas e apresentado pelo montante líquido dos efeitos de encargos de depreciação.
A depreciação é calculada pelo método linear, com exceção aos terrenos e leito da linha, não sujeitos a tais encargos.
Os valores residuais, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são aqueles considerados como adequados nas condições operacionais atuais da Companhia, sendo que em 2022 não houve alteração estratégica ou de operação dos sistemas e equipamentos que justificassem quaisquer mudanças neste sentido, sendo os encargos de depreciação do período reconhecidos no resultado do exercício.
No ativo Imobilizado estão considerados ativos em posse da Companhia, enquadrados nos termos da NBC TG 06 (R3) Arrendamentos.
Por fim, a Companhia mantém os efeitos da reavaliação de seus ativos realizada no exercício de 2002, conforme Laudos de Reavaliação emitidos em 31 de maio de 2002 pela empresa Aerocarta S.A. - Engenharia de Aerolevantamentos, que contemplou os bens patrimoniais adquiridos até 31 de dezembro de 2000.
3.7 Intangível
O ativo intangível representa ativos identificáveis, sem substância física, resultantes de direito contratual, com capacidade de geração de benefícios econômicos futuros, registrado pelo valor de custo, deduzidos das amortizações acumuladas, considerando o tempo contratual de uso ou a vida útil definida para o ativo.
A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear a partir da data da sua disponibilidade para uso e as despesas subsequentes com ativos intangíveis são capitalizadas somente quando resultarem em aumento dos benefícios econômicos futuros, sendo as despesas relacionadas com a manutenção dos softwares, quando incorridas, reconhecidas em resultado do exercício.
3.8 Fornecedores
Representa os compromissos assumidos junto a terceiros pela aquisição de serviços e materiais para uso no ciclo operacional da Companhia bem como pela aquisição de ativos, cujo prazo de vencimento preponderante corresponde a 12 meses subsequentes ao exercício social encerrado. São reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado a partir do método da taxa efetiva de juros, quando aplicável.
3.9 Operações de arrendamentos
Contrato firmado em que a Companhia detém substancialmente todos os riscos e usufruto da propriedade, e, assim, reconhecido como ativo de arrendamento, aderente aos requerimentos do NBC TG 06 (R3) Arrendamentos.
O passivo correspondente é atualizado mensalmente considerando os encargos financeiros inerentes a operação, apropriados em resultado do exercício, pela taxa de juros efetiva firmada em contrato, classificado em passivo circulante e não circulante alinhado ao prazo contratual.
O ativo adquirido por meio de arrendamento financeiro é depreciado durante a vida útil definida pela Companhia, considerando a previsão contratual de sua transferência à Companhia ao final do contrato.
3.10 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)
Neste grupo estão consideradas as demais obrigações legais ou constituídas pela Companhia. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas e classificados como circulantes ou não circulantes conforme sua data de realização ou liquidação.
3.11 Reconhecimento de receita
A receita é reconhecida pelo regime de competência, líquida de descontos, abatimentos e impostos incidentes sobre ela, excetuando-se a proveniente da prestação de serviço de transporte com a utilização de bilhete magnético e QRCode reconhecida pelo montante da venda, que correspondeu a 25,7% do total da arrecadação.
A receita operacional é decorrente preponderantemente da prestação de serviço de transporte, sendo as tarifas praticadas fixadas pelo Governo do Estado de São Paulo, de caráter social e, assim sendo, em volume financeiro insuficiente para frente aos custos e despesas operacionais a ela vinculados. Referida receita decorre da venda de bilhete de cartolina com tarja magnética intitulado Edmonson e de bilhetes eletrônicos na tecnologia QRCode, comercializados pela própria Companhia para permissão de uma viagem, de uso exclusivo na ferrovia ou integrado com o modal rodoviário, e pela utilização de bilhetes eletrônicos, cartões inteligentes com circuito integrado sem contato (ContactlessSmartCard) controlados por meio de Sistemas de Bilhetagem Eletrônica - SBE. No caso do BU, o fluxo financeiro é decorrente de vendas antecipadas, por meio do carregamento de créditos em cartões eletrônicos e, em função dos termos dos convênios assinados pela Companhia e demais partícipes, são rateados com base no quantitativo histórico de pagantes transportados em cada companhia dentro de cada sistema.
No caso do sistema BENFÁCIL, a remuneração se dá pela apuração dos quantitativos de passageiros transportados em períodos de 10 dias, e valorados pelas tarifas exclusiva e integrada vigentes na ocasião da validação em nossos bloqueios.
No ambiente de bilhetagem eletrônica, no que se refere ao BU e BOM, há de se observar o descolamento do fluxo financeiro em relação à prestação de serviço de transporte, haja vista que o volume dos créditos recebidos, decorrente das vendas antecipadas, não se vincula diretamente à prestação de serviço de transporte, sendo o fluxo financeiro vinculado a regras de partição pré-estabelecidas em convênio bem como voláteis ao comportamento do usuário quanto ao carregamento de créditos.
3.12 Normas e interpretações novas e revisadas
(i) Revisão nº 20 estabeleceu alterações nos Pronunciamentos Técnicos CPC 26 (R1), CPC 11, CPC 27, CPC 15 (R1), CPC 23, CPC 40 (R1), CPC 49, CPC 21 (R1), CPC 32, CPC 37 (R1) e CPC 47, em decorrência das alterações de classificação de passivos como circulantes ou não circulantes, adiantamento da isenção temporária do CPC 48; definição de política contábil; divulgações de políticas contábeis; e tributos diferidos relacionados a ativos e passivos originados de uma simples transação. Estas alterações serão aplicadas nos períodos anuais após 1º de janeiro de 2023, com exceção do adiamento da isenção temporária do CPC 48 que deve ter vigência imediata.
(ii) Revisão nº 21 estabeleceu alterações nos Pronunciamentos Técnicos CPC 37 (R1), CPC 15 (R1), CPC 31, CPC 40 (R1), CPC 48, CPC 47, CPC 26 (R1), CPC 03 (R2), CPC 27, CPC 33 (R1), CPC 18 (R2), CPC 39, CPC 01 (R1), CPC 25, CPC 04 (R1), CPC 28 e CPC 50, em decorrência das alterações de classificação de passivos alterações em Pronunciamentos Técnicos decorrentes da emissão do CPC 50 - Contratos de Seguro, ou seja, IFRS 17 (2017), Amendments to IFRS 17 (2020) e Initial Application of IFRS 17 and IFRS 9 - Comparative Information (2021). Estas alterações serão adotadas nos períodos anuais com início após, 1º de janeiro de 2023.
Não há outras normas ou interpretações com impacto na operação da Companhia cuja aplicação inicia-se em períodos futuros.
4 Informações complementares
Caixa e equivalentes de caixa
O saldo dos recursos financeiros da Companhia, principalmente formado pela arrecadação tarifária, é transferido para a conta única do Tesouro do Estado no Sistema SIAFEM - Sistema de Administração Financeira de Estados e Municípios, nos termos do Decreto 60.244 de 14 de março de 2014 e corroborado pelo Decreto Estadual nº 64.748 de 17/01/2020, que determina que os recursos das empresas em que o Estado seja controlador passem obrigatoriamente a serem mantidos em contas do SIAFEM.
Também se consideram neste grupo "valores em trânsito" que se referem a valores arrecadados nas estações ferroviárias, cujo transporte e conferência do numerário são de responsabilidade de empresa transportadora de valores contratada pela Companhia, para posterior depósito na conta corrente, sendo este processo concluído em D+2, contado a partir da data da coleta de valores efetuada nas estações.
Clientes e outros recebíveis
Créditos decorrentes da permissão de passagem em vias férreas, do uso de instalações e espaços para exploração comercial e da prestação de serviços diversos, conforme convênios e contratos firmados entre as partes. Em 2022, está considerada a rubrica "Recomposição da Receita Tarifária" que teve por sustentação o Termo de acordo firmado com o Governo do Estado de São Paulo, em 27/07/2022, pelo qual o Governo se compromete a recompor a receita tarifária mediante a insuficiência de recursos da clearing do sistema de bilhetagem eletrônica do bilhete único - BU.
Imobilizado em concessão
Nos termos do Contrato de Concessão nº 02/2021, em 27 de janeiro de 2022, foi efetivada a transferência da prestação do serviço público de transporte de passageiros, sobre trilhos, das linhas 8 Diamante e 9 Esmeralda para a Concessionária das Linhas 8 e 9 do Sistema de Trens Metropolitanos de São Paulo S/A. De acordo com o referido Contrato, são bens integrantes da Concessão aqueles afetos ou associados à prestação do serviço concedido, os quais serão revertidos à esta Companhia, na condição de interveniente e detentora da participação residual na infraestrutura, ao término do período de concessão. Assim, considerando a geração de benefícios econômicos de forma indireta, em função do aumento dos passageiros em decorrência da integração das linhas concedidas às demais operadas diretamente pela Companhia, se mantém registrados em Ativo Imobilizado os bens em uso pela Concessionária, que, na data de 31/12/2022, correspondem ao montante de R$ 2.212.372, líquido dos encargos de depreciação, calculados conforme taxas de depreciação consideradas como adequadas por esta Companhia.
Provisões para benefícios a empregados pós emprego
A Companhia concede benefícios pós emprego aos seus colaboradores, para os quais foi realizada avaliação atuarial, posição 31/12/2022.
Referida avaliação atuarial determinou para 2022 um déficit atuarial na ordem de R$ 748.036 (R$ 639.755 em 2021), observando-se, assim, um acréscimo de R$ 108.281, cujo detalhamento dos estudos atuariais realizados e respectivos resultados seguem, conforme resumo geral e à cada benefício abaixo reportado.
Em que pese todos os elementos considerados nos cálculos atuariais, para o resultado deficitário apurado para o programa previdenciário, de R$ 625.720 (R$ 561.725 em 2021), ênfase se dá à exclusão das contribuições contratadas do valor justo dos ativos, em cumprimento ao que determina o CPC nº 33, em seu item 114. Trata-se do montante de R$ 894.405, ativo registrado pela Fundação que administra o plano previdenciário, correspondente a um contrato de confissão de dívida assinado com a União, para quitação de dívida da patrocinadora CBTU, o qual impacta fortemente os resultados atuariais do plano previdenciário concedido por esta Companhia, na condição de patrocinadora.
Neste contexto, contudo, para a variação entre os resultados dos exercícios de 2021 e 2022 dá-se destaque para o aumento na taxa de desconto aplicada e o ganho sobre os ativos financeiros da carteira, que foram elementos que contribuíram positivamente nos estudos atuariais.
5. Eventos subsequentes
Concessão do TIC EIXO NORTE
Para o primeiro semestre de 2023, está prevista a publicação do edital para a concessão do TIC EIXO NORTE, incluindo a Linha 7 - Rubi, processo coordenado pela Secretaria dos Transportes Metropolitanos com a participação desta Companhia. Este projeto teve sua audiência pública realizada em 16/08/2021, a consulta pública encerrada em 15/10/2021 e, ao longo do exercício de 2022, o detalhamento do projeto, a preparação das minutas de edital, do contrato e dos anexos, que possibilitarão a publicação do edital informado acima e, por fim, a contratação da futura concessionária no primeiro semestre de 2023.
Julgamento dos Temas 881 e 885 pelo Supremo Tribunal Federal ("STF")
Em 08 de fevereiro de 2023, o Plenário do STF concluiu e finalizou o julgamento dos Temas 881 e 885, no sentido de que decisões proferidas pelo STF em ação direta de inconstitucionalidade ou em sede de repercussão geral modificam os efeitos das ações individuais que tenham transitado em julgado de forma favorável ao contribuinte em matéria tributária. A referida decisão aplica-se aos tributos recolhidos de forma continuada (fatos geradores recorrentes). Após avaliação de impactos desta decisão feita pela Administração, não foram identificados processos judiciais impactados por essa decisão. Adicionalmente, a Administração entende que a decisão não possui aplicação direta ou reflexa à Companhia para a data base de 31 de dezembro de 2022.

Contadora Responsável

Marlí Cândido Dutra - CRC.CT.1SP.131206/O-7

Extrato - Relatório dos Auditores Independentes

É importante destacar que a publicação de um "extrato das informações relevantes do relatório" consiste na inclusão de uma declaração sobre o conteúdo do relatório e não se confunde com a publicação de partes do relatório, nem consiste em opinião sobre as demonstrações financeiras resumidas que estão sendo publicadas.
Opinião com ressalva
Dados da Ressalva - A companhia utiliza trens e peças sobressalentes adquiridas pela Secretaria de Transportes Metropolitanos (STM), sendo que estes ativos ainda não foram transferidos e registrados no balanço da CPTM como ativo fixo. O custo desses trens e peças, em 31 de dezembro de 2022, é de R$ 1.936.551.000 líquido da depreciação acumulada de R$ 253.867.000 (R$ 1.985.849.000 e R$ 197.825.000 de custo líquido e depreciação acumulada em 31 de dezembro de 2021, respectivamente). Consequentemente o ativo não circulante e o patrimônio líquido da Companhia estão subavaliados em R$ 1.936.551.000, os prejuízos acumulados subavaliados em R$ 253.867.000, sendo que o resultado do período está superavaliado em R$ 56.042.000 em 31 de dezembro de 2022.
Ênfase - Incerteza relevante sobre a continuidade operacional da Companhia - A Companhia vem apresentando prejuízos sucessivos, sendo que no exercício de 31 de dezembro de 2022 o prejuízo foi de R$ 432.767.000 (R$ 469.383.000 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021) e capital circulante líquido negativo em R$ 221.023.000 (R$ 536.978.000 em 31 de dezembro de 2021). Esses eventos ou condições demandam continuamente que recursos sejam aportados pelo seu acionista controlador (Fazenda do Estado de São Paulo), o que vem ocorrendo regularmente, para fazer frente ao Programa de Investimentos da Companhia, previsto no Plano Plurianual (PPA) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Nesse contexto, foi verificado que até o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, nos termos da Lei nº 17.498 de 29/12/2021 e Decreto nº 66.436 de 13/01/2022, foram repassados pela Fazenda do Estado de São Paulo, recursos financeiros no montante de R$ 914.165.000 (R$ 686.415.000 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021), voltados para investimentos, e R$ 1.341.040.000 (R$ 1.309.653.000 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021), para o custeio da Companhia. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.
Ênfase - Concessão das linhas 8 Diamante e 9 Esmeralda - Em 27 de janeiro de 2022 foi efetivada a transferência da operação, manutenção, conservação e melhorias das linhas 8-Diamante e 9-Esmeralda para a empresa vencedora do leilão de concessão, realizado pelo Governo do Estado, no dia 20 de abril de 2021. A Companhia foi apenas interveniente no processo de concessão efetuado, repassando os riscos e benefícios referentes às linhas 8-Diamante e 9-Esmeralda à empresa vencedora da licitação, contudo os ativos fixos de concessão remanesceram como ativos imobilizados da Companhia identificados como ativos de concessão. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.
Ênfase - Cobertura de Seguros - A Companhia não possui seguros contratados para os bens patrimoniais de sua propriedade e nem para serviços de transporte metropolitano por ela prestados estando em fase de aprovação para contratação. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

mazars
Mazars Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP023701/O-8

Mazars Auditores Independentes S.S. (CRC 2SP023701/O-8). Cleber de Araújo (Contador CRC 1SP213655/O-8). Emitido em 14 de março de 2023.
O Relatório na íntegra, contendo as demonstrações financeiras e o Relatório do Auditor Independente, está disponível no site da CPTM: https://www.cptm.sp.gov.br/esg-consciente/Governanca/Paginas/RIA-Informacoes-trimestrais.aspx

COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM

O Conselho Fiscal da COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM, cumprindo as determinações legais, na Reunião Ordinária, realizada no dia 21 de março de 2023, às 8h30, examinou o Relatório Anual da Administração, bem como as Demonstrações Contábeis nele contidas, composta pelo Balanço Patrimonial, pela Demonstração do Resultado, pela Demonstração dos Resultados Abrangentes, pela Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, da Demonstração dos Fluxos de Caixa e pela Demonstração do Valor Adicionado, complementadas pelas Notas Explicativas, referentes ao exercício findo de 2022.
Os membros do Conselho Fiscal da COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM, em cumprimento ao disposto nos incisos II e IV do art. 163, da Lei Federal n° 6.404/76 e suas alterações posteriores, procederam ao exame do Relatório da Administração, das Demonstrações Contábeis exigidas em Lei e das Notas Explicativas, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Com base no Relatório da Auditoria Independente, datado de 14/03/2023, considerando a Manifestação do Comitê de Auditoria Estatutário, datada de 15/03/2023 e considerando a manifestação do Conselho de Administração havida em reunião ocorrida em 20/03/2023, os Senhores Conselheiros opinam que as Demonstrações Contábeis e as Notas Explicativas estão em condições de serem submetidas à apreciação e deliberação dos Senhores Acionistas, observando-se a ressalva constante do referido Relatório da Auditoria Independente, relacionada à nota explicativa nº 10.4 - Ativos adquiridos pela Secretaria de Transportes Metropolitanos (STM) para a utilização pela Companhia.

JOSÉ VALTER DA SILVA JUNIOR
Conselheiro
ROBERTA MOREIRA DA COSTA BERNARDI PEREIRA
Conselheira
VERA HELENA VILLAÇA
Conselheira
LAÉRCIO PAULINO SIMÕES
Conselheiro
ROBERTO YOSHIKAZU YAMAZAKI
Conselheiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUEIRA CÉSAR
AVISO DE EDITAL
Tomada de Preços Nº 018/2023 - PROCESSO 058/2023

Objeto: Contratação de empresa com fornecimento de mão-de-obra, equipamentos e materiais para ampliação do CRAS do Bairro Recanto dos Pássaros. **Data da Entrega dos Envelopes:** 03 de maio de 2023, às 08:30, Dep. Licitações. **Data de Abertura:** 03 de maio de 2023 às 09:00 horas. **Informações:** Dep. Licitações – Rua Profª Hilda Cunha, nº. 58, Fone/Fax (14) 3714-7200 – Ramal 202 - E-mail: licitacoes@cerqueiracesar.sp.gov.br – **Prefeitura Municipal de Cerqueira César, 12 de abril de 2023.**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Edital de convocação – O SIPROEM - Sindicato dos Professores das Escolas Públicas Municipais de Barueri, Taboão da Serra, Itapecerica da Serra, Embu, Embu-Guaçu, São Lourenço da Serra, Juquitiba, Cotia, Vargem Grande Paulista, **CONVOCA** todos os Professores das Escolas Públicas Municipais de Barueri e FIEB para participar da **Assembleia Geral Extraordinária**, nos termos do Estatuto, a ser realizada às 18h (dezoito horas) em primeira convocação e em segunda e última convocação, às 18h30 (dezoito horas e trinta minutos), com qualquer número dos professores presentes, no dia 14 de abril de 2023, em frente ao Ginásio José Correia, sito na avenida Guilherme P. Guglielmo, nº 1000 - Centro - Barueri. CEP 06401-145, para discutir e deliberar sobre a seguinte **Ordem do Dia: 1)** Continuidade ou Não da Campanha Salarial; **2)** Avaliação Periódica de Desempenho. Barueri, 12 de abril de 2023. **Adenir Segura** - Presidente do SIPROEM.

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230304

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230304 de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de órtese e prótese, com medidores em regime de comodato, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 3042023, até o dia 27/04/2023, às 14h30min (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 10 de Abril de 2023. JOSÉ EDSON BEZERRA - PREGOEIRO

EDITAL DE LEILÃO E INTIMAÇÃO - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. CREDOR FIDUCIÁRIO: UNIFISA – Administradora Nacional de Consórcios Ltda, CNPJ nº 60.732.997/0001-04. **DEVEDOR FIDUCIANTE:** Rodrigo Mitchell Pereira da Silva, CPF nº 035.403.997-04. O Sr. Leonardo Vieira Amaral, Leiloeiro Oficial, JUCESP nº 1010, neste ato, autorizado pelo Credor Fiduciário, FAZ SABER que levará a público leilão de modo *on-line* pelo website hospedado em **https://www.leilaonet.com.br**, nos termos da Lei nº 9.514/97, o seguinte **BEM:** O IMÓVEL matriculado sob nº 150.784 do 14º Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo, constituído por: o apartamento do tipo A nº 503, localizado no 5º pavimento do Edifício Meliá Confort Moema, situado na Av. Rouxinol nº 57, Indianópolis – 24º Subdistrito de São Paulo, com a área privativa de 26,70m², área comum de 42,15m², área total de 68,85m², e a fração ideal do terreno de 0,6190526%. Contribuinte municipal nº 041.094.0008-2/0011-2/0012-0/0069-4. Imóvel ocupado, desocupação por conta do arrematante. CONSOLIDAÇÃO DA PROPRIEDADE em AV.22/150.784, em 14 de dezembro de 2022. **DATAS:** 1º LEILÃO: 02 de maio de 2023 às 16:00h*, Lance mínimo: R$ 335.898,45; 2º LEILÃO: 23 de maio de 2023 às 16:00h*, Lance mínimo: R$ 427.117,26 (*horários de Brasília). **PARTICIPAÇÃO:** O envio de lances será *on-line* e se dará através do site do leiloeiro, os interessados deverão se cadastrar em www.leilaonet.com.br e se habilitar em até 24 horas antes do início do leilão. Edital completo no site www.leilaonet.com.br, demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981/32. **PAGAMENTO:** O arrematante deverá efetuar o pagamento integral do preço do imóvel arrematado, à vista, por meio de boleto bancário, no prazo de 24h do encerramento do leilão. A título de comissão, pagará em igual prazo, à vista, o valor de 5% sobre o lance ofertado, a ser depositada diretamente na conta corrente bancária indicada pelo Leiloeiro. **LOCAL DE REALIZAÇÃO:** Rua Dona Maria Paula nº 122, 5º andar, Bela Vista, São Paulo/SP. **INFORMAÇÕES:** fone (11) 96100-8910 / e-mail contato@leilaonet.com.br.

AVISO DE EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 106/2023
EDITAL Nº 034/2023

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS ESTOCÁVEIS, PARA ATENDER AS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE REGISTRO/SP.

INÍCIO DO CADASTRO DAS PROPOSTAS: 14/04/2023, às **09h00min.**

TÉRMINO DO CADASTRO DAS PROPOSTAS: 28/04/2023 às **08h59min.**

ABERTURA DAS PROPOSTAS: 28/04/2023, às **09h00min.**

INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS: 28/04/2023, às **09h15min.**

LOCAL: www.bnc.org.br.

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E MAIORES INFORMAÇÕES: Diretoria Geral de Administração da Prefeitura Municipal de Registro, sito à Rua José Antônio de Campos, nº 250, Centro - Registro/SP, durante o seu expediente de atendimento ao público, de segunda a sexta-feira, das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min, ou pelo telefone (13) 3828-1032, ou ainda, através do e-mail **licitacao4@registro.sp.gov.br.**

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados através do endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Registro (www.registro.sp.gov.br), opção "VEJA MAIS" - "LICITAÇÕES"; ou ainda pelo Portal: Bolsa Nacional de Compras - BNC (www.bnc.org.br).

Registro, 12 de abril de 2023.
VANIA NEIDE DE ARAÚJO MAGALHÃES
Diretora Geral de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DE VITERBO

Pregão Eletrônico 27/2023- Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada em fornecimento de serviços de segurança desarmada, para segurança em eventos e patrimonial, por um período de 12 (doze) meses. **Abertura da sessão no dia 28/04/2023 às 09h - Horário de Brasília.** Endereço Eletrônico: www.comprasbr.com.br
O Edital na íntegra, está disponível na página da Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Viterbo-SP. www.santarosa.sp.gov.br, no link Licitação. Informações pelo telefone (16) 3954 8802/ 39548827.
Santa Rosa de Viterbo/SP, 12/04/2023
Omar Nagib Moussa-Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE BETIM/MG

Pregão Eletrônico nº 54/2022 - PAC nº 166/2022 - Objeto: Contratação de empresa para ministrar cursos para a SEMAS. **Abertura: dia 27/04/2023 às 08:30h.** - Edital: www.licitacoes-e.com.br
Pregoeira - 10/04/2023.

mercado

Nem toda despesa com saúde pode ser deduzida na declaração do IR

IR 2023

Fernando Narazaki

SÃO PAULO As despesas médicas e hospitalares permitem dedução na declaração do Imposto da Renda e podem ajudar o contribuinte a aumentar sua restituição ou reduzir o imposto a ser pago.

Os gastos com saúde estão entre os principais itens que mais podem contribuir para a restituição maior, já que não há limite de dedução, diferentemente do que ocorre com outras despesas, como com educação.

O contribuinte pode deduzir seus gastos com saúde e de seus dependentes e alimentados (quem recebe pensão alimentícia por decisão judicial ou homologada por escritura pública).

Porém nem todas as despesas são aceitas pela Receita, havendo regras que limitam o uso. Um exemplo são os gastos com remédios, enfermeiros e materiais cirúrgicos que são dedutíveis apenas se estiverem no pagamento de uma internação hospitalar.

Na maioria dos casos, as despesas com tratamentos para saúde, hospitais, médicos de todas as especialidades e dentistas permitem dedução. Já os pagamentos feitos a outros profissionais da área e locais como farmácias não são validadas pelo fisco.

Para comprovar o gasto, o contribuinte precisa ter os recibos e notas fiscais, além de dados dos profissionais ou hospitais, como CPF ou CNPJ, e identificação de quem foi o beneficiário.

As despesas médicas são um dos principais motivos de as declarações caírem na malha fina. "As despesas médicas não confirmadas, quando o valor não foi confirmado pelo profissional ou hospital, e as despesas médicas não dedutíveis estão entre os maiores problemas", afirma David Soares, consultor tributário da IOB.

Mesmo quem optar pela declaração pré-preenchida precisa estar atento e checar se as informações enviadas pelos médicos ou hospitais estão corretas. "Caso não venha [automaticamente na pré-preenchida] uma despesa ou houver uma divergência, o contribuinte tem de incluir na sua declaração e, se possível, avisar quem recebeu o pagamento", diz o advogado tributarista Jonathas Lisse, da VRL Advogados.

SAIBA MAIS SOBRE O IR
folha.com/impostoderenda

PREFEITURA MUNICIPAL DE IACRI
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2023

O Prefeito Municipal de Iacri torna público que se encontra aberto no Setor de Compras e Edital do Pregão Presencial de Registro de Preços nº 012/2023 – Processo nº 027/2023, objetivando o fornecimento de combustível (Diesel B S10) para os veículos e máquinas da municipalidade. O Edital Minucioso bem como outras informações poderão ser obtidas no Setor de Compras desta Prefeitura no horário de expediente, das 08h às 11h e das 13h às 17h, de segunda à sexta-feira. Informações à distância serão fornecidas pelos fones (14) 3489-8509/8525, ou pelo site www.iacri.sp.gov.br. A presente licitação realizar-se-á no dia 25/04/2023, às 9h:00min.
Iacri, 11 de abril de 2023.
Carlos Alberto Freire – Prefeito Municipal

Edital Convocação – Aprovação CCT SAGESP. Sindicato dos Trabalhadores na Movimentação de Mercadorias em Geral de Mogi Guaçu - SP. CNPJ: 59.016.121/0001-74. Sede: Rua Antonio Ventura de Oliveira Castro, 57, Vila Bertioga, Mogi Guaçu/SP. **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO QUADRO ASSOCIATIVO – EDITAL DE CONVOCAÇÃO.** Ficam convocados por este edital, os associados em dia com as obrigações associativas, para se reunirem em assembleia geral ordinária na sede em Campinas/SP, no dia 17/04/2023 às 9 horas em 1ª convocação, com quórum qualificado ou, às 09 horas e 30 minutos em 2ª convocação com qualquer número, para deliberação e aprovação da seguinte ordem do dia: 1) ata anterior; 2) aprovação da CCT SAGESP, data base 2023-2024, de acordo com o estatuto social. Campinas, 12/04/2023. **Osmar Rodrigues de Oliveira – Presidente**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓLEO
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO N. 36/2023

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓLEO. **CONTRATADA: CENTRO AUDITIVO OESTE PAULISTA LTDA**, sediada na Rua: Al. Doutor Octavio Pinheiro Brisolla nº 11-09, Vila Nova Cidade Universitária na cidade de Bauru/SP, inscrita no CNPJ sob n. 09.662.836/0002-07. **OBJETO:** A Contratação de empresa especializada para fornecimento de 01 (um) par de aparelhos auditivos da marca Unique U4-FS para audição à direita e Cross-FS à esquerda, para cumprimento de ordem judicial, afim de suprir necessidade de um paciente usuário da Unidade de Saúde de Óleo/SP. **FUNDAMENTO LEGAL:** Dispensa de Licitação nº 12/2023– Proc. 39/2023. **VALOR:** 14.104,00 (Quatorze mil, cento e quatro reais). **DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO:** 12 de abril de 2023.
ÓLEO 12 DE ABRIL DE 2023
JORDÃO ANTÔNIO VIDOTTO - PREFEITO MUNICIPAL

MUNICÍPIO DE ITAPECERICA DA SERRA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2023 - EDITAL Nº 032/2023
"TORNA SEM EFEITO"

EDNÉIA P. OLIVEIRA, usando da competência delegada pelo Decreto nº 3.283, de 11 de novembro de 2021, torna público, Para conhecimento dos interessados que TORNA SEM EFEITO a publicação constante no Jornal Folha de SP, página A25, de 12 de abril de 2023, referente à Errata do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2023 - EDITAL Nº 032/2023**, cujo objeto é a **Contratação de Empresa Especializada na Prestação, de forma contínua, dos Serviços de Controle de Acesso, diurno e noturno, nas instalações do Parque Municipal Roberto Nasraui "Parque do Povo" e da Praça de Esporte e Cultura – "PEC", localizados no Município de Itapecerica da Serra.**
Itapecerica da Serra, 12 de abril de 2.023.
EDNÉIA P. OLIVEIRA - Assessora Especial - Secretaria de Assuntos Jurídicos

SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL
INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL - IAMSPE
GERÊNCIA DE CONTRATAÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS
NÚCLEO DE CONTRATAÇÃO DE MATERIAIS

Acha-se aberto, no INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL – à Av. Ibirapuera, n.º 981 – 6º andar, o **PREGÃO ELETRÔNICO N.º 036/2023 – PROCESSO IAMSPE N.º 2022/09064 - OFERTA DE COMPRA Nº 532101530552023OC00546 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA CLÍNICA, ABRANGENDO APOIO NA GESTÃO, REALIZAÇÃO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, SUPORTE TÉCNICO E ADMINISTRATIVO DOS EQUIPAMENTOS MÉDICO HOSPITALARES E HOTELARIA, BEM COMO A RASTREABILIDADE METROLÓGICA E FÍSICA DESTES ITENS DO HSPE-FMO E PRÉDIO DA ADMINISTRAÇÃO DO IAMSPE, SEM O FORNECIMENTO DE PEÇAS.** O encerramento e abertura dar-se-ão no **dia 26/04/2023 às 10:00 hrs.** Os interessados deverão acessar, a partir de **13/04/2023**, o endereço eletrônico **www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br**, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e de credenciamento de seus representantes. O Edital da presente licitação encontra-se disponível também no site **www.e-negociospublicos.com.br**.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIMBÊ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N° 003/2023 – PROCESSO N° 025/2023
TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: A presente licitação tem por objeto, o Registro de Preços para a Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de locação e instalação de equipamentos de som, iluminação e painel de Led, para as Festividades do Município de Guaimbê, conforme especificações constantes do Termo de Referência, que integra este Edital como Anexo I. **DATA DE REALIZAÇÃO: 27/04/2023. HORÁRIO DE INÍCIO: 09H00. LOCAL DE REALIZAÇÃO DA SESSÃO: DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS,** localizado na Rua Marechal Deodoro nº 261 – Bairro Centro – CEP 16.480-023 – Guaimbê – SP – Telefone (0XX14) 3553-9700 – E-mail: licitacoes.guaimbe@gmail.com. **ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES: DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS,** localizado na Rua Marechal Deodoro nº 261 – Bairro Centro – CEP 16.480-023 – Guaimbê – SP – Telefone (0XX14) 3553-9700 – E-mail: licitacoes.guaimbe@gmail.com.
GUAIMBÊ, 11 DE ABRIL DE 2023.
MÁRCIA HELENA PEREIRA CABRAL ACHILLES - PREFEITA MUNICIPAL DE GUAIMBÊ

PREFEITURA MUNICIPAL DE LENÇÓIS PAULISTA
Aviso de Licitação – Leilão nº 003/2023– Processo nº 112/2023

Objeto: Venda de equipamentos inservíveis (sucata) – Tipo: maior lance ou oferta – Sessão de lances: 05 de Maio de 2023 às 08:30 horas – O edital completo encontra-se disponível no site www.lencoispaulista.sp.gov.br – Informações: Praça das Palmeiras nº 55 – Lençóis Paulista – Fone: 14-3269-7088/3269-7022 – Fax: 14-3263-0040. Lençóis Paulista, 12 de Abril de 2023. LUIZ FERNANDO DE CAMPOS – Secretário de Suprimentos e Licitações.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Acha-se aberto na Secretaria de Desenvolvimento Social - Fundo Estadual de Assistência Social, licitação na modalidade Pregão Eletrônico n° 02/2023, Processo SEDS-PRC-2022/02433, objetivando a contratação de empresa para a prestação de serviços metodológicos, avaliação, compilação e sistematização para a realização da XIII Conferência Estadual de Assistência Social. O recebimento das propostas iniciará em 13/04/2023 e a abertura das propostas dar-se-á no dia 27/04/2023 às 10:00 horas, pelo sítio www.bec.sp.gov.br. As informações estarão disponíveis nos sítios www.bec.sp.gov.br, www.imprensaoficial.com.br, pelo correio eletrônico licitacoes.seds@sp.gov.br ou pessoalmente na Rua Boa Vista, 170 – 4º andar – Bloco 02 – Centro/SP. Oferta de Compra n° 350031000012023OC00001.

Zurich Brasil Vida e Previdência S.A.

CNPJ/ME nº 01.206.480/0001-04 – NIRE 35.300.452.542

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de junho de 2022

Data, Hora e Local: 30/06/2022, às 9:00 horas, na sede social da Companhia, na Avenida Jornalista Roberto Marinho, nº 85, 22º andar, parte, Brooklin Novo, São Paulo/SP. **Quorum:** Presentes os representantes da totalidade do capital social. **Convocação:** Verificou-se, em 1ª convocação, a presença dos representantes da totalidade do capital social, tornando-se dispensável a convocação de editais. **Mesa:** Presidente: Edson Luis Franco; e Secretário: Felipe Name Francisco. **Ordem do Dia: (I)** Retificar o item IV, "c", "d" e "h" da AGO/E de 25.03.2022; e **(II)** Consolidar o Estatuto Social da Companhia; e **(III)** Ratificar todas as demais deliberações aprovadas na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 25.03.2022. **Deliberações tomadas por unanimidade: (I)** Retificar o item IV, "c", "d" e "h" da AGO/E de 25.03.2022, de modo a estar coerente a Ata com o Estatuto Social da Companhia, conforme abaixo descrito: c) Alterar ao Art. 12, o inciso XXIV, competência para acompanhar e celebrar acordos pela Companhia; d) Alterar a redação do Art. 14 e incluir § 6º, para criação do cargo de 1 Diretor responsável pelos controles internos e o § 1º; e h) Alterar o anterior Art.19 e novo Art. 20, em seu § 3º, os incisos, II, IV, V, VI e VIII. O conteúdo dos demais artigos permanecem inalterados, tendo sido apenas renumerados. **(II)** Diante das reformas acima aprovadas, consolida-se o Estatuto Social da Companhia, que como anexo, é parte integrante desta Ata. **(III)** Ratificar todas as demais deliberações aprovadas na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 25.03.2022, inclusive os atos praticados pelos Administradores. **Documentos Arquivados:** Foram arquivados na sede da Sociedade os documentos submetidos à apreciação desta Assembleia. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata. São Paulo (SP), 30/06/2022. **Mesa: Edson Luis Franco** – Presidente; **Felipe Name Francisco** – Secretário. **Acionista: Zurich Minas Brasil Seguros S.A.** Edson Luis Franco e Luis Henrique Meirelles Reis. **Estatuto Social. Capítulo I – Denominação, Sede, Foro, Objeto e Duração. Artigo 1º.** A Companhia é denominada Zurich Brasil Vida e Previdência S.A., sociedade por ações que tem sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Jornalista Roberto Marinho, nº 85, 22º andar, Brooklin Novo, CEP 04.576-010, e será regida por este Estatuto e pelas leis aplicáveis. **Parágrafo Único.** A Companhia poderá abrir filiais, agências, sucursais e escritórios em qualquer parte do território brasileiro, mediante decisão da Diretoria, atribuindo-lhes um capital separado para efeitos fiscais. A Diretoria poderá, também, constituir representantes em qualquer parte do Brasil. **Artigo 2º.** A Companhia tem por objeto a exploração das operações de seguros de pessoas e previdência complementar aberta, em todo o território nacional, em qualquer de suas modalidades ou formas, podendo, ainda, desenvolver todas as atividades necessárias à plena realização do seu objeto social. **Parágrafo Único.** A Companhia poderá, ainda, participar do capital social de outras sociedades, observada a legislação aplicável. **Artigo 3º.** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II – Capital Social e Ações. Artigo 4º.** O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 61.628.497,35, dividido em 1.316.098 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **§ 1º.** Cada ação confere os mesmos direitos e obrigações e dá direito a um voto nas Assembleias Gerais. **Capítulo III – Assembleia Geral. Artigo 5º.** A Assembleia Geral Ordinária deverá ser convocada pelo Diretor Presidente uma vez por ano e se realizará até o dia 31 de março. A Assembleia Geral Extraordinária poderá ser convocada pelo Diretor Presidente sempre que seja necessária ao atendimento dos interesses sociais. **§ 1º.** As Assembleias Gerais deverão ser dirigidas por um Presidente escolhido por aclamação ou eleição e um Secretário escolhido pelo Presidente da Assembleia Geral, cabendo ao Presidente da Assembleia a supervisão dos trabalhos, a manutenção da ordem, podendo suspender, adiar ou dar por encerrada a Assembleia. **§ 2º.** Para estarem aptos a participar da Assembleia, os procuradores dos acionistas deverão apresentar as suas respectivas procurações na sede social até 48 horas antes da Assembleia. **§ 3º.** O registro de transferência de ações, a substituição de certificados múltiplos por certificados individuais de ações e vice-versa serão suspensos 08 dias antes das datas das Assembleias. **Artigo 6º.** Os seguintes atos são de competência da Assembleia Geral: **I –** Incorporar outras sociedades à Companhia; **II –** Adquirir, vender ou por outro meio dispor das participações da Companhia em outra sociedade, exceto para fins fiscais; **III –** Alterar o Estatuto Social, a fim de deliberar, entre outras matérias, a criação do Conselho de Administração; **IV –** Autorizar o resgate ou amortização de ações, bem como autorizar compra pela Companhia de suas próprias ações para mantê-las em tesouraria; **V –** Emitir debêntures, partes beneficiárias, ações de gozo e fruição ou bônus de subscrição; **VI –** Declarar e distribuir dividendos; **VII –** Praticar qualquer dos atos relacionados nos itens I a VIII do Artigo 136 da Lei nº 6.404/76; e **VIII –** Instalar o Conselho Fiscal. **Capítulo IV – Administração. Seção I – Disposições Gerais. Artigo 7º.** A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria. **Parágrafo Único.** Os administradores permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos, exceto se de outra forma for deliberado: (i) pela Assembleia Geral de Acionistas, em relação aos membros do Conselho de Administração; ou (ii) pelo Conselho de Administração, em relação aos Diretores. O prazo de gestão do Conselho de Administração se estende até a investidura dos novos administradores eleitos. **Artigo 8º.** Observada convocação regular na forma deste Estatuto Social, qualquer dos órgãos de administração se reúnem validamente com a presença da maioria de seus membros e deliberam pelo voto da maioria dos presentes. Sem prejuízo do disposto neste Estatuto Social, será considerado presente à reunião o membro que na ocasião: (i) estiver participando da reunião por tele ou videoconferência ou por qualquer outro meio que possibilite aos demais Conselheiros ouvi-lo e/ou vê-lo; ou (ii) tenha enviado seu voto por escrito previamente. **Parágrafo Único.** Somente será dispensada a convocação prévia de todos os administradores para reunião, como condição de sua validade, se estiverem presentes todos os membros do órgão a se reunir, admitida, para este fim, verificação de presença mediante apresentação de votos por escrito entregues para outro membro ou enviados à Companhia previamente à reunião. **Artigo 9º.** A remuneração dos administradores é determinada pela Assembleia Geral, cabendo ao Conselho de Administração promover a distribuição e individualização da remuneração, se fixada em montante global, observado o disposto neste Estatuto e na legislação vigente. **Seção II – Conselho de Administração. Artigo 10.** O Conselho de Administração é composto de no mínimo 3 e no máximo 7 membros, pessoas naturais, acionistas ou não, residentes ou não no País, com adequado nível de experiência no cargo e eleitos pela Assembleia Geral, com mandato de 3 anos, permitida a reeleição. **§ 1º.** A Assembleia Geral que eleger o Conselho de Administração deverá prezar pela variedade de experiência entre os membros e deverá indicar, entre seus membros, o Presidente do Conselho de Administração. **§ 2º.** No caso de vaga em decorrência de renúncia, falecimento ou incapacidade permanente de qualquer membro, ou de sua recusa em cumprir suas respectivas obrigações, uma Assembleia Geral será convocada para eleger um novo membro do Conselho de Administração. **§ 3º.** O Conselho de Administração poderá criar comitês ou grupos de trabalho com objetivos definidos, sendo integrados por pessoas por ele designadas dentre os membros da administração e/ou outras pessoas que não façam parte da administração da Companhia. Caberá ao Conselho de Administração estabelecer as normas aplicáveis aos comitês, incluindo regras sobre composição, prazo de gestão, remuneração, funcionamento, abrangência e área de atuação. **Artigo 11.** O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente 4 vezes por ano e extraordinariamente quando os interesses da Companhia assim o exigirem. O Conselho de Administração será convocado por seu Presidente, mediante aviso escrito, com a antecedência mínima de 5 dias corridos. A convocação será considerada dispensada nas reuniões do Conselho de Administração em que estejam presentes todos os seus membros. **§ 1º –** As reuniões do Conselho de Administração são instaladas com a presença de, pelo menos, a maioria de seus membros, devendo ser escolhido pelo Presidente do Conselho de Administração um Secretário da reunião, não havendo necessidade de que tal Secretário seja membro do Conselho de Administração.**§ 2º.** Os membros do Conselho de Administração que participarem das reuniões por meio de conferência telefônica ou outro sistema de telecomunicação serão considerados presentes à reunião. Será ainda considerada regular a reunião do Conselho de Administração da qual todos os conselheiros tenham participado por meio de conferência telefônica ou outro sistema de comunicação, desde que as deliberações tomadas sejam objeto de ata assinada por todos os presentes posteriormente, ou que o respectivo voto seja enviado à Companhia na forma do Artigo 8º. **§ 3º.** Nas reuniões, o Conselho de Administração deliberará por maioria de votos, cabendo a cada Conselheiro 1 voto e ao Presidente, além do seu, o voto de qualidade. **§ 4º.** As atas de reunião do Conselho de Administração serão lavradas em livro próprio. **Artigo 12.** Compete privativamente ao Conselho de Administração, além do quanto previsto em lei: **I –** Fixar a orientação geral dos negócios sociais; **II –** Eleger e destituir os Diretores da Companhia, fixando-lhes os cargos e as atribuições, designando dentre os Diretores um Diretor Presidente e um Diretor Financeiro; **III –** Fiscalizar a gestão dos Diretores e de mandatários em geral, examinando, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitando informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração e sobre quaisquer outros atos de interesse da Companhia; **IV –** Convocar e preparar a Assembleia Geral quando julgar conveniente, bem como aprovar as matérias exigidas pela lei, incluindo mas não se limitando, as seguintes: (a) relatórios e contas da Diretoria; (b) demonstrações financeiras anuais; (c) proposta de pagamento de dividendos; (d) proposta para eleição dos membros do Conselho de Administração e dos Auditores Independentes, quando aplicável; (e) proposta para aumento de capital; e (f) proposta para alterar o Estatuto Social da Companhia; **V –** Autorizar, ad referendum da Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas do exercício, o pagamento de dividendos, com base em balanço anual ou intermediário; **VI –** Autorizar a aquisição de ações da Companhia para permanência em tesouraria, obedecidos os limites legais e sem prejuízo do dividendo obrigatório; **VII –** Administrar a organização da Companhia, estabelecendo políticas e metas, principalmente em relação às questões financeiras, questões de investimentos, princípios da Companhia e procedimentos de administração de riscos, incluindo a aprovação de estratégias, disponibilizando os mecanismos necessários para alcançá-las, bem como assegurar que os riscos dessas políticas e metas sejam prontamente identificados e que existam mecanismos adequados para controlá-los, sempre de acordo com a legislação e regulamentação vigentes; **VIII –** Revisar e aprovar políticas de controle de riscos, a estrutura de auditoria da Companhia, procedimentos, planos e respectivos relatórios atestando a existência de um controle de riscos e que os maiores riscos foram identificados, e adequada e prontamente mitigados por parte da administração; **IX –** Aprovar qualquer outra questão de importância estratégica para a Companhia; **X –** Aprovar anualmente o plano estratégico da Companhia; **XI –** Planejar, aprovar e supervisionar o plano financeiro anual da Companhia, incluindo o monitoramento da disponibilidade de recursos financeiros adequados e aprovação de orçamentos anuais; **XII –** Aprovar as transações de maior relevância para a Companhia, assim definidas como aquelas cujos valores ultrapassem, quando individualmente consideradas, R$ 25.000.000,00, desde que não relacionadas ao seu objeto social; **XIII –** Opinar sobre o balanço anual e balanços intermediários da Companhia; **XIV –** Analisar e aprovar as regras para controle financeiro da Companhia; **XV –** Analisar e aprovar o Regimento Interno do Comitê de Auditoria, caso este seja criado e instalado; **XVI –** Receber e revisar os relatórios financeiros elaborados pelo Diretor Financeiro; **XVII –** Aprovar o Regimento Interno dos Comitês da Companhia quando instalados; **XVIII –** Analisar e opinar sobre propostas de alteração do Estatuto Social; **XIX –** Receber e discutir os relatórios do Diretor Presidente e de outros membros da administração da Companhia, quando requerido pelo Conselho de Administração ou pelo Diretor Presidente da Companhia; **XX –** Analisar e opinar sobre possíveis aquisições ou alienações de negócios substanciais ou bens da Companhia; **XXI –** Analisar e opinar sobre possíveis novos negócios, fusões, joint ventures e parcerias bem como o encerramento dos mesmos; **XXII –** Analisar e opinar sobre possíveis reestruturações dos negócios da Companhia; **XXIII –** Aprovar a contratação de auditores internos e externos para a Companhia; e **XXIV –** Acompanhar e aprovar a celebração de acordo comerciais, financeiros ou imobiliários entre a Companhia, de um lado, e outro, direta ou indiretamente seus administradores, membros dos conselhos estatutários, e respectivos cônjuges ou companheiros e parentes até o segundo grau; bem como seus controladores, outras sociedades sob controle comum ou sociedades ligadas., desde que referente as seguintes operações: i – às operações referentes à incorporação ou à desincorporação de ativos para fins de aumento ou de redução de capital social; ii – aos participantes de planos ou segurados que, nessa condição, realizarem operações com a Companhia, quando estas estiverem no exercício exclusivo de seu objeto social, segundo regulamentação específica editada pela Susep; iii – às operações de prestações de serviços, desde que a remuneração contratada seja compatível com os valores praticados no mercado e cujos contratos sejam aprovados e acompanhados pelo Conselho de Administração e pela diretoria da Companhia; iv – às operações que, respeitadas as normas vigentes, forem contratadas entre as Companhias, em decorrência de acordo operacional cujo objeto exclusivo seja o fomento da comercialização de produtos regulamentados no âmbito do Sistema Nacional de Seguros Privados; e v – aos contratos de transferência de risco realizados entre sociedades seguradoras e resseguradores. **Artigo 13.** Compete privativamente ao Presidente do Conselho de Administração, dentro de suas atribuições legais e estatutárias: I – convocar e presidir as reuniões do Conselho de Administração; II – supervisionar a observância e implementação das deliberações do Conselho de Administração; III – informar prontamente e sem atraso todos os membros do Conselho de Administração sobre eventos extraordinários; IV – disponibilizar as informações que tenham sido solicitadas por outros membros do Conselho de Administração, quando aplicável; V – assegurar a realização de reunião para discussão do desempenho anual do Conselho de Administração; e VI – comunicar ao Diretor Presidente as deliberações tomadas nas reuniões do Conselho de Administração, com a finalidade de informá-lo sobre o desenvolvimento dos negócios relevantes da Companhia. **Parágrafo Único.** O Diretor Presidente poderá convocar reuniões do Conselho de Administração em casos excepcionais, em até 24 horas, quando necessário, devendo respeitar a presença de, pelo menos, a maioria mais um de seus membros, permitida a participação por meio de vídeo conferência ou conferência telefônica. **Seção III – Diretoria. Artigo 14.** A Companhia será gerida por uma Diretoria composta de no mínimo 2 e no máximo 8 membros residentes no Brasil, acionistas ou não, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de 3 anos admitida a reeleição. No fim de seus respectivos mandatos os Diretores permanecerão em seus cargos até a posse dos novos Diretores eleitos. Os Diretores são dispensados de prestar caução para o exercício do cargo. **§ 1º.** A investidura do cargo de Diretor fica condicionada à homologação de sua eleição pelo órgão fiscalizador do mercado segurador. **§ 2º.** Os Diretores receberão mensalmente uma remuneração fixada anualmente pela Assembleia Geral. **§ 3º.** No caso de vacância na Diretoria, uma Assembleia Geral será imediatamente convocada para eleger um novo Diretor. **§ 4º.** No caso de ausência ou impedimento de algum Diretor suas obrigações serão exercidas por outro Diretor, conforme decidido em reunião da Diretoria. **§ 5º.** Um Diretor não acumulará a remuneração caso venha substituir outro Diretor ou acumular funções. **§ 6º.** Dentre os Diretores eleitos, haverá a designação de um Diretor estatutário como responsável pelos controles internos respeitados os termos e prazos constantes da Resolução CNSP nº 416/2021 ou norma que venha a substituí-la. **Artigo 15.** Todas as decisões da Diretoria referentes a qualquer dos itens abaixo relacionados dependerão do prévio consentimento do Diretor Presidente e de, pelo menos, 1 Diretor: **I –** Estabelecer novos negócios não relacionados com os já existentes dentro dos limites do objeto social; **II –** Abrir e extinguir estabelecimento de que trata o parágrafo único do Artigo 1º; **III –** Exercer o direito de voto decorrente de participações da Companhia em outras sociedades; **IV –** Eleger membros do Conselho de Administração, Conselho Consultivo, Diretoria, Conselho Fiscal das Sociedades nas quais a Companhia detém participação; **V –** Comprar, vender, hipotecar ou de qualquer outra maneira dispor ou onerar qualquer item do ativo da Companhia, com o valor de mercado igual ou superior a R$ 15.000.000,00, observada a regulamentação vigente; **VI –** Celebrar ou alterar qualquer contrato de trabalho e/ou prestação de serviços, cujo total da compensação, incluindo todos os pagamentos devidos na forma de bônus ou de qualquer outra maneira, estando ou não mencionado no referido contrato igual ou superior a R$ 15.000.000,00; **VII –** Celebrar quaisquer contratos envolvendo obrigações globais igual ou superior a R$ 15.000.000,00; e **VIII –** Celebrar qualquer acordo com acionistas ou empresa controlada por quaisquer dos acionistas. **§ 1º.** A constituição de procuradores para representar a Companhia na realização de qualquer dos atos relacionados neste Artigo; depende da assinatura de 2 Diretores. **§ 2º.** Os Diretores deverão ser convocados para as reuniões da Diretoria, por escrito, com pelo menos 10 dias de antecedência, ficando dispensada a convocação quando presentes à reunião a totalidade dos Diretores. A convocação deverá indicar a data, hora e local, bem como os assuntos que serão debatidos na reunião. **Artigo 16.** São atribuições do Diretor Presidente: **I –** Convocar as Assembleias Gerais e Reuniões da Diretoria; **II –** Supervisionar o atendimento às disposições deste Estatuto e das deliberações tomadas nas Assembleias Gerais e nas Reuniões de Diretoria; **III –** Gerir e administrar os negócios da Companhia, orientando, conduzindo e supervisionando todas as suas atividades; **IV –** Representar a sociedade em juízo ou fora dele, bem como receber citação; **V –** Supervisionar e coordenar as atividades dos outros Diretores; **VI –** Comprar, vender, hipotecar ou de qualquer outra maneira dispor ou onerar qualquer item do ativo da Companhia, com o valor de mercado igual ou superior a R$ 5.000.000,00 até R$ 15.000.000,00, observada a regulamentação vigente; **VII –** Celebrar ou alterar qualquer contrato de trabalho e/ou prestação de serviços, cujo total da compensação, incluindo todos os pagamentos devidos na forma de bônus ou de qualquer outra maneira, estando ou não mencionado no referido contrato, igual ou superior a R$ 5.000.000,00 até R$ 15.000.000,00; e **VIII –** Celebrar quaisquer contratos envolvendo obrigações globais igual ou superior a R$5.000.000,00 até R$ 15.000.000,00. **§ 1º.** Em caso de impedimento ou afastamento temporário do Diretor Presidente, este previamente indicará, por escrito, outro Diretor que o substitua para o cumprimento das atribuições acima especificadas. **§ 2º.** Na hipótese prevista no parágrafo anterior, caso o Diretor Presidente não tenha indicado outro Diretor para substituí-lo, os demais Diretores ou qualquer outro detentor de poderes de representação da maioria dos acionistas o farão, conforme decisão a ser tomada em conjunto e documentada por escrito, a qual deverá ser cumprida por todos. **§ 3º.** O Diretor Presidente poderá convocar reuniões do Conselho de Administração em casos excepcionais, conforme disposto no parágrafo único, artigo 13. **Artigo 17.** São atribuições do Diretor responsável pelos controles internos: I – orientar e supervisionar: a) a implementação e operacionalização do Sistema de Controles Internos e da Estrutura de Gestão de Riscos, promovendo a integração de ambos, nos termos do art. 14, inciso I da Resolução CNSP n 416/2021, ou norma que venha a substituí-la; e b) as atividades das unidades de conformidade e de gestão de riscos, quando houver; II – prover as unidades de conformidade e de gestão de riscos, quando houver, com os recursos necessários ao adequado desempenho de suas respectivas atividades, em especial quanto aos recursos materiais e humanos necessários, próprios ou terceirizados, incluindo pessoal experiente, capacitado e em quantidade suficiente; (b) acesso irrestrito e tempestivo às informações necessárias para a realização de suas análises; III – Informar periodicamente, e sempre que considerar necessário, os órgãos de administração e o Comitê de Riscos, se existente, de quaisquer assuntos materiais relativos a controles internos, conformidade e gestão de riscos, incluindo, mas não se limitando a: (a) riscos novos ou emergentes; (b) níveis de exposição a riscos, bem como eventuais limitações e incertezas relacionados a sua mensuração; (c) ações relativas à gestão de riscos; e (d) deficiências relativas à Estrutura de Gestão de Riscos e ao Sistema de Controles Internos e seu respectivo saneamento, quando houver. **§ 1º.** O Diretor responsável pelos controles internos poderá desempenhar outras atribuições relativas à governança, de caráter de fiscalização ou controle, sendo-lhe vedado, direta ou indiretamente, o acúmulo de funções relativas à gestão, de caráter executivo ou operacional, ou que impliquem em assunção de riscos relevantes relativos ao negócio; **§ 2º.** O Diretor responsável pelos controles internos possui a prerrogativa de se reunir, sempre que considerar necessário, com o Comitê de Riscos ou o Conselho de Administração, quando existente, ou com o Diretor Presidente ou executivo principal da Companhia, sem a presença dos demais Diretores; **§ 3º.** O Diretor de controles internos será responsável, direta ou indiretamente pela Unidade de Conformidade, que deverá ser segregada das demais unidades organizacionais e subordinada. **§ 4º.** É vedado ao Diretor responsável pelos controles internos receber bônus ou incentivos remuneratórios atrelados ao desempenho das unidades de negócio, ressalvadas, quando aplicáveis, as disposições da legislação trabalhista. **Artigo 18.** Sujeito aos artigos 6º e 15, a Companhia será representada, em juízo ou fora dele, e se obrigará através da assinatura de: **I –** 2 Diretores, qualquer Diretor conjuntamente com qualquer procurador ou quaisquer 2 procuradores devidamente constituídos para representar a Companhia, conforme o disposto no § 1º deste artigo, devendo tais poderes estarem especificados na respectiva procuração, inclusive receber citação, e serem exercidos dentro dos limites estabelecidos na mesma; **II –** Pela assinatura exclusiva de qualquer Diretor ou qualquer procurador devidamente constituído para representar a Companhia, conforme o § 1º deste artigo, devendo tais poderes estarem especificados na respectiva procuração e serem exercidos dentro dos limites estabelecidos na mesma, representação da Companhia em atos rotineiros frente às autoridades públicas federais, estaduais e municipais, autarquias, o Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, a Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, a Secretaria da Receita Federal do Brasil e seus órgãos regionais, a Procuradoria Regional da Fazenda Nacional e seus órgãos regionais, e inspetorias e agências, empresas públicas e sociedades de economia mista, à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos; assinar os recibos pelos pagamentos feitos à Companhia; a prática de atos como representantes ou preposto em juízo; o endosso de cheque somente para depósitos nas contas bancárias da Companhia; a emissão e endosso de faturas, letras de câmbio ou outros títulos de crédito, somente para desconto ou cobrança bancária e, consequentemente, depósitos na conta da Companhia. **§ 1º.** As procurações outorgadas pela Companhia sempre devem ser assinadas na forma do disposto no § 1º do Artigo 15 e serão válidas por, no máximo, 1 ano, devendo especificar todos os poderes outorgados. **§ 2º.** As procurações outorgadas para advogado com poderes da cláusula "ad judicia" e para representar a Companhia em processos administrativos do interesse desta devem ser assinadas na forma dos incisos "I" ou "II" deste Artigo. Tais procurações podem ser por prazo indeterminado e podem também permitir o substabelecimento. **Capítulo V – Conselho Fiscal. Artigo 19.** A Companhia terá um Conselho Fiscal formado de no mínimo 3 e no máximo 5 membros efetivos e um igual número de suplentes, os quais somente poderão atuar no exercício social em que for deliberado pela Assembleia Geral que elegerá os membros e estipulará sua remuneração. **Parágrafo Único.** Os deveres dos membros efetivos do Conselho Fiscal são os estabelecidos na Lei nº 6.404/76 e, nas suas faltas, impedimentos ou vacâncias, serão substituídos pelos respectivos suplentes. **Capítulo VII – Comitê de Auditoria. Artigo 20.** A Sociedade terá um Comitê de Auditoria, composto por no mínimo 3 e no máximo 6 membros, nomeados pelo Conselho de Administração, que preencham as condições legais e regulamentares exigidas para o exercício do cargo, inclusive os requisitos que assegurem sua independência, sendo um deles com comprovados conhecimentos nas áreas de contabilidade e auditoria contábil, com mandato de 3 anos, permitida a reeleição por mais 2 anos, nos termos da legislação aplicável. **§ 1º.** No ato da nomeação dos membros do Comitê de Auditoria, será designado o seu Presidente. **§ 2º.** O Comitê de Auditoria reportar-se-á diretamente ao Conselho de Administração da Companhia. **§ 3º.** Compete ao Comitê de Auditoria, além de outras atribuições que lhe venham a ser conferidas por lei ou norma regulamentar: I – estabelecer, em Regimento Interno, as regras operacionais para seu próprio funcionamento, as quais devem ser aprovadas pelo Conselho de Administração, formalizadas por escrito e colocadas à disposição dos respectivos acionistas por ocasião da Assembleia Geral Ordinária; II – recomendar, à administração da Companhia a entidade a ser contratada para a prestação dos serviços de auditoria contábil independente, bem como a substituição do prestador desses serviços, quando considerar necessário; III – revisar, previamente à divulgação, as demonstrações financeiras referentes aos períodos findos em 30 de junho e 31 de dezembro, inclusive as notas explicativas, os relatórios da administração e o relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras; IV – avaliar a efetividade das auditorias, independente e interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia além de regulamentos e códigos internos; V – avaliar a aceitação, pela administração da Companhia, das recomendações feitas pelos auditores contábeis independentes e pela auditoria interna, ou as justificativas para a sua não aceitação; VI – avaliar e monitorar os processos, sistemas e controles implementados pela administração para a recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento, pela Companhia, de dispositivos legais e normativos a ela aplicáveis, além de seus regulamentos e códigos internos, assegurando-se que preveem efetivos mecanismos que protejam o prestador da informação e da confidencialidade desta; VII – recomendar à Diretoria Executiva da Sociedade, a correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições; VIII – reunir-se, no mínimo semestralmente, com a Presidência ou com o Diretor Presidente da Companhia ou com a Diretoria da instituição líder do conglomerado ou grupo e com os responsáveis, tanto pela auditoria contábil independente, como pela auditoria contábil interna, para verificar o cumprimento de suas recomendações ou indagações, inclusive no que se refere ao planejamento dos respectivos trabalhos de auditoria contábil, formalizando, em atas, os conteúdos de tais encontros; IX – verificar, por ocasião das reuniões previstas no inciso VIII, o cumprimento de suas recomendações pela Diretoria Executiva; X – reunir-se com o Conselho Fiscal, se em funcionamento, e com o Conselho de Administração da Sociedade, tanto por solicitação dos mesmos, como por iniciativa do Comitê de Auditoria, para discutir acerca de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito das suas respectivas competências; XI – elaborar, ao final dos semestres findos em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, o Relatório do Comitê de Auditoria, com observância das prescrições legais e regulamentares aplicáveis; e XII – outras atribuições determinadas pela SUSEP. **§ 4º.** Juntamente com as demonstrações contábeis semestrais, o Comitê de Auditoria fará publicar um resumo do relatório a que se refere ao inciso XI deste Artigo. **Capítulo VII – Exercício Social, Demonstrações Financeiras e Dividendos. Artigo 21.** O exercício social encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano. Nesta data serão preparados um balanço patrimonial, mutações do patrimônio líquido, demonstração de resultado do exercício e demonstração das origens e aplicações de recursos. **§ 1º.** Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para imposto de renda. O prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem. **§ 2º.** De cada exercício social 5% do lucro líquido será destinado à reserva legal, a qual não poderá exceder a 20% do capital social, segundo o disposto na Lei nº 6.404/76. **Artigo 22.** Os acionistas terão o direito de receber 25% do lucro líquido do exercício social a título de dividendos obrigatórios, após as deduções exigidas por lei. **Capítulo VIII – Dissolução, Liquidação e Extinção. Artigo 23.** A Companhia será dissolvida, liquidada ou extinta nos casos previstos em lei. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 132.167/23-2 em 03/04/2023. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓLEO

ADJUDICAÇÃO

Após o término do PREGÃO ELETRÔNICO nº 07/2023 sem a manifestação para interposição de recursos, eu, LUCIANA CRISTINA GOMES, pregoeiro oficial, fiz a adjudicação do objeto do presente PREGÃO ELETRÔNICO, das seguintes empresas com os seguintes valores: VINCITA COMERCIO DE IMPLEMENTOS AGRICOLAS LTDA, com o valor de R$ 56.250,00 (cinquenta e seis mil, duzentos e cinquenta reais) - Item: 1, FOUTE INDUSTRIA AGRICOLA LTDA, com o valor de R$ 52.500,00 (cinquenta e dois mil, quinhentos reais) - Item: 2, 3. Valor Total da Licitação: 108.750,00 (Cento e oito mil, setecentos e cinquenta reais).

Prefeitura Municipal de Óleo, 12 de abril de 2023.

LUCIANA CRISTINA GOMES - CHEFE DO SERVIÇO DE CONVÊNIOS E LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓLEO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N.: 11/2023

OBJETO: Aquisição de combustíveis, com fornecimento contínuo e fracionado, conforme demanda, para suprir as necessidades da frota de veículos da Prefeitura Municipal de Óleo, do tipo maior percentual de desconto, com base no Sistema de Levantamento de Preços da ANP, Semanal - Resumo I, Estado de São Paulo, pelo período de 12 (doze) meses. **Recebimento das propostas:** 26.04.2023 às 08h50min (Oito Horas e Cinquenta Minutos). **Início da sessão de disputa de lances:** 26.04.2023 às 09h00min (Nove Horas). **Edital completo e outras informações:** Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Óleo, à Rua ngelo Vidotto, 95, Vila Martins, Óleo/SP, fone (14) 3357-1211 ou pelo e-mail – administracao@pmoleo.sp.gov.br e ou pelo site www.bll.org.br – Acesso BLL compras.

Óleo/SP, 12 de abril de 2023.

Jordão Antônio Vidotto - Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

PREGÃO ELETRÔNICO

PE.214/2023 – PEC.00949/2023 – REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE EXTINTOR DE INCÊNDIO - Nova data de Abertura do Pregão 27/04/2023 – 09:00 horas

O(s) edital(is) encontra(m)-se disponível(eis) no quadro de editais na Av. Kennedy, nº 1100 – "Prédio Gilberto Pasin", Pq. Anchieta - SBC, das 8:30 às 17 horas e no site **https://compras.saobernardo.sp.gov.br.** Telefones (11) 2630-5499/5498/5500/5495.

PREFEITURA MUNICIPAL DE EMILIANÓPOLIS

A Prefeitura do Município de Emilianópolis , TORNA PÚBLICO que acha-se aberta no Setor de Licitação e contratos, licitação na modalidade PREGÃO ELETRONICO c/ RP Nº 14/2023, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM – Objetivando REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LABORATÓRIO PARA CONFECÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIA PARCIAL (MAXILAR OU MANDIBULAR) E PRÓTESE TOTAL (MAXILAR OU MANDIBULAR), PARA ATENDER A DEMANDA DOS SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS DO FUNDO MUNICIPAL SAÚDE DE EMILIANÓPOLIS SP, CONFORME TERMO DE REFERENCIA EM ANEXO I, que será regida pela Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores, Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 7.892 de 23/01/2013, Decreto Federal 10.024/2019, Lei Complementar 123/2006 e nº 147/2014, demais legislações aplicáveis. Edital completo e seus anexos estão disponíveis aos interessados, por e-mail: juridico@emilianopolis.sp.gov.br ou site www.emilianopolis.sp.gov.br e pelo Telefone para contato: (0xx18) 3994 1190. A sessão de abertura será no dia 28 de abril de 2023, com início as 13:00 horas. Emilianópolis, 12 de abril de 2023. João Batista Amaral - Prefeito

Prefeitura Municipal de Jaboticabal - SP

A Prefeitura Municipal de Jaboticabal/SP, torna público o **PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2023** - COTA DE ATÉ 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) DO OBJETO PARA A CONTRATAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE que tratará do **REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de produtos cárneos (bovino e suíno) e pescado, congelados em IQF e margarina, para o suprimento proteico dos cardápios de Educação Infantil, Creches, Escolas de Ensino Fundamental e Médio do município de Jaboticabal/SP.** O encerramento dar-se-á no **dia 03 de maio de 2023 às 08h30.** O edital estará à disposição dos interessados, gratuitamente, no Portal da Transparência de Jaboticabal, o qual poderá ser acessado através do endereço eletrônico: **transparencia.jaboticabal.sp.gov.br.**

Jaboticabal, 12 de abril de 2023.

EMERSON RODRIGO CAMARGO
Prefeito

AVISO DE VENDA

Edital de Leilão Público nº 3061/0223-CPA/RE - 1º Leilão e nº 3062/0223-CPA/RE - 2º Leilão

A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CAIXA, por meio da CN Manutenção de Bens, torna público aos interessados que venderá, pela maior oferta, respeitado o preço mínimo de venda, constante do anexo II, deste Edital, no estado físico e de ocupação em que se encontra(m), imóvel (is) recebido (s) em garantia, nos contratos inadimplentes de Alienação Fiduciária, de propriedade da CAIXA. O Edital de Leilão Público - Condições Básicas, do qual é parte integrante o presente aviso de Venda, estará à disposição dos interessados de 14/04/2023 até 15/05/2023, no primeiro leilão, e de 26/05/2023 até 30/05/2023, no segundo leilão, em horário bancário, nas Agências da CAIXA em todo território nacional e no escritório do leiloeira Sra. HELIANA MARIA OLIVEIRA MELO FERREIRA, Rodovia BR 262, KM 375, s/n, Fazenda Roda D' Água, CEP 35675-000, Juatuba/MG, Fones (31) 3360-8106, (31) 3360-8107 e (31) 3360-8190 e atendimento de segunda a sexta das 8:30h às 17:30h, site: www.palaciodosleiloes.com.br O Edital estará disponível também no site: www.caixa.gov.br/imoveiscaixa. O 1º Leilão realizar-se-á no dia 16/05/2023, às 10h (horário de Brasília), e os lotes remanescentes, serão ofertados no 2º Leilão no dia 31/05/2023, às 10h (horário de Brasília), ambos exclusivamente no site do leiloeiro www.palaciodosleiloes.com.br

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CN MANUTENÇÃO DE BENS

CIESP

CENTRO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

EDITAL

Pelo presente Edital e nos termos de dispositivos estatutários ficam convocados os associados do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo para Assembleia Geral Ordinária a realizar-se no dia **27 de abril de 2023, às 9h15, em primeira convocação, de forma presencial** na sede social, na Avenida Paulista, 1313 – 15º andar, e **por videoconferência**, para o fim especial de tomar conhecimento e deliberar sobre Relatório e Contas da Diretoria Executiva referentes ao exercício de 2022.

Conforme autorizado pelo Estatuto do CIESP, a Assembleia será realizada **de forma presencial e por videoconferência**. Para participar **por videoconferência** o associado apto a votar, conforme artigo 11 e seus parágrafos do Estatuto do CIESP, receberá o *link* de acesso à Assembleia por e-mail e para participar **presencialmente**, o associado apto a votar deverá comparecer na Avenida Paulista, 1313 – 15º andar.

O Relatório, as Demonstrações Contábeis das Contas da Diretoria Executiva referentes ao exercício de 2022 estão disponibilizados para consulta e esclarecimentos, na Sede e nas Diretorias Regionais, Municipais e Distritais do CIESP.

Se não houver o número mínimo de associados previsto no Estatuto, a Assembleia Geral Ordinária será realizada **em segunda convocação**, no mesmo dia, **às 9h45**, deliberando com qualquer número de associados participantes por videoconferência e presencialmente.

São Paulo, 13 de abril de 2023

Rafael Cervone Netto
Presidente

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JAGUARIÚNA

AVISO DE SUSPENSÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2023 – COM ITENS COTA PRINCIPAL E RESERVADA PARA ME/EPP E ITENS EXCLUSIVOS PARA ME/EPP – SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS

Torna-se público e para conhecimento dos interessados que o Pregão Eletrônico acima mencionado, que tem como objeto o registro de preços para prestação de serviços de arbitragem para diversas modalidades esportivas, como futsal, voleibol, basquetebol, bocha, futebol, judô, rugby, vôlei de praia, damas, xadrez, beach tennis, basquetebol 3x3 e tênis de mesa, cuja sessão ocorreria dia 14 de abril de 2023, às 09:00 horas, encontra-se SUSPENSO, por motivos inertes no procedimento licitatório. Mais informações poderão ser obtidas pelos telefones: (19) 3867-9780, com Antônia, (19) 3867-9801, com Aline, (19) 3867-9792, com Ricardo, (19) 3867-9825, com Renato, (19) 3867-9760, com Luciano, (19) 3867-9807, com Carla, (19) 3867-9757, com Geovani ou pelo endereço eletrônico: luciano_licitacoes@jaguariuna.sp.gov.br.

Jaguariúna, 12 de abril de 2023.

Antônia M. S. X. Brasilino - Departamento de Licitações e Contratos

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA
CONCORRÊNCIA Nº 006/2023

O Município de Jaguariúna torna público e para conhecimento dos interessados que a Sessão Pública para abertura e análise de envelopes habilitação referente ao procedimento acima mencionado, cujo objeto é a "Construção de muro pré-moldado e muro de arrimo no entorno do Departamento de Água e Esgoto e no pátio da Secretaria de Obras, na zona urbana do Município de Jaguariúna, com fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos necessários" foi declarada deserta pela ausência de licitantes.

Jaguariúna, 12 de abril de 2023

Ariana Aparecida de Almeida - Presidente Comissão Permanente de Licitações

AVISO DE JULGAMENTO DE CLASSIFICAÇÃO/DESCLASSIFICAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 022/2022

Objeto: Prestação de serviços de recapeamento asfáltico em diversas ruas do Município de Jaguariúna, com fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos necessários – diversas ruas dos bairros Santa Cruz, Berlim, Novo Jaguary e Dona Irma.

No décimo segundo dia do mês de abril do ano de 2023 às 14:00 horas no Auditório da Secretaria de Educação, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações para realização de sessão pública referente ao procedimento em epígrafe, abertura dos envelopes propostas de preços das empresas habilitadas e julgamento de Classificação. Após as análises de praxe restou DESCLASSIFICADA a empresa CONSTRUTORA SIMOSO LTDA – CNPJ 48.169.536/0001-61 e CLASSIFICADAS as demais empresas da seguinte forma: 1º lugar e vencedora a empresa CONVERD CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA – CNPJ 02.647.165/0001-85 com o valor global de R$ 3.013.925,42; em 2º lugar a empresa CSW CONSTRUÇÕES LTDA – CNPJ 05.043.471/0001-09 com o valor global de R$ 3.157.512,38; em 3º lugar CONSTEL CONSTRUTORA E PAVIMENTAÇÃO EIRELI – CNPJ com o valor global de R$ 3.172.370,22 e em 4º lugar FBV CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA – CNPJ 34.682.657/0001-06 com o valor global de R$ 3.173.691,49. Fica aberto o prazo recursal, com relação a este julgamento, de 05 dias úteis contados do primeiro dia útil subsequente à data da última publicação deste julgamento.

Ariana Aparecida de Almeida - Presidente Comissão Permanente de Licitação

EXTRATO DE CONTRATO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2023
Contrato nº 061/2023

Contratante: MUNICÍPIO DE JAGUARIÚNA

Contratada: NISSAN DO BRASIL AUTOMÓVEIS LTDA, CNPJ: 04.104.117/0007-61

Objeto: Aquisição de 01 (um) veículo tipo Caminhonete (Pick-up), Cabine Dupla, 0km (zero quilômetro), tração 4 x 4, à Diesel (Nissan Frontier). Vigência: 150 dias. Valor: R$ 231.799,70

Secretaria de Gabinete, 05 de abril de 2023

Maria Emília Peçanha de Oliveira Silva - Secretária de Gabinete

PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS / SP

Aviso de DISPENSA ELETRÔNICA Nº 017/2023.

CONTRATANTE (UASG): PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS (986411) OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO, HIGIENIZAÇÃO E CARGA DE GÁS EM APARELHOS DE AR-CONDICIONADO DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CEMEI JOÃO PEREIRA ZEQUINHA, CEMEI LEONTINA CONCEIÇÃO SIQUEIRA SARDINHA E CRAS (II-III-IV). VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 8.635,00 (oito mil seiscentos e trinta e cinco reais). PERÍODO DE PROPOSTAS: De 13/04/2023 às 8h - Até 17/04/2023 às 17h. PERÍODO DE LANCES: De 18/04/2023 às 8h - Até 18/04/2023 às 14h. PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: SIM.

daem DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE MARÍLIA

EDITAL nº 13/2023 – P.P. 09/2023. ÓRGÃO: Departamento de Água e Esgoto de Marília. MODALIDADE: Pregão Presencial nº 09/2023. OBJETO: **contratação de empresa especializada para construção de adutora de água bruta em tubos de ferro fundido de 500mm, com interligações em adutora existe, no sistema de captação do Rio do Peixe, na cidade de Marília-SP, de acordo com cronograma anexo.** O Presidente do Departamento de Água e Esgoto de Marília, dando cumprimento aos dispositivos legais constantes das Leis Federais 8.666/93 e 10.520/2002 e Portaria nº 1.713/2021 e de acordo com a classificação efetuada pela Pregoeira Lilian Maria Forin, homologa e adjudica em 12/04/2023, os objetos licitados: Lotes: 01 à empresa REPLAN SANEAMENTO E OBRAS LTDA, localizada na Rua Irmã Serafina, 863, Sala 43, Centro – CEP: 13.015-201, em Campinas - SP. Marília, 12 de abril de 2023. Ricardo Hatori – Presidente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARARAPES

PROCESSO Nº 070/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2023

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DA ZONA RURAL A SEDE DO MUNICÍPIO DE GUARARAPES, E VICE-VERSA PARA AS LINHAS 02 E 25. ENCERRAMENTO: 27/04/2023 ÀS 09:00 HORAS. ABERTURA: 27/04/2023 ÀS 09:00 HORAS. LOCAL: Rua Prudente de Moraes, 575 - Fundos. OBS: O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Gestão de Material e Patrimônio, sito à Rua Mario Rolim Telles nº 674, e no site www.guararapes.sp.gov.br.

Guararapes, 12 de abril de 2023

Maria Marta Justi - Diretora do Departamento de Gestão de Material e Patrimônio

Prefeitura Municipal de Jaboticabal - SP

A Prefeitura Municipal de Jaboticabal/SP, torna público o **PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2023** – que tratará da **contratação de empresa para fornecimento de reagentes para análise bioquímica para a realização de TESTES LABORATORIAIS DE BIOQUÍMICA no Laboratório Microrregional de Jaboticabal, com concessão de equipamentos em regime de comodato.** O encerramento dar-se-á no **dia 02 de maio de 2023 às 08h30.** O edital estará à disposição dos interessados, gratuitamente, no Portal da Transparência de Jaboticabal, o qual poderá ser acessado através do endereço eletrônico: **transparencia.jaboticabal.sp.gov.br.**

Jaboticabal, 12 de abril de 2023.

EMERSON RODRIGO CAMARGO
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE EMILIANÓPOLIS

TERMO DE ADJUDICAÇÃO – Tomada de Preços Nº 4/2023. PROCESSO Nº 240/2023.

Quarta-Feira, 12 de abril de 2023, na sede da Prefeitura Municipal de Emilianópolis, depois de cumpridas todas as exigências e não havendo interposição de recurso, resolve adjudicar como vencedor do processo licitatório na modalidade Tomada de Preço a seguinte empresa: Fornecedor: VFC CONSTRUTORA LTDA; Valores Totais: 300.504,37 (trezentos mil quinhentos e quatro reais e trinta e sete centavos). Não havendo mais nada a tratar, esta Comissão dá por encerrada à presente Ata. Emilianópolis, Quarta-Feira, 12 de abril de 2023.

JOÃO BATISTA AMARAL - PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO – Tomada de Preços Nº 4/2023. PROCESSO Nº 240/2023.

Quarta-Feira, 12 de abril de 2023, na sede da Prefeitura Municipal de Emilianópolis, depois de cumpridas todas as exigências e não havendo interposição de recurso, resolve homologar como vencedor do processo licitatório na modalidade Tomada de Preço a seguinte empresa: Fornecedor: Valores Totais: 300.504,37 (trezentos mil quinhentos e quatro reais e trinta e sete centavos). Não havendo mais nada a tratar, esta Comissão dá por encerrada à presente Ata. Emilianópolis, Quarta-Feira, 12 de abril de 2023.

JOÃO BATISTA AMARAL - PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIMBÊ

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2023 – PROCESSO Nº 028/2023
TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: A presente licitação tem por objeto, o Registro de Preços para a Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços de Locação e Montagem de Palco, Tendas, Gradil, Geradores e Banheiros Químicos, conforme especificações constantes do Termo de Referência, que integra este Edital como Anexo I. **DATA DE REALIZAÇÃO: 03/05/2023. HORÁRIO DE INÍCIO: 09H00. LOCAL DE REALIZAÇÃO DA SESSÃO:** A sessão pública será realizada por meio eletrônico no site: http://guaimbe.ddns.net:8079/COMPRASEDITAL/. **ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES: DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS,** localizado na Rua Marechal Deodoro nº 261 – Bairro Centro – CEP 16.480-000 – Guaimbê – SP – Telefone (0XX14) 3553-9700 – E-mail: licitacoes.guaimbe@gmail.com.

GUAIMBÊ, 11 DE ABRIL DE 2023.

MÁRCIA HELENA PEREIRA CABRAL ACHILLES - PREFEITA MUNICIPAL DE GUAIMBÊ

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS – SENAD
EDITAL 26 – ALIENAÇÃO DEFINITIVA - LEILÃO DE BEM MÓVEL

A Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas - SENAD, com apoio da Estrutura Organizacional da Superintendência Regional da Polícia Federal em São Paulo, neste ato representada pela Comissão Permanente de Avaliação e Alienação de Bens, constituída pela Portaria SR/PF/SP n.º 2383/2022 — SR/PF/SP — de 19 de abril de 2022, e publicada no aditamento semanal n.º 016 de 10 de abril de 2022 e, em atenção ao contrato nº 70/2021, torna público que no local, data e horário indicados no item "1" do presente edital, será realizada licitação, na modalidade **LEILÃO** ELETRÔNICO, do tipo maior lance, para venda dos bens móveis indicados neste edital, de propriedade do Fundo Nacional Antidrogas - FUNAD, de acordo com o processo administrativo SEI nº 08129.013195/2021-56, a ser conduzido pelo Leiloeiro Público Oficial, Murilo Paes Lopes Lourenço, inscrito na Junta Comercial do Estado de São Paulo, sob a matrícula nº 1085, por força do contrato nº 70/2021, em conformidade com a Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986, alterada pelas Leis n° 8.764, de 20 de dezembro de 1993 e nº 9.804, de 30 de junho de 1999; Medida Provisória nº 2.216-37, de 31 de agosto de 2003, Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006; Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019 e, com base no art. 6º do Decreto nº 95.650, de 19 de janeiro de 1988 e Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, Decreto 21.981, de 19 de outubro de 1932, alterado pelo Decreto 22.427, de 01 de fevereiro de 1933, e Lei nº 13.886, de 17 de outubro de 2019. Faz saber que será levado a leilão **em 05/05/2023 as 10:00 horas**. **BEM: LOCALIZAÇÃO DO IMÓVEL:** Imóvel localizado na RUA PAULA DONAIO SCHINCARIOL, S/N – LOTEAMENTO CHÁCARA AGRÍCOLA BANDEIRANTES, LOTES 39 E 40. A descrição completa das unidades, como maiores informações poderão ser consultadas no site www.leilaobrasil.com.br. Dúvidas e esclarecimentos: telefone (11) 3965-0000 e e-mail: atendimento@leilaobrasil.com.br, ficam os executados, bem como eventuais interessados, INTIMADOS das designações supra, caso não sejam localizados para as intimações pessoais, Será o edital "por extrato", afixado e publicado na forma da lei. 20/03/2023.

SENDAS DISTRIBUIDORA S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado

CNPJ nº 06.057.223/0001-71 - NIRE 3330027290-9

Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 28 de Março de 2023

1. Data, Horário e Local: Aos 28 (vinte e oito) de março de 2023, às 15:00 horas, na sede social da Sendas Distribuidora S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Ayrton Senna, nº 6.000, Lote 2, Pal 48959, Anexo A, Jacarepaguá, CEP 22775-005. **2. Convocação e Presença:** Convocação dispensada nos termos regimentais e presença da totalidade dos membros. **3. Mesa:** Presidente: Jean-Charles Henri Naouri; Secretária: Aline Pacheco Pelucio. **4. Ordem do Dia: (i)** Análise e deliberação acerca da proposta de **(a)** de destinação dos resultados do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, conforme Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022; **(b)** do plano de investimento; e **(c)** do orçamento de capital; **(ii)** Análise e deliberação acerca dos itens do Formulário de Referência ajustados com base na Proposta da Administração; **(iii)** Análise e deliberação acerca da proposta de montante global de remuneração, a ser pago aos administradores da Companhia no exercício de 2023, incluindo membros do Conselho Fiscal, caso venha a ser instalado e **(iv)** Análise e deliberação acerca da proposta de emissão de ações no âmbito do programa de opção de compra de ações da Companhia e do respectivo aumento de capital. **5. Deliberações:** Os membros do Conselho de Administração, por unanimidade de votos e sem restrições, deliberaram o quanto segue: **5.1** Análise e deliberação acerca da proposta **(a)** de destinação dos resultados do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, conforme Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022; **(b)** do plano de investimento; e **(c)** do orçamento de capital: com base na recomendação favorável do Comitê Financeiro, os Srs. Membros do Conselho de Administração, e cientes de que não haverá aprovação de orçamento de capital, deliberaram, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas, recomendar para aprovação pelo Conselho de Administração a proposta da administração, a ser deliberada na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia; **5.2** Análise e deliberação acerca dos itens do Formulário de Referência ajustados com base na Proposta da Administração: com base na recomendação favorável do Comitê Financeiro e Comitê de Gente e Cultura, os Membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade e sem ressalvas, pela aprovação dos itens do Formulário de Referência ajustados com base na Proposta da Administração; **5.3** Análise e deliberação acerca da proposta de montante global de remuneração a ser pago aos administradores da Companhia no exercício de 2023, incluindo membros do Conselho Fiscal, caso venha a ser instalado: os Srs. Membros do Conselho de Administração, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas, resolveram deliberar pela aprovação da proposta da administração no que tange ao montante global de remuneração para o exercício de 2023 a ser pago à Diretoria Estatutária, Conselho de Administração e Conselho Fiscal da Companhia, caso seja instalado, a ser submetida à Assembleia Geral de Acionistas da Companhia, subdividido entre: **(a)** o Conselho de Administração e comitês de assessoramento, **(b)** a Diretoria Executiva, e **(c)** o Conselho Fiscal, caso o órgão venha a ser instalado pelos acionistas; e **5.4** Análise e deliberação acerca da proposta de emissão de ações no âmbito do programa de opção de compra de ações da Companhia e do respectivo aumento de capital: os Srs. membros do Conselho de Administração discutiram sobre ***(i)*** o Plano de Remuneração em Opção de Compra de Ações de Emissão da Companhia aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de dezembro de 2020 ("Plano de Remuneração") e ***(ii)*** o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de dezembro de 2020 ("Plano de Opção", em conjunto com o Plano de Remuneração, os "Planos") e decidiram: Em decorrência do exercício de opção de compra de ações das Séries B7 e B9 do Plano de Remuneração e das Séries C7 e C9 do Plano de Opção, aprovar, nos termos do Artigo 6º do Estatuto Social e observado o limite do capital autorizado da Companhia, o aumento do capital social da Companhia no valor de R$1.154.499,05 (um milhão, cento e cinquenta e quatro mil, quatrocentos e noventa e nove reais e cinco centavos), mediante a emissão de 1.031.232 (um milhão, trinta e um mil, duzentas e trinta e duas) ações ordinárias, sendo: (i) 705.337 (setecentos e cinco mil, trezentas e trinta e sete) ações ordinárias, ao preço de emissão de R$0,01 (um centavo) por ação, fixado de acordo com o Plano de Remuneração, totalizando o valor de R$7.053,37 (sete mil, cinquenta e três reais e trinta e sete centavos) relativas ao exercício da Série B7; (ii) 87.875 (oitenta e sete mil, oitocentas e setenta e cinco) ações ordinárias, ao preço de emissão de R$7,72 (sete reais e setenta e dois centavos) por ação, fixado de acordo com o Plano de Opção, totalizando o valor de R$678.395,00 (seiscentos e setenta e oito mil, trezentos e noventa e cinco reais), relativas ao exercício da Série C7; (iii) 200.746 (duzentos mil, setecentas e quarenta e seis) ações ordinárias, ao preço de emissão de R$0,01 (um centavo) por ação, fixado de acordo com o Plano de Remuneração, totalizando o valor de R$2.007,46 (dois mil, sete reais e quarenta e seis centavos), relativas ao exercício da Série B9; (iv) 37.274 (trinta e sete mil, duzentas e setenta e quatro) ações ordinárias, ao preço de emissão de R$12,53 (doze reais e cinquenta e três centavos) por ação, fixado de acordo com o Plano de Opção, totalizando o valor de R$467.043,22 (quatrocentos e sessenta e sete mil, quarenta e três reais e vinte e dois centavos), relativas ao exercício da Série C9. De acordo com o Estatuto Social da Companhia, as ações ordinárias ora emitidas terão as mesmas características e condições e gozarão de forma integral dos mesmos direitos, benefícios e vantagens das ações ordinárias existentes na presente data, inclusive dividendos e eventuais remunerações de capital que vierem a ser declarados pela Companhia. Tendo em vista o acima, o capital social da Companhia passará dos atuais R$1.263.855.996,33 (um bilhão, duzentos e sessenta e três milhões, oitocentos e cinquenta e cinco mil, novecentos e noventa e seis reais e trinta e três centavos) para R$1.265.010.495,38 (um bilhão, duzentos e sessenta e cinco milhões, dez mil, quatrocentos e noventa e cinco reais e trinta e oito centavos), integralmente subscrito e integralizado, dividido em 1.350.256.496 (um bilhão, trezentos e cinquenta milhões, duzentos e cinquenta e seis mil, quatrocentas e noventa e seis) ações ordinárias sem valor nominal. **6. Aprovação e assinatura da ata:** Nada mais havendo a tratar, foram os trabalhos suspensos para a lavratura desta ata. Reabertos os trabalhos, foi a presente ata lida e aprovada, tendo sido assinada por todos os presentes. Rio de Janeiro, 28 de março de 2023. Presidente: Sr. Jean-Charles Henri Naouri; Secretária: Sra. Aline Pacheco Pelucio. Membros presentes do Conselho de Administração: Srs. Jean-Charles Henri Naouri, Belmiro de Figueiredo Gomes, Luiz Nelson Guedes de Carvalho, Christophe José Hidalgo, Philippe Alarcon, David Julien Emeric Lubek, Josseline Marie-José Bernadette De Clausade, José Flavio Ferreira Ramos e Geraldo Luciano Mattos Júnior. Rio de Janeiro, 28 de março de 2023. Aline Pacheco Pelucio - **Secretária de Governança Corporativa. Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro -** Certifico o arquivamento em 10/04/2023 sob o nº 00005413751. Protocolo 00-2023/273602-2 em 05/04/2023. Jorge Paulo Magdaleno Filho - Secretário Geral.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPORA DO BOM JESUS

TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2023
PROCESSO Nº 0165/2023

Conforme Ata de Julgamento e SEM apresentação de RECURSOS, ficam habilitadas as empresas TECHNOVA COM. E SERV. NA ÁREA DA CONSTRUÇÃO LTDA. e LA CONSTRUÇÃO E PAVIMENTAÇÃO EIRELI., para sessão de abertura dos envelopes nº 02 – PROPOSTAS, marcada para as 09:00 horas do dia 19 de Abril de 2023. Pirapora do Bom Jesus, 12 de Abril de 2023.

Marcelo Pontes Leite – Presidente da Comissão de Licitações.

PREFEITURA MUNICIPAL DE EMILIANÓPOLIS

AVISO DE LICITAÇÃO –. O Município de Emilianópolis, faz saber que se encontra aberto o Pregão Eletrônico n° 13/2023. A presente licitação é do tipo MENOR PREÇO POR ITEM e tem por objeto a contratação de empresa(s) para realização de projeto na área cultural e projeto na área de esportes para Complementação de Atividades Extracurricular para alunos do Ensino Fundamental e para alunos do Ensino Infantil II Municipal, pelo período de 12 meses, devendo a(s) empresa(s) apresentarem profissionais qualificados e fornecer materiais, conforme Termo de Referência em anexo I. Que será regida pela Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores, Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 7.892 de 23/01/2013, Decreto Federal 10.024/2019, Lei Complementar 123/2006 e nº 147/2014, demais legislações aplicáveis. Edital completo e seus anexos estão disponíveis aos interessados, por e-mail: juridico@emilianopolis.sp.gov.br ou site www.emilianopolis.sp.gov.br e pelo Telefone para contato: (0xx18) 3994 1190. A sessão de abertura será no dia 27 de abril de 2023, com início as 09:00 horas. Emilianópolis, 12 de abril de 2023. João Batista Amaral - Prefeito

Departamento Autônomo de Água e Esgotos

daae araraquara

Aviso de Licitação
Pregão Presencial nº 022/2023
Processo Daae nº 469 de 23/02/2023

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS (TUBOS, CONEXÕES E VÁLVULAS DE FERRO FUNDIDO E DEMAIS ACESSÓRIOS) PARA EXECUÇÃO E MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO – ABASTECIMENTO DE ÁGUA, NO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA/SP, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NOS ANEXOS DO EDITAL. Data e horário da abertura: dia 03/04/2023, às 14h00min (quatorze horas). **Local:** Departamento Autônomo de Água e Esgotos, situado na Rua Domingos Barbieri, 100, Fonte Luminosa, Araraquara-SP. O edital poderá ser retirado na íntegra através do site: www.daaeararaquara.com.br – link: painel de licitações.

Araraquara, 22 de Março de 2023. Delorges Mano - **Superintendente**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREGULHO - Estado de São Paulo

Aviso de Licitação – Tomada de Preço 002/2023 – Processo nº 3002/2023

A Prefeitura Municipal de Pedregulho-SP torna público aos interessados que encontra-se aberta em seu setor de licitações a Tomada de Preços nº 002/2023, tipo "menor preço global", objetivando a contratação de empresa, pelo regime de empreitada por preço global, para Execução de Obra Civil de recuperação de pavimentos de ruas e vias (RECAPEAMENTO ASFÁLTICO) em vias urbanas do Município de Pedregulho-SP, de acordo com o convênio firmado entre o Município e o Governo Federal por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Regional sob nº 917239/2021/MDR/CAIXA, conforme Edital e anexos. O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados no site: www.pedregulho.sp.gov.br. Maiores informações no Setor de Licitações sito na Praça Padre Luís Sávio, s/n, centro, Pedregulho-SP, fone (16) 3171-3315. Data de recebimento das propostas e abertura – dia 03/05/2023 às 09:00 horas.

DIRCEU POLO FILHO - Prefeito Municipal

CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA

cps Centro Paula Souza

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Acha-se aberta no **CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA**, a licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2023** , tipo **MENOR PREÇO**, OC. **102401100632023OC00098**, referente ao Processo nº **CEETEPS-PRC-2023/03851**, a ser realizada por intermédio do sistema eletrônico de **contratações, denominado "Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo – BEC/SP"**, cujo objeto é a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PATRIMONIAL DESARMADA, PARA DIVERSAS UNIDADES**, a realização do pregão será no dia **de 27 de abril de 2023**, a partir das **10 horas**, no endereço eletrônico www.bec.sp.gov.br. O edital na integra, estará disponível para consulta e/ou retirada no site www.bec.sp.gov.br e https://dmp.cps.sp.gov.br/licitacoes/.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIMBÊ

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N° 005/2023 – PROCESSO N° 026/2023
TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: A presente licitação tem por objeto, o Registro de Preços para a Aquisição de 5.400 Kg. de Ácido Fluossilícico e 6.600 Kg. de Hipoclorito de Sódio, para o SAE – Serviço de Água e Esgoto, conforme especificações constantes do Termo de Referência, que integra este Edital como Anexo I. **DATA DE REALIZAÇÃO: 28/04/2023. HORÁRIO DE INÍCIO: 09H00. LOCAL DE REALIZAÇÃO DA SESSÃO:** A sessão pública será realizada por meio eletrônico no site: http://guaimbe.ddns.net:8079/COMPRASEDITAL/. **ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES: DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS,** localizado na Rua Marechal Deodoro nº 261 – Bairro Centro – CEP 16.480-000 – Guaimbê – SP – Telefone (0XX14) 3553-9700 – E-mail: licitacoes.guaimbe@gmail.com.

GUAIMBÊ, 11 DE ABRIL DE 2023.

MÁRCIA HELENA PEREIRA CABRAL ACHILLES - PREFEITA MUNICIPAL DE GUAIMBÊ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

O MUNICÍPIO DE ARARAS torna público para conhecimento dos interessados que se encontra aberto no Departamento de Compras da Secretaria Municipal de Administração, a seguinte licitação: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2023.

Processo de licitação nº: 242/2023.

Objeto: Registrar os menores preços de bomba de insulina e seus insumos, para atender Processos Judiciais da Secretaria Municipal de Saúde, pelo prazo de 12 (doze) meses.

Recebimento das propostas: até às 08h do dia 26 de abril de 2023.

Abertura das propostas: após às 08h do dia 26 de abril de 2023.

Início da sessão de disputa de preços: às 08h e 30 min do dia 26 de abril de 2023.

Tempo de disputa: 02 minutos, acrescido do tempo aleatório que pode variar de 00:00:01 (um segundo) à 00:30:00 (trinta minutos), determinado pelo sistema.

Local endereço eletrônico: www.licitacoes-e.com.br

A pasta contendo os editais e anexos estarão à disposição para leitura e retirada no site www.araras.sp.gov.br ou no Departamento de Compras, situada na Rua Pedro Alvares Cabral n° 83 centro, em dias úteis no horário das 09:00 às 16:00 horas.

Todas as informações poderão ser obtidas no órgão supra ou telefone/fax (19) 3547-3107 ou e-mail compras@araras.sp.gov.br.

Araras, 12 de abril de 2023.

JONAS ALVES ARAÚJO FILHO
Secretário Municipal de Administração

COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO - METRÔ

C.N.P.J. Nº 62.070.362/0001-06 - NIRE nº 3530003343-4

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA "COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO - METRÔ" REALIZADA NO DIA 24 DE FEVEREIRO DE 2023

Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e três, por convocação do Presidente do Conselho de Administração, Osvaldo Garcia, em caráter extraordinário, na forma do previsto no artigo 13, §7º, do Estatuto Social, na sede da Companhia, a **1216ª** Reunião Extraordinária do Conselho de Administração da Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô, com a participação dos membros ao final nomeados, sendo designado Marcelo Diniz de Paula Rocha como Secretário. Participaram também da reunião Paulo Menezes Figueiredo, Diretor de Finanças e de Relações com Investidores, Diretor-Presidente em exercício, Eraldo Rubens Rett, Gerente de Planejamento Financeiro, e Janaina Schoenmaker, Gerente Jurídica - GJU. Iniciada a reunião, passou-se a apreciar o item 1 da pauta: O Presidente do Conselho passou a palavra a Paulo Menezes Figueiredo que fez exposição sobre a proposta contida na PRCA 005/2023 e Relatório DF 001/23. Explicou que após discussões e esclarecimentos prestados durante os últimos dias - a respeito dos procedimentos realizados pela Companhia para garantir aos acionistas minoritários o eventual exercício ao direito de preferência - em reunião realizada ontem no final da tarde, o Conselho Fiscal se manifestou favoravelmente à proposta, tendo sido emitido parecer jurídico complementar (104/2023) e revisado o teor da proposta para contemplar expressamente tal situação. Assim, com relação aos minoritários, conforme artigo 171, §4º da Lei 6.404/76, com a aprovação desta proposta será publicado Aviso aos Acionistas concedendo 30 dias para eventual manifestação. Superados os esclarecimentos, o Conselho de Administração passou a deliberar, por unanimidade: **PRCA 005/2023 - RCA 005/2023 - PROPOSTA DE AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL E ALTERAÇÃO DO ARTIGO 3º - CAPUT DO ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO - METRÔ**. O Conselho de Administração, com base no Relatório DF 001/2023 de 13/02/2023, resolve: • Aprovar a proposta de Aumento do Capital Social, com fundamento nos artigos 166, inciso II e 168 da Lei das S.A., e artigo 14, incisos XIII e XXXVIII, do Estatuto Social da Companhia do Metrô, em função das subscrições e integralizações efetuadas pelo Governo do Estado, no exercício de 2022, no montante total de R$ 2.382.936.931,92 (dois bilhões, trezentos e oitenta e dois milhões, novecentos e trinta e seis mil, novecentos e trinta e um reais e noventa e dois centavos), correspondente à 552.009 (quinhentas e cinquenta e duas mil e nove) ações ordinárias de classe única, nominativas e sem valor nominal, passando o Capital Social **de** R$ 43.307.459.455,13 (quarenta e três bilhões, trezentos e sete milhões, quatrocentos e cinquenta e nove mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais e treze centavos), dividido em 7.911.418 (sete milhões, novecentas e onze mil e quatrocentas e dezoito) ações ordinárias de classe única, nominativas e sem valor nominal, em 31 de dezembro de 2021, **para** R$ 45.690.396.387,05 (quarenta e cinco bilhões, seiscentos e noventa milhões, trezentos e noventa e seis mil, trezentos e oitenta e sete reais e cinco centavos), dividido em 8.463.427 (oito milhões, quatrocentas e sessenta e três mil e quatrocentas e vinte e sete) ações ordinárias, de classe única, nominativas e sem valor nominal, em 31 de dezembro de 2022, dentro do limite do Capital Social Autorizado de R$ 52.674.522.453,75 (cinquenta e dois bilhões, seiscentos e setenta e quatro milhões, quinhentos e vinte e dois mil, quatrocentos e cinquenta e três reais e setenta e cinco centavos). A proposta de Aumento do Capital Social está enquadrada na modalidade de incorporação de capital com base nos aportes de recursos financeiros do Governo do Estado de São Paulo. Após aprovação pelo Conselho de Administração, o direito de preferência dos acionistas a que alude o artigo 171 da Lei 6.404/1976 será garantido com a concessão pela Companhia do prazo decadencial não inferior a 30 dias para manifestação dos acionistas minoritários previsto no parágrafo quarto do citado art. 171 (§4º O estatuto ou a assembleia-geral fixará prazo de decadência, não inferior a 30 (trinta) dias, para o exercício do direito de preferência). • Conhecer a proposta de alteração do Artigo 3º - *Caput* do Estatuto Social que passará a ter a seguinte redação: "CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL E AÇÕES - ARTIGO 3º - O Capital Social é de R$ 45.690.396.387,05 (quarenta e cinco bilhões, seiscentos e noventa milhões, trezentos e noventa e seis mil, trezentos e oitenta e sete reais e cinco centavos), dividido em 8.463.427 (oito milhões, quatrocentas e sessenta e três mil e quatrocentas e vinte e sete) ações ordinárias, de classe única, nominativas e sem valor nominal" e encaminhar à aprovação da Assembleia Geral dos Acionistas. • Determinar às áreas de eficácia da Companhia que sejam tomadas as providências necessárias ao cumprimento desta resolução. A matéria foi objeto de aprovação na RD 043 de 01/02/2023 e dos Pareceres Jurídicos JUC/CLN 043/2023 e 104/2023, não havendo óbices quanto à sua formalização. Justifica-se esta resolução, para consignar a integralização do Capital Social com base nos aportes de Capital realizados pelo Governo do Estado de São Paulo durante o exercício de 2022, bem como alteração do Artigo 3º - Caput do Estatuto Social que trata do valor do Capital Social. Esta resolução fundamenta-se no Estatuto Social da Companhia do Metrô, no artigo 14, inciso XIII, o qual estabelece que: "Além das atribuições previstas em lei, compete ainda ao Conselho de Administração: deliberar sobre o aumento do Capital Social dentro do limite autorizado pelo Estatuto, fixando as respectivas condições de subscrição e integralização", e no inciso XXXVIII, o qual estabelece que: "Além das atribuições previstas em lei, compete ainda ao Conselho de Administração: aprovar, com prévia audiência do Conselho fiscal, as emissões e colocações de ações para integralização do capital autorizado, fixando as respectivas condições". A presente resolução não implica despesa para a Companhia do Metrô. Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente Ata. Ata(aa) OSVALDO GARCIA - Presidente; MARCELO DINIZ DE PAULA ROCHA - Conselheiro e Secretário Designado; ALMINO MONTEIRO ÁLVARES AFFONSO - Conselheiro; GILBERTO MAGALHÃES OCCHI - Conselheiro; GILSA EVA DE SOUZA COSTA - Conselheira; JOSÉ UMBERTO PEREIRA - Conselheiro; LUIS FELIPE VIDAL ARELLANO - Conselheiro; RUY MARTINS ALTENFELDER DA SILVA - Conselheiro; TORQUATO LORENA JARDIM - Conselheiro; WAGNER FAJARDO PEREIRA - Conselheiro. Certifico que o presente é cópia fiel da Ata lavrada no livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração da Companhia. OSVALDO GARCIA - Presidente do Conselho de Administração. JUCESP nº 134.496/23-1, em 05/04/2023 - Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS / SP

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO
CONTRATO Nº 341/2022-PROCESSO Nº 160/2022

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Fernandópolis-CONTRATADA: ENGERB CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES EIRELI-ASSINATURA: 05/04/2023. OBJETO: Fica acrescido ao presente contrato o valor de R$ 553.899,03 (Quinhentos e cinquenta e três mil, oitocentos e noventa e nove reais e três centavos) que corresponde a 49,70% (Quarenta e nove inteiros e setenta décimos de por cento) da Planilha Orçamentária Inicial. As demais cláusulas permanecem inalteradas. CONCORRÊNCIA N° 004/2022.

Fernandópolis-SP, 12 de abril de 2023.
CIBELE BERGER SANCHES CARBONE
Gerente de Suprimentos.

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230123

A Secretaria da Casa Civil torna público a REMARCAÇÃO do Pregão Eletrônico No 20230123 de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de Órteses e Próteses. MOTIVO: Impugnação não acatada. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 1232023, até o dia 26/04/2023, às 14h30min (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 05 de Abril de 2023. ÊNIO JOSÉ GONDIM GUIMARÃES - PREGOEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230336

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230336, de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de material médico hospitalar, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 3362023, até o dia 26/04/2023, às 14h30min (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 05 de Abril de 2023. JOSÉ EDSON BEZERRA - PREGOEIRO

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 45/2023. Objeto: Aquisição de INSUMOS DE INFORMÁTICA, sob a forma de entrega integral, conforme especificações, exigências e quantidades estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência. Abertura dia 27 de abril de 2023, às 10:00 horas, no sítio eletrônico www.compras.mg.gov.br. O edital poderá ser obtido no referido site. O cadastramento de propostas inicia-se no momento em que for publicado o edital no Portal de Compras e encerra-se, automaticamente, na data e hora marcadas para realização da sessão do pregão. Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública. Rodovia Papa João Paulo II, nº 4143, Edifício Minas, 5º andar, Serra Verde, Cidade Administrativa. Belo Horizonte, 10 de abril de 2023. Camilla Aparecida Drumond – Superintendente de Infraestrutura e Logística.

GIOVANNI LUCA TISSIANO MARTINS, Leiloeiro Oficial, JUCESP no 1162, devidamente autorizado pelo proprietário/credor fiduciário **TONINPAR EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA**, pessoa jurídica inscrita no CNPJ/MF 05.888.545/0001-08, com sede na Travessa Dona Paula, n.º 13, Higienópolis, em São Paulo/SP, Cep. 01.239-050, faz saber que, nos termos do artigo 27, da Lei 9514, de 20 de novembro de 1997 e regulamentação complementar do Sistema de Financiamento Imobiliário, que instituiu alienação fiduciária de bem imóvel, devido a negociação descumprida pelo fiduciante, **MARIANA FERREIRA ROZA**, inscrita no CPF/MF sob n.º 423.357.928-57, promoverá 02 (dois) Leilões Públicos que se farão realizar em: **Primeiro Leilão: Dia 27 de abril de 2023, às 9:30 horas; e, Segundo Leilão: Dia 03 de maio de 2023, às 9:30 horas. Local:** Santa Rita do Passa Quatro/SP, na Rua Victor Annibal Rosim, n.º 27, Vila Bandeirantes (próximo ao Fórum), Cep. 13.670-000, e fica o fiduciante, intimado das datas dos leilões, pelo presente edital, inclusive para o exercício do direito de preferência. **Imóvel: Um lote de terreno**, sob o **nº 28 (vinte e oito), da Quadra G**, do loteamento denominado **"JARDIM TERRAZUL CG"**, situado na cidade de **Campinas-SP**, medindo 7,00 metros de frente para a Rua 15; do lado direito de quem da rua olha para o referido lote, mede 20,00 metros, confrontando com o lote 29; do lado esquerdo, mede 20,00 metros, confrontando com o lote 27; e nos fundos mede 7,00 metros, confrontando com o lote 05; encerrando assim uma área total de **140,00 metros quadrados. Matriculado no 3º Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Campinas-SP, sob n.º 253.832**, com **cadastro municipal sob n.º 3341.33.23.0001.00000 (área maior). Condições e Valor de Venda:** A venda será realizada a vista. O valor de avaliação do lote para que o mesmo seja levado a leilão deve ser com a forma de pagamento escolhida pelo devedor/fiduciante, acrescida das despesas, motivo pelo qual a avaliação do lote em questão é de **R$ 183.529,26** (cento e oitenta e três mil, quinhentos e vinte e nove reais e vinte e seis centavos); Se no primeiro público Leilão, o maior lance oferecido for inferior ao valor da avaliação, será realizado o segundo leilão, na data acima marcada. No segundo leilão, será aceito o maior lance oferecido, desde que igual ou superior ao valor da dívida, das despesas, dos prêmios de seguro, dos encargos legais, inclusive tributos, atualizados até a data do leilão. Correrão por conta do comprador todas as despesas relativas à aquisição do imóvel no leilão, como: pagamento de 5%(cinco por cento) a título de comissão do Leiloeiro sobre o valor da arrematação e no ato da arrematação, Escritura Pública, Imposto de transmissão, Foro, Laudêmio, taxas, alvarás, certidões, emolumentos cartorários, registros, averbações, etc. O pagamento deverá ser feito à vista e a comissão do Leiloeiro em cheque separado. O imóvel será vendido no estado em que se encontra, não podendo o arrematante alegar desconhecimento das condições, características e estado de conservação. O imóvel se encontra desocupado e sem nenhuma construção, porém em eventual ocupação, a desocupação também correrá por conta do arrematante. Maiores informações no escritório do leiloeiro – Tel.: (19) 3523-6393.

LEILÃO DE IMÓVEL

Av. Barão Homem de Melo, 2222 - Sala 402
Bairro Estoril - CEP 30494-080 - BH/MG
PRESENCIAL E ONLINE

inter

1º LEILÃO: 19/04/2023 - 10:10h - 2º LEILÃO: 20/04/2023 - 10:10h

EDITAL DE LEILÃO

Fernanda de Mello Franco, Leiloeira Oficial, Matrículas JUCEMG nº 1030 e JUCESP nº 1281, devidamente autorizada pelo credor fiduciário abaixo qualificado, ou sua Preposta registrada na JUCEMG, **Cássia Maria de Melo Pessoa,** CPF: 746.127.276-49, RG: MG-2.089.239, faz saber que, na forma da Lei nº 9.514/97 e do Decreto-lei nº. 21.981/32 levará a LEILÃO PÚBLICO de modo **Online** o imóvel a seguir caracterizado, nas seguintes condições. **IMÓVEL**: Um terreno formado por parte do lote 02 da quadra 65 do loteamento denominado Balneário São Jorge, município de Itanhaém, **AV. 1**. Um prédio residencial geminado com edícula, designado casa 02, com a área de 65,68 m², com frente para a Rua Lourdes de Siqueira Mello, onde recebeu o nº 56. Imóvel objeto da Matrícula nº 241.935 do Registro de Imóveis da Comarca de Itanhaém/SP. Dispensa-se a descrição completa do IMÓVEL, nos termos do art. 2º da Lei nº 7.433/85 e do Art. 3º do Decreto nº 93.240/86, estando o mesmo descrito e caracterizado na matrícula anteriormente mencionada. Obs.: Imóvel ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30, caput e parágrafo único da Lei 9.514/97. **DATA DOS LEILÕES: 1º Leilão: dia 19/04/2023, às 10:10 horas, e 2º Leilão dia 20/04/2023, às 10:10 horas. LOCAL: Av. Barão Homem de Melo, 2222 – Sala 402 – Estoril – CEP 30494-080 – Belo Horizonte/MG. DEVEDORES FIDUCIANTES**: MARCOS FABIANO APARECIDO DE SOUZA, brasileiro, divorciado, operador de máquinas de produção, nascido em 02/05/1973, CPF: 110.962.358-54, RG 20910019 SSP/SP e SUZANA DE MOURA CELERINO DE SOUZA, brasileira, divorciada, auxiliar de enfermagem, nascida em 28/05/1985, CPF: 336.853.428-94, RG 44.004.417-0 SSP/SP. Ambos declaram conviver em união estável entre si, residentes e domiciliados na Rua Raimundo Palma, nº 392 – Parque Continental I – Guarulhos/ SP, CEP: 07.077-020. **CREDOR FIDUCIÁRIO**: *Banco Inter S/A, CNPJ: 00.416.968/0001-01*. **DO PAGAMENTO**: O pagamento integral da arrematação deverá ser realizado em até 24 horas, mediante depósito via TED, na conta do comitente vendedor a ser indicada pelo leiloeiro. **DOS VALORES: 1º Leilão: R$ 336.793,50 (trezentos e trinta e seis mil, setecentos e noventa e três reais e cinquenta centavos) 2º leilão: R$ 221.389,55 (duzentos e vinte e um mil, trezentos e oitenta e nove reais e cinquenta e cinco centavos),** calculados na forma do art. 26, §1º e art. 27, parágrafos 1º, 2º e 3º da Lei nº 9.514/97. Os valores estão atualizados até a presente data podendo sofrer alterações na ocasião do leilão. **COMISSÃO DO LEILOEIRO:** Caberá ao arrematante, o pagamento da comissão do leiloeiro, no valor de 5% (cinco por cento) da arrematação, a ser paga à vista, no ato do leilão, cuja obrigação se estenderá, inclusive, ao(s) devedor(es) fiduciante(s), na forma da lei. **DO LEILÃO ONLINE:** O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) das datas, horários e local de realização dos leilões para, no caso de interesse, exercer(em) o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27, da Lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465/2017.Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão cadastrar-se no site **www.francoleiloes.com.br** e se habilitar acessando a opção "Habilite-se", com antecedência de 01 hora, antes do início do leilão, enviando os documentos de identificação, inclusive do representante legal, quando se tratar de pessoa jurídica, com exceção do(s) devedor(es) fiduciante(s), que poderá(ão) adquirir o imóvel preferencialmente em 1º ou 2º leilão, caso não ocorra o arremate no primeiro, na forma do parágrafo 2º-B, do artigo 27 da Lei 9.514/97, devendo apresentar manifestação formal do interesse no exercício da preferência, antes da arrematação em leilão. **OBSERVAÇÕES:** O arrematante será responsável pelas providências de desocupação do imóvel, nos termos do art. 30, caput e parágrafo único da Lei 9.514/97. O(s) imóvel(i)s será(ão) vendido(s) no estado em que se encontram física e documentalmente, em caráter "ad corpus", sendo que as áreas mencionadas nos editais, catálogos e outros veículos de comunicação são meramente enunciativas e as fotos dos imóveis divulgadas são apenas ilustrativas. Dessa forma, havendo divergência de metragem ou de área, o arrematante não terá direito a exigir do VENDEDOR nenhum complemento de metragem ou de área, o término da venda ou o abatimento do preço do imóvel, sendo responsável por eventual regularização acaso necessária, nem alegar desconhecimento de suas condições, eventuais irregularidades, características, compartimentos internos, estado de conservação e localização, devendo as condições de cada imóvel ser prévia e rigorosamente analisadas pelos interessados. Correrão por conta do arrematante, todas as despesas relativas à arrematação do imóvel, tais como, taxas, alvarás, certidões, foro e laudêmio, quando for o caso, escritura, emolumentos cartorários, registros, etc. Todos os tributos, despesas e demais encargos, incidentes sobre o imóvel em questão, inclusive encargos condominiais, após a data da efetivação da arrematação são de responsabilidade exclusiva do arrematante**. A concretização da Arrematação será exclusivamente via Ata de Arrematação. Sendo a transferência da propriedade do imóvel feita por meio de Escritura Pública de Compra e Venda. Prazo de Até 90 dias da formalização da arrematação. O arrematante será responsável por realizar a devida *due diligence* no imóvel de seu interesse para obter informações sobre eventuais ações, ainda que não descritas neste edital.** Caso ao final da ação judicial relativa ao imóvel arrematado, distribuída antes ou depois da arrematação, seja invalidada a consolidação da propriedade, e/ou os leilões públicos promovidos pelo vendedor e/ou a adjudicação em favor do vendedor, a arrematação será automaticamente rescindida, após o trânsito em julgado da ação, sendo devolvido o valor recebido pela venda, incluída a comissão do leiloeiro e os valores comprovadamente despendidos pelo arrematante à título de despesas de condomínio e imposto relativo à propriedade imobiliária. **A mera existência de ação judicial ou decisão judicial não transitada em julgado, não enseja ao arrematante o direito à desistência da arrematação.** O proponente vencedor por meio de lance on-line, terá prazo de 24 horas, depois de comunicado expressamente do êxito do lance, para efetuar o pagamento, exclusivamente por meio de TED e/ou cheques, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro, conforme edital. O não pagamento dos valores de arrematação, bem como da comissão do(a) Leiloeiro(a), no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas contadas da arrematação, configurará desistência ou arrependimento por parte do(a) arrematante, ficando este(a) obrigado(a) a pagar o valor da comissão devida o(a) Leiloeiro(a) (5% - cinco por cento), sobre o valor da arrematação, perdendo a favor do Vendedor o valor correspondente a 20% (vinte por cento) do lance ou proposta efetuada, destinado ao reembolso das despesas incorridas por este. Poderá o (a) Leiloeiro(a) emitir título de crédito para a cobrança de tais valores, encaminhando-o a protesto, por falta de pagamento, se for o caso, sem prejuízo da execução prevista no artigo 39, do Decreto nº 21.981/32. Ao concorrer para a aquisição do imóvel por meio do presente leilão, ficará caracterizada a aceitação pelo arrematante de todas as condições estipuladas neste edital. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto n° 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto n° 22.427 de 1° de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial. Maiores informações: (31)3360-4030 ou pelo email: contato@francoleiloes.com.br. Belo Horizonte/MG, **27/03/2023.**

www.francoleiloes.com.br Ligue para: (31) 3360-4030

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230216

A Secretaria da Casa Civil torna público a REMARCAÇÃO do Pregão Eletrônico No 20230216, de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de material odontológico. MOTIVO: Alterações no Edital. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 2162023, até o dia 26/04/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 05 de Abril de 2023. CLARA DE ASSIS FALCÃO PEREIRA - PREGOEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20220573

A Secretaria da Casa Civil torna público a REMARCAÇÃO do Pregão Eletrônico No 20220573, de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuros e eventuais Serviços de Técnico em Necrópsia (horas/ano). MOTIVO: Alterações no Edital. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 5732022, até o dia 26/04/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 05 de Abril de 2023. MARCOS ALEXANDRINO ALVES GONDIM - PREGOEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230250

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230250 de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de Insumos de Laboratório – Imuno Doador com equipamento em comodato, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 2502023, até o dia 26/04/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 05 de Abril de 2023. RAIMUNDO LIMA DE SOUZA - PREGOEIRO

Edital de Convocação. O **SIEMACO GUARULHOS - Sindicato dos Empregados em Empresas de Prestação de Serviços de Asseio e Conservação, Limpeza Urbana e Manutenção de Áreas Verdes Públicas e Privadas de Guarulhos, Arujá, Santa Isabel, Guararema e Mairiporã e Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade do Município de Guarulhos**, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, convoca todos os profissionais **Empregados das Empresas de Coleta Industrial / Grandes Geradores,** associados ou não ao sindicato profissional, para participarem da Assembleia Geral Extraordinária, que será realizará no dia **18 de abril de 2023, às 14h00 (quatorze) horas**, em primeira convocação, na sede da Entidade Sindical, situado(a) à R. Caraguatatuba, nº 122, Vila Rachid, Guarulhos/SP, CEP: 07012-090, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **A)** Leitura e aprovação da ata anterior; **B)** Discussão e votação do rol de reivindicações a ser encaminhada a Entidades Patronal, **SELUR - Sindicato das Empresas de Limpeza Urbana no Estado de São Paulo** e/ou Empresas Empregadoras, cuja data base é 1º de maio; **C)** Conceder poderes para diretoria firmar Convenção Coletiva, Acordo Coletivo, Termos Aditivos, se necessários, com o sindicato patronal ou empresas empregadoras; **D)** Autorização para diretoria requerer mediação, arbitragem e instaurar processo de dissídio coletivo perante a Justiça do Trabalho, Ministério Público do Trabalho e/ou Órgão competente; **E)** Delegação de poderes à Federação dos Trabalhadores em Serviços, Asseio e Conservação Ambiental, Urbana e áreas Verdes no Estado de São Paulo, para conduzir o processo negocial, bem como instaurar dissídio coletivo caso malogrem as negociações e defende-la em dissídio proposto em face dos mesmos junto ao Egrégio Tribunal Regional do Trabalho, caso necessário; **F)** Decretação de Estado de Greve; **G)** Discussão, deliberação e aprovação do percentual e forma de recolhimento da contribuição profissional anual mensal / negocial, de acordo com o artigo 513-E da CLT a ser descontado de todos os empregados da categoria profissional, bem como, sobre o direito de oposição dos empregados não associados a entidade sindical; **H)** Deliberar sobre à assembleia permanente até o final da campanha salarial; **I)** Assuntos Gerais. Não havendo quórum suficiente para a instalação da Assembleia em 1ª convocação, a mesma será realizada uma hora após, com qualquer número de presentes. Guarulhos, 13 de abril de 2023. **Jhonatan Silva Moura - Presidente.**

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DE LIVRE ADMISSÃO DE ARARAQUARA E REGIÃO - SICOOB

CNPJ nº 53.236.808/0001-39 - NIRE nº 35.400.001-721

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

A **Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo de Livre Admissão de Araraquara e Região - SICOOB,** por meio do Presidente do Conselho de Administração, convoca seus Associados e Delegados Seccionais, que nesta data são 43 (quarenta e três) delegados, em condições de votar, sendo 24 (vinte e quatro) delegados efetivos e 19 (dezenove) delegados suplentes, para se reunirem em **Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária,** a ser realizada em **27 de ab ril de 2023,** às 16:00 (dezesseis horas), em primeira convocação, com a presença de 2/3 (dois terços) dos delegados; às 17:00 (dezessete horas), em segunda convocação, com a presença de metade dos delegados mais um; ou às 18:00 (dezoito horas), em terceira e última convocação, com a presença mínima de 10 (dez) delegados, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

Assembleia Geral Ordinária:
1. Prestação de Contas do 1º e 2º Semestres do Exercício de 2022, compreendendo o Relatório da Gestão, Balanço, Demonstrativo da Conta Sobras e Perdas e Parecer do Conselho Fiscal e o Relatório de Auditoria Externa; **2.** Destinação da Sobras apuradas e sua fórmula de cálculo; **3.** Aplicação do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES; **4.** Fixação do valor da cédula de presença mais gratificações para os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal; **5.** Fixação do valor global para pagamento dos honorários e das gratificações dos membros da diretoria executiva; **6.** Comunicados de assuntos gerais.

Assembleia Geral Extraordinária:
1. Ampla Reforma Estatuto Social - adequação à Lei Complementar (LC) nº 196/2022.

A Assembleia Geral ocorrerá de forma **Presencial** na sede da cooperativa, Avenida Barroso, 350, Centro, Araraquara/SP e **Digital,** por meio do aplicativo Sicoob Moob, disponível gratuitamente nas lojas virtuais Apple Store e Google Play, acessível a todos os associados, que poderão participar e votar. Essa e outras informações podem ser obtidas detalhadamente no sítio https://www.sicoob.com.br/web/sicoob4434.

Nota: Conforme determina a Resolução do CMN nº 5051/22 em seu artigo 40, as demonstrações contábeis do exercício de 2022 acompanhadas do respectivo parecer dos auditores independentes estão à disposição dos associados na sede da cooperativa.

Araraquara, 13 de abril de 2023
Mario Thuyosi Hokama
Presidente do Conselho de Administração

FEMACO - Federação dos Trabalhadores em Serviços, Asseio e Conservação Ambiental, Urbana e Áreas Verdes no Estado de São Paulo - Edital de Convocação - Pelo presente Edital ficam convocados os membros do conselho de representante e todos os trabalhadores de, limpeza urbana dos Municípios de: Arapeí, Aparecida, Areias, Bananal, Cachoeira Paulista, Canas, Cruzeiro, Cunha, Guaratinguetá, Igaratá, Campos do Jordão, Caraguatatuba, Cruzeiro, Jacareí, Lagoinha, Lavrinhas, Lorena, Monteiro Lobato, Natividade da Serra, Piquete, Potim, Queluz, Redenção da Serra, Roseira, Paraibuna, Santa Branca, Santo Antônio do Pinhal, São Bento do Sapucaí, São José do Barreiro, São José dos Campos, São Luís do Paraitinga, São Sebastião, Silveiras e Ubatuba, para participarem das Assembleias Gerais Extraordinárias setoriais que irão ocorrer nos seguintes dias, locais e horários: **1) dia 17/04/2023 em Jambeiro na a)** EMPRESA ENGEP ATERRO, situada na Estrada Munic. Olavo Vieira Vilela, fazenda São João km 4, às 15h30min em primeira convocação e uma hora após em segunda convocação; **b) em Santa Branca, na garagem da empresa** ETENG, situada na Praça Rui Barbosa, 28 Centro, às 04h00min em primeira convocação e uma hora após em segunda convocação; às 15h00min em primeira convocação e uma hora após em segunda convocação; **c) em Campos do Jordão** na EMPRESA TERRACAMPOS, situada na Rua José correia, 700 - Bairro Floresta Negra - Campos do Jordão/SP, às 12h30min em primeira convocação e uma hora após em segunda convocação; **d) em Igaratá,** na empresa TROUPE SOLUÇÕES, situada na Rua Joao Lucas da Silva,130, às 07h00min em primeira convocação e uma hora após em segunda convocação; às 14h00min em primeira convocação e uma hora após em segunda convocação; **2) dia 18/04/2023 a) em Jacareí, na garagem da empresa** AMBIENTAL, situada na Rua Bom Jesus, 1100, Cidade Salvador, às 06h00min em primeira convocação e uma hora após em segunda convocação; às 17h00min em primeira convocação e uma hora após em segunda convocação; **b) no alojamento** RALF, Rua Bom Jesus, 1100, Cidade Salvador, às 07h00min em primeira convocação e uma hora após em segunda convocação; **c) em São José dos Campos** na EMPRESA BETA AMBIENTAL, situada na AV Um ,Rio Comprido, às 06h00min em primeira convocação e uma hora após em segunda convocação; às 15h00min em primeira convocação e uma hora após em segunda convocação; **3) dia 19/04/2023 em Ilhabela**, na garagem da EMPRESA PERALTA, situada na Rua Ernesto de Oliveira, nº 773, Água Branca, Ilha bela/SP, às 06h00min em primeira convocação e uma hora após em segunda convocação; às 17h00min em primeira convocação e uma hora após em segunda convocação; **4) dia 20/04/2023 em São Sebastião** na **a)** EMPRESA SS AMBIENTAL (Costa Sul/Baleia), situada na Rodovia Rio Santos KM 170 – Camburi, às 07:00min em primeira convocação e uma hora após em segunda convocação; **b)** na EMPRESA SS AMBIENTAL (Garagem/Coleta), situada na Av. Eng. Remos Correa da Silva, nº 1745 – Topolandia, às 07h00min em primeira convocação e uma hora após em segunda convocação; às 15h00min em primeira convocação e uma hora após em segunda convocação; **5) dia 24/04/2023 em Cruzeiro**, na **a)** garagem da EMPRESA ELECTRA, situada na Rua Dr. João Carlos Caputo s\n, às 06h00min em primeira convocação e uma hora após em segunda convocação; **b) em Lorena**, na garagem da EMPRESA EPPO, situada na a Av. Doutor Léo de Affonseca Netto, nº 55 - Jardim Novo Horizonte - Lorena, SP, às 06h00min em primeira convocação e uma hora após em segunda convocação; às 15h00min em primeira convocação e uma hora após em segunda convocação; **c) em Cachoeira Paulista**, na empresa VALE SOLUÇÕES AMBIENTAIS, situada na Rua Fosco Rossi, nº 50 às 15h00min em primeira convocação e uma hora após em segunda convocação; **6) dia 25/04/2023 em Caraguatatuba** na **a)** GARAGEM DA EMPRESA FORTNORT, situada na Rua Armando Mossabein, nº 13, Jaguarazinho, Caraguatatuba/SP, às 05h00min em primeira convocação e uma hora após em segunda convocação; às 16h00min em primeira convocação e uma hora após em segunda convocação; **b) em Caraguatatuba** no ALOJAMENTO DA EMPRESA PIONEIRA, situada na Av. Mal. Floriano Peixoto, nº 6 - Caraguatatuba, às 15h30 em primeira convocação e uma hora após em segunda convocação; **c) em Caraguatatuba** na empresa RESITEC, situada na Rua Garça, 600 Jardim Gaivotas, às 08h00 em primeira convocação e uma hora após em segunda convocação; às 17h00 em primeira convocação e uma hora após em segunda convocação; **7) dia 26/04/2023 em Ubatuba**, na EMPRESA SANEPAV, situada na Rodovia Oswaldo Cruz, nº 1222, Ipiranguinha, Ubatuba/SP, às 06h00min em primeira convocação e uma hora após em segunda convocação; às 18h00min em primeira convocação e uma hora após em segunda convocação; oportunidade que será discutido a seguinte ***ordem do dia***: **a)** Discussão e votação do rol de reivindicações a ser encaminhada a Entidade Patronal SELUR, com vistas às negociações coletivas referente ao ano de 2023, data base maio; **b)** Delegação de poderes, para conduzir o processo negocial, e autorização para diretoria requerer mediação, arbitragem e instaurar processo de dissidio coletivo perante o Egrégio Tribunal Regional do Trabalho, bem como, ações no Ministério Público do Trabalho e/ou Órgão competente, caso malogrem as negociações; **c)** Decretação de Estado de Greve; **d)** Discussão, deliberação e aprovação do percentual e forma de recolhimento da contribuição assistencial/negocial, de acordo com a Nota Técnica nº 02 do CONALIS e o artigo 513-e da CLT a ser descontada de todos os empregados da categoria profissional, bem como, sobre o direito de oposição dos empregados não associados a entidade sindical; **e)** Deliberar sobre à assembleia permanente até o final da campanha salarial 2023; **f)** Delegação de poderes para se firmar convenção coletiva, acordo coletivo e termos aditivo, sempre que necessário. **g)** Assuntos Gerais. Todas as medidas de segurança serão tomadas, como uso de máscaras, álcool em gel e distanciamento seguro. José Roberto Santiago Gomes - Presidente. São Paulo, 12 de abril de 2023.

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE CERQUILHO/SP

REAVISO DE LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP
Pregão Presencial: nº. 05/2023

Objeto: Aquisição em metro linear de Tubos PVC e PEAD. **Data da realização:** 28 de abril de 2023 às 9:00. LOCAL: Rua Augusto Dorighello, 320 - Cerquilho/SP Edital disponível no endereço supra bem como https://www.saaec.com.br/licitacoes. Informações: (15) 3384-8200 no Setor de Compras e Licitações.

PREFEITURA MUNICIPAL DE AVAÍ

TOMADA DE PREÇO Nº 002/2023
EDITAL Nº 013/2023 – PROCESSO Nº 013/2023
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL
Retificação do Memorial Descritivo

OBJETO: TÉRMINO DA CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE localizada na Rua Antônio Venâncio – nº 870 – Vila Oliveira – Avaí – SP. Dara sessão: 02/05/2023. Horário: 10h30min. **LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO: Sala da Comissão de Licitações** – Praça Major Gasparino de Quadros n° 460 – Centro – CEP 16.680-000 – Telefone (14) 3287-1134. A sessão será conduzida pelo Pregoeiro, com o auxílio da Equipe de Apoio. Os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos na sessão de processamento logo após o credenciamento dos interessados. **ESCLARECIMENTOS:Seção de Licitações,** localizada na Praça Major Gasparino de Quadros n° 460 – Centro – CEP 16.680-000 – Telefone (14) 3287-1134, e-mail: licitacao@avai.sp.gov.br. Os esclarecimentos prestados serão disponibilizados na página da Internet: www.avai.sp.gov.br.

AVAÍ, 11 de abril de 2023.
HELLEN FERNANDES RODRIGUES COELHO - PREFEITA MUNICIPAL DE AVAÍ

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230330

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230330, de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de Equipamento Hospitalar, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 3302023, até o dia 26/04/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 04 de Abril de 2023. ÊNIO JOSÉ GONDIM GUIMARÃES - PREGOEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230142

A Secretaria da Casa Civil torna público a REMARCAÇÃO do Pregão Eletrônico No 20230142, de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de material médico hospitalar. MOTIVO: Alterações no Edital. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 1422023, até o dia 26/04/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 04 de Abril de 2023. AURÉLIA FIGUEIREDO GURGEL - PREGOEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230335

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230335, de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de material odontológico, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 3352023, até o dia 26/04/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 05 de Abril de 2023. JOSÉ EDSON BEZERRA - PREGOEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230295

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230295, de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de material médico hospitalar, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 2952023, até o dia 26/04/2023, às 14h30min (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 05 de Abril de 2023. ALEXANDRE FONTENELE BIZERRIL - PREGOEIRO

Federação dos Empregados de Agentes Autônomos do Comércio do Estado de São Paulo. Pelo presente edital, ficam convocados todos os trabalhadores das categorias profissionais da nossa representação sindical, abaixo relacionadas juntamente com data e horário das assembleias das categorias com data-base em 01 de agosto: 1 - Categoria Cobrança e Recuperação de Crédito: realizar-se-á no dia 02 de maio de 2023, às 16h30, em 1ª convocação, com 2/3 (dois terços) de trabalhadores, ou às 17h00, em 2ª convocação, com qualquer número de trabalhadores da categoria presente; 2 - Categoria Contabilidade e Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas: realizar-se-á no dia 03 de maio de 2023, às 16h30, em 1ª convocação, com 2/3 (dois terços) de trabalhadores, ou às 17h00, em 2ª convocação, com qualquer número de trabalhadores da categoria presente; 3 - Categoria Sociedades de Advogados: realizar-se-á no dia 04 de maio de 2023, às 16h30, em 1ª convocação, com 2/3 (dois terços) de trabalhadores, ou às 17h00, em 2ª convocação, com qualquer número de trabalhadores da categoria presente; 4 - Categorias Administradores de Consórcios: realizar-se-á no dia 08 de maio de 2023, às 16h30, em 1ª convocação, com 2/3 (dois terços) de trabalhadores, ou às 17h00, em 2ª convocação, com qualquer número de trabalhadores da categoria presente; 5 - Categoria Locadoras de Máquinas e Equipamentos para Terraplenagem: realizar-se-á no dia 09 de maio de 2023, às 16h30, em 1ª convocação, com 2/3 (dois terços) de trabalhadores, ou às 17h00, em 2ª convocação, com qualquer número de trabalhadores da categoria presente. Todas as assembleias se realizarão na Rua Gaspar Lourenço, 514, Vila Mariana, na cidade de São Paulo/SP, a qual também se dará de forma itinerante e online através de consulta aos trabalhadores da categoria, com a seguinte ordem do dia: 1) Aprovar, ou não, as pautas de reivindicações para negociação da convenção coletiva de trabalho, cuja data-base é 1º de agosto de 2023; 2) Aprovar, ou não, a continuidade da Assembleia, que se manterá permanente até o final da solução da negociação de 2023, ficando autorizado o presidente da entidade a convocar através de boletins, sessões de assembleia extraordinária presenciais e virtuais; 3) Deliberar quanto à aprovação, ou não, da contribuição assistencial, e/ou da taxa negocial, e/ou outras para o custeio da entidade, a ser descontada em folha de pagamento de todos os trabalhadores, revertida em favor da entidade sindical, como forma de solidariedade e retribuição ao grupo associativo, ou não, pela representação das negociações coletivas, e abrangência do instrumento normativo que delas resultarem; 4) Concessão de poderes à diretoria da Entidade para, em conjunto com os sindicatos da categoria ou isoladamente, manter negociações coletivas, celebrar acordos, convenções coletivas de trabalho ou aditivos, para cidades e regiões onde não existam sindicatos organizados ou sob intervenção da Federação, bem como tomar as medidas que julgar necessárias na busca de solucionar as negociações coletivas. São Paulo, 13 de abril de 2023. Lourival Figueiredo Melo - Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA 2023

O Presidente do Conselho de Administração, nos termos do Estatuto do ONS, informa que a Assembleia Geral Ordinária de 2023 será realizada em ambiente virtual, conforme orientações detalhadas a serem disponibilizadas na plataforma SINtegre, com acesso pelo site **www.sintegre.ons.org.br** e encaminhadas aos associados através de e-mail até o dia 11 de abril de 2023. Haverá auditoria externa independente para atestar a conformidade.

Dessa forma, são convocados os membros associados e os membros participantes do ONS para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária no dia 27 de abril de 2023, às 10h00, em primeira convocação, ou às 11h00 em segunda convocação, em ambiente virtual, para deliberar sobre as seguintes ordens do dia:

1. Aprovação do Relatório da Administração (Relatório Anual ONS 2022) e das Demonstrações Financeiras 2022, com os pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal;
2. Aprovação do Relatório Anual 2022 referente à asseguração dos dados de entrada do PMO e da apuração da geração do CNOS;
3. Aprovação da remuneração dos Diretores e dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal para o período de maio de 2023 a abril de 2024;
4. Contribuição dos Associados para o período janeiro a dezembro 2023;
5. Referendo das substituições de Conselheiros após AGO 2022 - mandato 2022/2024.

Ressaltamos que os membros associados e participantes deverão fazer-se representar na forma dos respectivos estatutos ou contratos sociais ou mediante procuração com poderes especiais para participar da assembleia e deliberar sobre as matérias da pauta. Esses documentos deverão ser encaminhados através da plataforma SINtegre, impreterivelmente com antecedência mínima de 24 horas do início previsto para a realização da assembleia em primeira convocação.

Rio de Janeiro, 11 de abril de 2023.

Rodrigo Limp Nascimento
Presidente do Conselho de Administração do ONS

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIMBÊ

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2023
PROCESSO Nº 027/2023 – TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: A presente licitação tem por objeto, o Registro de Preços para a Aquisição e Instalação de Equipamentos de Ar Condicionado, conforme especificações constantes do Termo de Referência, que integra este Edital como Anexo I. **DATA DE REALIZAÇÃO: 02/05/2023. HORÁRIO DE INÍCIO: 09H00. LOCAL DE REALIZAÇÃO DA SESSÃO:** A sessão pública será realizada por meio eletrônico no site: http://guaimbe.ddns.net:8079/COMPRASEDITAL/. **ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES: DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS,** localizado na Rua Marechal Deodoro nº 261 – Bairro Centro – CEP 16.480-000 – Guaimbê – SP – Telefone (0XX14) 3553-9700 – E-mail: licitacoes.guaimbe@gmail.com.

GUAIMBÊ, 11 DE ABRIL DE 2023.
MÁRCIA HELENA PEREIRA CABRAL ACHILLES - PREFEITA MUNICIPAL DE GUAIMBÊ

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Guaratinguetá

Aviso de abertura de Licitação. Processo: Pregão Presencial nº 067/23. Objeto: Registro de preços para futura aquisição de kit lanche, destinado ao Fundo Social de Solidariedade. Edital: www.guaratingueta.sp.gov.br. Local da sessão pública: PRÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL localizado na RUA ALUÍSIO JOSÉ DE CASTRO, n 147- CHÁCARA SELLES. Data da sessão: 26/04/2023, às 09:00 horas.

Aviso de abertura de Licitação. Processo: Pregão Eletrônico nº 010/23. Objeto: Contratação de empresa especializada em serviço de locação de caminhão baú com motorista. Edital e local da sessão pública: www.bec.sp.gov.br. Data da sessão: 26/04/2023, às 09:00 horas.

AVISO DE LICITAÇÃO

A **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SANTA FÉ DO SUL - SP,** avisa que se acham abertas as inscrições à licitação, na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL, registrada sob nº 16/2023,** que objetiva o **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de Som e Iluminação, para atendimento das necessidades da Administração Municipal, por tempo determinado, conforme especificado no Anexo I. A sessão de pregão dar-se-á no dia **02 de maio de 2023** tendo como início o credenciamento das empresas participantes, que ocorrerá **a partir das 09:00 horas.** O prazo para credenciamento transcorrerá ininterruptamente durante o período de 15 (quinze) minutos a partir do horário anteriormente estabelecido e, ao término deste dar-se-á a abertura os envelopes das propostas, como também, em seguida, transcorrerão os atos de classificação das propostas, interposição de lances e demais atos. Caso seja necessário, a critério do pregoeiro, o prazo de credenciamento poderá ser dilatado. As empresas interessadas em participar da referida licitação poderão obter maiores informações junto ao Setor de Licitações da Prefeitura do Município de Santa Fé do Sul - SP, sito na Avenida Conselheiro Antônio Prado, nº 1.616, Centro, nesta, pelo e-mail licita@santafedosul.sp.gov.br ou pelo telefone (17) 3631-9500, no horário normal de expediente. O edital de convocação, que determina as condições do certame encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima mencionado, bem como, no site www.santafedosul.sp.gov.br, podendo ser retirado gratuitamente.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Santa Fé do Sul - SP, aos 10 de abril de 2023.
EVANDRO FARIAS MURA - PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MURUTINGA DO SUL

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 095/2023 – PROCESSO LICITATÓRIO 020/2023
PREGÃO P – Nº 06/2023

A Prefeitura Municipal de Murutinga do Sul torna público aos interessados a realização do PREGÃO na forma presencial sob nº 006/2023, do tipo menor preço por item. Objeto: Contratação de empresa especializada para a aquisição de produtos alimentícios, água mineral e gás de cozinha, destinados à manutenção dos diversos setores do Município de Murutinga do Sul, de forma parcelada, de acordo com a necessidade da Administração Pública Municipal. Data da realização: Dia 28/04/2023, às 09:00 h. O edital na íntegra encontra-se disponível para retirada no setor de licitação da Prefeitura Municipal de Murutinga do Sul, sito a Rua Orlando Molina, 267, Murutinga do Sul, SP, podendo ser obtido mediante requerimento pelo endereço eletrônico: licitacao@murutingadosul.sp.gov.br., disponível no sítio: www.murutingadosul.sp.gov.br . Fone para contato: 18 – 3788-9126.

Murutinga do Sul, 12 de abril de 2023 – Cristiano Eleutério Soares da Silva – Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAMINA

AVISO DE LICITAÇÃO Nº. 28/2023 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 18/2023 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 28/2023 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2023 – S.R.P. Nº. 13/2023 - EDITAL Nº. 28/2023 – Acha-se aberto, no município de Aramina, licitação, do tipo menor preço para REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS E FUTURAS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA E INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO E CLIMATIZADORES, conforme condições editalícias. A sessão pública ocorrerá impreterivelmente no dia 27 de abril de 2023, às 08h00min, no Paço Municipal, à Rua Dr. Bráulio de Andrade Junqueira, 795 - Centro. O processo físico disponível para qualquer cidadão e a cópia do Edital e anexos estão disponíveis aos interessados para aquisição e consulta, junto ao Setor de Licitações, em horário de expediente, das 08h00min às 17h00min, no mesmo endereço, telefone 0xx16 – 3752 – 7002 e através do site www.aramina.sp.gov.br. Aramina/SP, 12 de abril de 2023. MARIA MADALENA DA SILVA – Prefeita. FÁBIO LIMA DONZELLI – Pregoeiro.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LARANJAL PAULISTA

AVISO DE LICITAÇÃO: TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2023 - PROCESSO Nº 043/2023

Objeto: A presente licitação é do tipo Tomada de Preços, por empreitada Global, que destina-se a Contratação de empresa especializada para **IMPLANTAÇÃO DE SINALIZAÇÃO TURÍSTICA**, em diversas ruas do Município de Laranjal Paulista/SP, do Convênio Processo nº 000079/2022, celebrado com o Governo do Estado de São Paulo, Secretaria de Turismo e Viagens do Estado de São Paulo, incluindo fornecimento de todos os materiais, mão de obra, serviços e correlatos e em conformidade com o projeto, memorial descritivo e planilhas orçamentárias, que fazem partes integrantes do Edital. Encerramento e Abertura: Os envelopes PROPOSTA (01) e HABILITAÇÃO (02), deverão ser entregues e protocolados **até às 9:00 horas do dia 28.04.2023**, iniciando-se a abertura no mesmo dia e horário. Os interessados poderão obter o Edital e seus anexos, bem como obter maiores informações, à Praça Armando de Salles Oliveira, nº 200-Laranjal Paulista - SP, em horário normal de expediente ou através dos telefones: 0xx15.3283.83.31 ou 0xx15.3283.83.38 e do site: www.laranjalpaulista.sp.gov.br (link: licitações). Laranjal Paulista, 12 de Abril de 2.2023- Alcides de Moura Campos Junior-Prefeito Municipal.

Prefeitura da Estância Turística de Salto

Tomada de Preços nº 02/2023
Processo Administrativo nº 10253/2022
Julgamento de Proposta

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de serviços de engenharia destinado ao restauro de uma casa, a rua José Revel, 670, na Vila Operária Brasital, Centro – Salto/SP, que abrigará a nova sede administrativa da Junta Militar, com o fornecimento de mão de obra, material e equipamentos necessários para a execução, de acordo com o Memorial Descritivo, Planilha Orçamentaria, Cronograma físico-financeiro e projeto anexos ao edital, a cargo da Secretaria de Defesa Social. A Comissão Permanente de Licitação declara **VENCEDORA** do presente certame a concorrente WF Planejamento e Construções Eireli, no valor global da contratação de R$ 87.912,77 (oitenta e sete mil, novecentos e doze reais e setenta e sete centavos) e classifica a concorrente CPO Projetos e Obras Ltda com o segundo melhor preço. Nos termos do art. 109, I "b" da Lei 8.666/93, fica aberto o prazo de 05(cinco) dias úteis, para eventuais interposições de recursos.

Salto (SP), 12 de abril de 2023.
Ingrid Franciele da Silva - Presidente da Comissão Permanente de Licitações

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAJAMAR

REPUBLICADO COM ALTERAÇÃO
PA 4.556/2023 - Pregão Eletrônico nº 09/2023

Objeto: Prestação de serviços de vigilância e segurança patrimonial elaborada pela Subprocuradoria Geral da Consultoria Geral em conformidade com as instruções do Volume 1 do CADTERC.
O.C.: 824100801002023OC00011
Tipo: Menor Preço Global.
Data de Disponibilização do Edital e Início do Prazo para Envio da Proposta Eletrônica: 14/04/2023.
Data e Hora de Abertura para Sessão Pública: 27/04/2023 às 09h00 (Horário Oficial de Brasília - DF).
Endereço Eletrônico: www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br.
Edital Disponível também em: www.cajamar.sp.gov.br

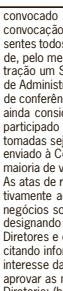
Cajamar, 12 de abril de 2023
Régis Luiz Lima de Souza - Secretário Municipal de Educação

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230007

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230007 de interesse da Secretaria da Fazenda – SEFAZ, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de material de construção (pintura), conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 1832023, até o dia 26/04/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 04 de Abril de 2023. DORISLEIDE CANDIDO DE SOUSA - PREGOEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMERICANA

EDITAL DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS N.º 016/2023.
Processo n.º 29.167/2019.
OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR A REFORMA DO TELHADO E PINTURA GERAL DO CIEP PROF. "PHILOMENA MAGALY MAKLUF ROSSETTI", NESTA CIDADE, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, MÃO DE OBRA E EQUIPAMENTOS.".
Entrega dos Envelopes: 05 de Maio de 2023, das 08h00, às 09h15 horas.
Sessão de abertura dos Envelopes: 05 de Maio de 2023, às 09h30 horas.
Prazo para retirada do Edital: A partir do **dia 19 de Abril de 2023 até o dia 04 de Maio de 2023,** o Edital estará à disposição dos interessados na Unidade de Suprimentos da Prefeitura Municipal de Americana, no horário das 09h00 às 16h00, ou no site: **www.americana.sp.gov.br**.
Eu, Tássia Helena Modenesi Tavares, matrícula n.º 14.676, conferi o presente. Eu, José Eduardo da Cruz Rodrigues Flores, Secretário Adjunto de Administração, autorizei a publicação oficial.
Americana, 12 de Abril de 2023.

SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE COMPRA, VENDA, LOCAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS DE SÃO BERNARDO DO CAMPO, SANTO ANDRÉ, MAUÁ, RIBEIRÃO PIRES E RIO GRANDE DA SERRA - SINDIMÓVEIS/ABC - Edital de Convocação de Assembleia - O Presidente do **Sindicato dos Empregados em Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis de São Bernardo do Campo, Santo André, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra - SINDIMÓVEIS/ABC,** Sr. Julio Henrique Cuco, **CONVOCA** todos os integrantes da categoria profissional dos empregados em empresas de compra, venda, locação e administração de imóveis dos municípios de São Bernardo do Campo, Santo André, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, associados ou não do sindicato, para participar de **Assembleia Geral Extraordinária** a ser realizada no endereço da Avenida Ministro Oswaldo Aranha, 119 - conjunto 04 - Rudge Ramos - São Bernardo do Campo - CEP 09725-000, no próximo dia 18/04/2023, às 15h em primeira convocação e às 17h em segunda convocação, com qualquer número de presentes para deliberar sobre a seguinte **pauta: 1)** Elaboração e aprovação da pauta de reivindicações para a data base de 01/05/2023 para ser apresentada ao Sindicato Patronal SECOVI-SP; **2)** Autorização da categoria para a diretoria do sindicato para negociar com Sindicato Patronal, e celebração de convenção coletiva de trabalho; **3)** Autorização da categoria para firmar acordos coletivos de trabalho; **4)** Autorização e delegação e poderes a diretoria do Sindicato, e caso as negociações sejam frustradas instaurar dissídio coletivo junto ao TRT; **5)** Fixação e aprovação de percentual e desconto da contribuição assistencial, previsto no Art. 513, letra "E" da CLT - Consolidação das Leis do Trabalho, Art. 8º da Constituição Federal, e outras contribuições pertinentes. São Bernardo do Campo, 12 de abril de 2023. **Julio Henrique Cuco -** Presidente.

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230286

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230286 de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de Órtese e Prótese, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 2862023, até o dia 26/04/2023, às 9h30min (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 04 de Abril de 2023. ROBINSON DE BORBA E VELOSO - PREGOEIRO

PortobelloGrupo

PBG S.A.

PTBL B3 LISTED NM

CNPJ 83.475.913/0001-91 - NIRE nº 42300030201
Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Ficam convidados os Senhores Acionistas da PBG S.A. para comparecerem à Assembleia Geral Ordinária que será realizada no dia 28 de abril de 2023, às 10h00, na sede social da Companhia, na Rodovia BR 101, Km 163, Tijucas, Santa Catarina, para deliberarem sobre as seguintes Ordens do Dia: **Assembleia Geral Ordinária:** 1. Apreciar o Relatório e as Demonstrações Financeiras do exercício de 2022. 2. Deliberar sobre a proposta da Administração de destinação do resultado do exercício. 3. Fixação do número de cargos (membros) do Conselho de Administração da Companhia. 4. Eleição dos integrantes do Conselho de Administração (mandato de 1 ano). 5. Eleição dos integrantes do Conselho Fiscal (mandato de 1 ano). 6. Fixar os valores destinados à remuneração dos órgãos da Administração. O Acionista presente à Assembleia deverá apresentar documento de identidade (pessoa física) ou atos constitutivos (pessoa jurídica), podendo ser representado por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira. As procurações poderão prescindir de firma reconhecida em cartório e poderão ser outorgadas por meio eletrônico, desde que comprovada a autoria e integridade do documento. As procurações, que foram objeto de pedido público, deverão observar o disposto no artigo 52 da Instrução CVM nº 81, de 29 de março de 2022. Na forma do disposto no artigo 7º e seguintes da Resolução CVM 81/2022, todos os documentos pertinentes à ordem do dia a ser apreciada na Assembleia, incluindo a Proposta da Administração, encontram-se disponíveis aos Senhores Acionistas, a partir desta data, para consulta, na sede social da Companhia, localizada na RodoviaBR 101, Km 163, Tijucas, Santa Catarina, bem como no sistema IPE mantido pela CVM (www.cvm.gov.br) e no website da B3 (https://www.b3.com.br/pt br/).

Tijucas/SC, 29 de março de 2023.
Cesar Gomes Júnior
Presidente do Conselho de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE SEVERÍNIA

CNPJ 46.596.235/0001-99

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 00000019/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00019/2023
PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇO Nº 007/2023

O **Pregão Eletrônico Registro de Preço nº 007/2023** de que trata este processo objetivou: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL aquisição de GÊNEROS DE HORTIFRUTI para atendimento de Diversas Secretaria Municipais para atendimento da frota municipal.
Foi em toda a sua tramitação atendida a legislação pertinente, consoante o bem-elaborado parecer jurídico da Assessoria Jurídica.
Desse modo, satisfazendo à lei e o mérito, **HOMOLOGO** o **Pregão Eletrônico Registro de Preço nº 007/2023**, e **ADJUDICO** à proponente abaixo relacionada, vencedora deste certame nos termos da Ata de Abertura, Habilitação e Julgamento o seu objeto:
REVENI CARMEN MILAN (48660412000184) com o lote: 5 no valor total de R$7.046,25 (sete mil e quarenta e seis reais e vinte e cinco centavos). **GILLES RAU RODRIGUES DE AMORIM ME** (30560711000181) com o lote: 14 no valor total de R$1.728,22 (um mil e setecentos e vinte e oito reais e vinte e dois centavos). **EDA MARIA PEREIRA** (40446043000110) com os lotes: 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43,44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69,70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95,96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109 e 110 no valor total de R$405.873,77 (quatrocentos e cinco mil e oitocentos e setenta e três reais e setenta e sete centavos).
Encaminhe-se ao Setor de Contratos para as providências de praxe.

Severínia-SP, 12 de abril de 2023.
GLÁUCIA EMILIA SCATOLIN
Prefeita Municipal

Zurich Brasil Vida e Previdência S.A.

CNPJ/ME nº 01.206.480/0001-04 – NIRE 35.300.452.542
Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 25 de março de 2022

Data, Hora e Local: 25/03/2022, às 9:00 horas, na sede social da Companhia, na Avenida Jornalista Roberto Marinho, nº 85, 22º andar, parte, Brooklin Novo, São Paulo/SP. **Quorum:** Presentes os representantes da totalidade do capital social. **Convocação:** Verificou-se, em 1ª convocação, a presença dos acionistas representando a totalidade do capital social, tornando-se dispensável a convocação de editais. **Publicações Legais:** Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2021, publicadas no jornal Folha de S.Paulo em 23/02/2022. **Mesa:** Presidente: Edson Luis Franco; e Secretário: Felipe Name Francisco. **Aviso:** A Companhia esclarece aos acionistas que em razão da entrada em vigor da Lei nº 13.818/19, em 01.01.2022, que modificou a redação do artigo 289 da Lei nº 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"), a Companhia realizará suas publicações legais no jornal "Folha de S.Paulo", com divulgação simultânea da íntegra dos documentos na página do mesmo jornal na internet, e deixará de realizar suas publicações no Diário Oficial do Estado de São Paulo. **Ordem do Dia: Em matéria Ordinária:** (I) Apreciar as contas dos administradores da Companhia, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes e do Parecer do Atuário da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2021; (II) Deliberar sobre a aprovação da proposta de destinação do prejuízo da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31/12/2021; (III) Deliberar sobre a remuneração global dos administradores da Companhia, compreendendo também os membros do Comitê de Auditoria, até a próxima Assembleia Geral Ordinária ("AGO"); **Em matéria Extraordinária:** (IV) Reformar o Estatuto Social da Companhia; e (V) Consolidar o Estatuto Social da Companhia. **Deliberações:** Por unanimidade dos acionistas presentes e com abstenção dos impedidos legalmente, sem dissidências, protestos e declarações de votos vencidos, deliberaram: **Em matéria Ordinária: (I)** Aprovar, sem ressalvas, as contas dos administradores, o Relatório Anual da Diretoria, o Balanço Patrimonial, o Pareceres do Auditor Independente e o Atuarial e as demais Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social findo em 31/12/2021, que foram publicados no jornal Folha de São Paulo, na edição de 23/02/2022. **(II)** Aprovar a destinação do prejuízo líquido referente ao exercício social encerrado em 31/12/2021, no valor de R$ 7.488.166,37, para a conta de Lucros/Prejuízos Acumulados, para que seja absorvido conforme a previsão do artigo 189, parágrafo único, da Lei das Sociedades por Ações. **(III)** Consignar que a remuneração anual global dos Administradores e também dos membros do Comitê de Auditoria da Companhia, é realizada integralmente pela acionista Zurich Minas Brasil Seguros S.A. **Em matéria Extraordinária: (IV)** Reformar o Estatuto Social da Companhia, de modo a: a) Alterar o parágrafo único do Art. 1º; b) Excluir o § 2º do Art. 4º; c) incluir ao Art. 12, o inciso XXIV, competência para acompanhar e celebrar acordos pela Companhia; d) Alterar a redação do Art. 14 e incluir § 6º, para criação do cargo de 1 Diretor responsável pelos controles internos; e) Alterar o Art. 15, para atualizar os valores de alçada da Diretoria, prever a possibilidade celebração de acordo com acionistas e a constituição de procuradores; f) Alterar o Art. 16 para incluir novas atribuições e respectivas alçadas ao Diretor Presidente; g) Incluir o novo Art. 17, para definir as atribuições de Diretor responsável pelos controles internos, com a consequente renumeração dos artigos subsequentes; h) Alterar o Art.19, no seu § 1º, incisos, III, V, VI, VII e VIII; i) Alterar as redações dos artigos: Art. 5º; Art. 6º; Art. 7º; Art. 8º; Art. 10; Art. 11; Art.15; Art. 16; Art.17; Art. 18; Art. 20 e Art. 21; e j) Excluir os artigos 22 e 24. O conteúdo dos demais artigos permanecem inalterados, tendo sido apenas renumerados. **(V)** Diante das reformas acima aprovadas, consolida-se o Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com a redação constante, como **anexo** desta ata. **Administradores:** Presentes os administradores da Companhia. **Auditor Independente e Atuário:** Foi dispensada a presença dos Auditor Independente e do Atuário. **Conselho Fiscal:** O Conselho Fiscal não foi ouvido por não se encontrar instalado no período. **Documentos Arquivados:** Foram arquivados na sede da Sociedade, os documentos submetidos à apreciação desta Assembleia. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata. São Paulo (SP), 25/03/2022. (ass.) **Mesa: Edson Luis Franco** – Presidente; **Felipe Name Francisco** – Secretário. **Acionista: Zurich Minas Brasil Seguros S.A.** Edson Luis Franco e Luis Henrique Meirelles Reis. **Estatuto Social. Capítulo I – Denominação, Sede, Foro, Objeto e Duração. Artigo 1º.** A Companhia é denominada Zurich Brasil Vida e Previdência S.A., sociedade por ações que tem sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na AvenidaJornalista Roberto Marinho, nº 85, 22º andar, Brooklin Novo, CEP 04576-010, e será regida por este Estatuto e pelas leis aplicáveis. **Parágrafo Único.** A Companhia poderá abrir filiais, agências, sucursais e escritórios em qualquer parte do território brasileiro, mediante decisão da Diretoria, atribuindo- lhes um capital separado para efeitos fiscais. A Diretoria poderá, também, constituir representantes em qualquer parte do Brasil. **Artigo 2º.** A Companhia tem por objeto a exploração das operações de seguros de pessoas e previdência complementar aberta, em todo o território nacional, em qualquer de suas modalidades ou formas, podendo, ainda, desenvolver todas as atividades necessárias à plena realização do seu objeto social. **Parágrafo Único.** A Companhia poderá, ainda, participar do capital social de outras sociedades, observada a legislação aplicável. **Artigo 3º.** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II – Capital Social e Ações. Artigo 4º.** O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 61.628.497,35, dividido em 1.316.098 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **§ 1º.** Cada ação confere os mesmos direitos e obrigações e dá direito aum voto nas Assembleias Gerais. **Capítulo III – Assembleia Geral. Artigo 5º.** A Assembleia Geral Ordinária deverá ser convocada pelo Diretor Presidente uma vez por ano e se realizará até o dia 31 de março. A Assembleia Geral Extraordinária poderá ser convocada pelo Diretor Presidente sempre que seja necessária ao atendimentodos interesses sociais. **§ 1º.** As Assembleias Gerais deverão ser dirigidas por um Presidente escolhido por aclamação ou eleição e um Secretário escolhido pelo Presidente da Assembleia Geral, cabendo ao Presidente da Assembleia a supervisão dos trabalhos, a manutenção da ordem, podendo suspender, adiar ou dar por encerrada a Assembleia. **§ 2º.** Para estarem aptos a participar da Assembleia, os procuradores dos acionistas deverão apresentar as suas respectivas procurações na sede social até 48 horas antes da Assembleia. **§ 3º.** O registro de transferência de ações, a substituição de certificados múltiplos por certificados individuais de ações e vice-versa serão suspensos 08 dias antes das datas das Assembleias. **Artigo 6º.** Os seguintes atos são de competência da Assembleia Geral: **I –** Incorporar outras sociedades à Companhia; **II –** Adquirir, vender ou por outro meio dispor das participações da Companhia emoutra sociedade, exceto para fins fiscais; **III –** Alterar o Estatuto Social, a fim de deliberar, entre outras matérias, a criação doConselho de Administração; **IV –** Autorizar o resgate ou amortização de ações, bem como autorizar compra pela Companhia de suas próprias ações para mantê-las em tesouraria; **V –** Emitir debêntures, partes beneficiárias, ações de gozo e fruição ou bônus desubscrição; **VI –** Declarar e distribuir dividendos; **VII –** Praticar qualquer dos atos relacionados nos itens I a VIII do Artigo 136 da Leinº. 6.404/76; e **VIII –** Instalar o Conselho Fiscal. **Capítulo IV – Administração. Seção I – Disposições Gerais. Artigo 7º.** A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e por umaDiretoria. **Parágrafo Único.** Os administradores permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos, exceto se de outra forma for deliberado: (i) pela Assembleia Geral de Acionistas, em relação aos membros do Conselho de Administração; ou (ii) pelo Conselho de Administração, em relação aos Diretores. O prazo de gestão do Conselho de Administração se estende até a investidura dos novos administradores eleitos. **Artigo 8º.** Observada convocação regular na forma deste Estatuto Social, qualquer dos órgãos de administração se reúnem validamente com a presença da maioria de seus membros e deliberam pelo voto da maioria dos presentes. Sem prejuízo do disposto nesteEstatuto Social, será considerado presente à reunião o membro que na ocasião: (i) estiver participando da reunião por tele ou videoconferência ou por qualquer outro meio que possibilite aos demais Conselheiros ouvi-lo e/ou vê-lo; ou (ii) tenha enviado seu voto porescrito previamente. **Parágrafo Único.** Somente será dispensada a convocação prévia de todos os administradores para reunião, como condição de sua validade, se estiverem presentes todos os membros do órgão a se reunir, admitida, para este fim, verificação de presença mediante apresentação de votos por escrito entregues para outro membro ou enviados à Companhia previamente à reunião. **Artigo 9º.** A remuneração dos administradores é determinada pela Assembleia Geral, cabendo ao Conselho de Administração promover a distribuição e individualização da remuneração, se fixada em montante global, observado o disposto neste Estatuto e na legislação vigente. **Seção II – Conselho de Administração. Artigo 10.** O Conselho de Administração é composto de no mínimo 3 e no máximo7 membros, pessoas naturais, acionistas ou não, residentes ou não no País, com adequado nível de experiência no cargo e eleitos pela Assembleia Geral, com mandato de 3anos, permitida a reeleição. **§ 1º.** A Assembleia Geral que eleger o Conselho de Administração deverá prezar pela variedade de experiência entre os membros e deverá indicar, entreseus membros, o Presidente do Conselho de Administração. **§ 2º.** No caso de vaga em decorrência de renúncia, falecimento ou incapacidade permanente de qualquer membro, ou de sua recusa em cumprir suas respectivas obrigações, uma Assembleia Geral será convocada para eleger um novo membro do Conselho de Administração. **§ 3º.** O Conselho de Administração poderá criar comitês ou grupos de trabalho com objetivos definidos, sendo integrados por pessoas por ele designadas dentre os membros da administração e/ou outras pessoas que não façam parte da administração da Companhia. Caberá ao Conselho de Administração estabelecer as normas aplicáveis aos comitês, incluindo regras sobre composição, prazo de gestão, remuneração, funcionamento, abrangência e área de atuação. **Artigo 11.** O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente 4 vezes por ano e extraordinariamente quando os interesses da Companhia assim o exigirem. O Conselho de Administração será convocado por seu Presidente, mediante aviso escrito, com a antecedência mínima de 5 días corridos. A convocação será considerada dispensada nas reuniões do Conselho de Administração em que estejam presentes todos os seus membros. **§ 1º.** As reuniões do Conselho de Administração são instaladas com apresença de, pelo menos, a maioria de seus membros, devendo ser escolhido pelo Presidente do Conselho de Administração um Secretário da reunião, não havendo necessidade de que tal Secretário seja membro do Conselho de Administração. **§ 2º.** Os membros do Conselho de Administração que participarem das reuniões por meio de conferência telefônica ou outro sistema de telecomunicação serão considerados presentes à reunião. Será ainda considerada regular a reunião do Conselho de Administração da qual todos os conselheiros tenham participado por meio de conferência telefônica ou outro sistema de comunicação, desde que as deliberações tomadas sejam objeto de ata assinada por todos os presentes posteriormente, ou que o respectivo voto seja enviado à Companhia na forma do Artigo 8º. **§ 3º.** Nas reuniões, o Conselho de Administração deliberará por maioria de votos, cabendo a cada Conselheiro 1 voto e ao Presidente, além do seu, o voto de qualidade. **§ 4º.** As atas de reunião do Conselho de Administração serão lavradas em livro próprio. **Artigo 12.** Compete privativamente ao Conselho de Administração, além do quanto previsto em lei: **I –** Fixar a orientação geral dos negócios sociais; **II –** Eleger e destituir os Diretores da Companhia, fixando-lhes os cargos e as atribuições, designando dentre os Diretores um Diretor Presidente e um Diretor Financeiro; **III –** Fiscalizar a gestão dos Diretores e de mandatários em geral, examinando, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitando informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração e sobre quaisquer outros atos de interesse da Companhia; **IV –** Convocar e preparar a Assembleia Geral quando julgar conveniente, bem como aprovar as matérias exigidas pela lei, incluindo mas não se limitando, as seguintes: (a)relatórios e contas da Diretoria; (b) demonstrações financeiras anuais; (c) proposta depagamento de dividendos; (d) proposta para eleição dos membros do Conselho de Administração e dos Auditores Independentes, quando aplicável; (e) proposta para aumento de capital; e (f) proposta para alterar o Estatuto Social da Companhia; **V –** Autorizar, ad referendum da Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas do exercício, o pagamento de dividendos, com base em balanço anual ou intermediário; **VI –** Autorizar a aquisição de ações da Companhia para permanência em tesouraria, obedecidos os limites legais e sem prejuízo do dividendo obrigatório; **VII –** Administrar a organização da Companhia, estabelecendo políticas e metas, principalmente em relação às questões financeiras, questões de investimentos, princípios da Companhia e procedimentos de administração de riscos, incluindo a aprovação de estratégias, disponibilizando os mecanismos necessários para alcançá-las, bem como assegurar que os riscos dessas políticas e metas sejam prontamente identificados e que existam mecanismos adequados para controlá-los, sempre de acordo com a legislação e regulamentação vigentes; **VIII –** Revisar e aprovar políticas de controle de riscos, a estrutura de auditoria da Companhia, procedimentos, planos e respectivos relatórios atestando a existência de um controle de riscos e que os maiores riscos foram identificados, e adequada e prontamente mitigados por parte da administração; **IX –** Aprovar qualquer outra questão de importância estratégica para a Companhia; **X –** Aprovar anualmente o plano estratégico da Companhia; **XI –** Planejar, aprovar e supervisionar o plano financeiro anual da Companhia, incluindo o monitoramento da disponibilidade de recursos financeiros adequados e aprovação de orçamentos anuais; **XII –** Aprovar as transações de maior relevância para a Companhia, assim definidas como aquelas cujos valores ultrapassem, quando individualmente consideradas, R$ 25.000.000,00, desde que não relacionadas ao seu objeto social; **XIII –** Opinar sobre o balanço anual e balanços intermediários da Companhia; **XIV –** Analisar e aprovar as regras para controle financeiro da Companhia; **XV –** Analisar e aprovar o Regimento Interno do Comitê de Auditoria, caso este sejacriado e instalado; **XVI –** Receber e revisar os relatórios financeiros elaborados pelo Diretor Financeiro; **XVII –** Aprovar o Regimento Interno dos Comitês da Companhia quando instalados; **XVIII –** Analisar e opinar sobre propostas de alteração do Estatuto Social; **XIX –** Receber e discutir os relatórios do Diretor Presidente e de outros membros da administração da Companhia, quando requerido pelo Conselho de Administração ou pelo Diretor Presidente da Companhia; **XX –** Analisar e opinar sobre possíveis aquisições ou alienações de negócios substanciais ou bens da Companhia; **XXI –** Analisar e opinar sobre possíveis novos negócios, fusões, joint ventures e parceriasbem como o encerramento dos mesmos; **XXII –** Analisar e opinar sobre possíveis reestruturações dos negócios da Companhia; **XXIII –** Aprovar a contratação de auditores internos e externos para a Companhia; e **XXIV-** Acompanhar e aprovar a celebração de acordo comerciais, financeiros ou imobiliários entre a Companhia, de um lado, e outro, direta ou indiretamente seus administradores, membros dos conselhos estatutários, e respectivos cônjuges ou companheiros e parentes até o segundo grau; bem como seus controladores, outras sociedades sob controle comum ou sociedades ligadas., desde que referente as seguintes operações: I – às operações referentes à incorporação ou à desincorporação de ativos para fins de aumento ou de redução de capital social; II – aos participantes de planos ou segurados que, nessa condição, realizarem operações com supervisionada, quando estas estiverem no exercício exclusivo de seu objeto social, segundo regulamentação específica editada pela Susep; III – às operações de prestações de serviços, desde que a remuneração contratada seja compatível com os valores praticados no mercado e cujos contratos sejam aprovados e acompanhados pelo Conselho de Administração e pela diretoria da supervisionada; IV – às operações que, respeitadas as normas vigentes, forem contratadas entre supervisionadas, em decorrência de acordo operacional cujo objeto exclusivo seja o fomento da comercialização de produtos regulamentados no âmbito do Sistema Nacional de Seguros Privados; e V – aos contratos de transferência de risco realizados entre sociedades seguradoras e resseguradores. **Artigo 13.** Compete privativamente ao Presidente do Conselho de Administração, dentro de suas atribuições legais e estatutárias: **I –** convocar e presidir as reuniões do Conselho de Administração; **II –** supervisionar a observância e implementação das deliberações do Conselho de Administração; **III –** informar prontamente e sem atraso todos os membros do Conselho de Administração sobre eventos extraordinários; **IV –** disponibilizar as informações que tenham sido solicitadas por outros membros do Conselho de Administração, quando aplicável; **V –** assegurar a realização de reunião para discussão do desempenho anual do Conselho de Administração; e **VI –** comunicar ao Diretor Presidente as deliberações tomadas nas reuniões do Conselho de Administração, com a finalidade de informá-lo sobre o desenvolvimento dos negócios relevantes da Companhia. **Parágrafo Único.** O Diretor Presidente poderá convocar reuniões do Conselho de Administração em casos excepcionais, em até 24 horas, quando necessário, devendo respeitar a presença de, pelo menos, a maioria mais um de seus membros, permitida a participação por meio de vídeo conferência ou conferência telefônica. **Seção III – Diretoria. Artigo 14.** A Companhia será gerida por uma Diretoria composta de no mínimo 2e no máximo 8 membros residentes no Brasil, acionistas ou não, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de 3 anos admitida a reeleição. No fim de seus respectivos mandatos os Diretores permanecerão em seus cargos até a posse dos novos Diretores eleitos. Os Diretores são dispensados de prestar caução para o exercício do cargo. **§ 1º.** A investidura do cargo de Diretor fica condicionada à homologação de sua eleição pelo órgão fiscalizador do mercado segurador. **§ 2º.** Os Diretores receberão mensalmente uma remuneração fixada anualmente pela Assembleia Geral. **§ 3º.** No caso de vacância na Diretoria, uma Assembleia Geral será imediatamente convocada para eleger um novo Diretor. **§ 4º.** No caso de ausência ou impedimento de algum Diretor suas obrigações serão exercidas por outro Diretor, conforme decidido em reunião da Diretoria. **§ 5º.** Um Diretor não acumulará a remuneração caso venha substituir outro Diretor ou acumular funções. **§ 6º.** Dentre os Diretores eleitos, haverá a designação de um Diretor estatutário como responsável pelos controles internos respeitados os termos e prazos constantes da Resolução CNSP nº 416/2021 ou norma que venha a substituí-la. **Artigo 15.** Todas as decisões da Diretoria referentes a qualquer dos itens abaixo relacionados dependerão do prévio consentimento do Diretor Presidente e de, pelo menos,1 Diretor: **I –** Estabelecer novos negócios não relacionados com os já existentes dentro dos limites do objeto social; **II –** Abrir e extinguir estabelecimento de que trata o parágrafo único do Artigo 1º; **III –** Exercer o direito de voto decorrente de participações da Companhia em outrassociedades; **IV –** Eleger membros do Conselho de Administração, Conselho Consultivo, Diretoria, Conselho Fiscal das Sociedades nas quais a Companhia detém participação; **V –** Comprar, vender, hipotecar ou de qualquer outra maneira dispor ou onerar qualquer item do ativo da Companhia, com o valor de mercado igual ou superior a R$ 15.000.000,00, observada a regulamentação vigente; **VI –** Celebrar ou alterar qualquer contrato de trabalho e/ou prestação de serviços, cujo total da compensação, incluindo todos os pagamentos devidos na forma de bônus ou de qualquer outra maneira, estando ou não mencionado no referido contrato igual ou superior a R$ 15.000.000,00; **VII –** Celebrar quaisquer contratos envolvendo obrigações globais igual ou superior a R$ 15.000.000,00; e **VIII –** Celebrar qualquer acordo com acionistas ou empresa controlada por quaisquerdos acionistas. **§ 1º.** A constituição de procuradores para representar a Companhia na realização de qualquer dos atos relacionados neste Artigo; depende da assinatura de 2 Diretores. **§ 2º.** Os Diretores deverão ser convocados para as reuniões da Diretoria, por escrito, com pelo menos 10 dias de antecedência, ficando dispensada a convocação quando presentes à reunião a totalidade dos Diretores. A convocação deverá indicar a data, hora e local, bem como os assuntos que serão debatidos na reunião. **Artigo 16.** São atribuições do Diretor Presidente: **I –** Convocar as Assembleias Gerais e Reuniões da Diretoria; **II –** Supervisionar o atendimento às disposições deste Estatuto e das deliberações tomadas nas Assembleias Gerais e nas Reuniões de Diretoria; **III –** Gerir e administrar os negócios da Companhia, orientando, conduzindo e supervisionando todas as suas atividades; **IV –** Representar a sociedade em juízo ou fora dele, bem como receber citação; **V –** Supervisionar e coordenar as atividades dos outros Diretores; **VI –** Comprar, vender, hipotecar ou de qualquer outra maneira dispor ou onerar qualquer item do ativo da Companhia, com o valor de mercado igual ou superior a R$ 5.000.000,00 até R$ 15.000.000,00, observada a regulamentação vigente; **VII –** Celebrar ou alterar qualquer contrato de trabalho e/ou prestação de serviços, cujo total da compensação, incluindo todos os pagamentos devidos na forma de bônus ou de qualquer outra maneira, estando ou não mencionado no referido contrato, igual ou superior a R$ 5.000.000,00 até R$ 15.000.000,00; e **VIII –** Celebrar quaisquer contratos envolvendo obrigações globais igual ou superior a R$5.000.000,00 até R$ 15.000.000,00. **§ 1º.** Em caso de impedimento ou afastamento temporário do Diretor Presidente, este previamente indicará, por escrito, outro Diretor que o substitua para o cumprimento das atribuições acima especificadas. **§ 2º.** Na hipótese prevista no parágrafo anterior, caso o Diretor Presidente não tenha indicado outro Diretor para substituí-lo, os demais Diretores ou qualquer outro detentor de poderes de representação da maioria dos acionistas o farão, conforme decisão a ser tomada em conjunto e documentada por escrito, a qual deverá ser cumprida por todos. **§ 3º.** O Diretor Presidente poderá convocar reuniões do Conselho de Administração em casos excepcionais, conforme disposto no parágrafo único, artigo 13. **Artigo 17.** São atribuições do Diretor responsável pelos controles internos: **I –** orientar e supervisionar: **a)** a implementação e operacionalização do Sistema de Controles Internos e da Estrutura de Gestão de Riscos, promovendo a integração de ambos, nos termos do art. 14, inciso I da Resolução CNSP n 416/2021, ou norma que venha a substitui-la; e **b)** as atividades das unidades de conformidade e de gestão de riscos, quando houver; **II –** prover as unidades de conformidade e de gestão de riscos, quando houver, com os recursos necessários ao adequado desempenho de suas respectivas atividades, em especial quanto aos recursos materiais e humanos necessários, próprios ou terceirizados, incluindo pessoal experiente, capacitado e em quantidade suficiente; **(b)** acesso irrestrito e tempestivo às informações necessárias para a realização de suas análises; **III –** Informar periodicamente, e sempre que considerar necessário, os órgãos de administração e o Comitê de Riscos, se existente, de quaisquer assuntos materiais relativos a controles internos, conformidade e gestão de riscos, incluindo, mas não se limitando a: **(a)** riscos novos ou emergentes; **(b)** níveis de exposição a riscos, bem como eventuais limitações e incertezas relacionados a sua mensuração; **(c)** ações relativas à gestão de riscos; e **(d)** deficiências relativas à Estrutura de Gestão de Riscos e ao Sistema de Controles Internos e seu respectivo saneamento, quando houver. **§ 1º.** O Diretor responsável pelos controles internos poderá desempenhar outras atribuições relativas à governança, de caráter de fiscalização ou controle, sendo-lhe vedado, direta ou indiretamente, o acúmulo de funções relativas à gestão, de caráter executivo ou operacional, ou que impliquem em assunção de riscos relevantes relativos ao negócio; **§ 2º.** O Diretor responsável pelos controles internos possui a prerrogativa de se reunir, sempre que considerar necessário, com o Comitê de Riscos ou o Conselho de Administração, quando existente, ou com o Diretor Presidente ou executivo principal da Companhia, sem a presença dos demais Diretores; **§ 3º.** O Diretor de controles internos será responsável, direta ou indiretamente pela Unidade de Conformidade, que deverá ser segregada das demais unidades organizacionais e subordinada. **§ 4º.** É vedado ao Diretor responsável pelos controles internos receber bônus ou incentivos remuneratórios atrelados ao desempenho das unidades de negócio, ressalvadas, quando aplicáveis, as disposições da legislação trabalhista. **Artigo 18.** Sujeito aos artigos 6º e 15, a Companhia será representada, em juízo ou fora dele, e se obrigará através da assinatura de: **I –** 2 Diretores, qualquer Diretor conjuntamente com qualquer procurador ou quaisquer 2 procuradores devidamente constituídos para representar a Companhia, conforme o disposto no § 1º deste artigo, devendo tais poderes estarem especificados na respectiva procuração, inclusive receber citação, e serem exercidos dentro dos limites estabelecidos na mesma; **II –** Pela assinatura exclusiva de qualquer Diretor ou qualquer procurador devidamente constituído para representar a Companhia, conforme o § 1º deste artigo, devendo tais poderes estarem especificados na respectiva procuração e serem exercidos dentro dos limites estabelecidos na mesma, representação da Companhia em atos rotineiros frente às autoridades públicas federais, estaduais e municipais, autarquias, o Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, a Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, a Secretaria da Receita Federal do Brasil e seus órgãos regionais, a Procuradoria Regional da Fazenda Nacional e seus órgãos regionais, e inspetorias e agências, empresas públicas e sociedades de economia mista, à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos; assinar os recibos pelos pagamentos feitos à Companhia; a prática de atos como representantes ou preposto em juízo; o endosso de cheque somente para depósitos nas contas bancárias da Companhia; a emissão e endosso de faturas, letras de câmbio ou outros títulos de crédito, somente para desconto ou cobrança bancáriae, consequentemente, depósitos na conta da Companhia. **§ 1º.** As procurações outorgadas pela Companhia sempre devem ser assinadas na forma do disposto no § 1º do Artigo 15 e serão válidas por, no máximo, 1 ano, devendo especificar todos os poderes outorgados. **§ 2º.** As procurações outorgadas para advogado com poderes da cláusula "ad judicia" e para representar a Companhia em processos administrativos do interesse desta devem ser assinadas na forma dos incisos "I" ou "II" deste Artigo. Tais procurações podem ser por prazo indeterminado e podem também permitir o substabelecimento. **Capítulo V – Conselho Fiscal. Artigo 19.** A Companhia terá um Conselho Fiscal formado de no mínimo 3 e no máximo 5 membros efetivos e um igual número de suplentes, os quais somente poderão atuar no exercício social em que for deliberado pela Assembleia Geral que elegeráos membros e estipulará sua remuneração. **Parágrafo Único.** Os deveres dos membros efetivos do Conselho Fiscal são os estabelecidos na Lei nº 6.404/76 e, nas suas faltas, impedimentos ou vacâncias, serão substituídos pelos respectivos suplentes. **Capítulo VII – Comitê de Auditoria. Artigo 20.** A Sociedade terá um Comitê de Auditoria, composto por no mínimo 3 e no máximo 6 membros, nomeados pelo Conselho de Administração, que preencham as condições legais e regulamentares exigidas para o exercício do cargo, inclusive os requisitos que assegurem sua independência, sendo um deles com comprovados conhecimentos nas áreas de contabilidade e auditoria contábil, com mandato de 3 anos, permitida a reeleição por mais 2 anos, nos termos da legislação aplicável. **§ 1º.** No ato da nomeação dos membros do Comitê de Auditoria, será designado o seu Presidente. **§ 2º.** O Comitê de Auditoria reportar-se-á diretamente ao Conselho de Administração da Companhia. **§ 3º.** Compete ao Comitê de Auditoria, além de outras atribuições que lhe venham a ser conferidas por lei ou norma regulamentar: I – estabelecer, em Regimento Interno, as regras operacionais para seu próprio funcionamento, as quais devem ser aprovadas pelo Conselho de Administração, formalizadas por escrito e colocadas à disposição dos respectivos acionistas por ocasião da Assembleia Geral Ordinária; II – recomendar, à administração da supervisionada, a entidade a ser contratada para a prestação dos serviços de auditoria contábil independente, bem como a substituição do prestador desses serviços, quando considerar necessário; III – revisar, previamente à divulgação, as demonstrações financeiras referentes aos períodos findos em 30 de junho e 31 de dezembro, inclusive as notas explicativas, os relatórios da administração e o relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras; IV – avaliar a efetividade das auditorias, independente e interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Sociedade supervisionada, além de regulamentos e códigos internos; V – avaliar a aceitação, pela administração da supervisionada, das recomendações feitas pelos auditores contábeis independentes e pela auditoria interna, ou as justificativas para a sua não aceitação; VI – avaliar e monitorar os processos, sistemas e controles implementados pela administração para a recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento, pela supervisionada, de dispositivos legais e normativos a ela aplicáveis, além de seus regulamentos e códigos internos, assegurando-se que preveem efetivos mecanismos que protejam o prestador da informação e da confidencialidade desta; VII – recomendar à Diretoria Executiva da Sociedade, a correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições; VIII – reunir-se, no mínimo semestralmente, com a Presidência ou com o Diretor- Presidente da supervisionada ou com a Diretoria da instituição líder do conglomerado ou grupo e com os responsáveis, tanto pela auditoria contábil independente, como pela auditoria contábil interna, para verificar o cumprimento de suas recomendações ou indagações, inclusive no que se refere ao planejamento dos respectivos trabalhos de auditoria contábil, formalizando, em atas, os conteúdos de tais encontros; IX – verificar, por ocasião das reuniões previstas no inciso VIII, o cumprimento de suas recomendações pela Diretoria Executiva; X – reunir-se com o Conselho Fiscal, se em funcionamento, e com o Conselho de Administração da Sociedade, tanto por solicitação dos mesmos, como por iniciativa do Comitê de Auditoria, para discutir acerca de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito das suas respectivas competências; XI – elaborar, ao final dos semestres findos em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, o Relatório do Comitê de Auditoria, com observância das prescrições legais e regulamentares aplicáveis; e XII – outras atribuições determinadas pela SUSEP. **§ 4º.** Juntamente com as demonstrações contábeis semestrais, o Comitê de Auditoria fará publicar um resumo do relatório a que se refere ao inciso XI deste Artigo. **Capítulo VII – Exercício Social, Demonstrações Financeiras e Dividendos. Artigo 21.** O exercício social encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano. Nesta data serão preparados um balanço patrimonial, mutações do patrimônio líquido, demonstração de resultado do exercício e demonstração das origens e aplicações de recursos. **§ 1º.** Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para imposto de renda. O prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem. **§ 2º.** De cada exercício social 5% do lucro líquido será destinado à reserva legal, a qual não poderá exceder a 20% do capital social, segundo o disposto na Lei nº 6.404/76. **Artigo 22.** Os acionistas terão o direito de receber 25% do lucro líquido do exercício social a título de dividendos obrigatórios, após as deduções exigidas por lei. **Capítulo VIII – Dissolução, Liquidação e Extinção. Artigo 23.** A Companhia será dissolvida, liquidada ou extinta nos casos previstos em lei. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 132.166/23-9 em 03/04/2023. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
ABRAVANS – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LOCADORAS DE VANS
CNPJ n. 14.698.446/0001-46

A **DIRETORIA EXECUTIVA DA ABRAVANS** CONVOCA todos os seus 42 (quarenta e dois) associados com direito a voto para Assembleia Geral Ordinária, que será realizada às **10 horas**, do dia **20/04/2023**, em ambiente virtual através do link: https://meet.google.com/kag-rphp-rke, com a seguinte ordem do dia: 1. Prestação e aprovação das contas do exercício 2022; 2. Aprovação dos Contratos firmados pela Diretoria até a presente data; 3. Aprovação das Resoluções Normativas editadas pela Diretoria até a presente data; 4. Atualização dos procedimentos jurídicos impetrados pela associação em benefício de seus associados, bem como a apresentação e aprovação para ingresso, pela associação, de novos processos judiciais, além da ratificação de todos os atos administrativos e judiciais praticados com este fulcro; 5. Deliberação sobre as contribuições associativas mensais para o exercício de 2023; 6. Outros assuntos de interesse social apontados pelos presentes. Ribeirão Preto/SP, 12 de abril de 2.023.
Ari de Arruda Campos
Presidente – ABRAVANS

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PARANAPANEMA
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2023 – Objeto: Aquisição de produtos alimentícios para compor a cesta básica que será concedida aos servidores públicos municipais, para que produza seus efeitos, o Prefeito Municipal HOMOLOGOU o julgamento procedido pela Comissão Permanente de Pregão, com base no inciso VI do art. 43 da Lei 8666/93 e em consequência, ratificou o ato do pregoeiro que ADJUDICOU o objeto licitado para a empresa licitante vencedora GOLDEN FOOD – COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO DE ALIMENTOS EIRELI, inscrita sob o CNPJ nº 08.004.710/0001-00, pelo valor global de R$ 3.466.470,00 (três milhões quatrocentos e sessenta e seis mil e quatrocentos e setenta reais), por ter apresentado a proposta dentro dos limites propostos pela Administração e estar compatível com o praticado no mercado.
Paranapanema/SP, Rodolfo Hessel Fanganiello – Prefeito Municipal, 12/04/2023.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

Acha-se republicada na Chefia de Gabinete, da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, a licitação na modalidade concorrência **02/2023/DH**, do tipo menor preço, processo 13.863/2023, destinada a serviços de reforma, adequação, modernização das edificações de embarque e desembarque na travessia litorânea de pedestres da Praça da República/Vicente de Carvalho, sob jurisdição do Departamento Hidroviário, na localidade de Santos, com o recebimento dos envelopes de proposta e de habilitação, bem como, a abertura das propostas dar-se-ão no dia **16/05/2023 às 09h00**, em sessão pública a ser realizada na sede da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, à Av. Prof. Frederico Hermann Júnior, 345, Alto de Pinheiros, São Paulo, SP. Os interessados poderão consultar o edital completo nos sites www.imprensaoficial.com.br e www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br. Maiores esclarecimentos podem ser solicitados através do e-mail: semil.licitacoes@gmail.com ou encaminhados ao Centro de Licitações e Contratos, à Av. Prof. Frederico Hermann Júnior, 345, prédio 1, 6º andar, Alto de Pinheiros, São Paulo, SP, CEP 05459-010.

SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL
INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL - IAMSPE
GERÊNCIA DE CONTRATAÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS
NÚCLEO DE CONTRATAÇÃO DE MATERIAIS

Acha-se aberto, no INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLIC ESTADUAL - à Av. Ibirapuera nº 981 - 6º andar, o **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 220/2023 - PROCESSO IAMSPE Nº 2022I7597/2022 - OFERTA DE COMPRA Nº 532101530552023OC00443 - PARA AQUISIÇÃO DE: PLACAS CERVICAIS ANTERIORES DE 4,6 E 8 FUROS.** O encerramento e abertura dar-se-ão no **dia 28/04/2023 às 09:00 hrs.** Os interessados deverão acessar, a partir de **15/04/2023**, o endereço eletrônico **www.bec.sp.gov.br** ou **www.bec.fazenda.sp.gov.br**, mediante a obtenção de senha de acessoao sistema e de credenciamento de seus representantes. O Edital de presente licitação encontra-se disponível também no site **www.e-negociospublicos.com.br**.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUEIRA CÉSAR
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

JORGE APARECIDO LOPES, Secretário municipal de Governo e Administração, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, e em conformidade com o disposto no artigo 43, Inciso VI da Lei Federal nº 8.666/93 c/c Lei 10.520/02; vem através deste, **HOMOLOGAR** as empresas **TAURUS DISTRIBUIDORA DE PETROLEO LTDA e BRASILIENSE REVENDEDORA RETALHISTA LTDA**, referente ao **Pregão Eletrônico nº 025/23 – Processo Licitatório nº 044/23 – Registro de Preços**, cujo objeto é a eventual aquisição de combustíveis para os veículos da frota municipal – Homologado em: 10/04/2023

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Modalidade: Pregão Eletrônico nº. 025/23 – Processo nº. 044/23 – Registro de Preços
Contratante: Prefeitura Municipal de Cerqueira César. **Contratada: TAURUS DISTRIBUIDORA DE PETROLEO LTDA e BRASILIENSE REVENDEDORA RETALHISTA LTDA. Objeto:** eventual aquisição de combustíveis para os veículos da frota municipal. **Data da Assinatura do Contrato: 10/04/2023**

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE FIAÇÃO E TECELAGEM, DE TAUBATÉ, CAÇAPAVA E PINDAMONHANGABA, Avenida Granadeiro Guimarães, nº 34, Centro, Taubaté / SP - **Edital de Chapa Única Registrada** - Em cumprimento às disposições estatutárias desta entidade, faço saber aos que este virem ou dele tiverem conhecimento que conforme edital de convocação para realização de eleições neste Sindicato foi registrada a Chapa nº 01 (um) Única para concorrer ao pleito no dia 30 de agosto de 2023, e que está assim constituída: **Diretoria - Efetivos**: Iranilda Andrade da Silva, Ademir Davi dos Santos, Miriam Menezes de Jesus, Ariadi Gabriela de Araújo, Gilvanda Nobrega da Fonseca; **Suplentes:** Antonio Maria Galdini, Odete Gomes Guimarães, Lincoln Lamar Rodrigues dos Santos, Pedro da Silva Oliveira, Edeilson Messias de Souza; **Conselho Fiscal-Efetivos:** Daniel Benedito, Darci Arruda e José Bispo dos Reis; **Suplentes;** Valéria Leandro, Sergio Ricardo Palmeira e José Benedito da Silva; **Diretores Representantes Junto à Federação - Efetivos:** Iranilda Andrade da Silva e Ariadi Gabriela de Araújo e **Suplentes;** Ademir Davi dos Santos e Gilvanda Nobrega da Fonseca. Nos termos do Artigo 64 Parágrafo § do citado estatuto, o prazo para impugnação de candidatos é de 05 (cinco) dias a contar desta publicação. Taubaté, 13 de abril de 2023. **Iranilda Andrade Silva**, Presidente.

Prefeitura da Estância Turística de Salto

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2023 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1404/2023
EXCLUSIVO ME/EPP
REPUBLICAÇÃO

Encontra-se aberta licitação visando a contratação de empresa, com exclusividade para ME/EPP, para fornecimento de equipamentos de fisioterapia, conforme quantidades e especificações relacionadas no Anexo I do edital, a cargo da Secretaria de Saúde. O Pregão se realizará de forma ELETRÔNICA, através da BBM – Bolsa Brasileira de Mercadoria, **na data de 27 de abril de 2023. Cadastro de Propostas Iniciais: das 08hs do dia 13/04/2023 até as 08h30min do dia 27/04/2023. Abertura de Propostas Iniciais: 27/04/2023 às 08h35min. Início da Sessão Pública (Fase Competitiva): 27/04/2023 às 09hs.** O edital e anexos estão disponíveis para consulta e impressão, através dos sítios: www.bbmnetlicitacoes.com.br e www.salto.sp.gov.br – Licitação. Maiores informações, no Setor de Licitações – Secretaria de Administração, através dos telefones nºs (11)4602-8533/8524, das 08hs às 16h30min, e/ou e-mail: licitacao@salto.sp.gov.br.
Estância Turística de Salto, 12 de abril de 2023.
Marcio Conrado
Secretário de Saúde

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓLEO
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO N. 35/2023

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓLEO. **CONTRATADA: CAROLINE ISABELY NAPOLI DA SILVA 46178502877**, com sede na Rua das Margaridas, n°129, Bairro: Cecap na cidade de Presidente Prudente/SP, cep 19065-350 inscrita no CNPJ n.28.058.422/0001-37. **OBJETO:** Eventual Contratação de empresa especializada em serviços de manutenção e instalação elétrica, para realização da festa do peão de boiadeiro, em comemoração as festividades alusivas de 105 anos de emancipação política administrativa do município de óleo, a realizar-se nos dias 13,14 e 15 de abril e Baile da escolha da Rainha do Rodeio, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓLEO-SP. **FUNDAMENTO LEGAL:** Dispensa de Licitação n°11/2023- Proc. 37/2023. **VALOR:** 17.300,00 (Dezessete mil e trezentos reais). **DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO:** 11 de abril de 2023.
ÓLEO 12 DE ABRIL DE 2023
JORDÃO ANTÔNIO VIDOTTO - PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230399

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230399, de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuros e eventuais Serviços para realização de exames de PET SCAN (OU PET/CT) e sedação/anestesia para Usuários do SUS, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 3992023, até o dia 28/04/2023, às 14h30min (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 11 de Abril de 2023. JOSÉ EDSON BEZERRA - PREGOEIRO

Prefeitura da Estância Turística de Salto

Tomada de Preço nº 03/2023
Processo Administrativo nº 12784/2022
Classificação da Proposta Comercial

Objeto: Contratação de pessoa jurídica especializada em serviços de engenharia e arquitetura para inspeção rotineira e laudo preliminar para futura manutenção das obras de arte especiais das pontes do município, contemplando inspeção de campo, relatório fotográfico, croqui da obra e laudo preliminar de cada uma das OAEs descritas no anexo I do edital, incluindo todo o material, equipamentos e mão de obra necessários, a cargo da Secretaria de Obras e Serviços Públicos.
A Comissão Permanente de Licitação, **CLASSIFICA** a concorrente conforme segue:

Empresa	Total de Pontos	Valor Global Proposta
Fares & Associados Engenharia Ltda	12,50	R$ 31.500,00

Fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias úteis, para eventuais interposições de recursos, conforme art. 109, I, "b", da Lei 8.666/93.
Salto (SP), 12 de abril de 2023.
Ingrid Franciele da Silva - Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230296

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230296, de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de Material Médico Hospitalar, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 2962023, até o dia 27/04/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 10 de Abril de 2023. AURÉLIA FIGUEIREDO GURGEL - PREGOEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20220687

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20220687 de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais Serviços Especializados Horas/Ano – Psicólogo, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 6872022, até o dia 27/04/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 05 de Abril de 2023. DORISLEIDE CANDIDO DE SOUSA - PREGOEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230217

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230217 de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de Material Médico Hospitalar, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 2172023, até o dia 27/04/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 10 de Abril de 2023. CIRÍACO BARBOSA DAMASCENO NETO - PREGOEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230395

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230395, de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de Equipamento Hospitalar, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 3952023, até o dia 28/04/2023, às 14h30min (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 10 de Abril de 2023. ÊNIO JOSÉ GONDIM GUIMARÃES - PREGOEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230260

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230260, de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de material médico hospitalar, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 2602023, até o dia 28/04/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 11 de Abril de 2023. JOSÉ EDSON BEZERRA - PREGOEIRO

Prefeitura Municipal de Pirajuí
DIRETORIA DE DIVISÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 015/2023

Torna-se público que o Município de Pirajuí, realizará Dispensa de Licitação, com o critério de julgamento menor preço, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. **1 – OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA: 1.1 –** O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a prestação de serviços por dispensa de licitação para a Locação para 04 (quatro) diárias de 01 (uma) Escavadeira Hidráulica de grande porte para corte e aterro de talude do Rio Dourado, localizado na Avenida Nova Pirajuí, Bairro Nova Pirajuí – Pirajuí – SP., conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta. **1.2 –** A execução deverá ocorrer em até 04 (quatro) dias, contados da data do recebimento da Autorização de Compras ou de Fornecimento. **1.3 –** O critério de julgamento adotado será o menor preço, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta quanto às especificações do objeto. **2 – SELEÇÃO DE PROPOSTA MAIS VANTAJOSA: 2.1 –** Ficam as empresas interessadas a apresentarem, no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da publicação deste aviso, suas propostas. As propostas deverão ser enviadas por e-mail para o endereço: licitacao@pirajui.sp.gov.br, até às 17h30 do dia 18 de abril de 2023, oportunidade em que a administração escolherá a mais vantajosa. **ESCLARECIMENTOS: Diretoria de Compras e Licitações**, localizada na Praça Doutor Pedro da Rocha Braga n° 116 – Bairro Centro – Pirajuí – SP – Telefone (0XX14) 3572-8222 – E-mail: licitacao@pirajui.sp.gov.br.
PIRAJUÍ, 12 DE ABRIL DE 2023.
CESAR HENRIQUE DA CUNHA FIALA - PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAJUÍ

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 017/2023
RETI RATI Nº 1

Objeto: Prestação de serviço de tráfego rodoviário, englobando as atividades e controles operacionais, a ser desenvolvido nas rodovias sob jurisdição do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo, divididos em 14 lotes.
1) No edital, subitem 5.1.4, alínea d.):
Onde se lê: Divisão Regional de Bauru – DR.3 – fone (14) 3203.3154 / 3878.4048
LEIA-SE:
Divisão Regional de Bauru – DR.3 – fone (14) 3878.4048 / 3878.4049
2) No ANEXO IV.4 – COMPROVAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA – OPERACIONAL.
Onde se lê:
LOTE Nº 1
DIVISÃO REGIONAL – DR.1
ITEM VI – descrição - km rodado na execução dos serviços do item V – Unidade km – Quantidade 60.000
LEIA-SE:
LOTE Nº 1
DIVISÃO REGIONAL – DR.1
ITEM VI – descrição - km rodado na execução dos serviços do item V – Unidade km – Quantidade 600.000
3) A data da REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DE ENTREGA DO ENVELOPE Nº 1 – PROPOSTA e do ENVELOPE Nº 2 – HABILITAÇÃO, fica adiada para as **10h00min do dia 15/05/2023.**
4) Permanecem válidas e inalteradas as demais condições do Edital e seus Anexos.

São Paulo Obras
SPObras

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DOS ACIONISTAS – SÃO PAULO OBRAS – SPOBRAS, PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO E SÃO PAULO URBANISMO – SPURBANISMO

Na condição de Presidente da São Paulo Obras e levando-se em conta o disposto na Cláusula 20ª, §§ 1º e 2º do Contrato Social, aprovado pelo Decreto nº 58.166/2018, convoca-se os acionistas da empresa São Paulo Obras (CNPJ 11.958.828/0001-73) – Prefeitura Municipal de São Paulo e São Paulo Urbanismo SPUrbanismo – para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se no dia **26 de abril de 2023, às 9h00**, no gabinete da Presidência, na Rua XV de Novembro n. 165, 7º andar, CEP 01013-001, São Paulo-SP, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1) Exame, discussão e aprovação das Contas dos Administradores e das Demonstrações Contábeis e Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL SALGADO/SP
Tomada de Preços

A Prefeitura Municipal de General Salgado/SP, comunica aos interessados que se encontra aberta a Tomada de Preços nº 02/2023, cujo objeto é a contratação de empresa para construção de travessia em aduelas de concreto armado, na Estrada Municipal GES-350, afluente do Córrego Ribeirão Açoita Cavalo, Município de General Salgado, conforme Termo de Convênio nº CMIL - 018/630/2023, Convênio que entre si celebram o Estado de São Paulo, por meio da casa Militar, está por sua Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil, e o Município de General Salgado, considerando o menor preço global. O encerramento dar-se-á no dia 03 de maio de 2023 às 9:15hs e a abertura dos envelopes às 9:30hs do mesmo dia. Para que chegue ao conhecimento de todos, é expedido o presente Edital que poderá ser retirado aos interessados na participação do certame, no setor de licitações da Prefeitura Municipal, de segunda a sexta feira, no horário de expediente (das 9:00 às 11:00 hs e das 13:00 às 16:00 horas) ou pelo site www.generalsalgado.sp.gov.br, sendo que também uma via será afixada em local de costume desta repartição pública. Local e Data: General Salgado, 12 de abril de 2023. Mauro Gilberto Fantini - Prefeito

MUNICÍPIO DE GUARANTÃ/SP
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 006/2023
PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 133/2022
TOMADA DE PREÇOS Nº: 009/2022

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GUARANTÃ/SP. CONTRATADA: TERRAPLAM PLANEJAMENTO E OBRAS DE MARILIA LTDA. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA REALIZAR OBRAS DE RECONSTRUÇÃO DE REDE DE ESGOTO DO BAIRRO TERRA PROMETIDA. VALOR: R$ 183.614,82 (CENTO E OITENTA E TRÊS MIL, SEISCENTOS E QUATORZE REAIS E OITENTA E DOIS CENTAVOS). EXECUÇÃO: 90 (noventa) dias, contados após emissão da Ordem de Serviços. VENCIMENTO: 12 (doze) meses – (30/01/2024 – trinta dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e quatro) DATA DA ASSINATURA: 30/01/2023

Prefeitura Municipal de São Carlos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 037/2023
PROCESSO Nº 2126/2023 ID 996763
COMUNICADO DE ABERTURA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE TRÊS VEÍCULOS SEDAN PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO CARLOS. Encontra-se aberta, nesta Administração, a licitação supra. O edital, na íntegra, poderá ser obtido nos sites www.licitacoes-e.com.br e http://servico.saocarlos.sp.gov.br/licitacao. O limite para o acolhimento das propostas dar-se-á até às 08h00 do dia 26/04/2023, a abertura das propostas será às 08h00 do dia 26/04/2023 e o início da sessão de disputa de preços será às 09h30 do dia 26/04/2023. Maiores informações pelo telefone (16) 3362-1162. São Carlos, 12 de abril de 2023. **Bruna Bassumo** - *Pregoeira*

CONVITE Nº 05/2023
PROCESSO Nº 16054/2022
COMUNICADO DE REABERTURA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA REFORMA DO CENTRO DE REFERÊNCIA DO IDOSO "VERA LUCIA PILLA", NO MUNICIPIO DE SÃO CARLOS, pelo presente, a **REABERTURA** do Convite em epígrafe. Os envelopes referentes a esta Licitação serão recebidos e protocolados impreterivelmente até às **14h00** do dia **20/04/2023**. São Carlos, 12 de abril de 2023 **Hicaro L. Alonso** - *Presidente*

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 103/2023

OBJETO: Serviços de reparos e revitalização de vias públicas contemplando serviços de reciclagem de pavimento asfáltico deteriorado com utilização de recicladora, imprimação, pintura de ligação e aplicação de revestimento em CBUQ (Concreto Betuminoso Usinado a Quente) sinalização horizontal de trânsito, realização de ensaios tecnológicos e confecção de placas de comunicação visual e sinalização durante a realização dos serviços em 24 (vinte e quatro) vias de tratamento superficial betuminoso na área de abrangência das Administrações Regionais Bairro Novo, Boqueirão e Pinheirinho, no município de Curitiba, totalizando 18,509 km de extensão, mediante a utilização de serviços e materiais
ENVIO DE PROPOSTAS: 04/05/2023 das 09h20 às 10h.
ENVIO DE LANCES: 04/05/2023 das 10h05 às 10h25.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 101/2023

OBJETO: Serviços de reparos e revitalização de vias públicas contemplando serviços de reciclagem de pavimento asfáltico deteriorado com utilização de recicladora, imprimação, pintura de ligação e aplicação de revestimento em CBUQ (Concreto Betuminoso Usinado a Quente) sinalização horizontal de trânsito, realização de ensaios tecnológicos e confecção de placas de comunicação visual e sinalização durante a realização dos serviços em 54 (cinquenta e quatro) vias de tratamento superficial betuminoso na área de abrangência das Administrações Regionais Cajuru, Cic, Portão e Tatuquara, no município de Curitiba, totalizando 16,620 km de extensão, mediante a utilização de serviços e materiais.
ENVIO DE PROPOSTAS: 04/05/2023 das 14h55 às 15h35.
ENVIO DE LANCES: 04/05/2023 das 15h40 às 16h.
OS EDITAIS estão à disposição dos interessados no portal de compras da Prefeitura Municipal de Curitiba: www.e-compras.curitiba.pr.gov.br, em caso de dúvidas os interessados deverão entrar em contato pelo fone (41) 3350-9757, 3350-9827,3350-9823.
Curitiba, 13 de abril de 2023.
Lucas de Paula Camargo
Pregoeiro - Portaria n.º 01/2023-SMOP

EDITAL DE LEILÃO EXTRAJUDICIAL
LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
PRESENCIAL E ON-LINE - APARTAMENTO NO CAMPO BELO/SP
Remaza

Gustavo Cristiano Samuel dos Reis, Leiloeiro Público Oficial, matrícula JUCESP nº 790, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **Remaza Administradora de Consórcio LTDA.**, com sede em São Paulo, Capital, à Rua Pedroso, nº 407 – Térreo, 1º, 2º e 3º andares, Bairro Liberdade, inscrita no CNPJ nº 62.354.055/0001-57, levará à **PÚBLICO LEILÃO**, de modo **Presencial**, sito à Rua Amaro Cavalheiro, 347 – Conj. 2620 - Pinheiros – CEP: 05424-150 – São Paulo/SP, e **On-line**, através do sítio eletrônico www.gustavoreisleiloes.com.br, o imóvel abaixo descrito: **Imóvel**: O APARTAMENTO nº 08, localizado no 8º andar ou 8º pavimento, do "EDIFICIO VILLA REAL", situado a Rua Alvaro Luis Roberto de Assumpção, nº 321, no Bairro do Campo Belo, 30º Subdistrito Ibirapuera, contendo a área real privativa de 242,56 metros quadrados, área real comum de 148,86 metros quadrados, área real total de 391,42 metros quadrados, correspondendo-lhe uma fração ideal de 5,2795% no terreno do condomínio. Contribuinte: 086-026-0042-9 Matrícula nº 116.882 – 15º Cartório de Registro de Imóveis de São Paulo/SP. **Imóvel**: Uma vaga de garagem indeterminada, sujeito ao uso de manobrista, localizada no subsolo do "EDIFICIO VILLA REAL", situado a Rua Alvaro Luis Roberto de Assumpção, nº 321, no Bairro do Campo Belo, 30º Subdistrito Ibirapuera, contendo a área real privativa de 12,00 metros quadrados, área real comum de 26,73 metros quadrados, área real total de 38,73 metros quadrados, correspondendo-lhe uma fraçao ideal de 0,3287% no terreno do condomínio. Contribuinte:086-026-0042-9. Matrícula nº 116.883 – 15º Cartório de Registro de Imóveis de São Paulo/SP. **Imóvel**: Uma vaga de garagem indeterminada, sujeito ao uso de manobrista, localizada no subsolo do "EDIFICIO VILLA REAL", situado a Rua Alvaro Luis Roberto de Assumpção, nº 321, no Bairro do Campo Belo, 30º Subdistrito Ibirapuera, contendo a área real privativa de 12,00 metros quadrados, área real comum de 26,73 metros quadrados, área real total de 38,73 metros quadrados, correspondendo-lhe uma fraçao ideal de 0,3287% no terreno do condomínio. Contribuinte:086-026-0042-9. Matrícula nº 116.884 – 15º Cartório de Registro de Imóveis de São Paulo/SP. **Imóvel**: Uma vaga de garagem indeterminada, sujeito ao uso de manobrista, localizada no subsolo do "EDIFICIO VILLA REAL", situado a Rua Alvaro Luis Roberto de Assumpção, nº 321, no Bairro do Campo Belo, 30º Subdistrito Ibirapuera, contendo a área real privativa de 12,00 metros quadrados, área real comum de 26,73 metros quadrados, área real total de 38,73 metros quadrados, correspondendo-lhe uma fraçao ideal de 0,3287% no terreno do condomínio. Contribuinte:086-026-0042-9. Matrícula nº 116.885 – 15º Cartório de Registro de Imóveis de São Paulo/SP. A consolidação das propriedades para a Administradora se deu em 03/03/2023. Serão aceitos os lanços para o primeiro leilão através do portal www.gustavoreisleiloes.com.br a partir da efetiva da publicação deste edital, **até o dia 24 de abril de 2023 às 14h00min. (DATA OFICIAL DA REALIZAÇÃO E ENCERRAMENTO DO 1º LEILÃO)** e ainda, enquanto sobrevier lances. Não havendo licitante que ofereça preço maior ou igual ao lance mínimo estabelecido no primeiro leilão, será iniciado a realização do segundo leilão que se manterá aberto a lances **até o dia 28 de abril de 2023 até 14h00min. (DATA OFICIAL DA REALIZAÇÃO E ENCERRAMENTO DO 2º LEILÃO)** e ainda, enquanto sobrevier lances. **Valor Mínimo (1º Leilão): R$ 2.800.000,00 (Dois milhões e oitocentos mil reais)**. **Valor mínimo (2º Leilão): R$ 1.355.507,16 (Um milhão, trezentos e cinquenta e cinco mil, quinhentos e sete reais e dezesseis centavos)**. Correrão por conta do comprador todas as despesas relativas à aquisição do imóvel no leilão, tais como: pagamento de 5% (cinco por cento) a título de comissão do Leiloeiro sobre o valor de arrematação e no ato da arrematação, Escritura Pública, Imposto de Transmissão, Foro, laudêmio, taxas, alvarás, certidões, emolumentos cartorários, registros, averbações,eventuais débitos condominiais, etc. O proponente vencedor por meio de lance **On-line** terá prazo de até 24 (vinte e quatro) horas depois de comunicado expressamente, para efetuar o pagamento da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro. No caso do não cumprimento da obrigação assumida de pagamento da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro, no prazo estabelecido, não será concretizada a transação de compra e venda e estará o proponente, sujeito a sanções de ordem judicial, a título de perdas e danos. Correrão por conta do arrematante, todas as despesas relativas à emissão de certidões, averbação da incorporação societária e transferência do Imóvel arrematado, tais como, taxas, alvarás, certidões, registros, ITBI, emolumentos, eventuais débitos condominiais, etc. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto n° 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto n° 22.427 de 1° de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Público Oficial. O imóvel será vendido no estado em que se encontra, não podendo o arrematante alegar desconhecimento das condições, características e estado de conservação. Ocorrerá por conta do comprador, porém a reintegração na posse poderá ser solicitada de acordo com o disposto no Artigo nº 30, da Lei nº 9.514/97, em 60 dias. Maiores informações no escritório do Leiloeiro Tel (11) 3819-3137 ou através do e-mail atendimento@gustavoreisleiloes.com.br.

Informações: (11) 3819-3137 ou www.gustavoreisleiloes.com.br

Tribunal de Justiça de Pernambuco

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0038.2023.CPL.PE.0030.TJPE.FERM-PJ
PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI Nº 00021322-97.2022.8.17.8017

OBJETO: SUBSTITUIÇÃO DAS JUNTAS DE DILATAÇÃO EXISTENTES NAS ÁREAS COMUNS DO FÓRUM DESEMBARGADOR RODOLFO AURELIANO, ASSIM COMO TAMBÉM A INSTALAÇÃO DE PERFIS EM AÇO INOXIDÁVEL PARA ACABAMENTO DAS JUNTAS DOS PISOS, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE TODOS OS MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA INDISPENSÁVEIS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS. **Recebimento de propostas até: 27/04/2023, às 14h. Início da disputa: 27/04/2023, às 15h (horários de Brasília).** A disputa se dará no site www.peintegrado.pe.gov.br. Edital, Anexos e outras informações podem ser obtidos também no site www.tjpe.jus.br ou através do nosso e-mail : licita@tjpe.jus.br.

Recife, 12/04/2023
Maria de Fátima de Lima Leite – Pregoeira – CPC.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARARAPES

AVISO DE RETIFICAÇÃO
PROCESSO Nº 50/2023 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2023

O Departamento de Gestão de Material e Patrimônio, torna público, a todas as empresas interessadas em participar do referido certame, a retificação do Edital do Pregão Presencial Nº 17/2023, Processo nº 50/2023, com a seguinte alteração:

1. Do edital e seus Anexos
Onde se lê:
VEÍCULOS UTILITÁRIOS USADOS (STATION WAGON, SUV) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE SETORES DIVERSOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA, ANEXO I QUE INTEGRA O PRESENTE EDITAL.
Leia-se:
VEÍCULOS AUTOMOTORES USADOS TIPO "STATION WAGON", "SUV", PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE SETORES DIVERSOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA, ANEXO I QUE INTEGRA O PRESENTE EDITAL.

Considerando que a presente retificação não afeta a formulação das propostas, permanece a abertura da sessão para o dia 24 de abril de 2023, as 9 horas. O Edital completo retificado encontra-se disponível no endereço http://www.guararapes.sp.gov.br.

Guararapes, 12 de abril de 2023
Maria Marta Justi - Diretora do Departamento de Gestão de Material e Patrimônio

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS ATLETAS PROFISSIONAIS DE FUTEBOL – FENAPAF

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Sob as considerações que obedecem rigorosamente os ditames estatutários, principalmente os estatuídos nos artigos 79, 32, 19 e 17, princípio constitucional da publicidade, legislação vigente, e em decorrência da atual situação econômica, o presidente Alfredo Sampaio da Silva Junior **CONVOCA** todos os Sindicatos filiados **à Federação Nacional dos Atletas Profissionais de Futebol – Fenapaf**, para o dia 05 de maio de 2023, às 12:30 horas em primeira convocação para Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no Rio de Janeiro, na Avenida João Cabral de Mello Neto 610, Bloco 03, Loja A, Barra da Tijuca, para deliberar a seguinte pauta: a) Análise, discussão e votação da proposta Orçamentária para o Exercício de 2024 com respectivo Parecer do Conselho Fiscal; b) Análise, discussão e votação sobre o Balanço do Exercício de 2020 com respectivo Parecer do Conselho Fiscal; c) Análise, discussão e votação sobre o Balanço do Exercício de 2021 com respectivo Parecer do Conselho Fiscal; d) Análise, discussão e votação sobre o Balanço do Exercício de 2022 com respectivo Parecer do Conselho Fiscal; e) Análise, discussão e votação sobre a possibilidade de finalização do processo nº 1000685-03.2019.5.02.0047; f) Interesses gerais da categoria. Não havendo, na hora acima indicada, número legal de associados, para a instalação dos trabalhos em primeira convocação a assembleia será realizada trinta minutos após, às 13h, no mesmo dia e local, em segunda convocação com qualquer número de associados presentes.

Rio de Janeiro, 12 de abril de 2023.
Alfredo Sampaio da Silva Junior

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL

CNPJ nº 46.612.032/0001-49
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 043/2023
PROCESSO Nº 027 ao 029/2023 – D.A. – D.C.L.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL
OBJETO: Contratação de empresa para o fornecimento de postos de serviços terceirizados de Motorista de Ambulância, Pintor, Eletricista, Encanador, Auxiliar de Serviços Gerais e Cuidador(a) de acordo com as especificações e condições dispostas no edital e seus anexos, visando atender as necessidades dos Departamentos de Saúde, Ação Social e Esportes e Lazer do Município de Mirassol/SP
TIPO: "MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE".
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:
Lotes 01 ao 03: Do dia 12/04/2023 ao dia 28/04/2023 até às 15:00 horas.
Abertura das "Propostas" dos Lotes 01 ao 03: Dia 28/04/2023 às 15:00 horas.
Início da Disputa de Preço dos Lotes 01 ao 03: Dia 28/04/2023 a partir das 15:05 horas.
INFORMAÇÕES E DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL: Diretamente nos sites www.bll.org.br - www.mirassol.sp.gov.br, e na Praça Dr. Anísio José Moreira nº 2290, Centro, Mirassol, CEP nº 15130-065, Estado de São Paulo, Fone: (17) 3243-8160, de 2ª à 6ª feira, das 09:00 às 16:00 horas.

Mirassol/SP, 12 de abril de 2023.
Edson Antonio Ermenegildo
Prefeito Municipal

ALIANÇA CULTURAL BRASIL-JAPÃO

CNPJ Nº 61.562.849/0001-43
Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os senhores **Associados da Aliança Cultural Brasil-Japão**, não enquadrados nas exceções no artigo 10, inciso II e Parágrafo Primeiro, do Estatuto Social, para participarem da **Assembleia Geral Ordinária - AGO**, em ambiente VIRTUAL, pela rede mundial de computadores (internet), com a utilização da **plataforma ZOOM**, acessível pelos Associados através do endereço eletrônico (link):https://us06web.zoom. us/j/89388437353?pwd=VzkyYjRPbUxqNzlmMHJVH-1FpUGNRUT09, (ID da reunião: 893 8843 7353 e Senha de acesso: 097333), **que será realizada no dia 28 de abril de 2023, às 18:00 horas, em primeira convocação, com a presença da maioria absoluta, ou às 18:30 horas**, em segunda convocação, com a presença mínima de 20 Associados, para deliberar sobre a seguinte Ordem do dia: 1. Relatório de Diretoria, Balanço Patrimonial e Demonstração das Contas de Receitas e Despesas referentes ao período de 2022; 2. Plano Orçamentário Anual, elaborado pela Diretoria, para o exercício de 2023; 3. Eleição dos membros do Conselho Superior, do Conselho Fiscal e da Diretoria, para o biênio 2023/2025; 4. Assuntos diversos de interesse da entidade. A AGO deliberará a luz dos pareceres do Conselho Superior e do Conselho Fiscal sobre as matérias em exame e obedecerão às normas legais e estatutárias, a elas aplicáveis.

São Paulo, 13 de abril de 2023. **Eduardo Yoshida** - Presidente da ACBJ

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2023 – PROCESSO Nº 2023/0001947
OFERTA DE COMPRA Nº 420030000012023OC00029
ENDEREÇO ELETRÔNICO: http://www.bec.sp.gov.br

Encontra-se aberta na Defensoria Pública do Estado de São Paulo licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, cujo escopo será a prestação de serviços de fornecimento de licenças de software para renovação da solução de segurança de rede Fortinet e serviços de garantia, manutenção, suporte técnico e apoio técnico consultivo e preventivo (banco de horas), conforme especificações constantes do Termo de Referência (Anexo I do Edital). O certame será regido pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 ("Lei do Pregão") e, de modo subsidiário, pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e pela Lei Estadual nº 6.544, de 22 de novembro de 1989 ("Lei Paulista de Contratos Administrativos"). Aplicam-se ainda ao certame o Decreto Estadual nº 47.297, de 06 de novembro de 2002 (regulamenta a modalidade pregão, no âmbito da Administração Estadual) e o Decreto Estadual nº 49.722, de 24 de junho de 2005 (regulamenta a utilização do pregão eletrônico). Data do início do prazo para envio da proposta eletrônica: 13/04/2023. Data e hora da abertura da sessão pública: 28/04/2023, às 10h00. O Edital estará disponível nos sites http://www.bec.sp.gov.br e http://www.defensoria.sp.def.br.

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20220690

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20220690 de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais serviços em horas, sobreaviso e procedimentos/exames ano, na área de Médico Cardiologista, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 6902022, até o dia 27/04/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 10 de Abril de 2023. JOSÉ EDSON BEZERRA - PREGOEIRO

CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230323

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230323, de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de medicamentos, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 3232023, até o dia 27/04/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 10 de Abril de 2023. RAIMUNDO VIEIRA COUTINHO - PREGOEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230331

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230331, de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de material médico hospitalar, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 3312023, até o dia 27/04/2023, às 14h30min (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 10 de Abril de 2023. ÊNIO JOSÉ GONDIM GUIMARÃES - PREGOEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230372

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230372 de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de medicamentos, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 3722023, até o dia 27/04/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 10 de Abril de 2023. JANES VALTER NOBRE RABELO - PREGOEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230020

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230020, de interesse da Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de decanter filtro (10m3/h) com comissionamento e Start-Up e fornecimento de insumos para funcionamento de 10.000 horas, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 4832023, até o dia 27/04/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 11 de Abril de 2023. SIMONE ALENCAR ROCHA - PREGOEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230366

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230366, de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de material médico hospitalar, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 3662023, até o dia 27/04/2023, às 14h30min (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 11 de Abril de 2023. SIMONE ALENCAR ROCHA - PREGOEIRA

Zurich Brasil Vida e Previdência S.A.

CNPJ/ME nº 01.206.480/0001-04 – NIRE 35.300.452.542
Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de setembro de 2022

Data, Hora e Local: 19/09/2022, às 9:00 horas, na sede social da Companhia, na Avenida Jornalista Roberto Marinho, nº 85, 22º andar, Brooklin Novo, São Paulo/SP. **Quorum:** Presentes os representantes da totalidade do capital social. **Convocação:** Verificou-se, em 1ª convocação, a presença da representante da totalidade do capital social, tornando-se dispensável a convocação de editais conforme. **Mesa:** Presidente: Edson Luis Franco; e Secretário: Felipe Name Francisco. **Ordem do Dia: (I)** Retificar o item IV, "d" e "h" da Ata da AGO/E de 25.03.2022; **(II)** Consolidar o Estatuto Social da Companhia; e **(III)** Ratificar todas as demais deliberações aprovadas na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 25.03.2022. **Deliberações tomadas por unanimidade: (I)** Retificar o item IV, "d" e "h" da Ata da AGO/E de 25.03.2022, de modo a estar coerente a Ata com Estatuto Social da Companhia, conforme abaixo descrito: d) Alterar o Art. 14, passando a constar a seguinte redação: *"Artigo 14. A Companhia será gerida por uma Diretoria composta de no mínimo 2 e no máximo 8 membros residentes no Brasil, acionistas ou não, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de 3 anos admitida a reeleição. No fim de seus respectivos mandatos os Diretores permanecerão em seus cargos até a posse dos novos Diretores eleitos. Os Diretores são dispensados de prestar caução para o exercício do cargo. § 1º. A investidura do cargo de Diretor fica condicionada à homologação de sua eleição pelo órgão fiscalizador do mercado segurador. § 2º. Os Diretores receberão mensalmente uma remuneração fixada anualmente pela Assembleia Geral. § 3º. No caso de vacância na Diretoria, uma Assembleia Geral será imediatamente convocada para eleger um novo Diretor. § 4º. No caso de ausência ou impedimento de algum Diretor suas obrigações serão exercidas por outro Diretor, conforme decidido em reunião da Diretoria. § 5º. Um Diretor não acumulará a remuneração caso venha substituir outro Diretor ou acumular funções. § 6º. Dentre os Diretores eleitos, haverá a designação de um Diretor estatutário como responsável pelos controles internos respeitados os termos e prazos constantes da Resolução CNSP nº 416/2021 ou norma que venha a substituí-la."* h) Alterar o artigo Art.19, atual Art. 20, passando a constar a seguinte redação: *"Artigo 20. A Sociedade terá um Comitê de Auditoria, composto por no mínimo 3 e no máximo 6 membros, nomeados pelo Conselho de Administração, que preencham as condições legais e regulamentares exigidas para o exercício do cargo, inclusive os requisitos que assegurem sua independência, sendo um deles com comprovados conhecimentos nas áreas de contabilidade e auditoria contábil, com mandato de 3 anos, permitida a reeleição por mais 2 anos, nos termos da legislação aplicável. § 1º. No ato da nomeação dos membros do Comitê de Auditoria, será designado o seu Presidente. § 2º. O Comitê de Auditoria reportar-se-á diretamente ao Conselho de Administração da Companhia. § 3º. Compete ao Comitê de Auditoria, além de outras atribuições que lhe venham a ser conferidas por lei ou norma regulamentar: I – estabelecer, em Regimento Interno, as regras operacionais para seu próprio funcionamento, as quais devem ser aprovadas pelo Conselho de Administração, formalizadas por escrito e colocadas à disposição dos respectivos acionistas por ocasião da Assembleia Geral Ordinária; II – recomendar, à administração da Companhia a entidade a ser contratada para a prestação dos serviços de auditoria contábil independente, bem como a substituição do prestador desses serviços, quando considerar necessário; III – revisar, previamente à divulgação, as demonstrações financeiras referentes aos períodos findos em 30 de junho e 31 de dezembro, inclusive as notas explicativas, os relatórios da administração e o relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras; IV – avaliar a efetividade das auditorias, independente e interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia além de regulamentos e códigos internos; V – avaliar a aceitação, pela administração da Companhia, das recomendações feitas pelos auditores contábeis independentes e pela auditoria interna, ou as justificativas para a sua não aceitação; VI – avaliar e monitorar os processos, sistemas e controles implementados pela administração para a recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento, pela Companhia, de dispositivos legais e normativos a ela aplicáveis, além de seus regulamentos e códigos internos, assegurando-se que preveem efetivos mecanismos que protejam o prestador da informação e da confidencialidade desta; VII – recomendar à Diretoria Executiva da Sociedade, a correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições; VIII – reunir-se, no mínimo semestralmente, com a Presidência ou com o Diretor Presidente da Companhia ou com a Diretoria da instituição líder do conglomerado ou grupo e com os responsáveis, tanto pela auditoria contábil independente, como pela auditoria contábil interna, para verificar o cumprimento de suas recomendações ou indagações, inclusive no que se refere ao planejamento dos respectivos trabalhos de auditoria contábil, formalizando, em atas, os conteúdos de tais encontros; IX – verificar, por ocasião das reuniões previstas no inciso VIII, o cumprimento de suas recomendações pela Diretoria Executiva; X – reunir-se com o Conselho Fiscal, se em funcionamento, e com o Conselho de Administração da Sociedade, tanto por solicitação dos mesmos, como por iniciativa do Comitê de Auditoria, para discutir acerca de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito das suas respectivas competências; XI – elaborar, ao final dos semestres findos em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, o Relatório do Comitê de Auditoria, com observância das prescrições legais e regulamentares aplicáveis; e XII – outras atribuições determinadas pela SUSEP. § 4º. Juntamente com as demonstrações contábeis semestrais, o Comitê de Auditoria fará publicar um resumo do relatório a que se refere o inciso XI deste Artigo."* O conteúdo dos demais artigos permanece inalterado, tendo sido apenas renumerados. **(II)** Diante das reformas acima aprovadas, consolida-se o Estatuto Social da Companhia, que como anexo, é parte integrante desta Ata. **(III)** Ratificar todas as demais deliberações aprovadas na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 25.03.2022, inclusive os atos praticados pelos Administradores. **Documentos Arquivados:** Foram arquivados na sede da Sociedade os documentos submetidos à apreciação da Assembleia. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata. **Assinaturas: Presidente da Mesa:** Edson Luis Franco; **Secretário da Mesa:** Felipe Name Francisco; **Acionista:** Zurich Minas Brasil Seguros S.A., representada por seus Diretores Edson Luis Franco e Luis Henrique Meirelles Reis. **Declaração:** Declaramos, para os devidos fins, que a presente é cópia fiel da ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. São Paulo (SP), 19/09/2022. **Felipe Name Francisco** – Secretário da Mesa. **Estatuto Social. Capítulo I – Denominação, Sede, Foro, Objeto e Duração. Artigo 1º.** A Companhia é denominada Zurich Brasil Vida e Previdência S.A., sociedade por ações que tem sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Jornalista Roberto Marinho, nº 85, 22º andar, Brooklin Novo, CEP 04.576-010, e será regida por este Estatuto e pelas leis aplicáveis. **Parágrafo Único.** A Companhia poderá abrir filiais, agências, sucursais e escritórios em qualquer parte do território brasileiro, mediante decisão da Diretoria, atribuindo-lhes um capital separado para efeitos fiscais. A Diretoria poderá, também, constituir representantes em qualquer parte do Brasil. **Artigo 2º.** A Companhia tem por objeto a exploração das operações de seguros de pessoas e previdência complementar aberta, em todo o território nacional, em qualquer de suas modalidades ou formas, podendo, ainda, desenvolver todas as atividades necessárias à plena realização do seu objeto social. **Parágrafo Único.** A Companhia poderá, ainda, participar do capital social de outras sociedades, observada a legislação aplicável. **Artigo 3º.** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II – Capital Social e Ações. Artigo 4º.** O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 61.628.497,35, dividido em 1.316.098 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **§ 1º.** Cada ação confere os mesmos direitos e obrigações e dá direito a um voto nas Assembleias Gerais. **Capítulo III – Assembleia Geral. Artigo 5º.** A Assembleia Geral Ordinária deverá ser convocada pelo Diretor Presidente uma vez por ano e se realizará até o dia 31 de março. A Assembleia Geral Extraordinária poderá ser convocada pelo Diretor Presidente sempre que seja necessária ao atendimento dos interesses sociais. **§ 1º.** As Assembleias Gerais deverão ser dirigidas por um Presidente escolhido por aclamação ou eleição e um Secretário escolhido pelo Presidente da Assembleia Geral, cabendo ao Presidente da Assembleia a supervisão dos trabalhos, a manutenção da ordem, podendo suspender, adiar ou dar por encerrada a Assembleia. **§ 2º.** Para estarem aptos a participar da Assembleia, os procuradores dos acionistas deverão apresentar as suas respectivas procurações na sede social até 48 horas antes da Assembleia. **§ 3º.** O registro de transferência de ações, a substituição de certificados múltiplos por certificados individuais de ações e vice-versa serão suspensos 08 dias antes das datas das Assembleias. **Artigo 6º.** Os seguintes atos são de competência da Assembleia Geral: **I –** Incorporar outras sociedades à Companhia; **II –** Adquirir, vender ou por outro meio dispor das participações da Companhia em outra sociedade, exceto para fins fiscais; **III –** Alterar o Estatuto Social, a fim de deliberar, entre outras matérias, a criação do Conselho de Administração; **IV –** Autorizar o resgate ou amortização de ações, bem como autorizar compra pela Companhia de suas próprias ações para mantê-las em tesouraria; **V –** Emitir debêntures, partes beneficiárias, ações de gozo e fruição ou bônus de subscrição; **VI –** Declarar e distribuir dividendos; **VII –** Praticar qualquer dos atos relacionados nos itens I a VIII do Artigo 136 da Lei nº 6.404/76; e **VIII –** Instalar o Conselho Fiscal. **Capítulo IV – Administração. Seção I – Disposições Gerais. Artigo 7º.** A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria. **Parágrafo Único.** Os administradores permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos, exceto se de outra forma for deliberado: (i) pela Assembleia Geral de Acionistas, em relação aos membros do Conselho de Administração; ou (ii) pelo Conselho de Administração, em relação aos Diretores. O prazo de gestão do Conselho de Administração se estende até a investidura dos novos administradores eleitos. **Artigo 8º.** Observada convocação regular na forma deste Estatuto Social, qualquer dos órgãos de administração se reúnem validamente com a presença da maioria de seus membros e deliberam pelo voto da maioria dos presentes. Sem prejuízo do disposto neste Estatuto Social, será considerado presente à reunião o membro que na ocasião: (i) estiver participando da reunião por tele ou videoconferência ou por qualquer outro meio que possibilite aos demais Conselheiros ouvi-lo e/ou vê-lo; ou (ii) tenha enviado seu voto por escrito previamente. **Parágrafo Único.** Somente será dispensada a convocação prévia de todos os administradores para reunião, como condição de sua validade, se estiverem presentes todos os membros do órgão a se reunir, admitida, para este fim, verificação de presença mediante apresentação de votos por escrito entregues para outro membro ou enviados à Companhia previamente à reunião. **Artigo 9º.** A remuneração dos administradores é determinada pela Assembleia Geral, cabendo ao Conselho de Administração promover a distribuição e individualização da remuneração, se fixada em montante global, observado o disposto neste Estatuto e na legislação vigente. **Seção II – Conselho de Administração. Artigo 10.** O Conselho de Administração é composto de no mínimo 3 e no máximo 7 membros, pessoas naturais, acionistas ou não, residentes ou não no País, com adequado nível de experiência no cargo e eleitos pela Assembleia Geral, com mandato de 3 anos, permitida a reeleição. **§ 1º.** A Assembleia Geral que eleger o Conselho de Administração deverá prezar pela variedade de experiência entre os membros e deverá indicar, entre seus membros, o Presidente do Conselho de Administração. **§ 2º.** No caso de vaga em decorrência de renúncia, falecimento ou incapacidade permanente de qualquer membro, ou de sua recusa em cumprir suas respectivas obrigações, uma Assembleia Geral será convocada para eleger um novo membro do Conselho de Administração. **§ 3º.** O Conselho de Administração poderá criar comitês ou grupos de trabalho com objetivos definidos, sendo integrados por pessoas por ele designadas dentre os membros da administração e/ou outras pessoas que não façam parte da administração da Companhia. Caberá ao Conselho de Administração estabelecer as normas aplicáveis aos comitês, incluindo regras sobre composição, prazo de gestão, remuneração, funcionamento, abrangência e área de atuação. **Artigo 11.** O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente 4 vezes por ano e extraordinariamente quando os interesses da Companhia assim o exigirem. O Conselho de Administração será convocado por seu Presidente, mediante aviso escrito, com a antecedência mínima de 5 dias corridos. A convocação será considerada dispensada nas reuniões do Conselho de Administração em que estejam presentes todos os seus membros. **§ 1º.** As reuniões do Conselho de Administração são instaladas com a presença de, pelo menos, a maioria de seus membros, devendo ser escolhido pelo Presidente do Conselho de Administração um Secretário da reunião, não havendo necessidade de que tal Secretário seja membro do Conselho de Administração. **§ 2º.** Os membros do Conselho de Administração que participarem das reuniões por meio de conferência telefônica ou outro sistema de telecomunicação serão considerados presentes à reunião. Será ainda considerada regular a reunião do Conselho de Administração da qual todos os conselheiros tenham participado por meio de conferência telefônica ou outro sistema de comunicação, desde que as deliberações tomadas sejam objeto de ata assinada por todos os presentes posteriormente, ou que o respectivo voto seja enviado à Companhia na forma do Artigo 8º. **§ 3º.** Nas reuniões, o Conselho de Administração deliberará por maioria de votos, cabendo a cada Conselheiro 1 voto e ao Presidente, além do seu, o voto de qualidade. **§ 4º.** As atas de reunião do Conselho de Administração serão lavradas em livro próprio. **Artigo 12.** Compete privativamente ao Conselho de Administração, além do quanto previsto em lei: **I –** Fixar a orientação geral dos negócios sociais; **II –** Eleger e destituir os Diretores da Companhia, fixando-lhes os cargos e as atribuições, designando dentre os Diretores um Diretor Presidente e um Diretor Financeiro; **III –** Fiscalizar a gestão dos Diretores e de mandatários em geral, examinando, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitando informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração e sobre quaisquer outros atos de interesse da Companhia; **IV –** Convocar e preparar a Assembleia Geral quando julgar conveniente, bem como aprovar as matérias exigidas pela lei, incluindo mas não se limitando, as seguintes: (a) relatórios e contas da Diretoria; (b) demonstrações financeiras anuais; (c) proposta de pagamento de dividendos; (d) proposta para eleição dos membros do Conselho de Administração e dos Auditores Independentes, quando aplicável; (e) proposta para aumento de capital; e (f) proposta para alterar o Estatuto Social da Companhia; **V –** Autorizar, ad referendum da Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas do exercício, o pagamento de dividendos, com base em balanço anual ou intermediário; **VI –** Autorizar a aquisição de ações da Companhia para permanência em tesouraria, obedecidos os limites legais e sem prejuízo do dividendo obrigatório; **VII –** Administrar a organização da Companhia, estabelecendo políticas e metas, principalmente em relação às questões financeiras, questões de investimentos, princípios da Companhia e procedimentos de administração de riscos, incluindo a aprovação de estratégias, disponibilizando os mecanismos necessários para alcançá-las, bem como assegurar que os riscos dessas políticas e metas sejam prontamente identificados e que existam mecanismos adequados para controlá-los, sempre de acordo com a legislação e regulamentação vigentes; **VIII –** Revisar e aprovar políticas de controle de riscos, a estrutura de auditoria da Companhia, procedimentos, planos e respectivos relatórios atestando a existência de um controle de riscos e que os maiores riscos foram identificados, e adequada e prontamente mitigados por parte da administração; **IX –** Aprovar qualquer outra questão de importância estratégica para a Companhia; **X –** Aprovar anualmente o plano estratégico da Companhia; **XI –** Planejar, aprovar e supervisionar o plano financeiro anual da Companhia, incluindo o monitoramento da disponibilidade de recursos financeiros adequados e aprovação de orçamentos anuais; **XII –** Aprovar as transações de maior relevância para a Companhia, assim definidas como aquelas cujos valores ultrapassem, quando individualmente consideradas, R$ 25.000.000,00, desde que não relacionadas ao seu objeto social; **XIII –** Opinar sobre o balanço anual e balanços intermediários da Companhia; **XIV –** Analisar e aprovar as regras para controle financeiro da Companhia; **XV –** Analisar e aprovar o Regimento Interno do Comitê de Auditoria, caso este seja criado e instalado; **XVI –** Receber e revisar os relatórios financeiros elaborados pelo Diretor Financeiro; **XVII –** Aprovar o Regimento Interno dos Comitês da Companhia quando instalados; **XVIII –** Analisar e opinar sobre propostas de alteração do Estatuto Social; **XIX –** Receber e discutir os relatórios do Diretor Presidente e de outros membros da administração da Companhia, quando requerido pelo Conselho de Administração ou pelo Diretor Presidente da Companhia; **XX –** Analisar e opinar sobre possíveis aquisições ou alienações de negócios substanciais ou bens da Companhia; **XXI –** Analisar e opinar sobre possíveis novos negócios, fusões, joint ventures e parcerias bem como o encerramento dos mesmos; **XXII –** Analisar e opinar sobre possíveis reestruturações dos negócios da Companhia; **XXIII –** Aprovar a contratação de auditores internos e externos para a Companhia; e **XXIV –** Acompanhar e aprovar a celebração de acordo comerciais, financeiros ou imobiliários entre a Companhia, de um lado, e outro, direta ou indiretamente seus administradores, membros dos conselhos estatutários, e respectivos cônjuges ou companheiros e parentes até o segundo grau; bem como seus controladores, outras sociedades sob controle comum ou sociedades ligadas., desde que referente as seguintes operações: i – às operações referentes à incorporação ou à desincorporação de ativos para fins de aumento ou de redução de capital social; ii – aos participantes de planos ou segurados que, nessa condição, realizarem operações com a Companhia, quando estas estiverem no exercício exclusivo de seu objeto social, segundo regulamentação específica editada pela Susep; iii – às operações de prestações de serviços, desde que a remuneração contratada seja compatível com os valores praticados no mercado e cujos contratos sejam aprovados e acompanhados pelo Conselho de Administração e pela diretoria da Companhia; iv – às operações que, respeitadas as normas vigentes, forem contratadas entre as Companhias, em decorrência de acordo operacional cujo objeto exclusivo seja o fomento da comercialização de produtos regulamentados no âmbito do Sistema Nacional de Seguros Privados; e v – aos contratos de transferência de risco realizados entre sociedades seguradoras e resseguradores. **Artigo 13.** Compete privativamente ao Presidente do Conselho de Administração, dentro de suas atribuições legais e estatutárias: I – convocar e presidir as reuniões do Conselho de Administração; II – supervisionar a observância e implementação das deliberações do Conselho de Administração; III – informar prontamente e sem atraso todos os membros do Conselho de Administração sobre eventos extraordinários; IV – disponibilizar as informações que tenham sido solicitadas por outros membros do Conselho de Administração, quando aplicável; V – assegurar a realização de reunião para discussão do desempenho anual do Conselho de Administração; e VI – comunicar ao Diretor Presidente as deliberações tomadas nas reuniões do Conselho de Administração, com a finalidade de informá-lo sobre o desenvolvimento dos negócios relevantes da Companhia. **Parágrafo Único.** O Diretor Presidente poderá convocar reuniões do Conselho de Administração em casos excepcionais, em até 24 horas, quando necessário, devendo respeitar a presença de, pelo menos, a maioria mais um de seus membros, permitida a participação por meio de vídeo conferência ou conferência telefônica. **Seção III – Diretoria. Artigo 14.** A Companhia será gerida por uma Diretoria composta de no mínimo 2 e no máximo 8 membros residentes no Brasil, acionistas ou não, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de 3 anos admitida a reeleição. No fim de seus respectivos mandatos os Diretores permanecerão em seus cargos até a posse dos novos Diretores eleitos. Os Diretores são dispensados de prestar caução para o exercício do cargo. **§ 1º.** A investidura do cargo de Diretor fica condicionada à homologação de sua eleição pelo órgão fiscalizador do mercado segurador. **§ 2º.** Os Diretores receberão mensalmente uma remuneração fixada anualmente pela Assembleia Geral. **§ 3º.** No caso de vacância na Diretoria, uma Assembleia Geral será imediatamente convocada para eleger um novo Diretor. **§ 4º.** No caso de ausência ou impedimento de algum Diretor suas obrigações serão exercidas por outro Diretor, conforme decidido em reunião da Diretoria. **§ 5º.** Um Diretor não acumulará a remuneração caso venha substituir outro Diretor ou acumular funções. **§ 6º.** Dentre os Diretores eleitos, haverá a designação de um Diretor estatutário como responsável pelos controles internos respeitados os termos e prazos constantes da Resolução CNSP nº 416/2021 ou norma que venha a substituí-la. **Artigo 15.** Todas as decisões da Diretoria referentes a qualquer dos itens abaixo relacionados dependerão do prévio consentimento do Diretor Presidente e de, pelo menos, 1 Diretor: **I –** Estabelecer novos negócios não relacionados com os já existentes dentro dos limites do objeto social; **II –** Abrir e extinguir estabelecimento de que trata o parágrafo único do Artigo 1º; **III –** Exercer o direito de voto decorrente de participações da Companhia em outras sociedades; **IV –** Eleger membros do Conselho de Administração, Conselho Consultivo, Diretoria, Conselho Fiscal das Sociedades nas quais a Companhia detém participação; **V –** Comprar, vender, hipotecar ou de qualquer outra maneira dispor ou onerar qualquer item do ativo da Companhia, com o valor de mercado igual ou superior a R$ 15.000.000,00, observada a regulamentação vigente; **VI –** Celebrar ou alterar qualquer contrato de trabalho e/ou prestação de serviços, cujo total da compensação, incluindo todos os pagamentos devidos na forma de bônus ou de qualquer outra maneira, estando ou não mencionado no referido contrato igual ou superior a R$ 15.000.000,00; **VII –** Celebrar quaisquer contratos envolvendo obrigações globais igual ou superior a R$ 15.000.000,00; e **VIII –** Celebrar qualquer acordo com acionistas ou empresa controlada por quaisquer dos acionistas. **§ 1º.** A constituição de procuradores para representar a Companhia na realização de qualquer dos atos relacionados neste Artigo; depende da assinatura de 2 Diretores. **§ 2º.** Os Diretores deverão ser convocados para as reuniões da Diretoria, por escrito, com pelo menos 10 dias de antecedência, ficando dispensada a convocação quando presentes à reunião a totalidade dos Diretores. A convocação deverá indicar a data, hora e local, bem como os assuntos que serão debatidos na reunião. **Artigo 16.** São atribuições do Diretor Presidente: **I –** Convocar as Assembleias Gerais e Reuniões da Diretoria; **II –** Supervisionar o atendimento às disposições deste Estatuto e das deliberações tomadas nas Assembleias Gerais e nas Reuniões de Diretoria; **III –** Gerir e administrar os negócios da Companhia, orientando, conduzindo e supervisionando todas as suas atividades; **IV –** Representar a sociedade em juízo ou fora dele, bem como receber citação; **V –** Supervisionar e coordenar as atividades dos outros Diretores; **VI –** Comprar, vender, hipotecar ou de qualquer outra maneira dispor ou onerar qualquer item do ativo da Companhia, com o valor de mercado igual ou superior a R$ 5.000.000,00 até R$ 15.000.000,00, observada a regulamentação vigente; **VII –** Celebrar ou alterar qualquer contrato de trabalho e/ou prestação de serviços, cujo total da compensação, incluindo todos os pagamentos devidos na forma de bônus ou de qualquer outra maneira, estando ou não mencionado no referido contrato, igual ou superior a R$ 5.000.000,00 até R$ 15.000.000,00; e **VIII –** Celebrar quaisquer contratos envolvendo obrigações globais igual ou superior a R$5.000.000,00 até R$ 15.000.000,00. **§ 1º.** Em caso de impedimento ou afastamento temporário do Diretor Presidente, este previamente indicará, por escrito, outro Diretor que o substitua para o cumprimento das atribuições acima especificadas. **§ 2º.** Na hipótese prevista no parágrafo anterior, caso o Diretor Presidente não tenha indicado outro Diretor para substituí-lo, os demais Diretores ou qualquer outro detentor de poderes de representação da maioria dos acionistas o farão, conforme decisão a ser tomada em conjunto e documentada por escrito, a qual deverá ser cumprida por todos. **§ 3º.** O Diretor Presidente poderá convocar reuniões do Conselho de Administração em casos excepcionais, conforme disposto no parágrafo único, artigo 13. **Artigo 17.** São atribuições do Diretor responsável pelos controles internos: I – orientar e supervisionar: a) a implementação e operacionalização do Sistema de Controles Internos e da Estrutura de Gestão de Riscos, promovendo a integração de ambos, nos termos do art. 14, inciso I da Resolução CNSP n 416/2021, ou norma que venha a substituí-la; e b) as atividades das unidades de conformidade e de gestão de riscos, quando houver; II – prover as unidades de conformidade e de gestão de riscos, quando houver, com os recursos necessários ao adequado desempenho de suas respectivas atividades, em especial quanto aos recursos materiais e humanos necessários, próprios ou terceirizados, incluindo pessoal experiente, capacitado e em quantidade suficiente; (b) acesso irrestrito e tempestivo às informações necessárias para a realização de suas análises; III – Informar periodicamente, e sempre que considerar necessário, os órgãos de administração e o Comitê de Riscos, se existente, de quaisquer assuntos materiais relativos a controles internos, conformidade e gestão de riscos, incluindo, mas não se limitando a: (a) riscos novos ou emergentes; (b) níveis de exposição a riscos, bem como eventuais limitações e incertezas relacionados a sua mensuração; (c) ações relativas à gestão de riscos; e (d) deficiências relativas à Estrutura de Gestão de Riscos e ao Sistema de Controles Internos e seu respectivo saneamento, quando houver. **§ 1º.** O Diretor responsável pelos controles internos poderá desempenhar outras atribuições relativas à governança, de caráter de fiscalização ou controle, sendo-lhe vedado, direta ou indiretamente, o acúmulo de funções relativas à gestão, de caráter executivo ou operacional, ou que impliquem em assunção de riscos relevantes relativos ao negócio; **§ 2º.** O Diretor responsável pelos controles internos possui a prerrogativa de se reunir, sempre que considerar necessário, com o Comitê de Riscos ou o Conselho de Administração, quando existente, ou com o Diretor Presidente ou executivo principal da Companhia, sem a presença dos demais Diretores; **§ 3º.** O Diretor de controles internos será responsável, direta ou indiretamente pela Unidade de Conformidade, que deverá ser segregada das demais unidades organizacionais e subordinada. **§ 4º.** É vedado ao Diretor responsável pelos controles internos receber bônus ou incentivos remuneratórios atrelados ao desempenho das unidades de negócio, ressalvadas, quando aplicáveis, as disposições da legislação trabalhista. **Artigo 18.** Sujeito aos artigos 6º e 15, a Companhia será representada, em juízo ou fora dele, e se obrigará através da assinatura de: **I –** 2 Diretores, qualquer Diretor conjuntamente com qualquer procurador ou quaisquer 2 procuradores devidamente constituídos para representar a Companhia, conforme o disposto no § 1º deste artigo, devendo tais poderes estarem especificados na respectiva procuração, inclusive receber citação, e serem exercidos dentro dos limites estabelecidos na mesma; **II –** Pela assinatura exclusiva de qualquer Diretor ou qualquer procurador devidamente constituído para representar a Companhia, conforme o § 1º deste artigo, devendo tais poderes estarem especificados na respectiva procuração e serem exercidos dentro dos limites estabelecidos na mesma, representação da Companhia em atos rotineiros frente às autoridades públicas federais, estaduais e municipais, autarquias, o Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, a Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, a Secretaria da Receita Federal do Brasil e seus órgãos regionais, a Procuradoria Regional da Fazenda Nacional e seus órgãos regionais, e inspetorias e agências, empresas públicas e sociedades de economia mista, à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos; assinar os recibos pelos pagamentos feitos à Companhia; a prática de atos como representantes ou preposto em juízo; o endosso de cheque somente para depósitos nas contas bancárias da Companhia; a emissão e endosso de faturas, letras de câmbio ou outros títulos de crédito, somente para desconto ou cobrança bancária e, consequentemente, depósitos na conta da Companhia. **§ 1º.** As procurações outorgadas pela Companhia sempre devem ser assinadas na forma do disposto no § 1º do Artigo 15 e serão válidas por, no máximo, 1 ano, devendo especificar todos os poderes outorgados. **§ 2º.** As procurações outorgadas para advogado com poderes da cláusula "ad judicia" e para representar a Companhia em processos administrativos do interesse desta devem ser assinadas na forma dos incisos "I" ou "II" deste Artigo. Tais procurações podem ser por prazo indeterminado e podem também permitir o substabelecimento. **Capítulo V – Conselho Fiscal. Artigo 19.** A Companhia terá um Conselho Fiscal formado de no mínimo 3 e no máximo 5 membros efetivos e um igual número de suplentes, os quais somente poderão atuar no exercício social em que for deliberado pela Assembleia Geral que elegerá os membros e estipulará sua remuneração. **Parágrafo Único.** Os deveres dos membros efetivos do Conselho Fiscal são os estabelecidos na Lei nº 6.404/76 e, nas suas faltas, impedimentos ou vacâncias, serão substituídos pelos respectivos suplentes. **Capítulo VII – Comitê de Auditoria. Artigo 20.** A Sociedade terá um Comitê de Auditoria, composto por no mínimo 3 e no máximo 6 membros, nomeados pelo Conselho de Administração, que preencham as condições legais e regulamentares exigidas para o exercício do cargo, inclusive os requisitos que assegurem sua independência, sendo um deles com comprovados conhecimentos nas áreas de contabilidade e auditoria contábil, com mandato de 3 anos, permitida a reeleição por mais 2 anos, nos termos da legislação aplicável. **§ 1º.** No ato da nomeação dos membros do Comitê de Auditoria, será designado o seu Presidente. **§ 2º.** O Comitê de Auditoria reportar-se-á diretamente ao Conselho de Administração da Companhia. **§ 3º.** Compete ao Comitê de Auditoria, além de outras atribuições que lhe venham a ser conferidas por lei ou norma regulamentar: I – estabelecer, em Regimento Interno, as regras operacionais para seu próprio funcionamento, as quais devem ser aprovadas pelo Conselho de Administração, formalizadas por escrito e colocadas à disposição dos respectivos acionistas por ocasião da Assembleia Geral Ordinária; II – recomendar, à administração da Companhia a entidade a ser contratada para a prestação dos serviços de auditoria contábil independente, bem como a substituição do prestador desses serviços, quando considerar necessário; III – revisar, previamente à divulgação, as demonstrações financeiras referentes aos períodos findos em 30 de junho e 31 de dezembro, inclusive as notas explicativas, os relatórios da administração e o relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras; IV – avaliar a efetividade das auditorias, independente e interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia além de regulamentos e códigos internos; V – avaliar a aceitação, pela administração da Companhia, das recomendações feitas pelos auditores contábeis independentes e pela auditoria interna, ou as justificativas para a sua não aceitação; VI – avaliar e monitorar os processos, sistemas e controles implementados pela administração para a recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento, pela Companhia, de dispositivos legais e normativos a ela aplicáveis, além de seus regulamentos e códigos internos, assegurando-se que preveem efetivos mecanismos que protejam o prestador da informação e da confidencialidade desta; VII – recomendar à Diretoria Executiva da Sociedade, a correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições; VIII – reunir-se, no mínimo semestralmente, com a Presidência ou com o Diretor Presidente da Companhia ou com a Diretoria da instituição líder do conglomerado ou grupo e com os responsáveis, tanto pela auditoria contábil independente, como pela auditoria contábil interna, para verificar o cumprimento de suas recomendações ou indagações, inclusive no que se refere ao planejamento dos respectivos trabalhos de auditoria contábil, formalizando, em atas, os conteúdos de tais encontros; IX – verificar, por ocasião das reuniões previstas no inciso VIII, o cumprimento de suas recomendações pela Diretoria Executiva; X – reunir-se com o Conselho Fiscal, se em funcionamento, e com o Conselho de Administração da Sociedade, tanto por solicitação dos mesmos, como por iniciativa do Comitê de Auditoria, para discutir acerca de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito das suas respectivas competências; XI – elaborar, ao final dos semestres findos em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, o Relatório do Comitê de Auditoria, com observância das prescrições legais e regulamentares aplicáveis; e XII – outras atribuições determinadas pela SUSEP. **§ 4º.** Juntamente com as demonstrações contábeis semestrais, o Comitê de Auditoria fará publicar um resumo do relatório a que se refere ao inciso XI deste Artigo. **Capítulo VII – Exercício Social, Demonstrações Financeiras e Dividendos. Artigo 21.** O exercício social encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano. Nesta data serão preparados um balanço patrimonial, mutações do patrimônio líquido, demonstração de resultado do exercício e demonstração das origens e aplicações de recursos. **§ 1º.** Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para imposto de renda. O prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem. **§ 2º.** De cada exercício social 5% do lucro líquido será destinado à reserva legal, a qual não poderá exceder a 20% do capital social, segundo o disposto na Lei nº 6.404/76. **Artigo 22.** Os acionistas terão o direito de receber 25% do lucro líquido do exercício social a título de dividendos obrigatórios, após as deduções exigidas por lei. **Capítulo VIII – Dissolução, Liquidação e Extinção. Artigo 23.** A Companhia será dissolvida, liquidada ou extinta nos casos previstos em lei. São Paulo (SP), 19/09/2022. **Felipe Name Francisco** – Secretário da Mesa. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 132.168/23-6 em 03/04/2023. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

A reforma do ensino médio

Universalização precisa de ação afirmativa que considere condição socioeconômica, étnico racial, de gênero e regional

Cida Bento
Conselheira do CEERT (Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades), é doutora em psicologia pela USP

A ampliação das desigualdades, principalmente socioeconômica e de raça, é argumento recorrente dos segmentos sociais contrários à implementação do Novo Ensino Médio (NEM), uma vez que as escolas públicas dificilmente terão condições físicas e humanas para ofertar os itinerários formativos (disciplinas e projetos flexíveis, por área do conhecimento, que não as tradicionais existentes até então), propostos pela reforma.

A precariedade na condição de estudantes pertencentes à população pobre, negra, indígena, quilombola e da região Norte é uma invariável ao longo da história da educação básica brasileira.

Segundo o IBGE, a taxa de abandono escolar no ensino médio em 2020 foi de 7,6%. Número que representa aproximadamente 401 mil jovens, entre 15 e 17 anos, que deixaram de frequentar a escola. O mesmo estudo indica que a taxa de abandono escolar entre jovens da população negra foi quase o dobro (9,1%) da taxa de jovens da população branca (4,9%).

As dificuldades de acesso, permanência e proficiência, sobretudo de jovens pertencentes às populações que foram vulnerabilizadas ao longo da história do país, necessitam estar no centro do debate sobre o Novo Ensino Médio.

O IBGE assinala que, em 2020, apenas 51,7% de jovens da população negra entre 15 e 17 anos frequentavam o ensino médio, ante 64,5% de jovens da população branca da mesma faixa etária.

É por entender que essas variáveis foram pouco consideradas e que há inconsistências na implementação do NEM que grupos contrários à reforma apontam que ela aprofundará as desigualdades educacionais.

Por outro lado, o argumento mais recorrente do grupo favorável à reforma é que esta se apresenta como alternativa à alta evasão escolar e ao baixo desempenho dos estudantes.

Esse intenso e caloroso debate cerca a reforma do ensino médio no Brasil, sancionada por medida provisória em 2017, pelo governo Temer, e que entrou em vigor em 2022.

Vários governos estaduais se colocam contrários à revogação completa do Novo Ensino Médio. Contudo, muitos deles não descartam a possibilidade de ampliar o debate sobre como deve ser o NEM.

É fundamental assinalar que dados sobre as desigualdades no ensino médio se repetem em qualquer outra etapa educacional ou nível de ensino, pois as desigualdades socioeconômica e étnico-raciais são situações crônicas, históricas e estruturais na educação do país.

E essas desigualdades, em períodos de crise, se agravam. Na rede privada, 88,2% estudaram remotamente durante os dois anos em que o Brasil seguiu em pandemia — o dobro do percentual do ensino público. Metade dos jovens que estudam em escolas públicas contava apenas com o celular para acompanhar as aulas online, e dois terços dos estudantes da rede pública disseram que não tinham um espaço adequado para assistir às aulas nem receberam apoio do governo estadual ou municipal, como internet ou equipamento eletrônico para tal finalidade (Inesc, 2021).

A política universal do ensino médio, almejada por governos e sociedade em geral, para se concretizar efetivamente, necessita de ação afirmativa que considere condição socioeconômica, étnico racial, de gênero e regional. E, para isso, é indispensável que ocorra um amplo e democrático debate que envolva setores e segmentos interessados, em particular da sociedade civil organizada, com vistas a assegurar a oferta de um ensino médio com equidade e qualidade para todas as pessoas que busquem acessá-lo.

Nessas condições, será possível construir uma entrada qualificada da nossa juventude no mundo do trabalho, de modo que possam ser enfrentados os desafios que cercam a implementação acelerada de novas tecnologias, a bioeconomia e a persistente precarização das condições de trabalho no país.

*

Esta coluna foi escrita com Antonio Carlos Billy Malachias, geógrafo e consultor do Programa de Educação do Ceert (Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades).

| DOM. Samuel Pessôa | SEG. Marcos de Vasconcellos, Ronaldo Lemos | TER. Michael França, Cecilia Machado | QUA. Bernardo Guimarães | QUI. Cida Bento, Solange Srour | **SEX. André Roncaglia** | SÁB. Marcos Mendes, Rodrigo Zeidan

Estande em loja pop-up da Shein em shopping no Rio no ano passado 1ºabr.22/Divulgação

Influenciadores atuam para explicar taxação de produto importado

Governo vê falha de comunicação no anúncio de fim de isenção para encomendas de até US$ 50 entre pessoas físicas

Renato Machado e Danielle Brant

BRASÍLIA O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) atuou nesta quarta-feira (12) para conter os desgastes provocados pelo anúncio do fim da isenção de Imposto de Importação para encomendas de até US$ 50 (R$ 250) remetidas por pessoas físicas e destinadas também a pessoas físicas.

Membros do governo apontam que houve uma falha na comunicação, o que desvirtuou a mensagem oficial e abriu brecha para a versão de que a equipe de Lula estava taxando compras online.

Por isso, houve uma estratégia para reverter a narrativa, com postagens nas redes sociais e também mobilizando influenciadores.

O governo Lula confirmou nesta semana que vai atuar para barrar o chamado "contrabando digital", ao colocar fim na isenção de Imposto de Importação para encomendas enviadas por pessoas físicas para pessoas físicas. A equipe econômica estima arrecadar até R$ 8 bilhões fechando o cerco às plataformas de varejo internacionais.

O objetivo da medida é barrar o uso dessa isenção por empresas de comércio eletrônico que fraudam o processo de importação e colocam indevidamente o nome de indivíduos como remetentes.

De acordo com a Receita, as regras já não permitem isenção para compras de produtos de empresas e, portanto, o que está se buscando é o efetivo pagamento do tributo devido.

Não haverá mais distinção de tratamento nas remessas por pessoas jurídicas e físicas — o que serviria hoje apenas para fraudes generalizadas, segundo o governo. A medida afeta consumidores de lojas virtuais como Shein, Shopee e AliExpress, muito populares entre brasileiros.

Remessas realmente feitas por pessoas físicas para pessoas física, que também passam a ser tributadas a partir de agora e elevariam o custo dos que fazem essa transação, representam um universo inexpressivo, diz a Receita — segundo o órgão, na maior parte das importações, a isenção só beneficiava fraudadores.

O governo, no entanto, passou a sofrer um grande desgaste com a disseminação de mensagens de que estaria taxando compras online em geral. Adversários do governo, como o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), aproveitaram para atacar o governo.

A avaliação do Planalto é que houve falha da comunicação, em um assunto delicado. Interlocutores afirmam que até o uso do termo "contrabando digital" era prejudicial e ofensivo à população que efetuava compras em sites internacionais.

Por isso houve uma ofensiva, em especial nas redes sociais, para tentar reverter a narrativa e deixar claro que não se tratava de nova taxação. O governo inicialmente divulgou alguns cards para tentar explicar melhor a questão.

Uma das pessoas que atuaram para tentar reverter a narrativa foi a primeira-dama, Rosângela Lula da Silva, a Janja, que está em viagem à China e rebateu online uma notícia sobre o assunto.

"Amigo, total errada essa matéria. Tô aqui no avião com o ministro Haddad que me explicou direitinho essa história da taxação. Se trata de combater sonegação das empresas e não taxar as pessoas de compram", escreveu.

"A taxação é para empresas e não para consumidores", completou.

Influenciadores de esquerda também publicaram diversas mensagens nas redes sociais buscando defender o governo e esclarecer o assunto. O influenciador Felipe Neto postou no Twitter uma sequência de mensagens buscando explicar que não se tratava de uma nova taxa.

"Se você viu que o governo vai tributar a Shopee, Shein e o AliExpress, saiba: Estão mentindo pra você de propósito. Toda compra feita nesses sites JÁ É tributada em até 60%. Contudo, algumas empresas estão cometendo FRAUDE para fugir do pagamento de impostos."

Procurado pela **Folha**, o influenciador afirmou via assessoria que não foi um dos influenciadores mobilizados do governo. Acrescenta que não houve nenhum contato pela parte da equipe de Lula e que "as opiniões são dele mesmo. Até hoje não fez nenhum post a pedido do governo".

Também nesta quarta, o ministro Luiz Marinho (Trabalho) afirmou que o fim da isenção de Imposto de Importação para encomendas de até US$ 50 é uma necessidade para evitar um processo de competição desleal que impacte o mercado brasileiro. Em comparecimento à comissão do Trabalho da Câmara, ele questionou ainda os efeitos da prática no país. "O ecommerce é um sucesso de público, de venda, mas é um sucesso de trazer justiça social para o país?"

Segundo Marinho, as correções tributárias que o ministro Fernando Haddad (Fazenda) promete adotar para combater o "contrabando digital" são uma necessidade.

Isenção de até US$ 50 beneficia mais pobres, afirma entidade

A Camara-e.net (Câmara Brasileira da Economia Digital) disse nesta quarta (12) ver com preocupação as discussões que têm ocorrido no Ministério da Fazenda sobre o fim da isenção de Imposto de Importação para encomendas de até US$ 50 (R$ 250) remetidas por pessoas físicas e destinadas também a pessoas físicas. Segundo a entidade, a regra em vigor há mais de 20 anos beneficia milhões de brasileiros, especialmente aqueles de baixa renda. A entidade afirma ter tentado contato com a Receita Federal para apresentar contribuições acerca das mudanças propostas, mas não foi atendida. "As alterações até o momento anunciadas podem gerar consequências negativas para a sociedade, visto que os produtos comercializados pelo ecommerce internacional terão um sobrepreço de pelo menos 60%, algo completamente fora dos padrões internacionais."

Entenda a taxação em compras de importados

Quando o imposto começa a ser cobrado?
Ainda não há uma data

Quem vai pagar?
A ideia é passar a cobrar tributo de produtos importados por pessoas físicas e remetidos por pessoas físicas até o valor de US$ 50 (R$ 250), hoje isentos. O tributo será recolhido antecipadamente pelo vendedor, que poderá repassar o custo para o consumidor. Se o imposto não for recolhido antes, caberá ao destinatário pagá-lo em uma agência dos Correios

Qual a justificativa para a medida?
Segundo o governo, empresas de comércio eletrônico colocam indevidamente o nome de pessoas físicas como remetentes para escapar do imposto. Com isso, elas têm mais uma vantagem na concorrência com empresas brasileiras

Quais as empresas afetadas?
O imposto vai atingir produtos comercializados por meio de plataformas de varejo internacionais. Entre elas, varejistas asiáticas, como AliExpress, Shein e Shopee, que abocanharam uma parte significativa do mercado brasileiro com produtos mais baratos. Vendedores que hoje burlam as regras passarão a ter que recolher imposto, o que deixará o produto mais caro

O que muda para o consumidor e essas plataformas?
A Receita deve prever a obrigatoriedade de declarações completas e antecipadas da importação por parte das plataformas, identificando exportador e importador, com possibilidade de multa em caso de subfaturamento ou dados incompletos ou incorretos. Com a declaração antecipada, a mercadoria chegaria ao Brasil já liberada, podendo ir diretamente para o consumidor. A Fazenda diz que "as mudanças vão beneficiar o consumidor, que vai receber suas compras on-line mais rápido", já que, com o novo processo, a liberação será agilizada. "Beneficiam-se também as empresas brasileiras, sobretudo as pequenas empresas, que são as que mais empregam e pagam corretamente os seus tributos."

Qual o valor do Imposto de Importação?
O Brasil adota para as remessas internacionais o Regime de Tributação Simplificada, no qual é aplicada uma alíquota única de 60% sobre o valor aduaneiro da remessa (soma dos valores do produto, do frete e do seguro). Hoje, há isenção na encomenda de até US$ 50 (incluindo o valor do produto, frete, embalagem e eventual seguro) para pessoas físicas. A ideia é que a alíquota do Imposto de Importação se aplique a todos os produtos, independentemente do valor

Exemplo após a mudança:
O destinatário realiza uma compra em um site de comércio eletrônico internacional no valor total de US$ 50, sendo o valor do bem de US$ 40 e valor do frete de US$ 8 e seguro de US$ 2.
- Taxa de câmbio do dia do registro: R$ 5
- Valor aduaneiro: US$ 50 (R$ 250)
- Alíquota do Imposto de Importação: 60%
- Valor do Imposto de Importação devido: R$ 150
- Custo total: R$ 400

O que diz a legislação hoje?
Atualmente, a isenção se aplica para os bens que integrem remessa postal internacional, importados via Correios, desde que o remetente e o destinatário sejam pessoas físicas e a remessa não seja fruto de uma transação comercial. Essa brecha foi criada nos anos 1980 pensando em encomendas de pessoa física para pessoa física. Quando ocorre uma operação comercial, ainda que o remetente seja uma pessoa física, na verdade estará atuando como se pessoa jurídica fosse, afastando a aplicabilidade da isenção, segundo a Receita

Quanto o governo espera arrecadar com a mudança?
R$ 8 bilhões

Existem bens que não são tributados na importação de remessas internacionais e talvez continuem assim?
É uma possibilidade. Medicamentos importados por pessoa física para uso humano, até o limite de US$ 10.000, por exemplo, não são tributados. É concedida também imunidade do imposto às importações de livros, jornais e periódicos

Governo prevê multa de até R$ 12 mi e pedido de suspensão de redes sociais

Bloqueio só poderá ser feito caso a plataforma não tome medidas para conter apologia a ataques

Raquel Lopes e Fabio Serapião

BRASÍLIA Novas regras publicadas pelo governo federal na noite desta quarta-feira (12) definem que redes sociais que não tomarem medidas para combater conteúdos que fazem apologia de violência e ameaças de ataques em escolas podem ter suas atividades suspensas no Brasil.

A portaria do Ministério da Justiça prevê ainda multas de até R$ 12 milhões para as plataformas que não seguirem a nova regulamentação sobre o tema. Além disso, a Polícia Federal destacou um grupo de policiais para identificar e pedir a suspensão de perfis que produzem ou compartilham esse tipo de conteúdo.

As iniciativas foram tomadas após uma série de ataques em escolas pelo país. O governo vê nas redes sociais um terreno fértil para a proliferação desses eventos e quer obrigar as plataformas a tomarem medidas para prevenir a circulação de conteúdo violento.

Na PF, o trabalho conjunto entre as diretorias de Inteligência e Crimes Cibernéticos deve abrir investigações e colocar na rua operações para conter o número de ataques.

Nesta quarta-feira (12), por exemplo, a PF no Mato Grosso do Sul fez uma operação após descobrir indícios de ações que estariam sendo organizadas por um grupo de jovens. Os policiais identificaram os envolvidos, que alegaram se tratar de um trote e não de plano concreto.

O trabalho conjunto das diretorias também vai servir de base para apurações que devem ser conduzidas pelo setor de combate a crimes de ódio, que fica na Coordenadoria-Geral de Direitos Humanos da PF.

Duas redes têm preocupado os investigadores: o Twitter e o Telegram.

Envolvidos nas discussões relatam à **Folha** que, dentro do Ministério da Justiça, um pedido para suspensão do Twitter, como já ocorreu com o Telegram nas investigações de atos antidemocráticos, já é cogitado caso as plataformas não cumpram os pedidos da PF. A solicitação para tirar a rede social do ar seria feita à Justiça, que analisaria o pedido.

Em entrevista nesta quarta-feira (12), o ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, disse que essa seria a última sanção caso as plataformas não cumpram as normas.

"Nós vamos notificar para tirar o conteúdo imediatamente, imediatamente mesmo, e vamos adotar o mesmo parâmetro do TSE [Tribunal Superior Eleitoral] de duas horas. Não havendo o cumprimento, multa e até o limite da suspensão da atividade da empresa", disse.

A posição do Twitter causou mal-estar em uma reunião promovida pelo Ministério da Justiça na segunda-feira (10) com representantes das redes sociais. O caso foi noticiado pelo G1 e confirmado pela **Folha**.

A plataforma se negou inicialmente a tirar do ar conteúdo de perfis identificados pelo ministério que fazem apologia da violência nas escolas sob o argumento de que o termo de uso da plataforma permite a divulgação do material.

Na reunião com YouTube, Meta, Twitter, Kwai, TikTok, WhatsApp e Google, o governo pediu o combate de maneira mais eficiente dos perfis que fazem apologia da violência ou ameaça às escolas.

Nesta quarta (12), houve nova reunião com o Twitter. No encontro, a plataforma disse que atendeu a todas as 546 solicitações da pasta e derrubou as contas que faziam apologia de violência e ameaças às escolas.

"Eles mostraram disposição de fazer a moderação de conteúdos que façam apologia a perfis criminosos, perpetradores de massacres. Mostraram as medidas que passaram a tomar, um protocolo de crise e uma abertura maior para essa comunicação e ação", disse Estela Aranha, coordenadora de Direito Digital do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Antes de o Twitter fazer esse recuo, o Ministério Público Federal (MPF) em São Paulo cobrou da plataforma as medidas tomadas para moderar publicações que possam configurar incitação à violência e atentados em escolas.

Foi solicitado pelo MPF que a rede social informe, primeiro, quais perfis e conteúdos foram apontados pelo Ministério da Justiça como de necessária moderação, por conterem palavras-chave sobre ataques a escolas.

A Procuradoria ainda requisitou informações sobre "outras providências adotadas, nesse período, em termos de moderação de conteúdos relacionados a ameaças de ataques a escolas". Por último, pediu que a plataforma explique se tem planos de elaborar protocolos no médio prazo sobre "moderação de conteúdo em contextos emergenciais".

A requisição do Ministério Público faz parte de uma série de ações tomadas por autoridades na esteira de atentados contra escolas no país. Na quarta (5), um homem invadiu uma creche em Blumenau (SC) e matou quatro crianças.

A reportagem tentou contato com o Twitter na terça-feira (11), mas recebeu como resposta apenas um email com um emoji de cocô.

A rede social de textos curtos tem sofrido mudanças desde que o bilionário Elon Musk a comprou, em outubro de 2022. Também dono da empresa aeroespacial SpaceX e da fabricante de carros elétricos Tesla, ele reduziu a força de trabalho do Twitter de 7.500 para menos de 2.000 funcionários, recorrendo a sucessivas ondas de demissões.

> "Nós vamos notificar para tirar o conteúdo imediatamente, imediatamente mesmo, e vamos adotar o mesmo parâmetro do TSE [Tribunal Superior Eleitoral] de duas horas. Não havendo o cumprimento, multa e até o limite da suspensão da atividade da empresa
>
> **Flávio Dino**
> ministro da Justiça e Segurança Pública

Além disso, Musk foi criticado por mudanças no funcionamento da plataforma, como passar a cobrar pelo selo de verificado e a cobrar de pesquisadores pelo acesso a dados, e por políticas que permitem a manutenção de conteúdos com apologia da violência. O empresário se declara um "absolutista da liberdade de expressão".

Essa é a iniciativa mais dura das autoridades contra as redes sociais desde março do ano passado, quando o ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal), determinou que os provedores de internet bloqueassem o funcionamento do Telegram em todo o Brasil.

Na decisão, Moraes salientou reiteradas vezes a "omissão" do Telegram em fazer cessar a divulgação de notícias fraudulentas e a prática de infrações penais, como publicações do presidente Jair Bolsonaro (PL) com informações falsas sobre as urnas eletrônicas. Dois dias depois, o magistrado liberou o funcionamento após a empresa cumprir determinações.

Para Patricia Peck, advogada especialista em direito digital, a ação contra o Telegram mostra que esse tipo de bloqueio já aconteceu no Brasil e está previsto no Marco Civil da internet. "Entendo que é uma medida extrema mas legítima, necessária quando não há outra alternativa".

Já o também advogado Ronaldo Lemos, diretor do Instituto de Tecnologia e Sociedade e colunista da **Folha**, considera que a medida mais impactante contra as plataformas seria a aplicação de multas. "As circunstâncias para remoção de uma rede inteira são muito específicas e raras", afirmou.

Colaborou Bruno Lucca, de São Paulo

Leia mais na pág. B2

Polícias apreendem adolescentes por ameaça e bomba junina

SALVADOR, RIBEIRÃO PRETO, PORTO ALEGRE, CURITIBA, MANAUS, RECIFE, BELO HORIZONTE E RIO DE JANEIRO O país vive uma escalada de apreensões de adolescentes em ao menos sete estados por supostas ameaças de ataques a escolas por meio de mensagens apócrifas, incitação a novos atentados.

O avanço de casos acontece após o ataque a uma creche em Blumenau (SC) que deixou quatro crianças mortas em 5 de abril. Dias antes, outro ataque em São Paulo terminou com a morte de uma professora a facadas e outras cinco pessoas feridas.

Órgãos de segurança estaduais dizem que estão em alerta e que aprofundaram o trabalho de inteligência, mas destacam que a maior parte das supostas ameaças é de alarmes falsos e têm como objetivo criar pânico na comunidade escolar. Foram consultados dez estados, que relataram ao menos 44 jovens identificados e ouvidos pela polícia.

Na Bahia, a Polícia Civil apreendeu sete adolescentes nos últimos dois dias pelo ato infracional análogo à ameaça. As mensagens partiram de estudantes de Salvador, Vitória da Conquista, Ituberá, Itarantim, Maiquinique, Iaçu e Paratinga.

O adolescente apreendido em Itarantim tinha um caderno com desenhos que remetiam ao nazismo. Em Iaçu, um jovem de 16 anos gravou mensagens ameaçadoras direcionadas a um colégio no distrito de João Amaro, zona rural da cidade de 23 mil habitantes.

Em Mato Grosso, a polícia identificou ao menos sete casos de mensagens com ameaças de ataques em Sorriso, Paranatinga, Nova Xavantina, General Carneiro, Nova Mutum, Poconé e Arenápolis.

Cinco mensagens partiram de menores, inclusive uma criança de dez anos. Levados à delegacia, crianças e jovens ouvidos disseram que as ameaças eram uma brincadeira.

Movimentação em frente a creche em Blumenau (SC) onde um homem matou quatro crianças Denner Ovidio - 5.abr.2023/Reuters

O temor por ataques fez com que até mesmo a explosão de uma bombinha de festa junina resultasse em pânico. Três adolescentes de 15, 16 e 17 anos foram apreendidos nesta terça em Cuiabá após explodirem o artefato no corredor de uma escola.

Em Goiás, foram ao menos quatro registros de ameaças. Um adolescente de 15 anos que postou imagens de ataques em escolas de outras cidades e países, o que foi visto como uma insinuação a ataques. Ele disse que a ideia era fazer uma "brincadeira de mau gosto" para assustar.

O governo do Amazonas diz ter identificado 25 adolescentes responsáveis por ameaças contra escolas nos últimos dias pelo núcleo de segurança escolar, parceria entre as secretarias de Educação e Segurança Pública.

Ameaças de ataques a unidades de ensino em Manaus teriam sido propagadas pelos adolescentes na internet, por meio de perfis falsos, e a polícia chega a classificar essas mensagens como terrorismo. Os adolescentes foram encaminhados a uma delegacia, onde foram registrados boletins de ocorrência e abertos procedimentos de investigação.

Na segunda-feira (10), um adolescente de 13 anos, aluno de uma escola de classe média alta e com administração religiosa em Manaus, agrediu com uma faca duas colegas e uma professora da unidade.

No Ceará, um adolescente de 14 anos foi apreendido nesta quarta-feira (12) no município de Farias Brito. Ele lesionou duas crianças de nove anos com um objeto cortante. As vítimas foram socorridas para uma unidade de saúde, uma delas já recebeu alta.

A Polícia Civil de Santa Catarina cumpriu mandados de busca e apreensão em Joinville (SC) nas casas de um homem de 29 anos e de um adolescente de 12 anos que seriam responsáveis pela criação de dois perfis falsos nas redes sociais para propagar ameaças de atentados em escolas.

Segundo a polícia, o homem era um ex-aluno da escola e confessou a publicação. Ele disse à polícia ter feito isso como uma brincadeira. Foi instaurado inquérito policial e uma apuração de ato infracional para investigação do crime de ameaça.

Criar ou disseminar conteúdos falsos, como ameaças a escolas, é uma contravenção penal, que pode ser punida com 15 dias a seis meses de prisão e multa.

No Rio Grande do Sul, a Polícia Civil apreendeu um adolescente de 14 anos na terça-feira (11) por suspeita de planejar um ataque a uma escola de Maquiné. Com o jovem, foram encontrados balaclavas, facas, canivetes e material de propaganda nazista.

As Secretarias Estaduais da Segurança Pública e polícias informaram que estão atuando de forma preventiva e integrada e iniciaram medidas de monitoramento de ameaças e prevenção de ataques.

Na Bahia, a Secretaria de Segurança diz que reforçou o trabalho de inteligência para monitorar as ameaças. Destacou que a maioria das ameaças identificadas eram falsas.

A Polícia Civil de Mato Grosso destacou a necessidade de cooperação das plataformas responsáveis pelas redes sociais online. Também foi debatida a não divulgação de autores, imagens, vídeos ou símbolos que os identifiquem, para evitar o "efeito contágio".

O Governo de Minas Gerais anunciou a criação de um canal de comunicação entre diretores das escolas e PM. Também foi aprovado projeto de lei que prevê treinamento de alunos e profissionais para prevenção e emergência.

Em Pernambuco, o governo anunciou a criação de um número de telefone exclusivo para emergências escolares e denúncias de possíveis atentados. Já o governo de Santa Catarina disse que investiga todas as denúncias e que, por questão de segurança, não fornece detalhes sobre os casos.

A Polícia Civil do Rio de Janeiro instaurou inquérito para monitorar aplicativos e perfis em redes sociais em que o conteúdo indique possível ataque a uma unidade escolar. No último dia 30 de março, o estado anunciou a criação de um aplicativo com botão de pânico e treinamento para professores.

João Pedro Pitombo, Marcelo Toledo, Caue Fonseca, Catarina Scortecci, José Matheus Santos, Vinicius Sassine, Leonardo Augusto e Aléxia Sousa

Alunos abraçam guarda-civil armado na Escola Municipal Professora Ione Ferreira Couto da Silva, em Cajamar, na Grande São Paulo Rubens Cavallari/Folhapress

Prefeituras e estados apostam em guarda armada em escola

Para especialistas, participação da comunidade é forma mais eficaz de coibir ataques

Tulio Kruse

SÃO PAULO Prefeituras e governos estaduais aumentaram a presença de policiais e de guardas-civis armados dentro de escola nos últimos dias, em uma resposta aos ataques a unidades de ensino registrados nas últimas semanas pelo país.

Essa medida, porém, desconsidera experiências bem-sucedidas na prevenção de atentados em escolas no Brasil, a evidência de pesquisas sobre o fenômeno em outros países e a percepção de especialistas no tema.

Desde o início desta semana, guardas armados vigiam os corredores de creches e escolas com crianças de zero a 14 anos em Cajamar, na Grande São Paulo. Uma lei municipal aprovada na sexta-feira (7) torna obrigatória a vigilância armada em todas as unidades educacionais no município, inclusive as particulares.

Medida semelhante foi tomada em São Bernardo do Campo, onde agora há um guarda civil armado em cada uma das 218 escolas municipais. Os governos estaduais de Santa Catarina e Minas Gerais também anunciaram que vão aumentar a presença de policiais militares nas escolas.

Isso ocorre após o ataque a uma escola estadual da capital paulista que, há duas semanas, deixou uma professora morta e cinco feridos. Na quarta-feira (5), outra ação deixou quatro crianças mortas em uma creche de Blumenau (SC).

> "Os professores e a comunidade escolar são quem melhor conhece seus alunos, e eles sabem quem tem mais propensão à violência e também quais casos são mais sérios e precisam de envolvimento da polícia
>
> **Alan Fernandes**
> coronel da reserva da Polícia Militar e membro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública

O governador catarinense, Jorginho Mello (PL), anunciou nesta semana que pretende colocar uma pessoa armada em cada uma das 1.053 escolas estaduais no prazo de dois meses e ao custo de R$ 70 milhões. Em Minas Gerais, haverá uma ampliação da patrulha escolar, com a PM realizando mais visitas às escolas em regime de revezamento.

Em São Paulo, como mostrou a **Folha**, a estratégia em estudo envolve seguranças desarmados e uma linha direta entre diretores e a PM. Na capital, escolas particulares adotaram diferentes tipos de estratégia, como contratação de seguranças durante todo o turno escolar e orientação para que pais e responsáveis conversem com alunos sobre o conteúdo que eles acessam em redes sociais.

O que estudos apontam, porém, é que o trabalho policial é essencial na investigação de suspeitos, não na segurança ostensiva. Segundo especialistas, a prevenção aos ataques é mais eficiente quando ela tem a participação de professores, funcionários e pais.

Uma análise feita pelo coronel Alan Fernandes, oficial da reserva da Polícia Militar e membro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, aponta que a maior parte dos casos bem-sucedidos de prevenção a atentados no Brasil partiu da comunidade escolar. Ele tomou como base um estudo coordenado pelo professor Daniel Cara, da Faculdade de Educação da USP.

Segundo Fernandes, em 17 casos em que pessoas foram presas antes de cometerem atentados que estavam planejando, menos da metade tiveram a iniciativa dos órgãos policiais.

"Os professores e a comunidade escolar são quem melhor conhece seus alunos, e eles sabem quem tem mais propensão à violência e também quais casos são mais sérios e precisam de envolvimento da polícia", diz o coronel da reserva. "São inúmeros os casos em que a polícia não intervém, porque não precisa."

Ele afirma que o aumento do policiamento em escolas é uma medida que costuma ser adotada nas primeiras semanas após casos de grande repercussão como forma de tranquilizar a comunidade. Com frequência, porém, esses programas são encerrados ou sua intensidade diminui após pais, professores e alunos se queixarem dos procedimentos de segurança.

Nos Estados Unidos, que vive um aumento de massacres em escolas nos últimos anos, ao menos dois estudos apontam que as soluções mais eficazes são as que envolvem professores, pais e estudantes. Já aquelas que usam policiais armados são menos eficientes.

Uma pesquisa publicada em setembro de 2020 pelo Instute of Policy Studies, entidade independente que analisa políticas públicas, diz que não encontrou "nenhuma evidência de que o policiamento nas escolas é efetivo na prevenção de violência escolar ou no aumento da segurança dos estudantes".

No entanto, o instituto diz que encontrou evidências substanciais de que a presença dos policiais prejudicou o desenvolvimento dos estudantes.

Esse estudo aponta que, nas escolas americanas nas quais o policiamento foi implementado, alunos negros, de origem latina, pobres e de orientação LGBTQIAP+ foram desproporcionalmente afetados.

Estudantes negros e latinos foram alvo de 58% de detenções nas escolas em 2017, por exemplo, apesar de representarem 40% dos alunos.

Já uma pesquisa feita pela Secretaria de Educação dos EUA e pelo Serviço Secreto americano apontou que educadores têm mais chances de impedir um ataque se estiverem treinados para identificar uma situação de risco. Esse trabalho preventivo pode ser feito em conjunto com a polícia, mas o papel de professores e gestores é fundamental.

"Sinceramente, essas soluções que envolvem policiais armados [nas escolas] servem para criar um efeito, uma sensação de segurança, as pessoas não percebem que é muito mais complexo do que armar e militarizar o ambiente", diz o sociólogo Sérgio Adorno, fundador do Núcleo de Estudos da Violência da USP. "É muito complicado resolver problemas de sociedades em que crianças são socializadas para a guerra, para morrer e matar. Esse é o pior caminho."

Em Cajamar, a vigilância armada obrigatória é feita mesmo que os profissionais não tenham treinamento específico para trabalhar no ambiente escolar. A prefeitura diz que os guardas municipais "realizam treinamentos constantes e estão aptos a atuar em todo e qualquer ambiente" e que há um serviço de psicologia para auxiliar nessa demanda.

Os guardas ficarão nas escolas até que seja concluída uma licitação para contratar uma empresa especializada em segurança armada. A prefeitura diz que isso será concluído no prazo de 30 dias.

A gestão municipal também diz que as escolas estão realizando rodas de conversa para explicar e discutir a presença de policiais nas escolas com os alunos.

"Existe um papel para a polícia no entorno das escolas, é possível fazer um policiamento mais comunitário, ele pode ajudar a evitar diferentes situações de violência", diz a diretora da ONG Sou da Paz, Carolina Ricardo. "Mas para fazer esse papel preventivo dentro das escolas, ele não é eficiente", afirma.

+

O que fazer em caso de ameaças

- Especialistas dizem que ameaças não devem ser ignoradas. Por isso, é importante que os pais e escolas denunciem qualquer tipo de ameaça
- Não compartilhe mensagens, vídeos, fotos ou áudios com as ameaças
- As autoridades precisam ser notificadas sobre qualquer tipo de ameaça, pois quem as produz ou compartilha pode responder criminalmente
- Pais, alunos e escolas devem manter diálogo o sobre alertas, receios e medidas adotadas
- Fique atento e informe ao colégio qualquer mudança no comportamento dos alunos

COMO DENUNCIAR

- O Ministério da Justiça lançou um canal no site para que sejam denunciados sites, blogs e publicações nas redes sociais. O site para denúncia é o www.mj.gov.br/escolasegura
- Em São Paulo, no caso de ameaça, é possível ligar para o 181, canal da polícia que permite que qualquer pessoa forneça à polícia informações com garantia de anonimato

Tarcísio quer segurança privada em escolas e 190 exclusivo

Clayton Castelani

SÃO PAULO Para tentar frear a escalada de pânico provocada por ameaças de ataques a escolas que circulam na internet, o governo paulista deverá anunciar nesta quinta-feira (13) um pacote de prevenção à violência na rede pública do estado.

Entre as medidas está a criação de uma linha direta entre o estabelecimento de ensino e a Polícia Militar, que possivelmente funcionará em conjunto com a central 190, o número de emergência da PM.

O objetivo é que o sistema exclusivamente dedicado a professores, diretores e outros profissionais de ensino permitam um contato mais rápido com equipes dedicadas ao patrulhamento das escolas, disse um membro do governo que conversou com o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) sobre o tema.

A contratação de empresas de segurança privada, com profissionais desarmados, fazem parte da estratégia.

As medidas devem ser anunciadas durante um encontro virtual do governador com professores e diretores.

Ao falar diretamente com os profissionais de ensino, Tarcísio tentará oferecer conforto e tranquilidade diante da proliferação de ameaças .

O governo pretende anunciar ainda a contratação de até 1.000 psicólogos que irão atuar nas escolas com histórico de episódios de violência ou que possuem maior presença de alunos de famílias em situação de vulnerabilidade social.

Esta medida atende, segundo o relato feito à **Folha**, à principal reivindicação de profissionais de educação para a prevenção da violência.

Fora do pacote, mas em estudo no governo, está a contratação de policiais militares aposentados para ronda escolar.

Unidades de ensino das redes pública e privada em todo o país tiveram sua rotina alterada devido à publicações na internet, sobretudo em grupos de mensagens de pais de alunos e professores, de mensagens sobre possíveis ataques a escolas.

Professores relatam encontrar alunos chorando, pais buscando filhos na escola antes do horário e unidades de ensino que suspenderam atividades no pátio por medo de serem alvo de ataques.

Especialistas e órgãos de segurança dizem que o monitoramento dessas mensagens indica que a maioria delas têm como objetivo criar pânico.

O aumento das ameaças de atentados a escolas nas últimas semanas, logo após o ataque que resultou na morte de uma professora na Vila Sônia, zona oeste de São Paulo, tem levado autoridades e especialistas a alertar para o risco de que o caso inspire novas ondas de agressões.

O crime ocorreu na manhã de 27 de março, uma segunda-feira, na escola estadual Thomazia Montoro. Na própria data do atentado e nos quatro dias seguintes, a Polícia Civil registrou 279 ameaças ou suspeitas de possíveis planos de novos atentados a escolas em todo o estado.

Trata-se de um aumento expressivo no número de casos. De janeiro até o dia 26 de março, haviam sido registradas 82 ameaças do mesmo tipo —em média, quase sete casos por semana.

Há uma semana, quatro crianças foram assassinadas em uma creche de Blumenau (SC). Investigadores apontam que o autor dos crimes agiu sozinho e escolheu a unidade de forma aleatória.

Os cem dias de Lula vistos daqui

Falar da língua é mais fácil quando Brasília não promove o genocídio indígena

Sérgio Rodrigues
Escritor e jornalista, autor de "A Vida Futura" e "Viva a Língua Brasileira"

Proponho um balanço pessoal de cem dias do governo Lula. Correndo o risco do umbiguismo, aposto no arquivo da coluna como guia para um sobrevoo deste primeiro período de reconstrução nacional.

Eu estava de férias quando os golpistas de Bolsonaro quebraram Brasília no infame 8 de janeiro. Ao voltar ao trabalho, aquela triste massa de manobra estava presa, ainda que quase todos os líderes do golpe frustrado continuassem livres.

Isso me permitiu escrever sobre um episódio das férias em que a jovem garçonete de uma churrascaria tinha usado a palavra "hemoglobina" para se referir a uma picanha na faixa de vermelhidão que chamamos "ao ponto pra mal".

Concluí que a tendência atual de, em nome da saúde, tratar a comida apenas por seu valor bioquímico, privando-a de significados culturais acumulados por séculos, não vai acabar bem.

Na semana seguinte, tratei dos clichês, tanto os contemporâneos quanto os clássicos. A manobra arriscada foi falar do tema num texto que era um compêndio de clichês. Isso só foi possível, claro, porque já não havia ninguém em Brasília trabalhando pelo genocídio indígena.

Seguiu-se um elogio ao livro "Latim em Pó" (Companhia das Letras), de Caetano Galindo, uma história saborosa do português brasileiro que desde então se tornou fenômeno editorial. Enquanto isso, ninguém no Ministério da Educação se empenhava em vomitar barbarismos e cortar verbas.

De repente estávamos em março, mas a proximidade do fim do verão não trouxe alívio térmico. Na verdade, a pauta da coluna esquentou com uma discussão sobre o mal que o descompromisso com a verdade histórica faz à luta antirracista quando inventa crimes para palavras inocentes, como criado-mudo. Vale lembrar que o governo já não boicotava vacinas.

As semanas seguintes testemunharam uma questão gramatical, o uso equivocado e comum da expressão "tratar-se de" com sujeito, e outra de vocabulário, a provável extinção do verbo coruscar. E não se viu nenhum artista ser demonizado.

A mistura de tratamento que o português brasileiro adora ("você sabe que eu te amo") foi o tema da quarta coluna de março. Lembrei que em Portugal embaralham "vocês" e "vós" —e ninguém acha que isso abale os alicerces da civilização lusófona. A transformação de cidadãos comuns em justiceiros armados, fábrica de milícias, já não era um plano de governo.

Só então Bolsonaro voltou a aparecer na coluna, no papel de afanador de bens públicos: a crônica "O rato, o gatuno e o ladrão de joias" partiu do caso de polícia dos estojos sauditas para refletir sobre a etimologia de certos sinônimos populares de ladrão.

E assim chegamos à semana passada, quando a "norma curta" e sua ênfase no ensino de português como decoreba de regrinhas bestas foram acusadas de corresponsáveis por nossos vexaminosos índices de leitura e compreensão de texto. Nenhum milico foi chamado a opinar sobre o problema.

Eis o meu balanço de cem dias do governo Lula. Com seus erros e acertos, em momento algum ele me distraiu do trabalho de refletir sobre os incontáveis pontos de contato entre a língua que falamos e a vida que vivemos.

Isso só é possível quando se tem um governo normal —nem importa tanto se de esquerda ou de direita, desde que seja civilizado. Naturalmente, torna-se difícil ou mesmo impossível quando a turma no poder se dedica ao terrorismo de Estado. Que venham muitos cem dias como esses.

| DOM. Antonio Prata | SEG. Marcia Castro, Giovana Madalosso | TER. Vera Iaconelli | QUA. Ilona Szabó de Carvalho, Jairo Marques | QUI. Sérgio Rodrigues | **SEX. Tati Bernardi** | SÁB. Oscar Vilhena Vieira, Luís Francisco Carvalho Filho

Policiais arrombam imóvel suspeito de esconder celulares furtados Danilo Verpa - 28.mar.23/Folhapress

Porto dos celulares roubados ou furtados na capital paulista

r. Guaianases
r. Vitória
av. Rio Branco
r. Aurora
r. Conselheiro Nébias
av. São João
r. dos Timbiras
av. Ipiranga
Praça da República
100 m

Dados cartográficos ©2023 Google

Quadrilha de SP tem tabela de preço para celular roubado

Aparelhos são entregues na rua Guaianases, no centro, após negociação

Paulo Eduardo Dias

SÃO PAULO Uma quadrilha investigada pela Polícia Civil tem tabelas com valores a serem pagos a ladrões de celulares por celulares furtados ou roubados em São Paulo. A lista contempla, em sua maioria, telefones do modelo iPhone, da Apple.

Os valores foram descobertos durante investigações, iniciadas há um ano. O grupo foi alvo de operação no mês passado. Na ação, houve a prisão de um senegalês e a apreensão de 53 celulares. Entre os itens encontrados estavam carcaças de aparelhos, sendo três delas com registro de boletim de ocorrência de furto ou roubo, segundo a delegada Maria Rezende Corsato, que chefia a apuração.

Todo o processo de negociação ocorre por meio de mensagens por aplicativos como WhatsApp ou Telegram. Os aparelhos são entregues na rua Guaianases, entre as ruas Vitória e dos Timbiras, na região da cracolândia, centro paulistano.

Segundo a Polícia Civil, os líderes da quadrilha são africanos, boa parte deles de Senegal, mas também há brasileiros envolvidos.

A apuração da polícia indica a dinâmica da negociação.

Ladrões espalhados pela capital são responsáveis por atacar motoristas parados em semáforos ou no trânsito. No caso de pedestres, eles se valem de pontos de grande aglomeração.

Com os aparelhos em mãos, os criminosos já sabem para quem vender, acionando os compradores por meio de aplicativos de mensagem.

Na sequência, eles recebem os valores separados ou o catálogo de quanto vale cada aparelho no mercado irregular.

Um iPhone 13, por exemplo, que custa a partir de R$ 6.499 na loja virtual da marca Apple, rende R$ 800 ao criminoso. Um iPhone 7, mais antigo e já fora de linha, R$ 150.

Pela tabela, o iPhone 13 Pro Max é o mais valioso. No comércio ilegal, vale R$ 1.800. Na internet, é vendido, por exemplo, por cerca de R$ 9.000.

Já na região da cracolândia, os aparelhos são desbloqueados e revendidos no país ou encaminhados para o exterior.

Em uma das conversas captadas pela polícia, em maio do ano passado, um homem diz ter um celular Motorola Moto G20 e um Xiaomi, sem especificar o modelo. O criminoso pede R$ 500 por ambos. O comprador oferece R$ 400. O vendedor afirma, então, que os telefones estão novos, além de se queixar de gastos com gasolina. Ele pede, então, R$ 450. O acordo é fechado.

No mesmo dia, cerca de 14 horas depois, houve uma nova conversa entre a mesma dupla e, desta vez, o vendedor oferece dois iPhone 13 Pro, a serem retirados na catraca da estação Faria Lima do metrô, na zona oeste.

Uma outra negociação da quadrilha ocorreu em 20 de maio de 2022, exatamente quatro dias após o aparelho ter sido furtado dentro da estação República do metrô, na região central.

Ao anunciar o aparelho, o criminoso forneceu ao comprador o modelo, um iPhone SE, e o número do Imei (Identificação Internacional de Equipamento Móvel, em português).

Rastreado o Imei, os policiais civis chegaram a um boletim de ocorrência registrado pela internet. Nele, o dono do aparelho diz que uma mulher passou ao seu lado e pegou o celular do bolso dele, mas só mais tarde percebeu.

As apurações contra a quadrilha são realizadas pelo 27º DP (Campo Belo). A atuação do grupo entrou na mira da polícia em meio a investigações de três ladrões de celulares que agiam no entorno da avenida dos Bandeirantes, na zona sul, importante via de ligação entre a marginal Pinheiros e a rodovia dos Imigrantes, segundo a delegada Corsato.

Mais quatro suspeitos, três senegaleses e um chileno, tiveram suas prisões preventivas decretadas pela Justiça.

Procurada, a 1ª Delegacia Seccional Centro, responsável pela região, disse que existe um trabalho de investigação e de inteligência sendo feito para a repressão de crimes patrimoniais, principalmente contra o roubo e furto de celulares.

Há, ainda, conforme a Polícia Civil, operações periódicas nas cenas abertas de uso de drogas sufocando o tráfico e a receptação dos aparelhos furtados ou roubados.

Valores de aparelhos no mercado ilegal

- iPhone 11: R$ 400
- iPhone 11 Pro: R$ 600
- iPhone 11 Pro Max: R$ 800
- iPhone 12: R$ 600
- iPhone 12 Pro: R$ 800
- iPhone 12 Pro Max: R$ 1.300
- iPhone 12 Mini: R$ 500
- iPhone 13: R$ 800
- iPhone 13 mini: R$ 600
- iPhone 13 Pro: R$ 1.300
- iPhone 13 Pro Max: R$ 1.800

Senador pró-garimpo recua, e comitiva cancela ida a terra yanomami

João Gabriel

BRASÍLIA Chico Rodrigues (PSB-RR), presidente da Comissão Yanomami do Senado, recuou e decidiu cancelar a visita parlamentar à Terra Indígena Yanomami após tentar e não conseguir reverter o veto do COE (Centro de Operações Estratégicas), instância do Ministério da Saúde.

A negativa foi feita na terça (11), um dia antes da previsão do início das agendas. O COE avaliou existir risco sanitário ao povo yanomami por causa da crise de malária e afirmou que, no momento, apenas profissionais de saúde devem poder entrar na área —a posição foi reiterada pela Funai (Fundação Nacional dos Povos Indígenas).

Ofício obtido pela **Folha** mostra que Rodrigues, defensor do garimpo e apoiador de Jair Bolsonaro (PL), pressionou e pediu a revisão do entendimento dos órgãos, "tendo em vista que houve um mal entendimento".

Segundo o senador, a negativa teria acontecido apenas porque o órgão sanitário entendeu que a visita duraria dois dias e não duas horas. O documento, no entanto, em nenhum momento cita a questão da malária, justificativa dada pelo COE.

Nesta quarta, ele ligou para a presidente da Funai, Joenia Wapichana, reiterando o desejo de entrar no território, mas não teve efeito.

Questionado pela **Folha**, por meio de sua assessoria, Rodrigues afirmou que manteria a visita à base militar de Surucucu (que fica dentro do território) e que tentava dar um jeito de conseguir a autorização.

No início da noite, no entanto, a reportagem foi comunicada que a visita havia sido cancelada e que apenas agendas fora do território seriam realizadas.

Antes, senadores da base do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Humberto Costa (PT-PE) e Zenaide Maia (PSD-RN), já haviam desistido da viagem.

Nomes bolsonaristas e pró-garimpo mantiveram a agenda, fora da TI Yanomami. Mecias de Jesus (Republicanos-RR) e Marcos Pontes (PL-SP) embarcaram no fim da tarde desta quarta para Roraima, em voo da FAB (Força Aérea Brasileira).

A comissão instaurada no Senado vem sendo criticada justamente por ter membros não ligados às causas indígenas. A própria senadora Damares Alves (Republicanos-DF) vem marcando presença nas reuniões do grupo e foi especulada na viagem.

Desde que foi decretado estado de emergência sanitária na Terra Indígena Yanomami, o COE é quem organiza e controla ações na região, inclusive a entrada e saída do território, atribuição que usualmente é da Funai. A exceção é o trânsito de militares.

Na manhã de terça, em email obtido pela **Folha**, o órgão respondeu à solicitação feita pela comissão de senadores para visita a aldeias desta quarta (12) até sexta-feira (14). No documento, pede-se que seja evitada a entrada de "equipes que não sejam de saúde" na área.

"Considerando o surto de malária no território yanomami e a necessidade de ampliar nossos esforços para encaminharmos o maior número de profissionais ao território, o COE Yanomami não aprova essa solicitação, sugerimos os dias 20 a 22/04 para a entrada dos mesmos."

A Funai encaminhou a mensagem a Rodrigues, presidente da comissão. Mesmo com a falta de autorização, o senador queria manter a viagem. A Funai não só endossa a posição do COE, como também cita uma nota, emitida por três instituições indígenas da região, da qual consta a queixa de que a comitiva não é integrada por nenhuma liderança da região.

"A população dos povos Yanomami e Ye'kwana enfrenta atualmente uma aguda crise humanitária em consequência da desassistência sanitária e impactos da invasão de suas terras pelo garimpo, causando sua maior vulnerabilidade a doenças infectocontagiosas, desnutrição, bem como à violência associada ao garimpo", afirmaram, em nota, as entidades Hutukara Associação Yanomami, Urihi Associação Yanomami e Associação Wanasseduume Ye'kwana.

Em fevereiro, a primeira viagem dos senadores a Roraima acabou virando alvo do Ministério Público Federal, após a Funai apontar para irregularidades na visita justamente de Rodrigues.

A entrada do senador no território ocorreu sem que houvesse um acordo prévio com o COE e sem aval da Funai, segundo fontes envolvidas nas ações de emergência.

Defensor do garimpo, Rodrigues foi eleito presidente da comissão temporária do Senado sobre a situação dos yanomamis no último dia 15.

O Clube Pinheiros, na zona oeste de São Paulo, foi fundado em 1899 e tem atualmente 40 mil sócios Eduardo Knapp - 19.mar.20/Folhapress

Sócios denunciam suposto cartel no Clube Pinheiros

Diretoria diz que não fala sobre casos em apuração; valor dos títulos sobe de cerca de R$ 20 mil para R$ 100 mil

Vicente Vilardaga

SÃO PAULO Um clima de rebelião e divisão interna se instalou no tradicional Clube Pinheiros, situado no Jardim Europa, na zona oeste de São Paulo. Um grupo de sócios denuncia um aumento artificial dos preços dos títulos da agremiação nos últimos dois anos, o que estaria dividindo as famílias.

Como os títulos do Pinheiros são individuais (uma peculiaridade em relação a outros clubes de elite da cidade), para conseguir unir a família é preciso comprar um para cada dependente, a partir do momento em que ele completa três anos de idade. Desde 2020, o custo dessa aquisição subiu 400%, de cerca de R$ 20 mil para R$ 100 mil. No início da semana passada, havia ofertas por R$ 85 mil.

Os sócios insatisfeitos dizem que a valorização é fruto de uma ação que caracterizam como um suposto cartel, orquestrada por sócios que atuam como agentes especuladores nas redes sociais e com a conivência do clube. Afirmam que não se trata de uma questão de oferta e procura, mas de uma interferência indevida no mercado.

Um abaixo-assinado com 850 assinaturas foi entregue à diretoria, assim como um registro de ocorrência com a acusação de manipulação de preços. Reclamações têm sido postadas no canal de ouvidoria do clube. Além dos subscritores do abaixo-assinado, há um grupo de advogados estudando formas de impedir judicialmente que essa política prevaleça no Pinheiros.

Procurada para comentar as acusações, a direção do clube afirmou que "não se pronuncia sobre procedimentos ou denúncias que porventura estejam em apuração, como também repudia todo e qualquer ato contrário à ordem econômica".

A reportagem questionou o Pinheiros sobre a suspeita de cartelização e sobre a existência do abaixo-assinado. Perguntou também sobre a ação combinada em grupos no WhatsApp e em trocas de emails, que, eventualmente, pode configurar crime econômico. Não houve, porém, resposta. A direção do Pinheiros nada disse sobre o problema dos sócios que enfrentam dificuldade para comprar os títulos para seus filhos.

O Pinheiros tem 40 mil sócios e é um dos maiores clubes poliesportivos do país. Foi fundado em 1899 por imigrantes alemães, com o nome de Sport Club Germânia, e se tornou um celeiro de atletas olímpicos. Para alguns sócios, porém, com as novas práticas, o clube está se transformando também em um balcão de negócios e traindo suas próprias regras, já que seu estatuto diz claramente que "a venda (de títulos) atenderá basicamente o princípio filosófico do clube da manutenção e preservação da unidade familiar".

A reportagem teve um encontro com sete sócios e sócias em um restaurante. Dos participantes da entrevista, dois têm filhos que vão fazer três anos e sentem dificuldade para comprar o título pelo preço atual. Todos pediram para não serem identificados. O grupo entregou para a reportagem um dossiê com cem páginas contendo prints de conversas no WhatsApp e de emails que apontam a combinação para elevar preços.

Uma das participantes do encontro, que prefere o anonimato por temer retaliações, disse que a primeira medida coletiva é evitar comprar títulos enquanto os preços estiverem distorcidos. Segundo ela, é fundamental que o clube tome uma atitude e acabe com essa distorção.

O mercado de títulos é fomentado basicamente por sócios que decidem deixar o clube e pelos chamados veteranos, pessoas que se associaram até 2007, contribuíram durante 30 anos e chegaram aos 60 anos. Mesmo vendendo seus títulos, eles ainda podem frequentar o Pinheiros com plenos direitos. O clube publica toda semana uma lista de títulos individuais e de veteranos disponibilizados para venda, assim como os nomes e os contatos dos proprietários (email e telefone). Não há intermediários na transação e os compradores precisam pagar uma taxa de transferência para o Pinheiros.

Esporadicamente, o clube disponibiliza títulos oriundos de exclusões, desistências, desligamentos e doações, fazendo vendas diretas. Em uma oferta, no ano passado, havia 52 títulos, oferecidos inicialmente para quem tinha mais tempo de casa. Eles foram oferecidos por R$ 22,8 mil cada um, preço estabelecido pelo clube que deveria servir de referência para todas as vendas, na visão dos sócios que se mobilizaram para enfrentar o movimento especulativo.

Um grupo de WhatsApp foi impulsionado em janeiro de 2022 pelo sócio Werner Mahnke com o objetivo de "balizar para cima o valor dos títulos". Mahnke convidava os participantes a fixá-lo em R$ 50 mil. O grupo "Vendedores títulos ECP" foi criado dois anos antes, quando a adesão ao clube custava entre R$ 16 mil e R$ 18 mil. Em julho de 2021, dentro do grupo, foi estabelecido um valor mínimo de R$ 28 mil. Procurado por telefone e por WhatsApp, Mahnke não quis falar com a reportagem. Uma pessoa que atendia o telefone dizia que ele estava em reunião.

Outra sócia que atendeu a reportagem e não quis se identificar diz que nunca houve uma situação parecida na história do clube. Ela afirma que o clube tem sido conivente com a situação porque protege os especuladores e estabeleceu muitas restrições para a entrada de menores. Nos últimos meses, a idade máxima para entrar no Pinheiros como dependente baixou de cinco para três anos, forçando uma compra antecipada de títulos. Se a criança não for sócia, ela não pode mais usar as instalações nem entrar acompanhada de babá.

No dia 23 de fevereiro foi formado um grupo de oito representantes de sócios que participou de uma reunião com o presidente, uma pessoa da ouvidoria, uma conselheira e mais um funcionário administrativo. Uma das participantes da reunião diz que foi orientada a fazer um registro de ocorrência, formalizado no dia 4 de março, no qual explicou o que estava acontecendo. Foram entregues os prints das mensagens do grupo "Vendedores títulos ECP" e feito um pedido para que o caso fosse investigado, diz a sócia.

O advogado criminalista Átila Machado vê um processo de cartelização. Segundo ele, pessoas físicas também podem cometer crimes de cartel. "A minha tendência hoje é caminhar para a possibilidade de crime. Quando a lei fala em ofertantes, ela abre uma exceção para abarcar justamente a pessoa física", diz Machado. "Um grupo de pessoas físicas agindo dessa forma consegue desestabilizar a livre concorrência." Para ele, deveria ser feita uma representação no Ministério Público para apurar eventuais irregularidades.

"O que está acontecendo no Pinheiros é uma clara distorção de mercado", diz o advogado Mário Nogueira, especialista em direito societário e em abuso de poder econômico que assessora os sócios insatisfeitos. "Um grupo de pessoas começou a se juntar e a entrar em contato com potenciais vendedores para que não vendessem o título abaixo de determinado valor. Isso destrói a livre negociação."

Operação da PF contra suspeita de fraude no Fies mira 20 faculdades

Paulo Saldaña

BRASÍLIA A Polícia Federal e a CGU (Controladoria-Geral da União) realizam nesta quarta (12) uma operação contra supostas fraudes em pagamentos para instituições de ensino superior com recursos do Fies (Financiamento Estudantil).

Segundo a PF, são 20 mandados de busca e apreensão no Distrito Federal e em mais sete estados: Goiás, Mato Grosso, Sergipe, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia. As autoridades expediram uma ordem de bloqueio de bens no valor de R$ 21,3 milhões. Até o momento, foi identificado o envolvimento de, pelo menos, 20 instituições.

Em abril de 2021, a **Folha** mostrou que funcionários do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) descobriram alterações nesse sistema para liberar pagamentos irregulares, à época, em 22 mantenedoras, que, por sua vez, controlavam 34 faculdades. Liminares aleatórias ou vencidas eram incluídas no sistema para autorizar repasses a universidades que não tinham certidões negativas de débitos de impostos.

A **Folha** apurou que foram alvos a Unisa (Universidade de Santo Amaro), de São Paulo, e faculdades ligadas ao grupo Brasília Educacional, do empresário Wellington Guimarães, entre as quais está a Faculdade Unibrasília.

Irregularidades ocorreram durante o governo Jair Bolsonaro (PL), mas há suspeitas de que o esquema exista desde 2014.

A Unisa era controlada pelo empresário Antonio Veronezi, aliado do ex-ministro da Educação Abraham Weintraub. Veronezi morreu de Covid em 2021.

A PF e a CGU conseguiram confirmar a participação de então servidores do FNDE que, "em contrapartida ao recebimento de vantagens indevidas", faziam o cadastramento de liminares falsas em favor de instituições. Em um dos casos, uma empregada terceirizada do FNDE alterou, de modo indevido, o seu próprio processo de financiamento e o de seu companheiro. Foram apurados indícios de atuação de escritórios de advocacia especializados em direito educacional nas negociações entre empresas e funcionários.

saúde

Casos de tuberculose crescem no país e avançam entre jovens

Proporção de novos diagnósticos em menores de 15 anos é a maior desde 2012

Ana Bottallo

SÃO PAULO O número de casos de tuberculose no Brasil voltou a aumentar, interrompendo uma sequência de dois anos seguidos em queda. Com isso, aproximou-se do cenário observado no período pré-pandemia de Covid-19.

A alta é atribuída ao represamento de diagnósticos que deixaram de ser efetuados nos dois primeiros anos da crise sanitária. E ela preocupa devido ao avanço da doença entre crianças e adolescentes.

Boletim epidemiológico da Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente, do Ministério da Saúde, aponta que em 2022 foram registrados 2.703 casos em menores de 15 anos, o que corresponde a 3,5% do total de casos no país, a maior proporção verificada desde 2012. Destes, 1.788 foram em crianças com menos de dez anos.

Houve também aumento na proporção de novos diagnósticos em crianças de 0 a 4 anos. No ano passado, essa faixa etária respondeu por 37,5% dos casos até menores de 15 anos, a maior fatia desde 2012.

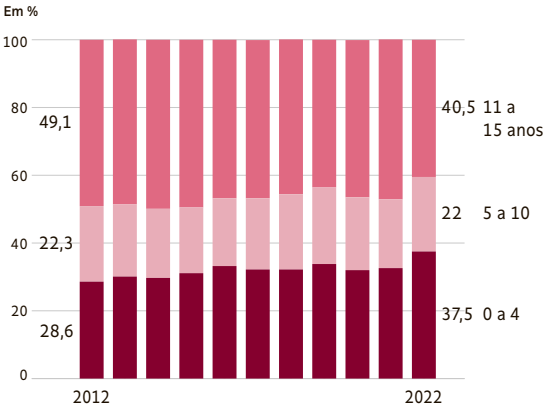
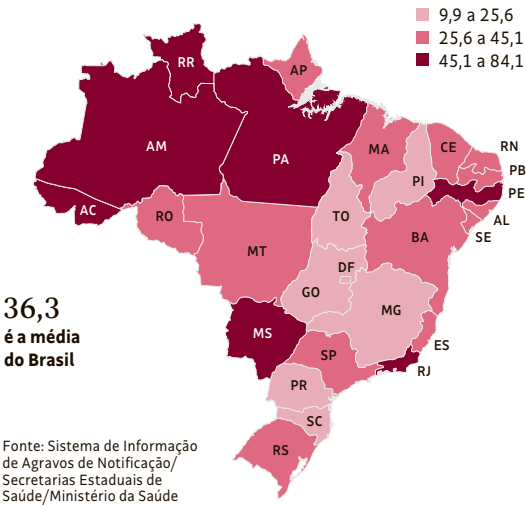
Ao todo, o país acumulou no ano passado 78.057 novos casos da doença (36,3 por 100 mil habitantes), superando os 74.385 (34,9 por 100 mil habitantes) e 70.554 (33,3 por 100 mil habitantes) de 2021 e 2020, respectivamente.

O número de 2022 é ainda o mais alto desde 2012, ficando abaixo somente dos mais de 79 mil contabilizados (quase 38 por 100 mil habitantes) tanto em 2018 quanto em 2019.

Segundo o boletim, houve ainda um aumento de mortes provocadas por tuberculose de 11% em 2021 em relação ao ano anterior, passando de 4.569 mortes para 5.072.

Para Pedro Campana, infectologista da Santa Casa de São Paulo, do Hospital das Clínicas da USP e do NuMa (Núcleo de Medicina Afetiva), os mais jovens têm apresentado, em geral, um quadro pior, com acometimento múltiplo de órgãos e sistemas, não só pulmões. "Temos percebido um aumento no número de pacientes que chegam ao hospital em estado grave."

A tuberculose é uma doença contagiosa provocada pela bactéria *Mycobacterium tuberculosis*. Ela é transmitida pelas vias aéreas e se dissemina facilmente em áreas com aglomerações de pessoas, alta concentração de pobreza, ambientes sem entrada de luz solar e pouca circulação de ar.

Ele explica que o aumento da incidência da doença tem relação direta com a piora das condições sociais do país nos últimos anos, principalmente em pacientes desnutridos. Além disso, os novos casos em crianças menores de cinco anos podem ter tido uma influência direta com o período de confinamento provocado pela pandemia da Covid.

"Sempre que temos um caso de tuberculose em uma criança de cinco anos ou menos é preciso procurar quem é o adulto que mora com aquela criança e provavelmente transmitiu a bactéria", reforça Campana.

Uma forma de proteger a forma grave nas crianças é com a vacina BCG, ofertada amplamente no Programa Nacional de Imunizações, mas ela não impede a infecção na idade adulta.

"[A vacina] BCG previne a infecção na infância, mas tem menor eficácia em adultos, isto é, a imunidade vai se perdendo com a idade. Por isso, hoje busca-se aumentar a duração da imunidade ou criar um reforço", diz Luciana Leite, pesquisadora sênior do Laboratório de Desenvolvimento de Vacinas do Instituto Butantan.

Leite é a coordenadora da pesquisa que procura desenvolver uma vacina de BCG recombinante compreendendo uma linhagem da bactéria modificada para produzir uma proteína da bactéria *E. coli*, que serve como um adjuvante (potencializador) da resposta imune. Essa vacina concluiu as etapas pré-clínicas, em laboratório, onde foi demonstrado que ela induz maior proteção e maior duração da resposta imune em camundongos. Agora, espera-se que avance para testes em humanos.

A queda na cobertura vacinal de BCG pode ter provocado um aumento de novas infecções nos pequenos, afirma a pesquisadora. "O país sempre foi muito bem situado na vacinação em geral, e a cobertura de BCG tinha bons índices, mas com a pandemia a cobertura caiu muito", diz.

Embora a incidência de tuberculose no país tenha crescido de 2020 a 2022, os estados que concentram a maior incidência da doença são Amazonas (84,1 casos por 100 mil habitantes), Roraima (75,9), Acre (52) e Pará (49,4).

Entre os demais estados do Norte, Amapá (43,1) e Tocantins (13,6) já apresentavam tendência de crescimento antes da pandemia, enquanto Rondônia (26,9) é o único da região com tendência de queda nos últimos quatro anos.

Em relação às etnias e cor de pele, a maior proporção de novos casos de 2012 a 2022 se concentra na população preta e parda, mas também houve aumento de incidência em pessoas amarelas e indígenas, enquanto nos brancos caiu.

Para Campana, os dados reforçam a situação de vulnerabilidade social dos indígenas, que já são considerados um grupo de maior risco para tuberculose. "Eu costumo falar para os meus alunos que um fator de risco para tuberculose é viver no Brasil. Muitas pessoas das classes média e alta nunca tiveram contato com a realidade da tuberculose, mas ela está disseminada em todo o país, especialmente nas populações mais vulneráveis."

O Ministério da Saúde afirmou que o cenário da tuberculose no país foi agravado pela pandemia, e que permanece uma doença infecciosa que, mesmo com medidas de prevenção e tratamento disponíveis, ainda causa um elevado número de mortes no Brasil.

Em relação aos novos casos em crianças, a pasta disse que elas são frequentemente afetadas por serem contatos de adultos doentes, e que uma das principais formas de proteção contra casos graves é a vacina BCG, ofertada logo após o nascimento. A gestão diz que "está totalmente empenhada em resgatar as altas coberturas vacinais no país".

"A tuberculose tem cura, e os desafios para sua eliminação são os mesmos de cem anos atrás: o combate à fome, à pobreza, à desigualdade social e ao racismo", afirma Campana.

Entre as populações de maior risco estão as pessoas vivendo com HIV e em situação de rua, onde a taxa de óbito chega a ser 15 a 21 vezes maior do que na população geral.

Em março, o Ministério da Saúde distribuiu 13,9 mil testes rápidos aos municípios para ampliar o diagnóstico de tuberculose na população vivendo com HIV/Aids.

Diferente do teste tradicional, o novo exame, chamado LF-LAM (fluxo lateral para detecção de lipoarabinomanano), tem uma sensibilidade muito maior nessa população, o que leva a um diagnóstico mais rápido e eficaz.

Ele é ofertado em todos os serviços de saúde e utiliza amostras de urina, com resultado em 25 minutos.

Casos de tuberculose aumentam no país em 2022 após a pandemia

Proporção de novos diagnósticos de tuberculose em crianças e adolescentes menores de 15 anos no Brasil

Incidência de tuberculose por cem mil habitantes por UF no Brasil

Fonte: Sistema de Informação de Agravos de Notificação/ Secretarias Estaduais de Saúde/Ministério da Saúde

Número de pacientes com dengue em SP é o maior em 7 anos

Fábio Pescarini

SÃO PAULO O número de pacientes com dengue na cidade de São Paulo de janeiro até a última segunda-feira (10) é o maior em sete anos, segundo dados da Coordenadoria de Vigilância em Saúde do município.

De acordo com o órgão ligado à Secretaria Municipal da Saúde, foram contabilizados 3.190 casos confirmados da doença neste ano, 52% a mais que no mesmo período do ano passado.

Desde 2016, ano com explosão na quantidade de pessoas com dengue no país (9.197 casos na capital, entre janeiro e começo de abril), a estatística não era tão alta.

Para tentar reduzir os números, a prefeitura diz que começaria nesta quarta (12) a instalar 20 mil armadilhas de autodisseminação de larvicidas capazes de matar larvas em um entorno de 400 metros quadrados, além da própria fêmea do mosquito *Aedes aegypti*, atraída para o dispositivo plástico onde acaba ingerindo larvicida e fungo.

Segundo o prefeito Ricardo Nunes (MDB), a Vigilância em Saúde testou 200 dessas armadilhas entre 2020 e 2022 na Brasilândia e na Vila Nova Cachoeirinha, na zona norte.

As 20 mil unidades serão distribuídas nas seis Coordenadorias Regionais de Saúde — Brasilândia, Jardim Ângela, Raposo Tavares, Sacomã, Itaquera e Santa Cecília.

O custo para o contrato de 12 meses é de cerca de R$ 8,9 milhões, que inclui, além das armadilhas, insumos e manutenção, software para contagem de insetos.

Questionada sobre o motivo para a alta de casos neste ano, a prefeitura diz que o estudo epidemiológico referente ao ano de 2023 ainda está em andamento, mas afirma que a dengue, a zika e a chikungunya geralmente se intensificam no período do verão, pois o calor e as chuvas são fatores favoráveis ao mosquito transmissor dessas doenças.

A bióloga Tamara Nunes de Lima Camara, professora Departamento de Epidemiologia da Faculdade de Saúde Pública da USP, explica que, além dos efeitos do aquecimento global que deixam a temperatura mais elevada, há vários fatores para explicar o aumento no número de casos de dengue.

Entre eles, ela cita que houve queda em campanhas de informação contra a doença nos dois últimos anos, durante a pandemia de Covid-19, pelo fato de ações públicas de saúde estarem concentradas na pandemia.

O Ministério da Saúde diz que o cenário epidemiológico da dengue no Brasil tem apresentado um padrão cíclico, com alternância dos quatro subtipos do vírus causador da doença. Por isso, os períodos epidêmicos, com alto número de casos, são intercalados com períodos com menores números.

Para Maria Anice Mureb Sallum, também professora do Departamento de Epidemiologia da Faculdade de Saúde Pública da USP, não adianta apenas a adoção de ações pontuais. É preciso ampliação de programas de saneamento básico, diz, para que as pessoas não sejam obrigadas a armazenar água em ambientes favoráveis ao vetor, aprimorar coleta de lixo e resíduos, além de reduzir desigualdades urbanas.

"O problema social provocado pelo empobrecimento da população favorece o mosquito", diz a professora.

De acordo com o boletim divulgado na segunda (10), Santana (zona norte), Pari (centro) e Vila Guilherme (zona norte) são os bairros com maior incidência de dengue por 100 mil habitantes na capital paulista.

Por causa da alta em março, quando houve 1.807 casos confirmados, a prefeitura intensificou na última semana daquele mês ações de bloqueio ao mosquito nos distritos com maior número de casos da doença.

Neste ano, segundo a administração municipal, foram realizadas 1.379.513 ações de prevenção ao mosquito.

Ao todo, foram 327.852 visitas casa a casa (entre rotina e intensificação), além de 13.004 vistorias a imóveis especiais e pontos estratégicos, 1.006.666 ações de bloqueios de criadouros e nebulizações, entre outros.

Segundo Sallum, nas ações de combate é preciso maior participação da sociedade, incluindo moradores, governos e cientistas. "Enquanto não fizerem programas adequados para que as pessoas passem a entender o problema do mosquito, não teremos medidas de controle sustentáveis." A docente afirma que os inseticidas usados em nebulização hoje não resolvem o problema, pois matam os mosquitos, mas não a resistência dos ovos em ambientes que acumulam água. "É preciso trocar a classe dos produtos."

O Ministério da Saúde diz que todos os estados estão abastecidos com três tipos diferentes de inseticidas para controlar o *Aedes aegypti*.

A pasta afirma ainda ter instalado um Centro de Operações de Emergências (COE Arboviroses) para atuar no controle e redução de casos graves da doença e de outras transmitidas pelo mosquito.

Para apoiar estados e municípios que sinalizaram aumento nos casos de dengue, a pasta federal diz ter enviado equipes técnicas de apoio para reforçar as ações de vigilância epidemiológica, controle vetorial e assistência.

MORTES | coluna.obituario@grupofolha.com.br

Fez história na odontologia da UFSC e na praia da Armação

HUMBERTO CHEREM MENDES DE SOUZA (1952-2023)

Mauren Luc

CURITIBA O amor pelo mar, pela culinária e pela odontologia contam um pouco de quem foi Humberto Cherem Mendes de Souza. Descendente sírio-libanês, o dentista nasceu em Florianópolis em 1952, herdando uma forte tradição tropeira e campeira.

Ele era apaixonado pela caça submarina e pela praia da Armação, onde a família possui uma casa, que abrigava universitários para encontros inesquecíveis. "Ele fazia um churrasco maravilhoso e foi um dos primeiros a surfar na praia do Matadeiro", lembra o filho, Vitor Hugo Mendes. "Essas eram as maiores paixões dele nos momentos de lazer."

Os alunos eram da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina), onde Cherem trabalhou por 33 anos. "Formou milhares de dentistas que o admiravam; tinha muito apreço pelos alunos, que o homenageavam", diz Vitor.

Especialista em traumatologista bucomaxilofacial, foi cirurgião em vários hospitais e atendia em seu consultório.

"Teve uma vida muito atarefada pela profissão, mas se dedicou muito à família, nos passando sempre bons ensinamentos e conselhos, além de liberdade", destaca o filho.

"Foi uma pessoa sem preconceitos e muito simples. Simples na forma de se vestir, simples nos valores da vida. Nos passou, principalmente para mim, a paixão pelo mar e pela gastronomia, que carrego até hoje. Deixou um legado honrado e íntegro."

Na UFSC, seu trabalho teve início em 1989. Em nota de pesar, colegas do Departamento de Odontologia falam da sorte em conviver com Cherem.

"Foram anos ao teu lado aprendendo sobre amizade, ética, companheirismo, a ser humano e a praticar a bondade", dizem. "Teremos você sempre em nossa mente, em nossos corações e a cada minuto vivido na Odontologia UFSC. Você contribuiu brilhantemente com esse curso."

O amigo José Nazareno Gil, que trabalhou com Cherem por mais de 30 anos, endossa. "Profissional exemplar, dedicado, fiel, bondoso e carinhoso, de um conhecimento e coração enormes. Foi uma grande perda para a nossa especialidade, para a ciência e para a universidade."

Gil fala que Cherem sempre foi muito ético e um ótimo amigo e professor.

Ele trabalhou até um mês antes de morrer, como recorda o amigo Henrique Ferrari, seu colega na UFSC. "Ele terminou o doutorado em 2022, tinha uma força incrível. Vibrava com as coisas e nunca lastimou a vida ou a doença."

Beto Cherem, como era conhecido, faleceu no dia 16 de março, em decorrência de um câncer. Deixa esposa, dois filhos e uma legião de alunos e mestres aos quais inspirou.

COMUNICADO

O Conselho Federal dos Representantes Comerciais - CONFERE divulga chamamento público para apresentação de propostas comerciais de instituições brasileiras incumbidas regimental ou estatutariamente da pesquisa para elaboração de estudo socioeconômico sobre a representação comercial no país, no prazo de 12 de abril a 19 de abril 2023. Os interessados devem enviar e-mail, no prazo assinalado acima, ao endereço: cpl@confere.org.br. O Termo de Referência está disponibilizado no site do CONFERE.

CHAMAMENTO PÚBLICO
UASG: 389047
ENTIDADE: CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS - CONFERE
N° DO PROCESSO ADMINISTRATIVO: 015/2023
OBJETO: Contratação de serviços técnicos especializados para a realização de pesquisa socioeconômica sobre a Representação Comercial no Brasil.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRA
ESTADO DE SÃO PAULO

TOMADA DE PREÇOS Nº 05/2023

Encontra-se aberta no Depto. de Licitações, Contratos e Aditivos do Município de Pedreira/SP, a TOMADA DE PREÇOS N° 05/2023 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 23/2023 – TIPO MENOR PREÇO GLOBAL, que trata da contratação de pessoa jurídica por empreita global (fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra necessários) para a restauração da fachada da Prefeitura - localizada na Praça Epitácio Pessoa, 03 - Pedreira/SP. A abertura dos envelopes ocorrerá às 09h30 do dia 02/05/2023. O Edital e seus anexos em inteiro teor estarão à disposição dos interessados, a partir do dia 13/04/2023, de 2ª à 6ª feiras (exceto feriados ou pontos facultativos), das 08h às 15h, no Setor de Protocolo deste Município, situado na Praça Epitácio Pessoa, 03 – Centro, na cidade de Pedreira, Estado de São Paulo, mediante o recolhimento de taxa no valor de R$ 1,00 (um real), onde será fornecido 01 (um) CD Room que conterá o Edital e os seus anexos ou pelo site do Município, através do Portal www.pedreira.sp.gov.br, no link LICITAÇÕES, gratuitamente.
Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima, no Depto. de Licitações, Contratos e Aditivos, das 8h. às 12h e das 13h às 17h, ou pelo telefone (19) 3893-3522, ramais 215, 217 ou 260.
Bruno Henrique de Almeida - CHEFE DA DIVISÃO DE LICITAÇÕES

Mitsui & Co. (Brasil) S.A.

CNPJ/MF 61.139.697/0001-70 - NIRE 35.300.172.108
Extrato da Ata da Assembleia Geral Extraordinária

Data, Horário e Local: 03/11/2022, às 11:00 horas na Sede Social. **Convocação e Quórum:** Presentes acionistas representando a totalidade do capital social. Dispensada, dessa forma, a publicação de editais de convocação. **Mesa Diretora: Presidente - Yuki Kodera; Secretária - Akiko Chinju. Ordem do Dia: Indicação do Sr. Satoshi Wanouchi,** japonês, casado, Passaporte japonês TS4353810, expedido em 05.09.2019, para ocupar futuramente o cargo de Diretor de Departamento da Companhia. **Deliberação:** Foi aprovada, por unanimidade de votos dos acionistas e sem ressalvas, a indicação do Sr. **Satoshi Wanouchi,** acima qualificado, para ocupar futuramente o cargo de Diretor de Departamento da Companhia, devendo sua eleição ser efetuada oportunamente, na forma da lei e das disposições estatutárias. A efetivação do Sr. **Satoshi Wanouchi** no referido cargo dar-se-á por deliberação a ser adotada pela respectiva Assembleia Geral dos Acionistas a ser convocada para este fim, após a legalização de sua permanência no país. Lavratura da presente ata que lida e aprovada, vai assinada por todos os presentes. **Presentes: Mitsui & Co., Ltd., pp. Yuki Kodera; Mitsui & Co. (U.S.A.), Inc., pp. Yuki Kodera. Mesa: Yuki Kodera, Presidente e Akiko Chinju, Secretária.** São Paulo, 03/11/2022. **Akiko Chinju -** Secretária. **JUCESP** nº 654.249/22-2 em 09/11/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo

Pregão Eletrônico nº 232/2022

Processo Administrativo nº 18.185/2021
Objeto: "REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO COM INSTALAÇÃO DE PISO MODULAR ESPORTIVO"
Sessão Pública: www.bec.sp.gov.br
Tipo de Licitação: licitação não diferenciada
Critério de Julgamento: Menor valor unitário por item
Número da Oferta de Compra: 855800801002023OC00113
Comunicado de Suspensão da Sessão Pública
Considerando a necessidade de analisar a Impugnação ao Edital interposta pela empresa J&S ENGENHARIA E COMERCIO LTDA., sendo autuado o Processo Administrativo n° 8.848/2023, pelo presente comunicamos a todos os interessados que esta Prefeitura está SUSPENDENDO a Sessão Pública do Pregão Eletrônico, designada para o dia 13/04/2023 às 09h30min (Horário Oficial de Brasília - DF), ficando adiada "sine die".
Informamos ainda que após análise, será agendada nova data. O Edital poderá ser retirado GRATUITAMENTE por quem já o adquiriu presencialmente e também estará disponível para consulta e download gratuito nos sites www.praiagrande.sp.gov.br e www.bec.sp.gov.br.
Este comunicado encontra-se disponível nos sites www.praiagrande.sp.gov.br e www.bec.sp.gov.br para ciência, consulta e/ou download de todos os interessados.
Praia Grande, 12 de abril de 2023.
RODRIGO SANTANA - Secretário Municipal de Esporte e Lazer

MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº. 102/2023
Objeto: "REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS - BOLA"
Processo Administrativo: 3.449/2023
Data e Hora do Pregão: 08/05/2023 às 09h30min (Horário Oficial de Brasília - DF)
Sessão Pública: www.bec.sp.gov.br
Tipo de Licitação: LICITAÇÃO COM RESERVA DE COTA PARA ME/EPP
Número das Oferta de Compra: 855800801002023OC00165
A Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande, através da Secretaria de Educação, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Saúde Pública, Secretaria de Esporte e Lazer e Subsecretaria de Assuntos da Juventude, torna público que, na data, horário e local acima assinalados, fará realizar licitação na modalidade Pregão Eletrônico, com critério de julgamento de MENOR PREÇO UNITÁRIO.
O Edital e seus Anexos poderão ser obtidos GRATUITAMENTE, na íntegra, através dos sites www.praiagrande.sp.gov.br e www.bec.sp.gov.br para ciência, consulta e/ou download de todos os interessados.
Praia Grande, 12 de abril de 2023.
MARIA APARECIDA CUBILIA - Secretária Municipal de Educação

VERDE E MEIO AMBIENTE

EDITAL 01/FEMA/2023

O **Secretário do Verde e do Meio Ambiente do Município de São Paulo**, Presidente do Conselho do Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CONFEMA, faz saber que: **Até 08 de maio de 2023**, encontra-se aberto o prazo para cadastramento das Organizações Não Governamentais ambientalistas ou para atualização das que já se encontram cadastradas na SVMA, interessadas em participar da eleição do CONFEMA. A ficha cadastral a ser preenchida e a relação de documentos necessários para cadastramento estão disponíveis na página https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/meio_ambiente/cades/cadastramento_de_ongs/index.php?p=12996 e devem ser encaminhadas para a SVMA/CGC/DGFEMA, situada à Rua do Paraíso, 387, 1° andar, Paraíso, São Paulo/SP - CEP: 04103-000 ou para o e-mail svmafema@prefeitura.sp.gov.br.
Dia 31 de maio de 2023, às 11h00, será realizada a Assembleia, de forma presencial, na sede da SVMA localizada na Rua do Paraíso, 387, térreo, Paraíso, São Paulo/SP, para eleição de 02 (dois) Conselheiros Titulares e 01 (um) Conselheiro Suplente representantes das ONGs ambientalistas, que farão parte da composição do CONFEMA durante o período de 2023/2025.
OBSERVAÇÕES SOBRE A ELEIÇÃO: Serão eleitos 2 (dois) representantes titulares e 1 (um) suplente representantes das ONGs ambientalistas, dentre os que receberem maior número de votos, sendo que o primeiro e o segundo mais votados serão os titulares e o terceiro mais votado será o suplente. O mandato será de dois anos, a contar da data da assinatura do Termo de Posse, podendo ser prorrogado por igual período.
Informações pelo telefone 11-5187-0137 ou e-mail svmafema@prefeitura.sp.gov.br.

CASHME SOLUÇÕES FINANCEIRAS S.A.

CNPJ 34.175.529/0001-68 - NIRE 35.300.593.472
ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE MARÇO DE 2023

1. DATA, HORA E LOCAL: aos 27 de março de 2023, às 09:00 horas, na sede social da Companhia, localizada na Rua do Rócio, nº 109, 3º andar, Sala 01- Parte, Vila Olimpia, CEP 04552-000, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** dispensada a convocação prévia nos termos do Artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**"), tendo em vista a presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas. **3. MESA:** Presidente – Sr. Miguel Maia Mickelberg; Secretário – Sr. Leandro Bruno Ferreira de Mello Santos. **(i) ORDEM DO DIA:** considerando que a Companhia pretende realizar uma operação estruturada de captação de recursos de terceiros no mercado de capitais brasileiro ("**Operação**"), que envolverá, em suma: **(a)** a cessão, pela Companhia à **TRUE SECURITIZADORA S.A.**, sociedade por ações com registro de companhia securitizadora perante a Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**"), sob o nº 663, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Santo Amaro, nº 48, 2º andar, conjunto 21 e 22, Vila Nova Conceição, CEP 04.506-000, inscrita no CNPJ (conforme abaixo definido) sob o nº 12.130.744/0001-00 ("**Securitizadora**"), dos créditos imobiliários detidos pela Companhia, em decorrência de: (i) contratos de financiamento imobiliário; (ii) contratos de financiamento com garantia imobiliária; (iii) contratos de cessão de créditos imobiliários, sempre acompanhados dos instrumentos formalizadores das respectivas alienações fiduciárias de imóveis, quando pactuadas apartadamente, sendo os créditos imobiliários em questão oriundos de cédulas de crédito bancário e/ou de contratos de financiamento imobiliário (sendo os contratos previstos nos incisos (i) a (iii) em conjunto, os "**Contratos Imobiliários**"), os quais incluem a totalidade dos respectivos acessórios, tais como atualização monetária, juros remuneratórios, encargos moratórios, multas, penalidades, seguros (caso estejam previstos nos Contratos Imobiliários), indenizações, despesas, custas, honorários, garantias e demais encargos contratuais e legais previstos nos Contratos Imobiliários ("**Créditos Imobiliários**"), os quais os são representados por determinada quantidade de Cédulas de Crédito Imobiliário integral ("**CCI**"), de titularidade nessa data da CashMe, sob a forma escritural, nos termos da Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, conforme alterada ("**Lei nº 10.931/04**"); cessão esta que se dará na forma do *Instrumento Particular de Cessão de Créditos Imobiliários e Outras Avenças*, a ser celebrado entre a Companhia, a Securitizadora e outros ("**Contrato de Cessão de Créditos**"); **(b)** a vinculação dos Créditos Imobiliários, representados pelas cédulas de crédito imobiliário de titularidade da Companhia, pela Securitizadora, aos certificados de recebíveis imobiliários em 3 (três) séries da 155ª (centésima quinquagésima quinta) emissão da Securitizadora ("**CRI**"), na forma do *Termo de Securitização dos Créditos Imobiliários da 155ª (centésima quinquagésima quinta) Emissão, em 3 (três) séries, de Certificados de Recebíveis Imobiliários da True Securitizadora S.A.*, a ser celebrado entre a Securitizadora e o agente fiduciário dos CRI ("**Termo de Securitização**"); e **(c)** a emissão dos CRI das séries seniores (conforme serão definidos no Termo de Securitização) no âmbito da oferta pública de distribuição de valores mobiliários, a ser realizada sob o rito de registro automático, nos termos da Resolução da CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme alterada e da Resolução da CVM nº 160, de 13 de julho de 2022; a Companhia resolve por deliberar sobre as seguintes matérias: (ii) a realização da Operação pela Companhia; (iii) a autorização à Diretoria da Companhia para implementar as medidas necessárias conforme as deliberações a serem tomadas com relação aos itens acima; e (iv) a ratificação dos atos praticados pela Diretoria da Companhia referentes à Operação. **4. DELIBERAÇÕES:** após o exame, a discussão e a votação das matérias constantes da Ordem do Dia, foi liberado, por unanimidade de votos e sem restrições: (i) aprovar a realização da Operação pela Companhia, mediante a celebração dos documentos da Operação pertinentes, inclusive eventuais aditamentos que se fizerem necessários; (ii) autorizar os Diretores da Companhia a celebrar todos e quaisquer documentos, inclusive eventuais aditamentos, bem como praticar todos e quaisquer atos, incluindo, sem limitação: negociar termos e condições dos documentos da Operação incluindo, mas não se limitando ao Contrato de Cessão e ao "*Instrumento Particular de Contrato de Distribuição Pública de Certificados de Recebíveis Imobiliários, Sob Regime de Garantia Firme de Distribuição, das 1ª e 2ª Séries da 155ª (centésima quinquagésima quinta) Emissão, da True Securitizadora S.A.*" que será celebrado ("**Contrato de Distribuição**"), inclusive eventuais aditamentos; contratar prestadores de serviços incluindo, mas não se limitando, à Securitizadora e a instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários que realizará a intermediação dos CRI, sob o regime de garantia firme ("Coordenador Líder"); requerer registros perante órgãos públicos e serventias extrajudiciais; cumprir quaisquer condições; e nomear procuradores para a prática de atos relacionados à Operação, conforme necessário; e (iii) ratificar todos os atos praticados pelos Diretores da Companhia até a presente data para fins de realização da Operação. **5. ENCERRAMENTO:** nada mais havendo a tratar, foi oferecia a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foram encerrados os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata no livro próprio, a qual, após reaberta a sessão, foi lida, conferida, achada conforme, aprovada e por todos os presentes assinada. *Confere com a original lavrada em livro próprio.* São Paulo/SP, 27 de março de 2023. Mesa: Miguel Maia Mickelberg - Presidente, Leandro Bruno Ferreira de Mello Santos - Secretário. Acionistas Presentes: **CYRELA BRAZIL REALTY S.A EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES** (por seus diretores Miguel Maia Mickelberg e Rafaella Nogueira de Carvalho Corti). JUCESP nº 132.828/23-6 em 03.04.2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

2ª DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE CAMPINAS
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO n° 01/2023
PROCESSO n° 08/2023
OFERTA DE COMPRA N° 180377000012023OC00026

Encontra-se aberto na 2ª Delegacia Seccional de Polícia de Campinas, UGE: 180377, o Pregão Eletrônico acima citado, objetivando a contratação de serviços de **prestação de serviços de nutrição e alimentação de presos da UDTE Campinas e Cadeia Pública de Paulínia**. A abertura da sessão pública terá início na data de 28/04/2023 às 09:30 horas. O início de prazo para o recebimento das propostas será a partir de 14/04/2023. Maiores informações no site www.bec.sp.gov.br, www.e-negociospublicos.com.br e www.bec.fazenda.sp.gov.br.

BANCO LUSO BRASILEIRO S.A.

CNPJ 59.118.133/0001-00 - NIRE 35300119894
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convidados os acionistas desta Companhia a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 26 de abril de 2023, às 10h, em sua sede social, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Pascoal Pais, 525, 14º andar, Vila Cordeiro, CEP 04581-060, com a finalidade de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: Em **Assembleia Geral Ordinária**: (a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, o Relatório da Administração, referentes ao exercício social findo em 31/12/2022; (b) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício findo em 31/12/2022 e a distribuição dos dividendos; (c) eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia; e (d) fixar a remuneração global dos administradores para o exercício de 2023. Em **Assembleia Geral Extraordinária**: (a) deliberar sobre o aumento do capital social, mediante a capitalização de Juros sobre Capital Próprio, conforme proposta do Conselho de Administração; (b) alterar a redação do artigo 5º do Estatuto Social, em caso de aprovação do aumento de capital; e (c) consolidar o estatuto social da Companhia. São Paulo (SP), 12 de abril 2023. O Conselho de Administração.

Del Rey Empreendimentos e Participações S/A

CNPJ/MF 59.227.819/0001-39 - NIRE 35300120035
Edital de Convocação - Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária

Ficam os Senhores Acionistas da **Del Rey Empreendimentos e Participações S/A,** convocados para se reunirem em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, em primeira convocação, que se realizarão às 9:00 horas, no dia 29 de abril de 2023, em sua sede social, na Avenida Antônia Cônsulo Duarte da Costa nº 1.234 (antiga Avenida Marginal), Cidade Ariston, Carapicuíba, SP, para deliberarem sobre as seguintes matérias constantes da Ordem do Dia: **Assembleia Geral Ordinária:** a) Apreciação do relatório da administração e exame, discussão e votação das demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; b) Proposta para a destinação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2022; c) Eleição dos membros do Conselho Fiscal para o período 2022 a 2023, e fixação de sua remuneração; **Assembleia Geral Extraordinária:** a) Aumento do capital social. Carapicuíba, 12 de abril de 2023. **João Batista Costa -** Presidente.

NESP S/A – NOVO ENTREPOSTO DE SÃO PAULO

CNPJ/MF Nº 25.099.778/0001-20 - NIRE Nº 35300492722
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam convocados os senhores acionistas da **NESP S/A – NOVO ENTREPOSTO DE SÃO PAULO** para se reunirem em assembleia geral ordinária, a se realizar às **15h30 do dia 25 de abril de 2023,** na Avenida Doutor Gastão Vidigal, 1132, Bloco B, sala 1110B, Vila Leopoldina, São Paulo/SP, CEP 05314-000, para deliberarem a respeito da seguinte ordem do dia: a) apreciar as contas da diretoria relativas ao último exercício social findo em 31/12/2022; b) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras; c) deliberar sobre a destinação do resultado do exercício; e, d) apreciar o relatório de gestão e informações dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria relativo ao exercício social findo em 31/12/2022. A assembleia geral ordinária será realizada de forma presencial e também por meio digital, mediante a disponibilização de link de acesso aos acionistas, nos termos previstos no artigo 5º, parágrafo único da Lei nº 14.010/2020, de modo a respeitar as restrições de ordem sanitárias e preservar os riscos à saúde dos acionistas. Nos termos do artigo 16º do estatuto social, o acionista poderá fazer-se representar nas Assembleias Gerais por procurador, constituído na forma do § 1º do art. 126 da Lei nº 6.404/76, desde que o instrumento de procuração tenha sido depositado na sede social até 24 (vinte e quatro) horas antes da hora marcada para a realização da Assembleia Geral.
São Paulo, 10 de abril de 2023.
NESP S/A – NOVO ENTREPOSTO DE SÃO PAULO
SÉRGIO FRANCISCO BENASSI
PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 101/2023
Objeto: "REGISTRO DE PREÇOS PARA AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE DE ACESSO NOS PRÓPRIOS MUNICIPAIS"
Processo Administrativo: 15.699/2022
Data e Hora do Pregão: 08/05/2023 às 09h30min (Horário Oficial de Brasília - DF)
Sessão Pública: www.bec.sp.gov.br
Tipo de Licitação: LICITAÇÃO NÃO DIFERENCIADA
Número da Oferta de Compra: 855800801002023OC00164
A Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande, através da Secretaria de Assuntos de Segurança Pública, Secretaria de Administração, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Educação, Secretaria de Saúde Pública, Secretaria de Serviços Urbanos, Secretaria de Trânsito e Secretaria de Cultura e Turismo, torna público que, na data, horário e local acima assinalados, fará realizar licitação na modalidade Pregão Eletrônico, com critério de julgamento de MENOR VALOR GLOBAL.
O Edital e seus Anexos poderão ser obtidos GRATUITAMENTE, na íntegra, através dos sites www.praiagrande.sp.gov.br e www.bec.sp.gov.br para ciência, consulta e/ou download de todos os interessados.
Praia Grande, 12 de abril de 2023.
MARCOS ROBERTO BARBOSA CRAVEIRO
Secretário Municipal de Assuntos de Segurança Pública

MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº. 100/2023
Objeto: "REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES E NOTEBOOKS"
Processo Administrativo: 2.637/2023
Data e Hora do Pregão: 05/05/2023 às 09h30min (Horário Oficial de Brasília - DF)
Sessão Pública: www.bec.sp.gov.br
Tipo de Licitação: LICITAÇÃO COM RESERVA DE COTA PARA ME/EPP
Número da Oferta de Compra: 855800801002023OC00163
A Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande, através do Gabinete da Prefeita, Secretaria de Governo, Secretaria de Planejamento, Secretaria de Assuntos de Segurança Pública, Secretaria de Administração, Procuradoria Geral do Município, Secretaria de Finanças, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Educação, Secretaria de Saúde Pública, Secretaria de Urbanismo, Secretaria de Meio Ambiente, Secretaria de Obras Públicas, Secretaria de Habitação, Secretaria de Serviços Urbanos, Secretaria de Trânsito, Secretaria de Transportes, Secretaria de Assuntos Institucionais, Secretaria de Cultura e Turismo, Secretaria de Esporte e Lazer, Subsecretaria de Controle Interno, Subsecretaria de Ações de Cidadania e Subsecretaria de Assuntos da Juventude, torna público que, na data, horário e local acima assinalados, fará realizar licitação na modalidade Pregão Eletrônico, com critério de julgamento de MENOR PREÇO UNITÁRIO.
O Edital e seus Anexos poderão ser obtidos GRATUITAMENTE, na íntegra, através dos sites www.praiagrande.sp.gov.br e www.bec.sp.gov.br para ciência, consulta e/ou download de todos os interessados.
Praia Grande, 12 de abril de 2023.
ELIANA CRISTINA JERÔNIMO FERREIRA - Secretária Municipal de Planejamento

AVISO DE VENDA

Edital de Leilão Público nº 3065/0223-CPA/RE - 1° Leilão e nº 3066/0223 CPA/RE - 2° Leilão

A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CAIXA, por meio da CN Manutenção de Bens, torna público aos interessados que venderá, pela maior oferta, respeitado o preço mínimo de venda, constante do anexo II, deste Edital, no estado físico e de ocupação em que se encontra(m), imóvel (is) recebido (s) em garantia, nos contratos inadimplentes de Alienação Fiduciária, de propriedade da CAIXA. O Edital de Leilão Público - Condições Básicas, do qual é parte integrante o presente aviso de Venda, estará à disposição dos interessados de 20/04/2023 até 22/05/2023, no primeiro leilão, e de 02/06/2023 até 06/06/2023, no segundo leilão, em horário bancário, nas Agências da CAIXA em todo território nacional e no escritório da leiloeira Sra. JOHENN BRASIL BALDUINO, Rodovia BR 153, KM 17 - Aparecida de Goiânia/GO, CEP: 74993-405, Fones (62) 98484-6856 e atendimento de segunda a sexta das 8h às 18h, site: www.leiloesbrasil.com.br O Edital estará disponível também no site: www.caixa.gov.br/imoveiscaixa. O 1° Leilão realizar-se-á no dia 23/05/2023, às 10h (horário de Brasília), e os lotes remanescentes, serão ofertados no 2° Leilão no dia 07/06/2023, às 10h (horário de Brasília), ambos exclusivamente no site do leiloeiro www.leiloesbrasil.com.br

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CN MANUTENÇÃO DE BENS

CPTM - Companhia Paulista de Trens Metropolitanos

CNPJ 71.832.679/0001-23

CONVOCAÇÃO
30ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
63ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Convocamos os Acionistas da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM, para reunirem-se em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária no dia **27/04/2023, às 15h00**, a ser realizada na Rua Boa Vista, 162, 6º andar, São Paulo, SP, para apreciação e deliberação da seguinte ordem do dia:

A) Assembleia Geral Ordinária
1 – Relatório da Administração, Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis e Parecer da Auditoria Independente, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022;
2 – Eleição dos membros do Conselho Fiscal;
3 – Eleição dos membros do Conselho de Administração.

B) Assembleia Geral Extraordinária
1 – Ratificação da alteração da remuneração e benefícios dos membros dos órgãos estatutários;
2 - Alteração do caput do artigo 3º do Estatuto Social, autorizando a respectiva consolidação de seus termos; e
3 – Outros assuntos de interesse da sociedade.

São Paulo,13 de abril de 2023.
SILVANI ALVES PEREIRA
Presidente do Conselho de Administração

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO: 05/2023, PROCESSO: 208/2023, OBJETO RESUMIDO: REGISTRO DE PREÇO DE CESTAS BÁSICAS.
- Recebimento das Propostas: até às 08:00 horas do dia 28/04/2023
- Início da sessão de disputa: 10:00 horas do dia 28/04/2023
- LOCAL: site www.bll.org.br.
- Referência de Tempo: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

Os interessados poderão obter o Edital por e-mail, enviando mensagem eletrônica para o endereço licitacao@guararema.sp.gov.br, informando os dados da empresa, a modalidade e o número da licitação, ou através do site www.guararema.sp.gov.br, ou ainda, no site www.bll.org.br. Outras informações podem ser obtidas pelo telefone (11) 4693-8000 Ramal 8014. JOSÉ LUIZ EROLES FREIRE, Prefeito Municipal.

BANCO SAFRA S.A.

CNPJ 58.160.789/0001-28 - NIRE 35.300.010.990
Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os senhores acionistas do **Banco Safra S.A.** ("Sociedade") com sede na Avenida Paulista, 2.100, Bela Vista, São Paulo, SP, CEP 01310-930, a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada, de forma presencial, na sede da Sociedade, no dia 27 de abril de 2023, às 11h, a fim de: 1) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2022; 2) deliberar sobre destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31.12.2022; 3) deliberar sobre a remuneração global anual dos Administradores da Sociedade para o ano de 2023; 4) destituir membro do conselho de administração; 5) eleger membro do conselho de administração; e 6) instalar o conselho fiscal e eleger seus membros.
São Paulo, 13 de abril de 2023.
José Luiz Acar Pedro
Presidente do Conselho de Administração do Banco Safra S.A.

SUBPREFEITURA VILA MARIANA

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão eletrônico nº **02/SUB-VM/2023 -** Processo SEI: **6059.2023/0000890-0.**
Objeto: **aquisição de mistura asfáltica aplicação a frio, conforme especificações constantes do anexo I do edital.**
Data/hora sessão de abertura: **27/04/2023 às 09:30h - Local: https://www.gov.br/compras - UASG nº 925092 -** Documentação/Retirada do Edital: https://epubli.prefeitura.sp.gov.br/md_epubli_controlador.php?acao=negocios_pesquisar e https://www.gov.br/compras - Obs.: **tipo menor preço total.**

MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº. 099/2023
Objeto: "REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS BÁSICOS E OUTROS"
Processo Administrativo: 5.315/2023
Data e Hora do Pregão: 05/05/2023 às 09h30min (Horário Oficial de Brasília - DF)
Sessão Pública: www.bec.sp.gov.br
Tipo de Licitação: LICITAÇÃO COM RESERVA DE COTA PARA ME/EPP
Número da Oferta de Compra: 855800801002023OC00162
A Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande, através da Secretaria de Educação, Secretaria de Assistência Social e Secretaria de Serviços Urbanos, torna público que, na data, horário e local acima assinalados, fará realizar licitação na modalidade Pregão Eletrônico, com critério de julgamento de MENOR PREÇO UNITÁRIO.
O Edital e seus Anexos poderão ser obtidos GRATUITAMENTE, na íntegra, através dos sites www.praiagrande.sp.gov.br e www.bec.sp.gov.br para ciência, consulta e/ou download de todos os interessados.
Praia Grande, 11 de abril de 2023.
MARIA APARECIDA CUBILIA - Secretária Municipal de Educação

MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 096/2023
Objeto: "REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PERECÍVEIS DIVERSOS I"
Processo Administrativo: 4.809/2023
Data e Hora do Pregão: 03/05/2023 às 09h30min (Horário Oficial de Brasília - DF)
Sessão Pública: www.bec.sp.gov.br
Tipo de Licitação: LICITAÇÃO COM RESERVA DE COTA PARA ME/EPP
Número da Oferta de Compra: 855800801002023OC00159
A Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande, através da Secretaria de Educação, Secretaria de Assistência Social e Secretaria de Serviços Urbanos, torna público que, na data, horário e local acima assinalados, fará realizar licitação na modalidade Pregão Eletrônico, com critério de julgamento de MENOR PREÇO UNITÁRIO.
O Edital e seus Anexos poderão ser obtidos GRATUITAMENTE, na íntegra, através dos sites www.praiagrande.sp.gov.br e www.bec.sp.gov.br para ciência, consulta e/ou download de todos os interessados.
Praia Grande, 11 de abril de 2023.
MARIA APARECIDA CUBILIA - Secretária Municipal de Educação

Sindicato Intermunicipal de Lavanderias no Estado de São Paulo - SINDILAV

CNPJ 47.463.195/0001-70
Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

O Presidente do Sindicato Intermunicipal de Lavanderias no Estado de São Paulo - SINDILAV - CNPJ nº 47.463.195/0001-70, José Carlos Larocca, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social, convoca todos os integrantes da categoria econômica representada para participarem da Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 18 de abril de 2023, 3ª feira, às 09:30 horas, a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: **01.** Autorização e outorga de poderes para a negociação coletiva com as entidades representativas da categoria profissional dos empregados em empresas de lavanderia, inclusive aditamentos, em toda sua base de representação. **02.** Autorização e outorga de poderes para negociação coletiva com as entidades das categorias profissionais diferenciadas, inclusive aditamentos, em toda sua base de representação. **03.** Discussão e aprovação da contribuição de representação da categoria econômica. Não havendo, na hora acima indicada, número legal de participantes para a instalação dos trabalhos em primeira convocação, a Assembleia será realizada em segunda convocação, às 10:00 horas, com o quórum legal. São Paulo, 11 de abril de 2023. **José Carlos Larocca -** Presidente.

JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM SÃO PAULO

AVISO
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO nº 003/2023
Processo nº 0002954-47.2023.4.03.8001

A JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU EM SÃO PAULO torna público que pretende adquirir imóvel no município de TUPÃ/SP. O imóvel deverá atender as especificações constantes do EDITAL DE CHAMAMENTO nº 003/2023, cujo arquivo está disponível na internet, no endereço www.jfsp.jus.br. Informações através do e-mail admsp-sadm@trf3.jus.br. As Propostas deverão ser remetidas à Sede Administrativa da Justiça Federal, aos cuidados da Diretoria Administrativa, devendo ser entregues para o e-mail admsp-sadm@trf3.jus.br, até o dia 15/05/2023.
São Paulo, 12 de abril de 2023.
Marcia Tomimura
Diretora da Secretaria Administrativa

CEAGESP - COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO
CNPJ nº 62.463.005/0001-08 - NIRE nº 3530002780-9

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2023

Processo: 083/2022. OBJETO Aquisição de Materiais – Uniformes, através do Sistema de Registro de Preços, conforme quantidades e especificações constantes do Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA. UASG 225001. Edital: a partir de 13/04/2023 das 08h30 às 11h30 e 13h30 às 16h30, no site www.gov.br/compras. Entrega das propostas: a partir de 13/04/2023 às 08h30, no site www.gov.br/compras. Abertura das propostas em 28/04/2023 às 09h30, no site www.gov.br/compras.
Gerson Ulisses de Moraes Junior
Pregoeiro

NESP EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO S/A

CNPJ/MF Nº 25.198.407/0001-04 – NIRE Nº 35300493222
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam convocados os senhores acionistas da **NESP EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO S/A** para se reunirem em assembleia geral ordinária, a se realizar às **14h30 do dia 25 de abril de 2023,** na Avenida Doutor Gastão Vidigal, 1132, Bloco B, sala 1110A, Vila Leopoldina, São Paulo/SP, CEP 05314-000, para deliberarem a respeito da seguinte ordem do dia: a) apreciar as contas da diretoria relativas ao último exercício social findo em 31/12/2022; b) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras; c) deliberar sobre a destinação do resultado do exercício; e, d) apreciar o relatório de gestão e informações dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria relativo ao exercício social findo em 31/12/2022. A assembleia geral ordinária será realizada de forma presencial e também por meio digital, mediante a disponibilização de link de acesso aos acionistas, nos termos previstos no artigo 5º, parágrafo único da Lei nº 14.010/2020, de modo a respeitar as restrições de ordem sanitárias e preservar os riscos à saúde dos acionistas. Nos termos do artigo 16º do estatuto social, o acionista poderá fazer-se representar nas Assembleias Gerais por procurador, constituído na forma do § 1º do art. 126 da Lei nº 6.404/76, desde que o instrumento de procuração tenha sido depositado na sede social até 24 (vinte e quatro) horas antes da hora marcada para a realização da Assembleia Geral.
São Paulo, 10 de abril de 2023.
NESP EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO S/A
HELENO MASPOLI VERUCCI
PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Companhia Paulista de Parcerias - CPP

CNPJ nº 06.995.362/0001-46 - NIRE nº 35 300 317 220
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convidados os Srs. Acionistas desta sociedade a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada no dia 26 de abril de 2023 às 16h00min, na sede social à Av. Rangel Pestana, 300 - 6º andar, São Paulo - SP, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: **Assembleia Geral Ordinária: a)** Aprovação das Demonstrações Financeiras do Exercício Encerrado em 31/12/2022; **b)** Proposta de Pagamento e Destinação do Lucro Líquido apurado em 31/12/2022; **c)** Eleição dos membros do Conselho Fiscal; **d)** Eleição dos membros do Conselho de Administração (ratificação). **Assembleia Geral Extraordinária: a)** Alterações do Estatuto Social da Companhia: **(i)** Alteração no Art. 3º (caput): Aumento do Capital Social por meio de capitalização de Juros sobre Capital Próprio. São garantidos aos Srs. Acionistas a participação e o voto a distância na assembleia geral, nos termos da Lei nº 14.030, de 28/07/2020. São Paulo, 13, 14 e 15 de abril de 2023. Arthur Luís Pinho de Lima - Presidente do Conselho de Administração.

ESPORTE AO VIVO
16h Man. United x Sevilla
Europa League, TV CULTURA/STAR+
19h15 Corinthians x Cerrado
NBB, SPORTV 2
20h Maringá x Flamengo
Copa do Brasil, PRIME VIDEO

China retoma plano para ser potência mundial do futebol

Campeonato Chinês tem início neste fim de semana e tenta retomar crescimento

Luciano Trindade

SÃO PAULO Não faz muito tempo, menos de dez anos, que o futebol da China ganhava amplo espaço na mídia ao redor do mundo, inclusive no Brasil.

Enquanto clubes investiam cifras bilionárias para contratar técnicos e jogadores de renome internacional, o líder chinês Xi Jinping era visto chutando bolas em estádios dentro e fora do país.

Tudo fazia parte de um plano, lançado na virada para 2016, para criar uma cultura futebolística e fazer da nação mais populosa do mundo uma "superpotência do futebol" até 2050. "O futebol passou a ser visto como o principal setor da indústria esportiva capaz de ampliar a geração de riquezas para o país, além de contribuir para o desenvolvimento econômico chinês", afirma Emanuel Leite, pesquisador associado da International College Football of Tongji University, de Xangai.

Como tradicionalmente a China teve mais sucesso no futebol feminino, Xi tinha ambições especialmente para a seleção masculina: obter vaga na Copa do Mundo, sediar o torneio e conquistá-lo. Não são tarefas fáceis para uma nação que participou da competição apenas uma vez, em 2002, e figurava fora do top 70 do ranking da Fifa quando o plano foi revelado —hoje, está em 81º lugar. A solução do governo foi um investimento pesado.

Partida do time chinês Shandong Luneng, pela liga asiática AFC Lillian Suwanrumpha - 18.abr.22/AFP

Para dar suporte às metas, conglomerados, construtoras e incorporadoras estatais chinesas, inflados por um boom no mercado imobiliário, encheram de dinheiro o principal campeonato doméstico do país, fazendo a CSL (Chinese Super League) rivalizar com as maiores ligas da Europa em termos de investimento.

No ápice da temporada 2015/16, foram gastos US$ 451 milhões (R$ 2,3 bilhões em valores da época) em transferências de atletas. O torneio ficou entre as cinco ligas com maior investimento no mundo.

Parecia não haver limites para o sonho chinês, do qual fizeram parte técnicos campeões do mundo, como Luiz Felipe Scolari e Marcelo Lippi, e jogadores como Lavezzi, Hulk, Renato Augusto e Paulinho, atraídos por grandes salários.

Tão rápida quanto a ascensão foi a queda. Decisões financeiras ruins, casos de corrupção em diversas esferas do esporte, além da crise financeira agravada pela pandemia de Covid-19, abalaram as estruturas do futebol no país nos últimos três anos.

Neste fim de semana, a temporada 2023 da CSL começa com 16 equipes, duas a menos do que na última edição, como resultado das exclusões de Kunshan FC e Guangzhou City. O primeiro renunciou à vaga por sua situação financeira, e o segundo não foi aprovado na etapa de admissão pelo mesmo motivo.

Os casos não são exceções. Em 2021, o Jiangsu surpreendeu ao também encerrar as suas atividades logo após a conquista da CSL em razão da crise financeira da Suning, sua principal acionista.

A pandemia apenas acelerou um processo que já estava em curso, uma vez que não houve um crescimento sustentável da liga chinesa.

"Para atrair grandes nomes para uma liga sem muita competitividade, os clubes ofereciam salários muito altos. Maiores do que a capacidade de geração de receitas. Existia o incentivo do governo e das empresas, mas a conta não fechava", diz Pedro Daniel, diretor executivo de esporte da empresa de consultoria EY.

Com a pandemia, as fontes de receitas ficaram ainda mais escassas. Devido à política Covid zero do governo chinês, os campeonatos passaram os últimos três anos organizados em "bolhas biosseguras", o que tirou as torcidas dos estádios e restringiu o convívio dos atletas com seus familiares. Como reflexo, muitos estrangeiros deixaram o país.

Além disso, mudanças nas regras financeiras da liga, como multas para a utilização de atletas estrangeiros que dobravam seu custo, fizeram com que as grandes contratações praticamente cessassem. Com poucas estrelas, tornou-se mais difícil elevar o nível técnico dos atletas locais.

No auge da crise, nem os maiores clubes escaparam do baque. Em 2021, depois do colapso do grupo Evergrande, que desencadeou a pior crise do mercado imobiliário já registrada no país, o Guangzhou Evergrande não conseguiu pagar integralmente os salários dos jogadores. Em 2022, caiu para a segunda divisão.

O declínio dos clubes e o fracasso na tentativa de elevar o nível técnico prejudicaram a meta de Xi Jinping de ver sua nação de volta à Copa do Mundo. A ausência no Qatar foi a quinta consecutiva da China.

A seleção chinesa tentou uma espécie de evolução artificial, buscando atletas nascidos e criados no exterior. A naturalização acelerada gerou situações controversas, como a de cinco brasileiros que ganharam a cidadania sem nenhuma ascendência chinesa.

Eles receberam novos nomes: Fernando tornou-se Fei Nanduo, Aloisio virou Luo Guofu, Elkeson era chamado de Ai Kesen, Ricardo Goulart de Gao Late e Alan Carvalho de A Lan. Durante a pandemia, no entanto, eles deixaram o país e o convite para trás.

Não foram deixados de lado, no entanto, os planos do governo chinês. De acordo com o pesquisador Emanuel Leite, Xi Jinping está convencido da importância geopolítica do futebol e continuará a buscar soluções. "O futebol serve como uma ponte, que estabelece ligações, conexões e, consequentemente, negócios", diz Leite, autor do livro "China, Futebol e Desenvolvimento: Socialismo e Soft Power".

Para ele, a melhor forma para o país asiático suprir suas carências no esporte é buscar intercâmbios com parceiros como o Brasil. "Nós temos a expertise na formação de atletas, e há uma demanda enorme na China por aprender."

NO MANGUEIRÃO, 3ª RODADA DA COPA DO BRASIL TEM DERROTA DO CORINTHIANS PARA O REMO POR 2 A 0
Gols da partida foram de Richard Franco e Muriqui; também pelo torneio, Palmeiras vence Tombense por 4 a 2 Fernando Torres/AGIF

Wallace consegue liminar para jogar fase decisiva da Superliga

SÃO PAULO O oposto Wallace poderá jogar as fases decisivas da Superliga de vôlei. Suspenso pelo Conselho de Ética do COB (Comitê Olímpico do Brasil) por 90 dias, ele obteve uma liminar no STJD da modalidade (Superior Tribunal de Justiça Desportiva), paralisando a punição até o julgamento do mérito do recurso apresentado. Não há data definida para isso acontecer.

Ele está afastado do esporte desde fevereiro, após ter publicado em sua conta de Instagram uma foto em um estande de tiro, aberto o espaço para perguntas de seguidores, um deles questionou se o atleta usaria uma arma para atirar no rosto do presidente Lula (PT). Eleitor do ex-mandatário Jair Bolsonaro (PL), Wallace perguntou: "Alguém faria isso?" A enquete tinha as alternativas sim e não. Horas depois, ele publicou um vídeo se desculpando.

No pedido de liminar, o oposto e seu time, o Sada Cruzeiro, disseram que a suspensão foi interpretada de forma ilegal pela CBV (Confederação Brasileira de Vôlei).

O presidente do STJD, Eduardo Affonso de Santis Mendes de Farias Mello, concordou com a argumentação.

A não ser que o julgamento ocorra até o final da semana, Wallace terá condições de atuar contra o São José, no sábado (15). O COB diz que ainda não foi informado da decisão.

O COB suspendeu o atleta por um ano de convocações para a seleção brasileira. O gancho atendeu pedido da AGU (Advocacia Geral da União) de punição ao jogador. Também haviam sido pedidos multa de R$ 100 mil e banimento do esporte olímpico.

Vem aí o Brasileirão Rei

Se tivesse de apostar o pouco que tenho, seria no bi do Palmeiras

Juca Kfouri

Jornalista, autor de "Confesso que Perdi". É formado em ciências sociais pela USP

Em algum lugar, ouvi alguém chamar o Campeonato Brasileiro que começa neste sábado (15) de "Brasileirão Rei" e gostei da ideia. Muito melhor que as repetidas e inúteis tentativas de associar marcas comerciais aos torneios, até porque mudam ao sabor das ofertas.

O campeonato nacional de 2023 será o primeiro sem a presença do Rei Pelé entre nós e, bem explorado, pode ser "um plus a mais", como dizem os marqueteiros.

Como foi, por exemplo, lá atrás, e bote lá atrás nisso, dar um sabor especial ao Campeonato Paulista de 1954, o do quarto Centenário de São Paulo, que valeu depois ao Corinthians ser por anos chamado de "campeão dos centenários", alusão ao fato de que havia vencido também o campeonato dos cem anos da proclamação da Independência, em 1922, cuja taça levava o nome da efeméride.

Certamente Pelé será lembrado mais uma vez neste fim de semana de abertura do certame, que tem de volta gigantes como Bahia, Cruzeiro, Grêmio e Vasco, campeões que estavam na Série B no ano passado.

O que esperar deles é incógnita que assombra também quase todos os demais 16 competidores, exceção feita ao Palmeiras —sobre quem pode haver dúvida se será novamente campeão, mas certamente estará entre os primeiros.

Sobre todos os outros as interrogações são muitas.

Alguém crava que o Flamengo, o de elenco mais estrelado e milionário, irá bem em meio ao tsunami revelador da fragilidade moral e gerencial de seus comandantes?

E o Atlético-MG, outro cujos gastos não são acompanhados por bons desempenhos, voltará a ser competitivo?

Em sua infinita arrogância, Renato Gaúcho garganteou estar o Grêmio no mesmo patamar dos favoritos apesar de, exceção feita a Luis Suárez, dever futebol de qualidade.

O que virá do Athletico-PR, com um retrospecto de 15 vitórias, três empates e só uma derrota em 2023, embora sem ter enfrentado ainda adversários verdadeiramente respeitáveis? Será o ano da sua confirmação como potência?

A rara leitora e o raro leitor, por mais especiais que sejam, e são, sempre querem saber dos pobres jornalistas seus prognósticos, os pitacos sobre quem será campeão, quem cairá, quem se classificará para a Libertadores etc.

Querem saber, em regra, para jogar em nossas caras de tacho os erros cometidos quando as competições acabam.

Como nada me obriga a fazer previsões, faço as que quero, e, se tivesse de apostar tudo o que tenho, que é pouco, num campeão, apostaria no bicampeonato do Palmeiras.

É claro que adoraria poder fazer outra aposta, no meu time, mas com elenco envelhecido, e na dependência de um excelente meia que vive no estaleiro, o máximo a conquistar, e mesmo assim sujeito a chuvas e trovoadas, é um torneio com mata-mata, como a Copa do Brasil no ano passado, quando chegou às finais.

Risco de cair, ao menos, desta vez não corre, temor que assalta, com certo exagero, os são-paulinos e, com motivo, santistas. Bahia, Botafogo, Cuiabá, Goiás e Vasco têm mais razões para temer, neste Brasileirão que promete equilíbrio no meio e na parte de baixo da tábua de classificação.

São 15 campeões entre 20 concorrentes, e apenas o Guarani, entre os que já ganharam o título maior, fora da Série A —porque o atribuído ao Sport, em 1987, é dessas aberrações que aconteciam ainda como sequelas da ditadura. Que o Brasileirão Rei honre o nome.

| DOM. Tostão e Juca Kfouri | SEG. Paulo Vinicius Coelho e Juca Kfouri | TER. Sando Macedo | QUA. Tostão | QUI. Juca Kfouri | **SEX. Paulo Vinicius Coelho** | SÁB. Marina Izidro

Quilombos do Vale do Ribeira inspiram guia de cultivo e uso de plantas nativas da mata atlântica

QUILOMBOS DO BRASIL

Marina Lourenço

SÃO PAULO Bioma mais devastado do Brasil, a mata atlântica é o berço da renda de dezenas de quilombolas do Vale do Ribeira, em São Paulo.

Com técnicas ancestrais, moradores das comunidades André Lopes, Bombas, Maria Rosa e Nhunguara já manusearam mais de duas toneladas de sementes e contribuíram para o restauro de cerca de 30 hectares da área. É o que mostra o livro "Do Quilombo à Floresta: Guia de Plantas da Mata Atlântica no Vale do Ribeira", lançado nesta semana, numa parceria do ISA (Instituto Socioambiental) com a Rede de Sementes do Vale do Ribeira.

Organizado pela cientista social e especialista em etnobotânica Bianca Cruz Magdalena, o guia traz textos de diferentes autores e faz um raio-X de 52 espécies vegetais da região. Nele, estão explicações sobre os tipos de manejo, plantio, colheita, cultivo, armazenamento e consumo de cada uma das plantas.

"Do Quilombo à Floresta" tem glossário de termos técnicos e traz páginas para anotações. Ainda que o foco seja nos coletores, o guia também deve atrair os fãs de botânica. Suas plantas servem para usos variados, de comida à confecção de artesanato.

Problemas de saúde como tosse, dor muscular e febre podem facilmente ser curados com espécies como chamarrita, urucum e angico-Branco, detalhadas no livro. Quando o assunto é reflorestamento, capiaguaçu, ficheira e capororoca estão entre as indicações.

Juliano Silva do Nascimento, engenheiro agrônomo e coautor do livro, conta que "alguns dos coletores não dominam a escrita", mas, mesmo assim, fizeram questão de participar de seu desenvolvimento —com entrevistas—, justamente por apreciarem o valor simbólico do registro.

Ainda que some mais de R$ 242 mil em venda, a Rede de Sementes é parte da identidade cultural das comunidades. A colheita é uma tradição passada de geração para geração. A sabedoria dos coletores inclui técnicas reconhecidas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional como patrimônio cultural imaterial do país.

Com 60 integrantes, a rede trabalha hoje com 98 espécies vegetais e se tornou modelo de desenvolvimento regional.

"Os quilombolas do Ribeira têm uma contribuição socioambiental para além de seus territórios", afirma Raquel Pasinato, coautora do guia. "Ao conservarem as florestas, ajudam a regular o clima, produzir água e promover recursos de segurança alimentar."

Localizado no sul paulista, o Vale do Ribeira tem a maior área contínua da mata atlântica. Semanas atrás, o bioma se tornou polêmica ambiental no país, após a Câmara dos Deputados aprovar uma medida provisória que afrouxa leis que protegem a floresta. O texto seguirá para o Senado.

O projeto Quilombos do Brasil é uma parceria com a Fundação Ford

Do Quilombo à Floresta
Gratuito (213 págs.); Bianca Cruz Magdalena; Instituto Socioambiental

ACERVO FOLHA

Há 100 anos **13.abr.1923**

Monumento enviado pelo governo holandês chega ao Rio

Já desembarcou no Rio de Janeiro o monumento enviado pelo governo da Holanda em memória ao conde de Dirk van Hogendorp (estadista e militar holandês que tentou emplacar ideias liberais francesas na política colonial do seu país e que atuou como assistente de Napoleão).

A obra de arte, que é de granito alemão, será erigida no local onde o holandês residiu no Rio de Janeiro. Essa oferta do governo da Holanda foi feita em celebração ao centenário da Independência do Brasil.

LEIA MAIS EM acervo.folha.com.br

Folha da Noite

A QUESTÃO DO ASPHALTO

DIVERSÕES

THEATROS

VARIAS

ABERTURA DE CREDITO

DE PORTUGAL

NO SRI LANKA, POPULAÇÃO SE PREPARA PARA CELEBRAÇÃO DO FESTIVAL DE ANO NOVO QUE ACONTECE NA PRÓXIMA SEXTA (14)
Na foto, um trabalhador organiza produção de fogos de artifício para venda durante as festividades do réveillon cingalês, em Colombo, na costa do país asiático Dinuka Liyanawatte/Reuters

Mitos sobre sexo de verdade

Pesquisas revelam obstáculos para o prazer e satisfação sexual

Mirian Goldenberg

Antropóloga e professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, é autora de "A Invenção de uma Bela Velhice"

Uma pesquisa realizada no Reino Unido pela YouGov, entre 21 de janeiro e 14 de fevereiro de 2023, com 2.996 mulheres e 2.811 homens, revelou que 41% dos entrevistados acham que estimulação oral no pênis não é sexo e 40% consideram que estimulação oral no clitóris também não é sexo. Mais ainda, 52% acham que masturbação não é "sexo de verdade".

A psicóloga e sexóloga Ana Canosa, na sua coluna "Não existem preliminares: tudo o que você está fazendo já é sexo" (UOL, 4/4/2023), afirmou que uma pesquisa no Brasil traria resultados semelhantes, já que aqui masturbação e sexo oral são considerados preliminares à penetração ou alternativas para quando a penetração está difícil de acontecer.

Ana Canosa destacou que, "para driblar a imposição da virgindade feminina", homens e mulheres preferem algumas práticas que garantam "o não rompimento do hímen, o que simbolicamente não configuraria sexo". A não penetração pode ser usada como justificativa para violências físicas e psicológicas, com justificativas do tipo "Mas foi só masturbação, não houve penetração" ou ainda "Foi só sexo oral, não foi sexo de verdade", negando os aspectos traumáticos envolvidos em assédios e abusos sexuais.

A pesquisa britânica descobriu uma diferença interessante entre os entrevistados de acordo com a idade: as pessoas mais velhas são mais propensas a considerar sexo oral e estimulação com dedos como sexo, já que 45% dos entrevistados de mais de 50 anos disseram que masturbação conta como sexo, contra apenas 23% das pessoas de 18 a 49 anos.

Com o passar dos anos, de acordo com Ana Canosa, vamos ganhando experiência e sabedoria para entender que é excludente restringir o significado e o prazer sexual à penetração e que tanto a estimulação oral quanto a masturbação podem ser práticas sexuais prazerosas e gratificantes.

Mas, afinal, masturbação e sexo oral, sem penetração, são ou não "sexo de verdade"?

No meu novo livro "A arte de gozar: amor, sexo e tesão na maturidade", revelo que, para algumas mulheres que entrevistei, a penetração, sem preliminares, pode ser muito dolorosa e desconfortável, como contou uma psicóloga de 65 anos.

"Lembra do caso do Bill Clinton com a estagiária? Meu ex-marido dizia que aquilo não foi sexo de verdade, pois não teve penetração, foi só sexo oral e masturbação. Em 30 anos de casamento, ele nunca me masturbou ou fez sexo oral. Acho que tinha nojo. Era só penetração, do tipo papai e mamãe. Ele queria gozar rapidinho, achava que iria brochar se fizesse cinco minutinhos de nhe-co-nheco antes da penetração. Eu tinha medo e vergonha de falar o que eu queria e sentia, aí eu fingia que gozava para acabar logo com aquela tortura, porque eu sentia muita dor ou porque estava exausta e queria dormir. Eu só sentia prazer e gozava me masturbando com o vibrador, assistindo vídeos pornôs."

A psicóloga se separou quando descobriu que o marido "transava com garotas de programa". "Não sei como fiquei tanto tempo com um homem tão cafajeste, mentiroso e egoísta". Há seis meses, ela está namorando um músico de 52 anos que conheceu em um aplicativo de relacionamentos.

"Eu já tinha desistido do amor e do sexo, mas encontrei um homem que está me fazendo sentir de novo muito tesão. Ficamos horas na cama nos massageando, fazendo sacanagem, rindo e brincando. Ele faz tudo para me dar prazer, não se cansa de me beijar e de me acariciar até eu gozar. Depois da separação, prometi a mim mesma nunca mais sentir dor no sexo nem fingir orgasmo. Sexo de verdade é o sexo que dá prazer aos dois, não só ao homem."

O que é considerado como 'fazer sexo'

ESTIMULAÇÃO ORAL NO PÊNIS
45% consideram
41% não consideram
8% não sabem
7% preferem não responder

ESTIMULAÇÃO ORAL NO CLITÓRIS
44% consideram
40% não consideram
8% não sabem
7% preferem não responder

ESTIMULAÇÃO DO CLITÓRIS COM O DEDO
37% consideram
48% não consideram
8% não sabem
7% preferem não responder

MASTURBAÇÃO DO PÊNIS
34% consideram
52% não consideram
7% não sabem
7% preferem não responder

ilustrada

Sujeito oculto

Festival É Tudo Verdade começa hoje com filmes que discutem a ética por trás da criação de documentários, entre eles 'Subject', sobre anônimos tornados célebres pelas lentes

Detalhe de cartaz do documentário 'Incompatível com a Vida', filme de Eliza Capai, uma das 72 obras na programação deste ano do É Tudo Verdade, em São Paulo e no Rio de Janeiro Divulgação

Pedro Strazza

SÃO PAULO O É Tudo Verdade de 2023 é marcado por retornos. O festival, que abre para o público nesta quinta-feira em São Paulo e no Rio de Janeiro, destaca uma série de cineastas que fizeram a carreira no documentário.

Nos últimos anos, o gênero ganhou espaço. Edições recentes dos festivais de Veneza e Berlim deram o prêmio máximo a filmes do gênero. O Leão de Ouro foi para "All the Beauty and the Bloodshed", de Laura Poitras, e o Urso de Ouro consagrou "On the Adamant", de Nicolas Philibert.

No evento brasileiro voltam também os entrevistados. "Subject", que abre o festival na capital paulista, tem por tema o próprio documentário e entrevista participantes de filmes que marcaram o filão.

No momento em que o formato está mais popular do que nunca, a produção discute a própria ética e a responsabilidade dos documentaristas.

As diretoras americanas Camilla Hall e Jennifer Tiexiera ousam em revisitar nomes polêmicos. Elas entrevistam gente como Michael Peterson, suspeito de matar a mulher e protagonista da minissérie "Morte na Escadaria", de 2004. Outro que dá as caras é Jesse Friedman, condenado por abuso de menores e personagem de "Na Captura dos Friedmans", de 2003.

Torcemos para que o público tenha mais consciência do que ver

Camilla Hall
cineasta

Completam o elenco de filmes dentro do filme as pessoas mostradas em "Basquete Blues", de 1994, sobre jovens buscando carreira na NBA; "The Square", de 2013, sobre a Primavera Árabe no Egito em 2011; e "Os Irmãos Lobo", de 2015, sobre uma família confinada em um apartamento de Nova York por 14 anos. Nenhum dos cineastas responsáveis pelos documentários aparece em "Subject".

Continua na pág. C2

MÔNICA BERGAMO

monica.bergamo@grupofolha.com.br

OLHO VIVO

A deputada federal Júlia Zanatta (PL-SC) deve entrar com uma representação no Conselho de Ética da Câmara contra o deputado Márcio Jerry (PC do B-MA) por suposta prática de assédio.

QUEIXA Ela diz que o parlamentar a abordou por trás e a intimidou com palavras ditas ao pé do ouvido, além de supostamente ter encostado no seu pescoço. Jerry nega.

QUEIXA 2 O episódio ocorreu na terça (11) durante sessão com o ministro da Justiça, Flávio Dino, na Comissão de Segurança e Justiça da Câmara.

QUEIXA 3 Vídeo que circula nas redes mostra Márcio Jerry se aproximando de Júlia Zanatta e falando no ouvido da deputada.

QUEIXA 4 "Me senti extremamente desrespeitada. Esse colega [Jerry] chegou por trás de mim e falou: 'Respeite 40 anos de mandato'. Eu peço respeito ao meu primeiro mandato como mulher, nessa Casa, e não admito que alguém encoste em mim ou fale ao meu ouvido tentando me intimidar, intimidar meus posicionamentos", diz a parlamentar em áudio enviado à coluna.

RESPOSTA Jerry afirma ser vítima de notícias falsas. "Peço um exame honesto do vídeo da sessão, e não a apreciação da imagem congelada que gera deturpação e fake news."

RESPOSTA 2 O deputado diz que no momento do fato o local tinha muita gente e ocorria uma discussão acalorada entre Zanatta e a deputada Lídice da Mata (PSB-BA). "Eu me aproximei dela [Zanatta] respeitosamente [...] e pronunciei a seguinte frase: 'É uma deputada [Lídice] com 40 anos de atuação nesta Casa'."

ATAQUES Ele afirma estar recebendo ameaças nas redes sociais por causa da acusação. "Planta-se uma fake news e, na onda dessa divulgação, uma horda vai atrás para atacar a vítima, que no caso sou eu."

APOIO A deputada federal Jandira Feghali, líder do PC do B na Câmara, saiu em defesa de Jerry. "Ela [Zanatta] é uma pessoa desequilibrada, que cria problemas em cima de inverdades, é o histórico dela."

APOIO 2 Já a parlamentar do PL recebeu apoio de outros deputados da sigla, como Mário Frias (SP) e Eduardo Bolsonaro (SP). "Imagina se fosse o contrário, um homem de direita chegando por trás de uma deputada de esquerda. Atitudes serão tomadas", afirmou o filho do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

DESPACHO O vereador de São Paulo Toninho Vespoli (PSOL) quer que o Ministério Público de SP (MP-SP) abra um inquérito civil para investigar a situação dos centros de acolhimento da capital paulista. O parlamentar acusa a prefeitura de má conservação.

FICHA A denúncia cita reportagem da **Folha** que ouviu relatos sobre a estrutura de albergues na cidade. Ausência de chuveiro, vasos sanitários entupidos e infestação de percevejo são alguns dos problemas citados. A Prefeitura de São Paulo disse ter feito vistorias nos centros.

MENU

1

Fotos Ronny Santos/Folhapress

2

3

A chef de cozinha Janaína Rueda **1** recebeu convidados na festa de comemoração dos 15 anos do Bar da Dona Onça, na noite de terça (11), no centro de São Paulo. O músico Otto **2** se apresentou no local. O estilista Walério Araújo **3** prestigiou o evento

SITE O Governo de São Paulo, chefiado por Tarcísio de Freitas (Republicanos), irá anunciar uma espécie de "portal da transparência" em que abrirá à população os dados de ocorrências registradas na cracolândia, no centro de SP.

SITE 2 A iniciativa, que pretende detalhar a rua em que um crime ocorreu e o método empregado —se foi usada uma arma, por exemplo—, tem o intuito de mostrar as ações do Estado e de policiais militares para coibir o crime na região.

FIO A medida, porém, deve trazer o Poder Judiciário para o epicentro da questão da cracolândia: um dos indicadores propostos para o "portal da transparência" mostraria quantas pessoas foram detidas diariamente e, desse total, quantas foram soltas após passarem por audiência de custódia.

FIO 2 Não está claro, no entanto, se as justificativas apresentadas por magistrados também seriam tornadas públicas nem o impacto desse dado sobre a percepção de impunidade da população.

MEMÓRIA As torres do Congresso Nacional exibirão a frase Holocausto Nunca Mais na próxima segunda-feira (17). A iniciativa é da Confederação Israelita do Brasil (Conib), e marca os 80 anos do Levante do Gueto de Varsóvia.

MEMÓRIA 2 "Precisamos sempre lembrar este episódio soturno para que algo parecido não volte a ocorrer", afirma o presidente da entidade, Claudio Lottenberg.

ARTE O Museu Afro Brasil Emanoel Araújo, em SP, vai dar início ao programa de exposições temporárias 2023 com a mostra "Bará", de Gustavo Nazareno, no dia 29 deste mês.

com Bianka Vieira, Karina Matias e Manoella Smith

Sujeito oculto

Continuação da pág. C1

Segundo Camilla Hall, a seleção tem títulos que impactaram o meio e marcaram as vidas dela e de Jennifer Tiexiera. Também foi levada em conta a cena atual do documentário, do lado internacional ao "true crime".

"Queríamos misturar histórias de esperança e desafiadoras. O objetivo era encontrar o tipo certo de coquetel de filmes, que desse uma imagem completa da indústria", diz Hall.

"Subject" vai fundo na ética do negócio. A partir dos cinco documentários, o longa de 90 minutos discute os efeitos psicológicos de ter a vida explorada em um filme e o direito ou não dos documentados a uma porcentagem dos lucros.

Os momentos mais fortes mostram o que aconteceu com aquelas pessoas depois de registradas pela câmera. Fica evidente a distância entre eles e os filmes que se ergueram a partir de suas imagens.

Protagonista de "The Square", Ahmed Hassan não pôde sair do Egito para prestigiar a cerimônia do Oscar que indicou o documentário. Já Jesse Friedman até visitou o Festival Sundance que premiou "Na Captura dos Friedmans", mas o público o recebeu com ojeriza pelas acusações de abuso infantil — pessoas atravessavam a rua para não cruzar com ele.

Margaret Ratliff é quem protagoniza o clímax. Enteada de Michael Peterson, ela relata seu contato com a "A Escadaria", minissérie da HBO que refaz com atores os eventos de "Morte na Escadaria". No filme, Ratliff diz que o diretor perguntou por email se ela poderia conversar com a atriz Sophie Turner, que a interpreta no seriado. Ou seja, queriam explorar mais uma vez sua imagem na TV.

O mais interessante é que Ratliff demorou a topar participar de "Subject", mesmo estando no projeto desde o início. Ela foi chamada só para ajudar na produção, logo antes dos novos episódios de "Morte na Escadaria" estrearem. Aos poucos, percebeu que a família seria importante.

"Eu no começo preferia ficar atrás da câmera, ajudando a trazer participantes e servindo de consultora. Conforme o processo avançava, percebi que minha família passava pelos mesmos problemas éticos dos outros entrevistados."

Hall diz que a produção também contatou os documentaristas das produções escolhidas, garantindo que ninguém se sentisse atacado por ter o filme debulhado e permitindo a maior troca de ideias.

Steve James foi um dos chamados. Diretor de "Basquete Blues", título mais antigo da seleção de "Subject", ele confirma o contato de Hall e Tiexiera e se diz feliz que Arthur Agee, protagonista do documentário, tenha sido incluído. Para James, o filme evidencia o trabalho responsável que ele e a equipe tiveram em 1994.

"Acho que estávamos à frente de nosso tempo quando fizemos 'Basquete Blues', em como lidamos com os entrevistados. Nós demos mais agência a eles que qualquer um na época, especialmente quando o filme fez dinheiro. Era a coisa certa, mesmo que não fosse habitual", afirma.

James vê outras mudanças no meio. No É Tudo Verdade deste ano com "Um Espião Compassivo", sobre o físico mais jovem do Projeto Manhattan, o diretor lembra que era raro um documentário estrear nos cinemas na década de 1990.

Continua na pág. C3

Cena de 'Um Espião Compassivo' Divulgação

Continuação da pág. C2
"A visão do público sobre o documentário era baseada na ideia de serem que nem vegetais, algo educacional", diz Steve James. "Eles agora são força significativa no entretenimento, mas continuam uma fonte de educação e reflexão."

Davis Guggenheim vê um processo parecido na forma. Diretor de "Uma Verdade Inconveniente", de 2006, o americano diz que o documentário evoluiu na criação. Ele lembra como exemplo o uso não convencional de imagens de arquivo em "Still", filme sobre o ator Michael J. Fox que ele exibe agora no festival brasileiro.

"Meu pai [o documentarista Charles Guggenheim] dizia que não se podia fazer algumas coisas no gênero porque havia regras. Muitos desses princípios foram jogados pela janela."

O nível de acesso também mudou, graças ao streaming. Segundo Guggenheim, as plataformas permitem ao público que veja documentários em casa em vez de no museu, e mais cineastas são descobertos.

É o caso de Evgeny Afineevsky. O cineasta israelita-americano foi indicado ao Oscar em 2016 por "Winter on Fire", filme sobre os protestos na Ucrânia em 2013. Segundo ele, a distribuição pela Netflix foi crucial para estabelecer seu nome e levar o longa a mais países.

Mas hoje ele vê limitações. O diretor exibe no É Tudo Verdade o filme "Liberdade em Chamas", uma continuação de "Winter on Fire" dedicada à Guerra da Ucrânia, e o projeto continua sem distribuição. Afineevsky diz que, como seu longa, outros documentários sobre o conflito passam pelas mesmas dificuldades.

Segundo Camilla Hall, a popularização do streaming deu poder aos algoritmos das plataformas, que alimentam o público com mais do que já consomem.

"Algumas pessoas assistiram ao nosso filme e disseram para a gente que nunca mais iriam ver um documentário da mesma forma. É isso que esperamos. Torcemos para que as pessoas tenham mais consciência quando forem escolher o que ver", diz Hall.

A discussão inclui o "true crime", os documentários que investigam a fundo casos complexos de assassinato como entretenimento.

Margaret Ratliff, tornada personagem em "Morte na Escadaria" há duas décadas, viu de perto o crescimento da popularidade do formato. Ela diz que os serviços de streaming entenderam a avidez do público e o alimentaram sem restrições. Segundo ela, a exploração é um retrocesso, mesmo com bons exemplos.

Eliza Capai, que dirigiu a minissérie "Elize Matsunaga: Era uma Vez um Crime", da Netflix, vê nas questões do "true crime" parte do debate sobre a regulamentação do streaming —em especial no Brasil, onde a entrada das plataformas coincidiu com o fim de políticas públicas de financiamento.

Mas ela diz que há vantagens para os documentaristas num cenário de equilíbrio entre projetos independentes e comerciais. Ela dá como exemplo o seu "Incompatível com a Vida", filme sobre perda gestacional que estreia no É Tudo Verdade. Capai diz que o longa se beneficiou dos aprendizados na minissérie.

"A produção era de outro tamanho. Havia entrevistas com 18 pessoas no set e trabalhei com um diretor de arte. Isso permite um salto técnico", afirma. "Depois daquilo, consegui pensar em mais questões para o 'Incompatível com a Vida', mesmo sem orçamento. A realidade era outra."

'Subject' não dá respostas fáceis para o ônus de ser personagem de documentário

Subject
★★★★☆

Júlia Gavillan

"Subject" mostra experiências que mudaram a vida de participantes de documentários famosos, como Margaret Ratliff.

Ela é filha adotiva de Michael Peterson, escritor acusado de matar a mulher em casa que, para provar a própria inocência, permitiu que uma equipe de documentaristas filmasse o cotidiano da família após a acusação.

Anos mais tarde, "A Escadaria" ganharia especiais em podcasts sobre casos criminais, transmissão na Netflix com novos episódios e uma série homônima baseada no material documental criado por Jean-Xavier de Lestrade.

Em "Subject", Ratliff compartilha como a devastadora perda de privacidade e os novos materiais audiovisuais a fizeram reviver a morte da mãe o tempo todo.

Conversando com estrelas de outros documentários, as diretoras Camilla Hall e Jennifer Tiexiera partem para um debate sobre o que significa abrir a vida para a observação de estranhos e, em especial, o que a vida reserva para esses indivíduos após o lançamento.

Com opiniões de diferentes documentaristas, o filme permite que o espectador aprecie o próprio processo de criação documental, além de refletir sobre as questões morais que envolvem examinar a vida de uma pessoa tão de perto. Além da fama momentânea, o que exatamente esses protagonistas ganham?

O documentário não dá uma resposta clara sobre a questão, mas oferece diferentes histórias e visões. Enquanto algumas sentem que foram exploradas, outros acreditam que os filmes foram importantes para que eles se libertassem do que viviam.

Em casos de histórias criminais, "Subject" mostra como as ramificações sobre os casos são mais complexas do que em contos sem crimes.

Mais do que permitir que essas pessoas falem sobre a própria experiência, Tiexiera e Hall querem que os documentaristas, os personagens retratados e o próprio público também reflitam sobre o que vem a seguir —lembrando que, até recentemente, muitos documentários foram feitos por homens brancos, a questão de quem conta a história é discutida e atrelada a quem ganha com a história.

Além de indagar sobre como um documentarista pode observar e exibir a história de um grupo étnico ou racial de que não faz parte, "Subject" questiona compensações, principalmente financeiras.

Enquanto uns acreditam que todos devam ser pagos pelo tempo cedido, outros apoiam a visão de que é questão de escolha estar em um filme.

No fim, "Subject" é um ensaio sobre o exame de consciência do trabalho de documentaristas e dos próprios personagens principais dos filmes, com questionamentos como se as produções devem manter um consultor ou psicólogo nos bastidores para ajudar as pessoas retratadas.

Rindo ao dar consentimento para participar do documentário, Ratliff retorna ao ambiente em que nunca imaginou que estaria de novo.

"Subject" não tem respostas, mas é uma ferramenta de debate na medida em que os documentários se tornam cada vez mais populares, gerando discussões culturais mais amplas sobre as novas figuras que não buscaram os holofotes.

Leia mais na pág. C7

'O Lodo' desnuda a alma humana na relação entre o paciente e o psicanalista

Longa de Helvécio Ratton usa conto de Murilo Rubião para criticar psicanálise com terror e humor

Bruno Ghetti

RIO DE JANEIRO A questão da saúde mental estava no centro do primeiro filme dirigido por Helvécio Ratton. O curta "Em Nome da Razão", de 1979, foi rodado em um hospício da cidade de Barbacena, no interior de Minas Gerais, revelando as péssimas condições de higiene e a falta de dignidade na rotina dos internos.

Seu mais recente filme volta a falar de problemas psíquicos, mas desta vez em uma chave distinta, no drama cômico "O Lodo", sobre as tensas relações entre um homem depressivo e seu analista.

O fato de Ratton ser também psicólogo de formação talvez explique o interesse e o retorno do cineasta ao tema.

"A relação entre os dois filmes passa pela psicologia de alguma forma, sim, embora sejam situações muito diferentes. No caso do filme de Barbacena, eu falava de uma questão de saúde pública, que mesmo hoje ainda não encontrou uma solução no Brasil. Mas no caso de 'O Lodo', o filme vem mais do meu interesse pela alma humana, pela psicologia do indivíduo", diz Ratton, em entrevista por videoconferência.

A história é uma adaptação de um conto de Murilo Rubião, mineiro como Ratton e expoente da literatura fantástica no Brasil. É o drama de um burocrata —o protagonista do longa, Manfredo— de vida pouco emocionante, que começa a sentir sintomas depressivos e procura os serviços de um piscólogo.

Ele não gosta da primeira sessão e resolve nunca mais voltar ao consultório, mas o analista o começa a procurar insistentemente, repetindo que ele precisa fazer o tratamento até sua cura. Se na vida real muitos pacientes não dão paz a terapeutas, telefonando para eles nas horas mais impróprias, ali ocorre o oposto.

Com o tempo, começa a ser vertido dos mamilos de Manfredo um líquido espesso e asqueroso como lodo, que talvez seja uma manifestação física de todos os seus problemas mentais somatizados. Para se livrar disso, ele tem de ceder às investidas profissionais do terapeuta cedo ou tarde.

"Esse conto tem elementos de suspense, terror e humor. Tem uma crítica à psicanálise, à arrogância dela, embora ela hoje já não tenha mais o poder que teve décadas atrás", diz Ratton. "Alguns analistas morreram de rir com o filme, enquanto outros se sentiram muito mais incomodados."

Ratton já conhecia a obra de Rubião, mas só recentemente descobriu o conto que resolveu adaptar para o cinema.

O mineiro diz que a naturalidade com que o fantástico surge na vida dos personagens o fascinou e que decidiu fazer uma obra entre dois registros —o absurdo e o realista. Para encontrar o tom exato nas atuações, chamou alguns membros do Grupo Galpão, destacado na cena teatral de Belo Horizonte, e fez uma preparação para filmagens até chegarem ao ponto certo.

De certo modo, o longa é mais um na obra de Ratton —a exemplo de, sobretudo, seu "Pequenas Histórias", de 2007— a pôr Minas Gerais no mapa do cinema brasileiro. durante toda a sua carreira.

Ele fica animado que outros conterrâneos tenham importância no cinema nacional, como diretores da Filmes de Plástico, produtora de Contagem responsável por obras premiadas, como "Temporada", de André Novais Oliveira, e "Marte Um", de Gabriel Martins.

> O audiovisual foi ignorado não só por essa turma que Bolsonaro colocou lá como também pelo setor econômico. Paulo Guedes não tinha a menor sensibilidade de entender a cultura. O governo Bolsonaro foi como atravessar um deserto
>
> **Helvécio Ratton**
> cineasta

"Fico muito feliz com essa turma de Contagem. Acho que é uma novidade para o cinema mineiro e nacional, você tem gente da periferia falando de uma classe média baixa com muita propriedade. Vieram oxigenar o nosso cinema."

Ratton diz que fez questão de lançar "O Lodo" no cinema, em uma postura de defesa de que as salas escuras continuem a existir, mesmo sabendo que o streaming é um caminho sem volta. Ele diz que seu filme já estava pronto em 2020, mas que o lançamento foi atrapalhado por dois complicadores, a pandemia e a falta de incentivo ao audiovisual dos governos de Romeu Zema, em Minas Gerais, e de Jair Bolsonaro, na esfera federal.

"O audiovisual foi ignorado não apenas por essa turma da incultura, que Bolsonaro colocou lá, como também pelo setor econômico. Paulo Guedes não tinha a menor sensibilidade de entender a produção cultural como um fato econômico importante", diz. "O governo Bolsonaro foi como atravessar um deserto."

Os atores Paulo André, Samira Ávila, Marcos Falcão e Ricardo Batista em cena do filme 'O Lodo', de Helvécio Ratton Divulgação

Filme opõe salvação e pecado para mergulhar em mundo de pesadelo

CINEMA
O Lodo
★★★★☆
Brasil, 2020. Direção: Helvécio Ratton. Com: Eduardo Moreira e Inês Peixoto. 14 anos. Nos cinemas

Inácio Araujo

Nunca faltou sinceridade a Helvécio Ratton. Um pouco de malícia, talvez. Professar sempre um claro catolicismo progressista levou seu cinema um tanto conservador a se escudar em boas causas.

Para não ir longe, sua defesa —honesta— dos religiosos acusados de dedurar Carlos Marighella à polícia esbarrava em cenas de tortura inteiramente despropositadas, tanto pelo que mostravam —óbvio— como pela ineficácia.

Mas isso parece ter despertado Ratton para outro lado das coisas —ao cineasta não basta a boa-fé. É preciso pôr a sua pele em jogo. Eis o que ele faz desta vez, enfrentar os próprios fantasmas e invadir o domínio do terror. A própria trama o demonstra.

De cara, temos um desanimado Manfredo, vivido por Eduardo Moreira, enfrentando várias questões de sua vida, a ambição profissional —solapada pelo próprio desânimo—, a concorrência do colega oportunista por uma promoção, o incômodo caso amoroso com a mulher do patrão, o próprio patrão, sadicamente vago em suas intenções.

Mas o pior é o desânimo, que o leva a um psiquiatra, o doutor Pink. E este, para começar, diz que Manfredo precisa lembrar a primeira coisa que vem à mente quando pensa na infância. E a lembrança está lá —um corredor vazio, com um crucifixo ao fundo.

A câmera avança até mostrar uma bela mulher seminua diante do espelho. A mãe, naturalmente. Assustado, Manfredo tenta se livrar de Pink.

É aí, no entanto, que começa sua jornada de pavor, já que Pink não se mostra disposto a largar o pé do cliente. A situação presta seu tributo a Kafka, mas também a Poe —para não falar de Freud, já que no teto do consultório de Pink o que Manfredo vê é a imagem estilizada de uma vagina.

E para não falar, claro, de Murilo Rubião, elegante mestre do conto fantástico, em quem o roteiro se inspira.

Essa jornada tétrica se fará acompanhar de terrores mais imediatos, pessoas que invadem a vida de Manfredo sem serem chamadas —inclusive um inquietante adolescente—, um farmacêutico com suas injeções, pesadelos que parecem invadir a realidade —um inconsciente tributo a Wes Craven e seu Freddy Krueger—, feridas que marcam seu corpo assim como seu espírito.

Essa espiral de dores serve para nos lembrar de o quanto a fé —católica, em princípio— pode ser um desconforto na vida das pessoas, bem mais do que um conforto. Mas serve a Ratton para mergulhar no mundo de terrores em que se opõem essas duas imagens, a cruz e a vagina, a salvação e o pecado.

Se é quase impossível não notar a feliz escolha de atores —bem dirigidos, no mais—, é um pouco surpreendente que a luz tenha mantido um tom realista, quando vários momentos do filme parecem sugerir uma fotografia expressionista, e que um sugestivo quadro colocado dentro do quarto de Manfredo —nada menos do que dentro do quadro— tenha ficado sempre tão em segundo plano.

A ousadia de Helvécio Ratton não está, em todo caso, no seu estilo. Antes, na maneira incisiva como nos conduz a um mundo de terror tão terrivelmente próximo de nós. Ou, será melhor dizer, tão dentro de nós, como o lodo que atormenta Manfredo.

‘Criaturas do Senhor’ é dono de duas atuações arrasadoras

Emily Watson brilha em história de mãe entre proteger ou denunciar o filho

CINEMA
Criaturas do Senhor
★★★☆☆
Irlanda, 2022. Direção: Saela Davis e Anna Rose Holmer. Com: Emily Watson, Paul Mescal e Aisling Franciosi. 14 anos. Nos cinemas

Teté Ribeiro

“Criaturas do Senhor” é daqueles filmes que já vale só por causa dos atores que aceitaram trabalhar nele — são como uma garantia de qualidade. A britânica Emily Watson, de “Gosford Park”, “Embriagado de Amor” e a minissérie “Chernobyl”, entre muitos outros trabalhos marcantes, é um desses nomes.

Paul Mescal, o irlandês de 27 anos revelado na série “Normal People”, de 2020, está se tornando outro desses nomes.

Mescal esteve em dois filmes independentes e excepcionais nos dois últimos anos, “A Filha Perdida” e “Aftersun” antes deste “Criaturas do Senhor”, em que representa um tipo bem diferente dos moços basicamente bons e naturalmente irresistíveis.

Neste filme ele continua irresistível, mas o personagem é centro de drama impossível, uma tragédia grega, em que quase ninguém é inocente.

Dirigido por uma dupla de jovens cineastas americanas, Saela Davis e Anna Rose Holmer, o filme se passa em um vilarejo na costa irlandesa que vive da pesca em um tempo que não parece atual, mas também não é demarcado nem interfere na história.

É uma comunidade unida e fechada, todo mundo se conhece e os homens e as mulheres cumprem funções tradicionalmente determinadas para homens e mulheres. Os homens pescam, as mulheres fazem o trabalho de casa, criam os filhos e trabalham na empresa que processa os peixes.

Aileen, vivida por Emily Watson, é uma gerente sênior na empresa. É ela que tem a chave do galpão onde várias mulheres limpam os peixes e os preparam para serem vendidos e faz a interlocução das funcionárias com o patrão, um homem durão e grosseiro.

Um dia, sem aviso prévio, seu filho Brian, papel de Paul Mescal, volta para casa depois de uma temporada longa na Austrália. Ele desapareceu anos antes sem qualquer explicação e voltou de repente também sem justificativa.

E Aileen se derrete quando vê o filho preferido. Mesmo sem grandes demonstrações públicas, fica evidente que é uma mãe satisfeita por ter seu único filho homem de volta.

A volta do rapaz traz, no entanto, mais do que só a alegria da mãe com o retorno. Ele e o pai não se dão bem e, apesar de não haver nenhum sinal evidente de que aquele não é mais um garoto irresistível, há uma tensão no ar.

Ele diz que voltou para cuidar da criação de ostras que seu avô tinha e está abandonada, mas o fato de nunca explicar nada sobre o que o fez ir embora e o que o fez voltar provoca o primeiro incômodo deste roteiro.

Até que um dia Aileen é acordada no meio da noite por um policial pedindo que ela vá até a delegacia. Brian foi acusado de estupro por uma colega de trabalho de Aileen. O policial quer saber se Aileen tem algum álibi para o filho.

A resposta é o começo de uma série de eventos trágicos que parecem acontecer quase no segundo plano, mas que provocam um crescendo de tensão e tristeza, aflição e raiva e culminam num final que, literalmente, faz faltar o ar.

O ator Paul Mescal em cena do filme ‘Criaturas do Senhor’ Divulgação

TikTok é um ‘barato’ ligeiro, diz diretor de música do YouTube

Maurício Meireles

RIO DE JANEIRO Lyor Cohen é um dos executivos mais poderosos da indústria musical hoje —desde 2016, ele é diretor global do YouTube Music.

Antes disso já acumulava poder, mas em gravadoras. Teve uma longa carreira no hip-hop, chegou a presidir o lendário selo Def Jam e é considerado um dos responsáveis pela expansão mundial do gênero.

Ele está de passagem pelo Brasil, e participou nesta quarta-feira da Rio2C, a conferência da indústria criativa na capital fluminense.

Entre uma tarefa e outra no país, Cohen recebeu a reportagem para um café da manhã no hotel onde se hospedou, na zona sul do Rio de Janeiro. E aproveitou para disparar críticas ao que vê como uma das maiores ameaças à criação cultural hoje —os vídeos curtos. Como os do TikTok.

“Estou muito preocupado com isso”, diz, sem mencionar o nome da rede social chinesa.

O assunto vem à tona quando é questionado sobre o serviço YouTube Shorts, justamente uma seção de vídeos curtos, criada pela plataforma do Google em 2021.

“O que eles [o TikTok] têm é um ‘barato’ ligeiro. Não queremos isso, mas que os ‘shorts’ sejam um aperitivo.”

Nos últimos anos, música não tem sido bem o único negócio de serviços de música. Muitas plataformas investiram em podcasts originais, explorando formatos. Os vídeos de podcasts ou os cortes, aliás, são algo relevante no YouTube. Mas Cohen diz que não vê a empresa investindo em conteúdo nessa área.

“O YouTube é o maior abrigo de podcasts do mundo. Sem nem tentar. Vamos organizar um jeito intuitivo e fácil de as pessoas ouvirem”, afirma ele.

O repórter viajou a convite da organização do evento

Mais ‘Sopranos’ do que ‘Rei Lear’

Após reviravolta em ‘Succession’, série perde o que tinha de melhor

Mauricio Stycer

Jornalista e crítico de TV, autor de ‘Adeus, Controle Remoto’. É mestre em sociologia pela Universidade de São Paulo

“Oz”, lançada em 1997, foi a primeira série dramática de peso produzida pela HBO. Exibida ao longo de seis temporadas, com episódios de uma hora de duração, se passava dentro de uma prisão de segurança máxima.

Durante as discussões sobre o projeto, o então principal executivo da HBO, Chris Albrecht, perguntou ao criador da história: “O que nunca foi feito no primeiro episódio de uma série de uma grande rede de TV?”. Tom Fontana respondeu: “Matar o principal personagem”. “Faça isso”, propôs Albrecht. Fontana concordou e matou umdos principais protagonistas do episódio de estreia.

Passados 21 anos, “Succession” se arriscou por um caminho quase tão ousado. Ao final do primeiro episódio da série, lançada em junho de 2018, o magnata Logan Roy, dono de um império de mídia, sofre um derrame após comemorar o seu aniversário de 80 anos.

Jesse Armstrong, o criador da série, não teve coragem de matar o protagonista na estreia, mas utiliza o problema de saúde como pretexto para os espectadores conhecerem melhor os seus quatro filhos, que disputam, usando diferentes armas, a sucessão no comando dos negócios.

Ao chegar à quarta e última temporada em março, o tema principal continua sendo esse: a sucessão de Logan —se não quiser spoilers, pare de ler agora.

A ousadia é que Armstrong não quis esperar até o fim para matá-lo. O empresário morre do coração dentro de um avião particular —não poderia haver lugar melhor— no terceiro episódio, exibido no domingo.

Com respeito a quem busca evitar spoilers, quando uma série se torna um evento global, de fato, como ocorreu com “Succession”, a morte do protagonista é o tipo de acontecimento impossível de ser mantido em segredo.

Sem Logan, os sete episódios que restam se tornam ainda mais atraentes, mas “Succession” perde parte do que tem de melhor —o humor que o ator Brian Cox deu ao personagem.

Fã de “Sopranos” e de “A Sete Palmos”, Armstrong sempre tratou a guerra pelo comando do império de mídia da família Roy como um evento tragicômico. Graças ao talento de Cox, foi possível entender que Logan era um canalha vocacionado, muito mais perto de Livia Soprano do que do rei Lear.

Sempre agiu em nome dos negócios, mas é impossível não enxergar o prazer que também tinha praticando maldades, humilhando subordinados ou manipulando os filhos.

Outros quatro personagens ajudam a manter “Succession” com um pé firme na sátira, esvaziando parte do tom de denúncia que parece óbvio na série.

Roman Roy, um dos filhos de Logan, vivido por Kieran Culkin, é o personagem mais desconcertante. É um tipo da pior espécie, mas exagerado e engraçado como uma vilã de novela das nove da Globo.

Já seu meio irmão, o ingênuo e aloprado Connor —papel de Alan Ruck—, nos diverte com delírios de grandeza que lembram um candidato presidencial do Novo.

Tom, brilhantemente interpretado por Matthew Macfadyen, é o arrivista profissional. Sem vergonha alguma de bajular os Roy, ele se casa com a filha de Logan e se oferece como um tapete para o patriarca pisar. Ao mesmo tempo, se vinga das humilhações espicaçando o engraçado Greg, vivido por Nicholas Braun, que é neto do irmão de Logan.

Agora sem Logan, mas ainda com essa gangue masculina, formada por Roman, Connor, Tom e Greg, “Succession” tem a missão de continuar nos divertindo pelos próximos sete domingos. A julgar por tudo o que mostrou até aqui, tem tudo para conseguir.

Fernanda Torres
A coluna não é publicada hoje

Nota de falecimento: Twitter

Com símbolo doce de passarinho, rede encantou até morrer de cólera

Flávia Boggio
Roteirista. Escreve para programas e séries da TV Globo

Ele nasceu cheio de sonhos. Com nome inspirado no verbete que em português significa "gorjear", era uma rede social despretensiosa, que queria apenas replicar pequenos momentos de seus usuários.

Em tempos de blogs e longos artigos, se tornou um recurso para as pessoas compartilharem, em 140 caracteres, o que acontecia em suas vidas. Perguntava "o que você está fazendo?" e milhões dividiam seus "tweets", ou tuítes, descrevendo momentos de suas vidas com os amigos virtuais.

Mas o ser humano gosta é de reclamar e falar mal dos outros. Por isso, em pouco tempo, nossa amiga trocou a pergunta para "o que você está pensando?".

Se tornou o principal aliado dos oprimidos da sociedade. A expressão "vou xingar muito no Twitter" virou um grito de guerra, após uma fã do Restart se indignar com o cancelamento de um show. Há quem diga que motivou o fim da banda.

Também foi responsável por divulgar grandes frases da humanidade, como: "Fui! Vocês não merecem falar nem comigo e nem com meu anjo!", de Xuxa. Ou: "Ânimo galera, vai melhorar tudo depois da Copa de 2014", de Dejan Petkovic. Ou mesmo "crime ocorre, nada acontece, feijoada", de um coreano desconhecido.

Com a chegada de concorrentes, como Facebook e Instagram, todos acharam que ela iria morrer. Mas sobreviveu, enquanto seus inimigos desfaleceram. Mas, como todo anti-herói, seu maior inimigo era ele mesmo.

O passarinho que tanto voou pelo mundo foi atingido pela cólera de seus usuários e passou a defecar na cabeça de todos. Um simples tuíte de "bom dia" terminava em uma discussão de quem tem ou não o privilégio de ter um bom dia. Quem postava "meu cachorro comeu chocolate" era acusado de assassino de cachorros.

Até que ele foi comprado por um herdeiro de minas de diamantes que precisava de atenção. A necessidade de likes nunca saiu tão cara. Como uma criança dona da bola, demitiu cérebros da empresa, passou a cobrar pelo selo de verificação e se recusou a retirar posts de ódio e de apologia de massacres.

Se antes voava, hoje navega desgovernado, com usuários pulando fora como passageiros do Titanic. Quem sobrou age como se estivesse em um fim de festa, conversando com desconhecidos e chutando latas no chão. Até que, aos 17 anos de idade, o Twitter morreu. Ou, como disse um tuíte incompleto do G1, "morre o inesquecível".

Galvão Bertazzi

| DOM. Ricardo Araújo Pereira | SEG. Bia Braune | TER. Manuela Cantuária | QUA. Hmmfalemais | QUI. Flávia Boggio | **SEX. Renato Terra** | SÁB. José Simão

É HOJE EM CASA

Tony Goes
tonygoes@uol.com.br

Longa relembra britânico que se tornou o rei de uma ilha na Ásia

No Limite do Mundo
Amazon Prime Video, 16 anos
Jonathan Rhys-Meyer vive James Brooke, um explorador e aventureiro do século 19 que lutava contra a escravidão. Em 1840, ele desafiou a coroa britânica ao se tornar rei de Sarawak, no norte da ilha de Bornéu, no sudeste da Ásia. Essa história real inspirou dois livros importantes, depois adaptados ao cinema —"O Homem que Queria Ser Rei" e "O Coração das Trevas", que serviu de base para "Apocalypse Now".

Meu Amigo Lutcha
Netflix, 10 anos
Durante uma visita a seus parentes no México, um garoto se afeiçoa a um estranho animal. O que ele não sabe é que o bicho é um filhote de chupacabra, uma criatura mítica que está na mira de um bando de cientistas.

A Troca
Looke, livre
Nesta série exclusiva da plataforma, duas famílias entram em crise quando descobrem que seus filhos de seis anos foram trocados na maternidade.

Viagem ao Centro da Terra
Disney+, 10 anos
Um bando de adolescentes num acampamento de verão descobre uma passagem para um misterioso mundo subterrâneo. Série mexicana inspirada nos livros de Jules Verne.

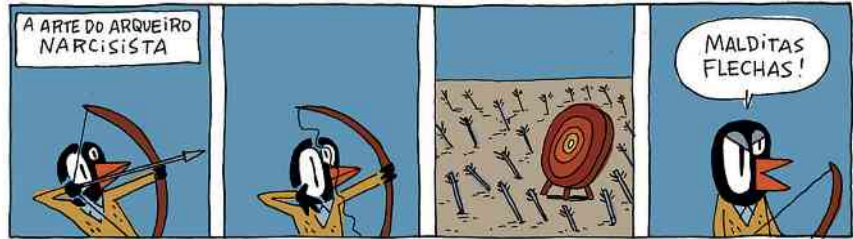
S.W.A.T. – Força de Intervenção
Globoplay, 14 anos
Na quarta temporada da série policial, o protagonista Hondo confronta a tensão racial em Los Angeles e faz uma questão pertinente ao Brasil —será que a lei é aplicada da mesma maneira entre negros e brancos?

Quanto Vale Esse Doce?
GNT, 21h30, livre
Nesta nova competição entre confeiteiros, os concorrentes precisam superar os rivais não apenas no sabor de suas criações, mas também vender mais do que eles. Apresentação da chef Carole Crema.

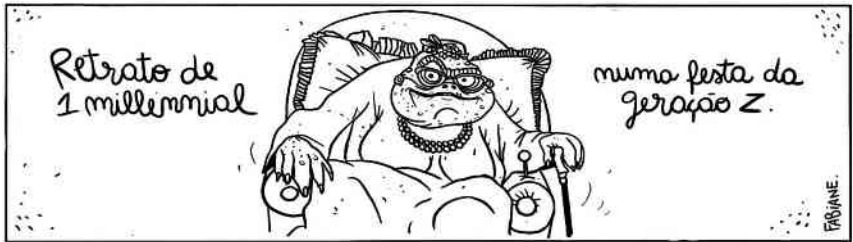
Bruta Aventura em Versos
Curta!, 22h30, livre
O documentário de Letícia Simões procura captar a beleza da escrita de Ana Cristina César, ícone da poesia marginal no Rio de Janeiro dos anos 1970, por meio da apropriação da obra da poeta por outros artistas.

QUADRINHOS

Piratas do Tietê *Laerte*

Daiquiri *Caco Galhardo*

Níquel Náusea *Fernando Gonsales*

Não Há Nada Acontecendo *André Dahmer*

Viver Dói *Fabiane Langona*

Péssimas Influências *Estela May*

Vida Besta *Galvão Bertazzi*

GODOKU

texto.art.br/fsp

						E	L	A
			I	E	L			C
L								
	E		S					
C		S	E		U	R		L
					A		S	
								S
A			L	T	C			
E	T	R						

As regras do **Godoku** são simples: o jogador deve preencher o quadro maior, que está dividido em nove grids, com nove lacunas cada um, de forma que os espaços em branco contenham as letras presentes no diagrama. As letras não podem se repetir na mesma coluna, linha ou grid. No destaque será lido o nome de um documento imobiliário.

SOLUÇÃO

S	C	I	T	U	R	E	L	A
T	U	A	I	E	L	S	R	C
L	R	E	C	A	S	U	I	T
R	E	L	S	C	T	A	U	I
C	A	S	E	I	U	R	T	L
U	I	T	R	L	A	C	S	E
I	L	C	U	R	E	T	A	S
A	S	U	L	T	C	I	E	R
E	T	R	A	S	I	L	C	U

CRUZADAS

HORIZONTAIS
1. Precede durante e depois / De + um **2.** (Fig.) Tendência determinada por forças externas / Faixa, marca ou sinal circular **3.** (Fig.) Enganador, tapeador **4.** Itamar Assumpção (1949-2003), músico / Grande chama **5.** Uma veste para a mulher grávida / Neste lugar ou ponto (próximo, ou em relação a quem fala) **6.** De cor entre o marrom e o amarelo / Clube Atlético Mineiro **7.** Menino, garoto / Uma série completa de cartas de jogar **8.** Que se acrescenta **9.** O principal rio da África / A carta mais importante no jogo do truco **10.** Um animal domesticável / Vagem de uma planta hortense **11.** (Quím.) O símbolo do hólmio / Comissão julgadora **12.** (Fig.) Ação decisiva ou arriscada **13.** O R do RU / A regra que deveria ser igual para todos.

VERTICAIS
1. Cereal muito nutritivo, rico em fibras / Agarrar com certa peça recurvada usada para suspender pesos **2.** Cantiga para acalentar / Peixe, o "jardineiro dos recifes" **3.** Portar, possuir / Pedra semipreciosa de cores variadas / (Fís.) O símbolo de Curie **4.** De uma parte do sistema digestório / Forma de abreviar o mês 1 **5.** Em informática, conjunto de tarefas ou quantidade de dados a ser processados como uma só unidade / Notícia importante, dada com exclusividade **6.** Um setor da defesa do futebol / O compositor austríaco Wolfgang Amadeus (1756-1791) **7.** Músico baiano que, com Osmar, criou os trios elétricos / A plantação destinada à obtenção de açúcar, álcool, cachaça etc. **8.** Um jogo de cartas com números e cores / Buraco da mesa de sinuca / A terceira consoante do alfabeto **9.** Doce de consistência esponjosa / Típica exclamação caipira.

HORIZONTAIS: 1. Antes, Dum, **2.** Viés, Zona, **3.** Enrolador, **4.** IA, Fogo, **5.** Bata, Cá, **6.** Bege, Cam, **7.** Guri, Maço, **8.** Adicional, **9.** Nilo, Zape, **10.** Cão, Fava, **11.** Ho, Júri, **12.** Cartada, **13.** Reino, Lei. **VERTICAIS: 1.** Aveia, Ganchar, **2.** Nina, Budião, **3.** Ter, Berilo, Ci, **4.** Esofágico, Jan, **5.** Lote, Furo, **6.** Zaga, Mozart, **7.** Dodô, Canavial, **8.** Uno, Caçapa, Dê, **9.** Maria-mole, Uai.

Confira onze destaques na programação do É Tudo Verdade

Festival de documentários, que começa nesta quinta (13), vai exibir 72 títulos em quatro cinemas de SP

Sandro Macedo

SÃO PAULO Em sua 28ª edição, o É Tudo Verdade celebra a volta 100% presencial do público às salas de cinema no principal festival de documentários do país, e um dos mais relevantes do mundo, com a assinatura do diretor Amir Labaki.

Com 72 títulos de 34 países, a mostra traz o frescor da produção de diferentes cantos do mundo, entre os dias 13 e 23 de abril. Em São Paulo, acontece nas salas Cinemateca, Cine Marquise, Instituto Moreira Salles e Sesc 24 de Maio. Veja onze sugestões de longas exibidos e consulte a programação em etudoverdade.com.br.

*

171
Em preto e branco, traz a história de seis personagens que foram presas pelo crime de estelionato, o código penal 171. De golpes pequenos a milionários, são pessoas que usaram a lábia para tirar proveito de outras. Siqueira também dirigiu "Terra Deu, Terra Come" (2010), vencedor do ETV.
Dir.: Rodrigo Siqueira. Classificação indicada. Dias 16, às 19h (Cinemateca), e 18, às 20h30 (Cine Marquise)

1968 - Um Ano na Vida
Assim como João Moreira Salles em "No Intenso Agora" (2017), Eduardo Escorel revisita o turbulento ano de 1968. No entanto, neste caso ele usa como ponto de partida o diário "Lost", da irmã Silvia Escorel, um ano mais velha que o diretor, que comenta em off e traz uma visão mais pessoal e familiar do período.
Direção: Eduardo Escorel. 14 anos. Dia 15, às 18h30 (Cine Marquise)

Beleza Silenciosa
Em tempos em que o cinema de ficção traz discussões relevantes sobre violência de gênero, vale dar uma olhada neste documentário que marca a estreia de Jasmin López. Americana de família mexicana, ela relembra o abuso sexual que sofreu do avô. Ao expor a história, descobre que gerações de sua família foram vítimas do mesmo abuso.
Dir.: Jasmin Mara López. Classificação não indicada. Dia 14, às 14h (Sesc 24 de Maio), 21, às 19h (CCSP); e de 17 a 23 na plataforma de streaming Sesc Digital

Um Espião Compassivo
Resgata a trajetória de Ted Hall (1925-1999), físico judeu que, aos 18 anos, foi o mais jovem integrante do Projeto Manhattan, que resultou na criação da bomba nuclear. Ao ver a devastação provocada pela sua colaboração e com medo do monopólio americano, ele resolve passar informações secretas para a União Soviética.
Dir.: Steve James. Classificação não indicada. Dias 18, às 14h (Cinemateca), e 22, às 19h30 (IMS)

Incompatível com a Vida
Traz um relato da diretora, Eliza Capai, sobre a própria gravidez. Ela cruza a experiência com a de outras seis mulheres, criando um documentário sobre os desafios da maternidade em vista da morte.
Direção: Eliza Capai. 16 anos. Dias 15, às 20h30 (Cine Marquise), e 19, às 19h (Cinemateca)

Liberdade em Chamas
O documentário indicado ao Oscar "Winter on Fire" (2015) sobre uma manifestação pacífica que se tornou um levante popular contra o governo ucraniano (então aliado a Putin) voltou a ficar em evidência quando a Rússia invadiu a Ucrânia. Agora, o mesmo diretor traz no novo longa a resiliência desse povo depois do início da guerra naquele país.
Direção: Evgeny Afineevsky. Classificação não indicada. Dias 14, às 19h (CCSP), e 16, às 14h (Cinemateca)

Merkel
A chanceler Angela Merkel liderou a Alemanha entre 2005 e 2021, tornando-se uma das personalidades políticas mais influentes do século 21. O filme retrata a líder, resgatando tempos pré-política, quando ela era uma cientista que cresceu do lado oriental do país. Suas memórias da construção do muro e sua ascensão após a queda do próprio estão lá.
Direção: Eva Weber. Classificação não indicada. Dias 14, às 14h (Cinemateca), e 15, às 19h (CCSP)

Nada Sobre Meu Pai
Em um trabalho pessoal e investigativo, Susanna Lira tenta descobrir um pouco mais da história do pai que ela nunca conheceu, um guerrilheiro equatoriano que veio ao Brasil nos anos 1970 para lutar contra a ditadura. Da mesma diretora de "Torre das Donzelas" (2018), no qual revisitou a prisão em que a ex-presidente Dilma ficou na ditadura.
Direção: Susanna Lira. Livre. Dias 17, às 20h30 (Cine Marquise), e 18, às 19h (Cinemateca)

Pianoforte
Registra uma das mais importantes competições de piano do mundo, a Chopin Competition, em Varsóvia. Quase uma Olimpíada, o evento acontece de cinco em cinco anos chamando grande atenção na Europa. Piatek acompanha de perto alguns dos 87 participantes, que se apresentam em eliminatórias e tentam lidar com a pressão até a final.
Direção: Jakub Piatek. Classificação não indicada. Dias 18, às 16h30 (Cinemateca), e 21, às 17h (IMS)

Still: Ainda Sou Michael J. Fox
Nos anos 1980 e 1990, o canadense Michael J. Fox foi um dos principais astros de Hollywood, com o estrondoso sucesso de "De Volta para o Futuro". No documentário de Guggenheim ("Uma Verdade Incoveniente"), o próprio Fox abre o jogo sobre como lidou com a descoberta do mal de Parkinson no auge da fama —ele recebeu o diagnóstico em 1991 e tomava pílulas para tentar disfarçar os sintomas.
Direção: Davis Guggenheim. Classificação não indicada. Dias 15, às 14h (Cinemateca), e 21, às 19h30 (IMS)

Subject
Um dos documentários mais interessantes dos últimos anos, mergulha justamente no jeito de se fazer documentários e na suposta objetividade com que personagens são conduzidos. Para isso, as diretoras dão certo controle da narrativa a personagens de títulos famosos, como "A Praça Tahrir" e "The Staircase", documentário "true crime" que motivou o longa, e que originou a série de ficção "A Escada". Foi escolhido para a abertura da mostra em São Paulo.
Direção: Camilla Hall e Jennifer Tiexiera. Classificação não indicada. Dia 13, às 20h30 (Cine Marquise)

Mulher em metrô na Ucrânia em cena do documentário 'Liberdade em Chamas' Fotos Divulgação

Jovem participa de competição em 'Pianoforte'

O longa 'Still: Ainda Sou Michael J. Fox', que retrata a trajetória do astro dos anos 1980

ESTREIAS DE CINEMA EM SP

Belo Desastre
Na trama, o bad boy da faculdade Travis quer conquistar Abby, uma garota que esconde seu passado.
Estados Unidos, 2023. Direção: Roger Kumble. Com: Dylan Sprouse, Virginia Gardner e Austin North. 14 anos

O Colibri
O longa é a adaptação do livro homônimo escrito pelo italiano Sandro Veronesi. A trama acompanha Marco Carrera, um homem que não consegue esquecer um amor do passado enquanto vive com sua esposa e filha.
França, 2022. Direção: Francesca Archibugi. Com: Pierfrancesco Favino, Kasia Smutniak e Bérénice Bejo. 14 anos

Criaturas do Senhor
★★★☆☆
Indicado ao Oscar em 2023 por seu trabalho em "Aftersun", Paul Mescal vive um jovem que volta para a casa de sua mãe, em uma vila de pescadores. Pouco tempo depois, ele é acusado de um crime que ela acoberta. Essa mentira afeta a família e comunidade onde vivem.
Irlanda, 2023. Direção: Saela Davis e Anna Rose Holmer. Com: Emily Watson, Paul Mescal e Aisling Franciosi. 14 anos

Desejo Proibido
O filme acompanha o romance entre uma juíza e um homem que é 15 anos mais novo. Além dos preconceitos que podem afetar a carreira de Olga, sua filha também é contra esse relacionamento.
Polônia, 2023. Direção: Tomasz Mandes. Com: Magdalena Boczarska, Simone Susinna e Katarzyna Sawczuk. 16 anos

Dungeons & Dragons - Honra entre Rebeldes
Na trama, um ladrão e um grupo de aventureiros estão em busca de uma relíquia perdida. Ao cruzar o caminho de pessoas erradas, a equipe se vê em uma jornada perigosa e obscura.
Estados Unidos, 2023. Direção: John Francis Daley e Jonathan Goldstein. Com: Chris Pine, Michelle Rodriguez, Regé-Jean Page. 12 anos

Evolução
A trama segue três gerações de uma família judaica, da Segunda Guerra Mundial até a Berlim contemporânea. Os sobreviventes são atormentados por traumas e memórias surrealistas dos tempos de batalha.
Hungria, 2021. Direção: Kornél Mundruczó. Com: Lili Monori, Annamária Láng e Goya Rego. 14 anos

O Lodo
★★★★☆
A adaptação do conto homônimo escrito pelo mineiro Murilo Rubião segue Manfredo, um funcionário deprimido de uma empresa de seguros. Ele procura a ajuda de um psiquiatra, mas não revela seu passado, o que faz com que o médico inicie uma perseguição.
Brasil, 2023. Direção: Helvécio Ratton. Com: Eduardo Moreira, Inês Peixoto e Teuda Bara. 14 anos

O Pastor e o Guerrilheiro
Na década de 1970, um guerrilheiro comunista e um cristão são presos e torturados por um coronel. Anos depois, o militar comete suicídio e sua filha vai atrás dos dois. Foi exibido na Mostra Internacional de Cinema de São Paulo do ano passado.
Brasil, 2022. Direção: José Eduardo Belmonte. Com: Johnny Massaro, César Mello e Julia Dalavia. 14 anos

Suzume
★★★★☆
No anime, uma garota ajuda um jovem misterioso a fechar portais que causam desastres no Japão.
Japão, 2022. Direção: Makoto Shinkai. 10 anos

turismo

Veja dicas para evitar malas trocadas e outros golpes em aeroportos

Para minimizar risco de passar pela situação das brasileiras na Alemanha, cuidados incluem uso de tags e rastreadores

Carolina Muniz

BRASÍLIA O caso das brasileiras que foram presas na Alemanha após uma troca de malas despertou medo em muita gente que planeja viajar de avião para fora do país.

Em 5 de março, a empresária Kátyna Baía, 44, e sua esposa, Jeanne Paolini, 40, foram detidas no aeroporto de Frankfurt, acusadas de transportar 40 kg de cocaína em bagagens despachadas. Mas, de acordo com a Polícia Federal brasileira, as malas apreendidas não pertenciam ao casal.

Uma investigação descobriu que uma quadrilha trocava etiquetas de bagagens no Aeroporto Internacional de Guarulhos, em São Paulo.

Na ação, os criminosos retiravam a identificação de malas e as colocavam em outras, com drogas. Isso aconteceu também com pessoas que tinham Paris, na França, como destino. Na última semana, a PF prendeu seis suspeitos de integrarem o grupo. As brasileiras passaram mais de um mês presas e foram soltas nesta terça-feira (11).

Para minimizar o risco de viver a situação, vale redobrar o cuidado com as malas, sobretudo em viagens internacionais. Mas não é preciso pânico, reforça a delegada Fernanda Herbella, da Deatur (Delegacia Especializada em Atendimento ao Turista).

"As bagagens são despachadas dentro de uma área de segurança, que quase sempre é protegida por filmagens, circuitos internos e fiscalizações. Nesse caso, houve uma falha, mas é algo excepcional."

É importante estar atento às possibilidades de golpes relacionados às bagagens, como furtos ou até mesmo a introdução de drogas ou outros itens ilícitos. "No aeroporto, os bandidos ficam observando as pessoas e escolhem aquelas que estão mais distraídas", afirma Marcus Almeida, especialista em segurança aeroportuária, que já coordenou a área no aeroporto do Galeão, no Rio, e na CCR Aeroportos.

Por isso, diz ele, o passageiro não deve descuidar da bagagem um minuto sequer. A recomendação é nunca aceitar ajuda de estranhos para carregar as malas ou para olhá-las numa ida ao banheiro, por exemplo. Também não se deve, em nenhuma hipótese, aceitar carregar uma bolsa que não seja sua.

Outro ponto que pode causar problemas no exterior é o transporte de medicamentos, já que algumas substâncias podem ser consideradas drogas dependendo do país visitado. Assim, é fundamental pesquisar as restrições do destino e sempre levar consigo a receita médica, orienta Luiz Trigo, professor do curso de lazer e turismo da USP (Universidade de São Paulo).

A seguir, veja as principais recomendações dos três especialistas para se prevenir de golpes relacionados às bagagens e também reunir provas, caso seja necessário apresentá-las às autoridades.

*

Preste atenção às etiquetas

Na hora do despacho, o funcionário da companhia aérea etiqueta a bagagem e dá ao passageiro um comprovante. Nesse papel, constam o código de identificação, a quantidade de itens despachados e o peso de cada um deles. É essencial guardar o documento e, se possível, fotografá-lo.

No caso das turistas brasileiras, uma das evidências de que a mala com drogas não era delas foi o peso registrado no check-in: uma pesava 16 kg e a outra, 17 kg, valores inferiores aos 20 kg de cocaína encontrados em cada bolsa.

Outra dica é observar se o número de etiquetas que o funcionário da companhia aérea imprimiu na hora do check-in é compatível com a quantidade de volumes que está sendo despachada —e se todas as identificações foram de fato colocadas nas malas. Isso porque já houve situações em que criminosos usaram etiquetas emitidas a mais para identificar bagagens com drogas, afirma Marcus Almeida, que deu apoio a uma operação da PF contra esse tipo de crime no Galeão.

Identifique e tire fotografias dos volumes levados

Utilize etiquetas com os seus dados para identificar a mala. No lado de fora, o ideal é pendurar ao menos duas, porque uma delas pode se romper com o manuseio no aeroporto. Também vale colocar uma identificação dentro da mala, porque, caso surja alguma dúvida sobre quem é seu dono, ela poderá ser aberta.

Mas não é preciso exagerar nas informações: basta escrever nome, sobrenome e telefone (não se esqueça do código do país e do DDD).

Além disso, busque diferenciar a sua mala das demais. Use fitas coloridas, adesivos ou outros recursos visuais que possam ser registrados pelas câmeras do aeroporto. Quanto mais diferente for a bagagem, mais fácil será identificar que houve uma troca. Faça fotos ou vídeos da mala, de preferência no momento em que ela estiver sendo despachada.

Adote outras proteções na mala além do cadeado

Fechar a mala com cadeado é obrigatório para aumentar a segurança, mas nem sempre é suficiente. Muitas vezes, é possível abrir o zíper com o auxílio de uma caneta e, depois, fechá-lo novamente. Uma dica é, além do cadeado, prender os fechos do zíper com um lacre na alça da bagagem. Isso dificulta que o zíper consiga ser fechado novamente, inibindo a prática.

Não há proteção infalível, mas, em geral, os criminosos procuram malas que podem ser violadas mais rapidamente, sem que ninguém veja. Portanto, vale utilizar todo tipo de recurso para complicar a ação dos bandidos: capas protetoras, cintas com código ou envelopamento com plástico.

Outra opção é inserir rastreadores dentro da bagagem, cuja localização é compartilhada com o dono por meio de um smartphone. A ferramenta da Apple, o AirTag, custa a partir de R$ 369 no site da marca. O Galaxy SmartTag, da Samsung, aparece disponível em lojas online, com preço entre R$ 180 e R$ 350.

Na hora de pegar a mala na esteira, caso você perceba que há algo de diferente com ela, verifique no local se algum pertence está faltando ou se algum objeto diferente foi introduzido. Então, comunique imediatamente às autoridades.

Pessoa caminha em aeroporto Adobe Stock

Quando possível, use o modelo de mão em viagens

Em viagens mais rápidas, uma alternativa é não despachar a mala. O passageiro tem direito de levar na cabine uma mochila ou bolsa para guardar embaixo do assento à sua frente e uma bagagem de mão de até 10 kg e dentro das dimensões permitidas (55 cm de altura, 35 cm de comprimento e 25 cm de largura).

Nesse caso, é fundamental ficar atento aos seus pertences o tempo todo, inclusive dentro do avião. Carregue documentos, dinheiro e outros itens de valor junto ao corpo ou, no máximo, na bolsa que ficará sob os seus pés. Posicione a mala de mão no compartimento superior o mais próximo possível do seu assento, de modo que consiga visualizar se alguém abri-lo. Feche a bagagem com cadeado e coloque o lado do zíper virado para o fundo do compartimento. Assim, ficará mais difícil que uma pessoa consiga violá-la.

E lembre-se: se o compartimento da cabine já estiver lotado, a empresa aérea pode solicitar, no embarque, que a sua mala seja despachada. Por isso, esteja sempre preparado para tomar as mesmas precauções na hora de entregar a bagagem (identificar, proteger e fotografar o volume).

Saiba como aconteceu a ação dos criminosos

Dentro de uma área restrita do Aeroporto Internacional de Guarulhos (SP), um funcionário foi filmado pelo circuito de segurança mexendo nas etiquetas das malas de Kátyna Baía e Jeanne Paolini

Segundo investigação da PF, as etiquetas das duas malas foram colocadas em outras bagagens, com 20 kg de cocaína em cada uma. Essas malas entraram no aeroporto via embarque doméstico e foram levadas ao setor internacional pelos criminosos

As imagens capturadas no aeroporto e anexadas ao processo mostram que as malas com a droga tinham semelhanças com as que foram despachadas pelas brasileiras, mas não eram idênticas

Pelo registro da companhia aérea, as bagagens do casal pesavam 16 kg e 17 kg no momento em que foram despachadas, valores inferiores aos 20 kg de cocaína encontrados pela polícia em cada uma das malas

Fonte: Polícia Federal de Goiás

60 anos em Paris

Por que eu não estava postando tudo aquilo? Porque eu estava vivendo

Zeca Camargo

Jornalista e apresentador, autor de 'A Fantástica Volta ao Mundo'

Entrei em pânico quando, no começo da semana, recebi o relatório de tempo de uso de internet no celular e vi que ele tinha diminuído 41%. Justo enquanto eu passava meu aniversário em Paris! Como assim?

Eu deveria estar postando alucinadamente. Afinal, estava na minha cidade favorita, com 40 amigos e familiares queridos, celebrando meus 60 anos. Onde estavam meus stories, meus reels? O que estava acontecendo com meu feed?

Tive de recorrer à minha memória, nem sempre confiável, para reconstituir a semana de festa. E o que me lembrei foi mais ou menos isso:

Um campo de flores no Le Doyenné, meus amigos espalhados nele como se fossem presentes da natureza. Azulejos com imagens de palhaços do primeiro jantar no Clown Bar. O peixe que comemos lá.

No Bouche, um merengue com um vela, "Parabéns a você" em francês, e eu assoprando a surpresa que não era para mim, mas para o Claude que faz aniversário um dia depois.

A Notre Dame aparecendo num céu indecentemente azul depois de cruzarmos uma ponte navegando no rio Sena.

Um sorvete de azeite de oliva, receita de Alain Ducasse, na rua de la Roquette. Camila tocando Martinho da Vila para a gente dançar num cabaré em Pigalle, Madame Arthur. Charly Voodoo ao piano, na harpa e no theremin, no palco do mesmo cabaré.

Betty, Silvia, André e eu dançando juntos, de novo. Paula e Rafael chegando de surpresa de Londres para a festa. Dezenas de garrafas gelando na sacada do apartamento onde fico esperando os convidados.

Um grafite do artista Jordane Saget se materializando enquanto comíamos o melhor frango assado da cidade no Brutos. Thesée, o cachorro leonberger de quatro meses do David, roubando todas as cenas quando aparecia. Os olhares perdidos num esplendoroso dia de sol sem saber para onde olhavam num rooftop que se abria para a torre Eiffel, Grand Palais, Montmartre.

As saladas que a chef Alessandra Montagne Gomes fez para a gente. As mesas de pingue-pongue flutuando no palco da Ópera da Bastilha, no último ato de "Nixon in China".

As pessoas gritando depois de provarem a perfeição da bochecha de porco do Les Enfants Rouges. O desespero no rosto de Daï Shinozuka, chef de lá, quando chegava mais um convidado para o almoço.

O abraço da Eugenia, da Clarisse, do meu irmão Eduardo, o sorriso da minha mãe e do meu sobrinho de oito meses. O Denis sendo aplaudido com de carinho por ter encarado a tarefa de organizar tudo.

As pessoas se virando para notar a beleza do Gabriel andando pelas ruas do Marais.

Astrid e Fausto olhando orgulhoso para ele. "Rapture", de Blondie, tocando no último volume na exposição sobre Jean-Michel Basquiat e a música, na Filarmônica de Paris.

Luciana, Ana, Sossô, Renata, Nunuca, Carolina, Marina, Gustavo, eu, Alexandre, Tony e Herbert enfileirados para uma foto na dramática fachada da própria Filarmônica, criada por Jean Nouvel.

O segurança do local dando bronca na gente achando que se tratava de um ensaio de moda! Robert Gober na coleção Pinault. A Ana (outra!) se deliciando com a tapenade de azeitonas com figo da feira da avenida Richard Lenoir.

Marina e Camila caminhando com copos e garrafas no cais de la Tournelle. Li com um copo na porta do Chez Paul.

Maria Fernanda chegando com o melhor perfume do mundo de presente e o Petrit com uma caixa de biscoitos fingindo que era delivery.

Eu no fundo do barco olhando essa gente maravilhosa feliz. E por que eu não estava postando tudo isso? Porque eu estava vivendo.